IVAN LINS

PERSPECTIVAS DE AUGUSTO COMTE

LIVRARIA SÃO JOSÉ

PERSPECTIVAS DE AUGUSTO COMTE

M. Paulo Filho

Antes de mais nada êste nôvo livro de Ivan Lins, editado pela Livraria São José, não representa uma improvisação. Muito ao contrário. Resulta de longa meditação e assimilação da obra do fundador da Sociologia. Alguns de seus capítulos foram escritos, revistos e retocados há vários anos. De mais a mais Ivan Lins não é mero repetidor: repensa, com independência, a obra de Comte, robustecendo-a com a sua dialética e iluminando-a com sua vasta e segura cultura. Como notava Roquette Pinto, o seu surto, como escritor, **"é um prêmio do humanismo sistematizado e renovado pela influência de Augusto Comte".**

Filosofia, sociologia e ciência sempre foram temas áridos e rebarbativos, sòmente accessíveis aos iniciados. Entretanto Ivan Lins clarifica-os e imprime-lhes tal colorido e graça que nenhum de nossos intelectuais consegue o numeroso auditório espontâneo que se apresenta sempre que êle realiza as suas primorosas conferências, as quais, depois de passarem por um processo de decantação muito rigorosa, afinal se transformam em livros àvidamente lidos. Assim foi com as suas conferências sôbre a **Idade Média**, que deram um volume delicioso, assim também com as que realizou sôbre o **Discurso do Método**, sôbre Tomás Morus, sôbre Lope de Vega, sôbre Jefferson, sôbre o Padre Vieira e tantas outras que, publicadas, se tornaram sucessos de livraria. Agora é a vez destas **Perspectivas de Augusto Comte**, que se iniciam com um capítulo magistral onde Ivan Lins mostra o que de vivo e atual se encontra nas idéias do filósofo sôbre a ciência, desde a teoria da abstração e a epistemologia até a sociologia e a moral, passando pela Matemática, pela Astronomia, pela Física e pela Biologia. Depois focaliza a crítica, muito forte e original, de Comte à economia liberal e ao famoso princípio do **laissez faire.** Examina em seguida o maltusianismo e a aplicação do darwinismo ao campo social, para, depois, apresentar a solução de Comte sôbre a **questão social.** Expõe as idéias do filósofo acêrca do **direito** e mostra como estão hoje por tôda parte vitoriosas na chamada socialização do direito. E, depois de sintetizar a apreciação comtiana, a um tempo profunda e sagaz, dos princípios políticos de Rousseau, focaliza a teoria da educação segundo o Positivismo e termina com a sua concepção da religião ou sistema universal de educação, suscetível de estender-se a todos os povos visto

PERSPECTIVAS DE AUGUSTO COMTE

IVAN LINS

PERSPECTIVAS DE AUGUSTO COMTE

Multi pertransibunt et multiplex erit scientia
(DANIEL, XII, 4.)

LIVRARIA SÃO JOSÉ
1965

TRABALHOS DE IVAN LINS
(da Academia Brasileira de Letras)

"*O Crime, o Criminoso e a Responsabilidade Penal vistos à luz da Escola de Augusto Comte*". (Introdução de uma Tese), 1933, Rio, Tipografia do *Jornal do Comércio*. (Esgotado)

"*Escolas Filosóficas ou Introdução ao Estudo da Filosofia*", Rio, Livraria São José, Terceira edição, 1955. (Esgotada)

"*Lope de Vega*", 1935, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*Benjamin Constant*", 1936, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*Católicos e Positivistas*" (Carta aberta a Tristão de Ataíde), 1937, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*Um Aspecto Inédito da Vida e da Obra de Martins Fontes*", 1938, S. Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes. (Esgotado)

"*O Humanismo e o Plano Nacional de Educação*", 1938,, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*Três Abolicionistas Esquecidos: Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes*", 1938, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*Tomás Morus e a Utopia*", 1938, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*A Concepção do Direito e da Felicidade perante a Moral Positiva*", 1939, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)

"*Ruiz de Alarcon*", Emiel Editôra, Rio, 1940. (Esgotado)

"*A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*" (com prefácio de Afrânio Peixoto), curso público de oito conferências, realizado nos salões da Academia Brasileira de Letras e do Automóvel Clube do Brasil, em 1938, em comemoração do oitavo centenário de Saladino; 3ª edição, Livraria São José, Rio, 1958. (Esgotada)

"*Descartes: Época, Vida e Obra*" (com prefácio de Roquette Pinto): curso público de oito conferências, realizado, em 1937, no salão da Academia Brasileira de Letras, em comemoração do Tri-Centenário do "*Discurso do Método*", Rio, Epasa, 1940. Segunda edição, Livraria São José, Rio, 1964.

"*A Obra Educativa do General Rondon*" — no volume *Rumo ao Oeste* da Biblioteca Militar, Rio, 1942 — (Esgotado)

"*A Cultura e o Momento Internacional*", Rio, Sauer, 1943. (Esgotado)

"*Gonçalves de Magalhães*", Cadernos da Academia Carioca de Letras, Rio, Sauer, 1943. (Esgotado)

"*O Positivismo no Brasil*", *in* "*Decimália*". (Esgotado)

"*É o Positivismo ateu? Pode ser considerado uma religião?*", Rio, 1956.

"*Aspectos do Padre Antônio Vieira*", 2ª edição, Rio, Livraria São José, 1962.

"*História do Positivismo no Brasil*", Editôra Nacional, São Paulo, 1964.

"*Em torno a Lope de Vega*", trabalho publicado, em tradução de Angel Crespo, pela *Revista Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, 1963.

INÉDITOS

"*O Teatro Espanhol: Lope de Vega, Calderon e Tirso de Molina*".

"*Erasmo e seu tempo*", curso de seis conferências comemorativas do quarto centenário da morte de Erasmo, realizado em 1936 no salão da Academia Brasileira de Letras.

"*Tomás Jefferson, pensador e homem de Estado*".

"*A Reabilitação de Frância*".

"*Concepções Econômicas, Políticas e Sociais de Augusto Comte*".

"*O Criador de Don Juan*".

"*L'Oeuvre d'Auguste Comte et sa signification scientifique, philosophique et politique au XX^e siècle*", a sair nos "*Cahiers d'Histoire Mondiale*" editados pela Unesco.

"Direito, conceito absoluto, individualista, ou, ao contrário, relativo e social?" (Tese apresentada, ao Congresso Internacional de Filosofia realizado em 1954, em São Paulo).

"Positivismo e Catolicismo". (Uma resposta a Fernando Callage).

"Idéias Esparsas" — 1ª série (coletânea de artigos publicados em jornais).

"A Bandeira Nacional: seu significado e sua história", discurso proferido em 19 de novembro de 1948, no Rotary Clube do Brasil.

"Augusto Comte e a ciência" — em comemoração do primeiro centenário da morte do filósofo.

"A Oratória Religiosa no Brasil", aula no Curso de Oratória promovido pela Academia Brasileira de Letras em 1959.

"Bergson à luz do Positivismo", discurso na sessão da Academia Brasileira de Letras, comemorativa do centenário de Bergson.

"Clóvis Bevilaqua e o pensamento filosófico de seu tempo".

"A Mensagem de Francisco Bacon em seu quarto centenário".

"Gôngora e sua poesia".

"João Pinheiro: sua formação filosófica e seus ideais políticos".

"Luís Murat".

"Martins Júnior e a poesia científica".

"Pascal: o cientista, o filósofo e o escritor".

"Barbosa Lima e seus ideais republicanos".

"Com as transformações da mentalidade humana desaparecerá, um dia, do cenário social, a religião? O Positivismo como religião e alguns aspectos de sua atuação no Brasil". (Tese apresentada ao IVº Congresso Nacional de Filosofia, realizado em Fortaleza, Novembro de 1962).

"O Contrato Social e Augusto Comte" — em comemoração do segundo centenário do *Contrato Social.*

"Perfil de José Bonifácio".

"Edmundo Lins visto por seus contemporâneos".

"Por que ainda não foi santificado Anchieta?" (discurso na sessão da Academia Brasileira de Letras, em junho de 1963, a propósito do movimento em prol da santificação do companheiro de Nóbrega).

"Shakespeare e a filosofia: Hamlet, um cartesiano avant la lettre."

"Dante e o Positivismo."

Para a minha querida Sofia, que, pela perfeita comunhão de idéias e sentimentos, e pela inalterável dedicação, me permitiu, através de percalços de tôda ordem, durante mais de trinta anos, a realização de todos os meus trabalhos — preito mínimo de amor e reconhecimento.

Rio, julho de 1965

I. L.

Nota Prévia

Em seu estudo sôbre Tobias Barreto, observava Gilberto Amado em 1934: "Em muita coisa, para mim, Augusto Comte ainda está no centro. É do pensamento do século XIX a parte sobrevivente, que se prolonga e ramifica em quase tudo que cresce e frutifica hoje".

É o que se verificará através dos diversos capítulos dêste livro, onde são apresentadas as principais vistas do fundador da sociologia sôbre a ciência, a economia política, o maltusianismo, a questão social, o direito, a democracia, a educação e a religião. São temas apaixonantes, onde o leitor se surpreenderá com a fôrça de concepção e de síntese do grande êmulo de Aristóteles e Descartes.

I. L.

êmulo = competidor, rival

primazia = prioridade, supremacia

torvelinho = redemoinho, agitação
gravita = gira em torno
indelével = inapagável

Capítulo Primeiro

AUGUSTO COMTE E A CIÊNCIA

Para o homem da Idade-Média era o mundo delimitado "pela abóbada estrelada, estendida por cima de nossas cabeças, dirigindo-se a oração a Deus e aos santos como a vizinhos muito próximos que incessantemente interferiam nos negócios humanos, vivendo familiarmente na terra tal qual além das nuvens". (1)

Para o homem de nossos dias, entretanto, transmudou-se o Céu "num espaço ilimitado, glacial, onde giram o sol e os planêtas, e além, muito além, em perspectiva infinita, multidão sem conta de astros radiantes, agrupados em imensas galáxias. A terra — globo imperceptível — é arrastada nesse torvelinho de esferas luminosas e opacas, as quais, desde época que se perde na noite dos tempos realizam invariáveis revoluções". (2)

Hoje, como há milênios, gravita a Terra em tôrno do Sol. O aspecto de sua superfície, todavia, tem sido contìnuamente modificado, e, desde a mais remota antigüidade, por tôda parte encontramos o indelével vestígio de poderosa mão.

Quase inabitável a princípio e povoada de animais que ferozmente disputavam ao homem, ou, melhor, à *"bêsta humana"*, a primazia, foram necessárias inúmeras gerações, lutando sem cessar, para, a pouco e pouco, através de ingente labor, conquistarem a terra aos grandes vegetais e aos grandes animais.

Às impenetráveis florestas, que eriçavam a superfície terrestre, sucederam-se cidades industriosas, circundadas de campos férteis, e, aos pântanos, prados verdejantes.

ingente = enorme
transmudar = mudar, alterar

diligenciar = empenhar-se, esforçar-s

Os animais, que infestavam os continentes, ou foram destruídos ou domados, e até os micro-organismos, causadores de pestes e doenças devastadoras, vêm sendo decisivamente conquistados e debelados.

Os próprios homens, a princípio errantes e selváticos, só preocupados em se entredevorarem, hoje quase inteiramente sedentários, já se dedicam, de preferência, ao embelezamento de sua sede e à melhoria de sua existência comum, diligenciando por transformar, enfim, o seu planêta nesse Paraíso há tantos séculos ardentemente almejado.

Que é, porém, o que tem permitido à Humanidade operar tais maravilhas, realizando sôbre a Terra tão sensíveis e profundas transformações?

A ciência — responde Augusto Comte — porquanto o seu objetivo é — ou tornar-nos senhores da natureza, ou a ela adaptar-nos. As coisas que dependem de nós — diz o filósofo — deve a ciência colocar-nos em situação de modificá-las de acôrdo com as nossas conveniências, e aquelas que escapam ao nosso domínio, deve a ciência ensinar-nos a prevê-las, pelo menos a fim de a elas conformarmos o nosso procedimento: *"saber para prever a fim de prover"* — tal o destino da ciência aos olhos do fundador do positivismo.

Nenhum filósofo nutriu um entusiasmo tão transbordante, nem depositou tão grande confiança, quanto êle, no poder e no progresso da ciência, como fonte propulsora do bem estar e da felicidade do homem.

Através da ciência, seguindo as pegadas de Bacon e Descartes, propugnava Augusto Comte não só o domínio do homem sôbre as fôrças inorgânicas, fazendo-as servir, como escravas dóceis, a tôdas as exigências da sua indústria, mas ainda o domínio do homem sôbre si mesmo, de modo a tornar-se dia a dia mais humano, vale dizer, mais desprendido da animalidade, ou seja, mais enérgico, mais inteligente e mais bondoso.

prever = calcular, fazer conjeturas, re-flexionar

prover = providenciar, atender, fornecer

É, pois, Augusto Comte um dos grandes arautos dessa era nova, que por tôda parte dia a dia se esboça mais nìtidamente, e na qual, conforme êle frisava, o homem, consciente de si mesmo, celebra enfim "os seus prodígios, a sua conquista da natureza, os milagres do seu altruismo e as maravilhas da sua ciência".

Momento social em que surgiu Augusto Comte

Quaisquer que sejam a originalidade e o poder criador de um homem de gênio, quer se trate de um Descartes, de um Santo Tomás de Aquino ou de um Aristóteles, seus trabalhos não podem subtrair-se à influência das correntes de pensamento características de sua época, porquanto *"o homem é de seu século, mesmo a seu pesar"*. [3] A justeza desta observação, formulada, em 1820 por Augusto Comte, verifica-se em sua própria construção, profundamente impregnada das inquietações e anseios de seu tempo.

Preocupavam-se os seus contemporâneos com o problema de reconstruir a sociedade, abalada, em seus próprios fundamentos, pela Revolução Francesa.

Chateaubriand, De Maistre, De Bonald, Lamenais, Saint-Simon, Benjamin Constant, Fourier, Cabet, Owen, Proudhon, todos intentavam consagrar-se à solução da imensa crise que então assoberbava a Europa. A Revolução derruira o antigo regime: era preciso, pois, ou restaurá-lo, ou construir, sôbre bases novas, um regime nôvo, *"não se comprazendo a humanidade em habitar ruinas"*, na observação de Saint-Simon.

Dividiam-se, então, as cabeças pensantes da Europa em dois campos: umas voltadas para o passado, na esperança de fazerem reviver as antigas instituições; e outras, dirigidas para o futuro, em busca de novos sistemas políticos. Chateaubriand, De Maistre, De Bonald, Lamenais organizavam e conduziam o partido retrógrado, que se esforçava em restabelecer o passado, enquanto Saint-

Simon, Oven, Fourier, Cabet e outros chefiavam o partido revolucionário que oscilaria de acôrdo com as ficções sociais ditadas a cada qual pela sua própria imaginação.

De uns e de outros distinguia-se nìtidamente Augusto Comte pela sua clara percepção da natureza científica da obra a ser encetada. Aos sistemas arbitrários, puramente fantasiosos, êle contrapunha uma *física ou ciência social,* fundada na observação do evolver histórico e dos fatos sociais do presente, e, por isto, suscetível de explicar o passado e prever o futuro. Filho espiritual da Enciclopédia, seus antecessores imediatos eram Condorcet, Turgot, Kant, Hume, Diderot e Montesquieu. [4] Fiel a esta herança, proclamou, em 1819, aos 21 anos: *É preciso fundar, fora da teologia, uma ciência social positiva, como a astronomia, a química e a fisiologia, e cujas concepções sejam suscetíveis de verificação.* [5]

Para dotar a nova ciência de bases sólidas, êle empreendeu, preliminarmente, fazer um balanço de todos os conhecimentos científicos acumulados até então, de um lado, a fim de depurá-los dos elementos metafísicos ainda com êles amalgamados, e, de outro, a fim de torná-los homogêneos e coerentes, coordenando-os exclusivamente através do método científico ou positivo.

As preocupações com a reorganização social e a descoberta das leis que regem os fenômenos correspondentes, levaram, pois, Augusto Comte a efetuar um exame completo dos métodos, isto é ,dos instrumentos através dos quais o entendimento humano consegue elaborar os conhecimentos de que necessita.

Sua primeira tarefa foi, consequentemente, rever os métodos lógicos e o conteúdo de tôdas as ciências do seu tempo, desde a matemática até à biologia. Em seguida, uma vez fundada a sociologia, esforçou-se por tirar dela todos os resultados filosóficos, políticos e morais. Sua obra compreende, assim, duas séries de elucubrações: a primeira conduz ao *Curso de Filosofia Positiva* e vai de 1818 a 1842, e, a segunda, ao *Sistema de Política Positiva,* indo

de 1842 a 1856, quando publicou o seu *Tratado de Filosofia Matemática*, que foi o primeiro volume da grande série que pretendia estampar sob o título geral de *Síntese Subjetiva* e que abrangeria ainda um *Tratado de Moral*, em dois volumes, e um *Sistema de Indústria ou Tratado de Economia Política*, em um volume.

Os limites dêste trabalho obrigam-me a condensar em algumas linhas a apreciação de um tal conjunto. Não é possível, destarte, expor aqui um quadro completo da contribuição científica, e nem mesmo apenas esboçar, de modo satisfatório, o significado e o alcance científico e filosófico da obra de Augusto Comte. Salientava, com razão, Jules Lemaître: "talvez haja sido Comte o escritor que habitualmente soube pôr maior quantidade de pensamento numa só página, sendo um dos pouquíssimos autôres que de nenhum modo podem ser resumidos, sem serem grandemente prejudicados". (6)

Curso de Filosofia Positiva

Para fundar a doutrina que, a seus olhos, haveria de servir de base à reorganização social, Comte, professou, em 1830, na presença de Blainville, Broussais, Poinsot, Joseph Fourier, Esquirol, Binet, Navier, Arago e numerosos sábios, o seu *Curso de Filosofia Positiva*. Publicou-o de 1830 a 1842 e aí levou a cabo, no dizer de Alengry, "o programa enorme, sem análogo na história da filosofia, que êle ousou se traçar e cuja execução exigiu, além do primeiro período de preparo, que vai de 1818 a 1830, um longo intervalo de doze anos, de trabalho ininterrupto, porquanto realizou o tipo daqueles sábios universais, destinados, na sua opinião, à direção espiritual da sociedade". (7)

Na observação de Littré, "a filosofia positiva resulta de duas operações: a determinação dos fatos gerais de cada ciência fundamental, e o agrupamento ou coordenação dêsses fatos. Determinar os fatos gerais de uma ciência particular e coordená-los, é fazer a filosofia dessa

ciência. Êste trabalho, sempre árduo, mesmo quando se limita a um único setor científico, torna-se imenso quando se estende ao domínio inteiro do que Augusto Comte chama as seis ciências fundamentais (matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia). Nenhum filósofo jamais executou nada semelhante. Se, para consegui-lo, era necessário um espírito enciclopédico, exigia também uma instrução enciclopédica, que, não temo dizê-lo, ninguém, a não ser Augusto Comte, possuia quando começou e terminou o seu empreendimento.

....

"E assim — concluia Littré — foi construida a filosofia positiva, com materiais que mão nenhuma havia reunido e com um princípio de coordenação natural, histórica e didática, de que nenhuma especulação doutrinária se havia ainda utilizado ....

....

"Determinar os fatos superiores de todo o saber humano, coordená-los segundo o método natural, tirar dêles uma concepção real do mundo, constituir uma noção suficientemente positiva para estar de pleno acôrdo com os elementos científicos e suficientemente geral para fixar o lugar e o valor que lhes cabem no conjunto, tal a filosofia positiva, tal a construção de Augusto Comte". (8)

Esta emprêsa, sem exemplo pelo seu alcance e amplitude, apresenta uma extraordinária unidade de vistas. Os princípios e as conseqüências aí se encadeiam, desde a matemática até à sociologia e à moral, através de laços indissolúveis, constituindo o seu conjunto um *sistema indivisível*, cuja *"espinha dorsal"*, no dizer de Stuart Mill, é formada pela *lei dos três estados*. (9)

A Lei dos Três Estados

Voltando-se para o passado, Augusto Comte estuda a natureza e a marcha das civilizações desde a pré-história até os seus dias, e, procurando o fio diretor das transfor-

mações sociais, quer econômicas, quer intelectuais e morais, realizadas no decorrer dos séculos, êle desprende, do conjunto dos fatos analisados, uma primeira lei que lhe parece presidir tanto à evolução coletiva quanto à do indivíduo. Essa lei que, desde então, se tornou famosa, foi assim formulada por Comte: "Pela própria natureza do espírito humano, *cada ramo de nossos conhecimentos* é necessàriamente sujeito, em sua marcha, a passar, sucessivamente, por três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico ou abstrato, e, por fim, o estado científico ou positivo", "*fazendo-se essa passagem sempre de acôrdo com a ordem de generalidade decrescente e de complicação crescente dos fenômenos correspondentes*". [10]

Como salienta Lévy-Bruhl, "em vez de deter-se na realidade concreta da história, Comte determinou, através de uma abstração ousada, a lei do movimento essencial da sociedade humana, "*deixando a trabalhos ulteriores* — como êle mesmo o diz — *o cuidado de reduzir a ela as anomalias aparentes*". [11]

Ao apreciar a lei dos três estados, no artigo da *Enciclopédia Francesa* consagrado à *evolução do pensamento*, observa Abel Rey: "Comte foi o primeiro a procurar descrever a evolução do pensamento, partindo dos fatos, isto é, de sua história, em vez de tomar por base as teorias dialéticas do conhecimento, a psicologia ideológica e a lógica tradicional ....
Augusto Comte (pai espiritual de Durkheim e de sua escola) já previra, de modo notável, desde o primeiro quartel do século XIX, através da história ainda tão rudimentar das civilizações, os resultados a que deveriam chegar — se desprezarmos as minúcias — os etnólogos e sociólogos atuais, no atinente ao ponto de partida que poderíamos designar para uma história do pensamento

....

O essencial — conclui Abel Rey — é não considerar os três estados como etapas bem nítidas que a humanidade houvesse sucessivamente percorrido. *O próprio Comte in-*

sistiu a êsse respeito: são as diversas manifestações intelectuais que passam por essas três etapas, separadamente e em momentos diversos para cada uma delas". ([12])

Essa evolução intelectual caracteriza a marcha da civilização, mas esta última — frisa Augusto Comte — "não se executa seguindo uma linha reta. Compõe-se de uma série de oscilações progressivas, mais ou menos extensas e mais ou menos lentas, aquém e além de uma linha mediana, oscilações comparáveis às que apresenta o mecanismo da locomoção". ([13]) ....

Interêsse histórico e intrínseco do "Curso de Filosofia Positiva"

Augusto Comte não se propôs a fazer, no *Curso de Filosofia Positiva*, uma série de estudos especiais sôbre cada um dos ramos da filosofia natural. Êle aí visou sòmente a considerar cada ciência fundamental sob o aspecto de suas relações com a totalidade dos conhecimentos positivos e o espírito que distingue cada uma delas quanto aos seus métodos e aos seus principais resultados.

Não comporta o breve espaço de um capítulo uma análise, mesmo em têrmos mui sucintos, das vistas de Augusto Comte sôbre cada um dos domínios científicos enfeixados nos seis volumes do *Curso de Filosofia Positiva*. Ouso, todavia, pedir a atenção dos estudiosos da ciência para o valor permanente de muitos dos materiais aí acumulados. O julgamento de Paul Tannery é, a êsse respeito, plenamente equitativo: "a exposição sintética das ciências matemáticas, físicas e naturais, apresentada por Augusto Comte em seu *"Curso de Filosofia Positiva"*, constitui documento de inapreciável importância sôbre o estado das ciências e das idéias científicas no começo do século XIX". (14)

Ao interêsse histórico do *"Curso"* junta-se, entretanto, o valor intrínseco dos conceitos científicos que êle encerra. Quer se refiram à matemática, à astronomia, à

equitativo = justo

aludir = referir-se
entrever = pressentir, prever

física, à química ou a biologia, quer aludam à ciência social, as definições, as críticas, o encadeamento histórico das descobertas, a exposição das leis, a análise dos métodos, trazem muitas vêzes a marca de um espírito criador que vivifica, ilumina e ordena tudo em que toca.

A "scala intellectui"

Depois de mostrar, na primeira lição do *"Curso"* que só as ciências abstratas podem ser dispostas em série, Augusto Comte realiza a *scala intellectui*, entrevista por Bacon, classificando as ciências de acôrdo com a sua generalidade decrescente e a sua complicação crescente, ordem, aliás, conforme à sua origem, à sua história e às suas dependências mútuas. ([15]).

No *Sistema de Política Positiva* assim comenta Comte essa classificação:

"Não seria possível *objetivamente* fixar o número das ciências, porquanto a generalidade dos pensamentos convém tanto à teoria quanto a separação dos atos convém à prática. No fundo, o nome consagrado a cada ciência apenas designa o grupo de especulações cuja unidade se acha suficientemente reconhecida, o que deve variar de conformidade com os tempos e os espíritos. *Subjetivamente* apreciada, a divisão das ciências não comporta maior fixidez, porquanto ela indica então as diferentes etapas da inteligência numa série enciclopédica que pode ser sempre contínua, qualquer que seja o número de suas fases." ([16])

A classificação das ciências de Augusto Comte foi, de um modo geral, adotada pelos sábios de todos os países: "Como o sistema métrico — diz Lévy Bruhl — ela é uma característica do claro gênio francês": ([17])

Tal é também a opinião de Henri Bergson: *"O Curso de Filosofia Positiva* de Augusto Comte — escreve êle — é uma das grandes obras da filosofia moderna. A idéia simples e genial de estabelecer entre as ciências uma

enciclopédica = q. abrange todo o saber.

promanar = proceder, derivar

ordem hierárquica, que vai da matemática à sociologia, impõe-se ao nosso espírito, desde que Comte a formulou, com a fôrça de uma verdade definitiva". ([18])

"A classificação das ciências de Comte — observa ainda Lévy Bruhl — mostra como a filosofia positiva vai, através do século XVIII, do qual promanou, ligar-se a Bacon e Descartes. De Bacon, reteve Augusto Comte, a êsse respeito, que todo conhecimento científico repousa sôbre fatos bem observados e que um sistema de ciências positivas constitui a base indispensável da única filosofia que esteja ao nosso alcance. A Descartes, deve Comte, em sua classficação, a idéia da unidade do método e da unidade da ciência. Poder-se-ia quase dizer que, de Bacon, êle recebeu a idéia do conteúdo das ciências, e de Descartes a idéia de sua forma". ([19])

Augusto Comte e a psicologia

Sôbre a classificação das ciências de Augusto Comte é ainda oportuno registrar aqui o comentário de Edmond Goblot, professor de *História da Filosofia e das Ciências* na Universidade de Lião:

"Increpou-se, severamente, a Comte, não haver, em sua classificação das ciências, consagrado à psicologia o lugar que lhe compete ....

....

"Tôda a psicologia de sua época estava reduzida ao problema da *"origem das idéias"*: tratava-se de provar que *"as noções e verdades primárias"* não podiam ser de origem empírica. Havendo a psicologia fornecido essa prova, passava à teodicéia, que se servia do princípio segundo o qual são inatas as noções e verdades primárias para demonstrar a existência de Deus e a espiritualidade da alma. Era a essa psicologia que Augusto Comte não dava guarida no sistema de conhecimentos positivos. Se é um pecado, peço seja dêle absolvido. Augusto Comte ligava uma parte dos fatos psicológicos (todos os que pertencem à vida individual) às funções orgânicas, razão

Teodicéia = parte da Filosofia q. trata da existência e dos atributos de Deus.

increpar = acusar, censurar

pela qual foi acusado de materialismo *grosseiro* (porquanto qualquer materialismo era, então, *grosseiro*). Êle teve o mérito de haver sido o primeiro a compreender que todos os outros fatos psicológicos decorrem da Sociologia, o que não é mais contestado. Foi também o primeiro a reconhecer que, para o indivíduo isolado, não haveria nem verdade, nem mentira, mas, apenas, opiniões, sendo a verdade um fato social. Também foi Comte o primeiro a observar que a objetividade do conhecimento, sem a qual não há verdade, nem ciência, se acha no caráter coletivo do conhecimento, em seu valor impessoal, logo social. Ainda foi Comte o primeiro a salientar que, na ordem dos fenômenos afetivos, com exclusão de algumas inclinações intrapessoais, que são tendências inteiramente rudimentares e instintivas da vida animal, todos os nossos sentimentos, mesmo egoísticos, são inclinações interpessoais, e, consequentemente, fatos sociais, cujo estudo é impossível fora da sociologia. São verdades estas muito importantes, e seriam suficientes para colocar Augusto Comte no rol dos maiores mestres do pensamento humano. Ficaram essas verdades como que enterradas durante mais de meio século: a psicologia contemporânea acaba de reencontrá-las". ([20])

De fato, desde 1828, ao analisar o *Tratado* de Broussais sôbre a *Irritação e a Loucura*, Comte demonstrou, de modo irretorquível, a irracionalidade do estudo das funções intelectuais e afetivas isoladamente dos demais fenômenos fisiológicos. Êle evidenciou que a *observação interior*, preconizada pelos psicólogos de seu tempo, como base da ciência do homem, é irrealizável:

"E, na verdade — ponderava êle — o homem pode observar o que é exterior a êle; pode mesmo observar certas funções de seus órgãos que não sejam o órgão pensante. Pode, inclusive, até certo ponto, observar-se sob o aspecto das diversas paixões que experimenta, porque os órgãos cerebrais, de que dependem, são distintos do órgão observador pròpriamente dito, e, assim mesmo, ê preciso que o estado de paixão seja bem pronunciado.

Mas é-lhe, evidentemente, impossível observar-se em seus próprios atos intelectuais porquanto, sendo, no caso, idênticos o órgão observado e o órgão observador, por quem seria feita a observação? A ilusão dos psicólogos, a êste respeito, é análoga à dos antigos físicos, que acreditavam explicar a visão dizendo que os raios luminosos traçavam, sôbre a retina, *imagens* dos objetos exteriores. Os fisiologistas ponderaram-lhes judiciosamente que, se as impressões luminosas atuassem como imagens sôbre a retina, seria necessário um outro ôlho para vê-las. O mesmo ocorre com a pretensa observação interior da inteligência. Para que fôsse possível, seria preciso que o indivíduo pudesse dividir-se em dois, um dos quais pensaria, enquanto o outro o observaria pensar. Não seria, portanto, possível que o homem observasse diretamente as suas próprias operações intelectuais. Êle apenas pode observar-lhes os órgãos e os resultados. Sob o primeiro aspecto, recaimos na fisiologia, e, sob o segundo, constituindo as ciências os grandes resultados da inteligência humana, recaimos na filosofia das diversas ciências, que não é separável dessas próprias ciências. Sob qualquer aspecto, não é admissível a psicologia, quando considerada como o estudo direto da alma, independentemente de qualquer consideração exterior". ([21])

Êste ponto de vista, segundo o qual não se pode proceder ao estudo direto da alma, fazendo abstração da sua sede orgânica e do seu ambiente, devendo a psicologia científica fundar-se, não sôbre a introspecção, mas sôbre a fisiologia e a patologia comparadas, do homem e dos animais, foi ulteriormente retomado por Augusto Comte no *Curso de Filosofia Positiva* e no *Sistema de Política,* tornando-o um dos fundadores da psico-fisiologia. É o que frisa Bouglé:

"Mais claramente do que qualquer outro, Comte indicou os dois campos onde a psicologia, para progredir, devia achar princípios de explicação: de um lado, o organismo humano, e, de outro, o meio social. Ora, quem abrir hoje o grande *Tratado de Psicologia,* cuja publi-

cação foi dirigida por Georges Dumas verá que os conselhos de Comte foram ouvidos. Nos dois campos que êle havia indicado, fêz-se esplêndida colheita. Todo o *Tratado* poderia ter-lhe sido dedicado ao mesmo tempo que a Ribot". [22]

Impossibilidade de uma síntese objetiva e absoluta

Comte repensa, no *"Curso"*, uma depois da outra, tôdas as ciências do seu tempo e realiza uma refusão geral do seu conjunto. Êle se nega a considerar os nossos conhecimentos abstratos como efeitos diversos de um princípio único, ou como sujeitos a uma única e mesma lei. Só encontra unidade possível no método. Quanto à doutrina, não é necessário seja una, basta que seja homogênea. Tendendo a diminuir, o mais possível, o número das leis gerais necessárias à explicação positiva dos fatos naturais, o que constitui o objeto filosófico de cada ciência, considera Comte extremamente temerário aspirar jamais, mesmo no mais longínquo futuro, reduzi-las rigorosamente a uma única [23], segundo o ideal dos pensadores de fins do século XVIII e meados do XIX.

As incessantes e multiformes atividades do universo não nos revelam, com efeito, um fenômeno preponderante, anterior a todos os outros e causa única dêles. A experiência assinala, pelo contrário, relativa autonomia de múltiplos grupos de acontecimentos entre os quais ocorrem ações e reações, dando lugar a alterações recíprocas, de conformidade com as leis respectivas, mas sem qualquer finalidade antropomórfica e sem possibilidades de se reduzirem todos a simples conseqüências ou modalidades de um dêles.

O mundo objetivo — assinala Augusto Comte — exige repetidas pesquisas diretas, base de induções específicas para cada tipo de fenômeno. Das leis assim obtidas, é possível, dedutivamente, extrair outras implìcitamente nelas contidas, tôdas, porém, suficientemente válidas apenas para o conjunto dos fenômenos a que se referem.

delinear = esboçar, projetar

Uma síntese objetiva e absoluta, que nos dispensasse de inúmeros e continuados esforços de consulta direta às realidades exteriores, não existe no mundo físico.

Se o universo não nos revela unidade causal, nem qualquer finalidade em suas transformações naturais, isto é, se não existem nem síntese, nem finalidade, do ponto de vista objetivo e absoluto, já em relação ao homem e às conveniências da coletividade social, uma síntese subjetiva e relativa surge pouco a pouco e uma finalidade humana se delineia, guiando todos os nossos esforços para melhorar o mundo e a nós próprios.

Para Augusto Comte só em tôrno da Humanidade, por intermédio dela e para ela, é exequível instituir-se e sistematizar-se uma síntese de todos os nossos conhecimentos. Serão as suas necessidades e conveniências morais, intelectuais e práticas, isto é, será o método subjetivo o único em condições de realizar, relativamente ao homem, uma unidade do mundo, bem como de dar-lhe uma finalidade. Evidentemente, essa unidade e essa finalidade não decorrem do objeto, onde não existem, mas tão só do *sujeito* que observa e medita em função de seus interêsses e conveniências.

A introdução consciente e sistemática do método subjetivo, sempre subordinado, porém, ao método objetivo, caracteriza a maturidade do espírito positivo, assinalada e tornada explícita por Augusto Comte.

Epistemologia de Augusto Comte

A epistemologia ocupa lugar de destaque no conjunto da obra de Augusto Comte. É o que expressamente observa Lévy-Bruhl respondendo a críticas formuladas por Max Müller e Renouvier:

"A teoria do conhecimento, que Renouvier e Max Müller reclamam, não falta na filosofia positiva. Não na encontram aí, porque não se apresenta sob a forma tradicional. Ela aí se acha, entretanto, mas, em vez de consistir numa análise apriorística do pensamento, preli-

epistemologia = estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas.

minar à filosofia, ela não se separa da própria filosofia". ([24])

Longe de ignorá-la, Augusto Comte abre à epistemologia perspectivas novas, enriquecendo-a com vistas extremamente fecundas. A teoria do conhecimento, que se desprende dos seus trabalhos, nada apresenta de comum com o jôgo verbal dos ontologistas: apoia-se sôbre as leis estáticas e dinâmicas que presidem à elaboração e à coordenação das idéias. Esta questão foi especialmente estudada por Comte no quadro dos princípios universais sôbre os quais repousa todo o saber positivo, domínio que êle criou sob o nome de *filosofia primeira*. ([25])

Aí apresenta o filósofo considerações inteiramente novas sôbre a abstração teórica e a subordinação de nossas construções subjetivas aos seus materiais objetivos, de modo a tornar-se o cérebro o fiel espêlho da ordem exterior. Aí desenvolve também, entre outros, o princípio segundo o qual tôda a economia do entendimento humano é regulada pela lei geral que subordina os fenômenos mais nobres aos mais grosseiros, ou, em outros têrmos, os mais complexos aos mais simples. ([26])

A. Comte e as hipóteses científicas

Comentando a epistemologia de Comte em seu famoso *"Relatório sôbre a filosofia em França no século XIX"*, escreve Ravaisson:

"O puro empirismo é estéril" — diz algures Augusto Comte. E acrescentava que, para orientar-se por entre a multidão e a diversidade dos fatos, carece o homem sempre de alguma concepção diretora, mesmo que seja uma pura hipótese, cabendo à imaginação abrir caminho para a observação. É uma idéia análoga àqueloutra de Descartes, segundo a qual, mesmo quando as coisas não nos oferecem nenhuma ordem, é preciso, para chegar a conhecê-las, supor-lhes um arranjo qualquer". ([27])

Nisto também insiste Lévy-Bruhl: "Longe de reservar, como Bacon, uma parte excessivamente pequena à

pecha = defeito

hipótese, incorreria Comte, ao revés, na pecha de lhe ter aberto um campo excessivamente vasto ....

....

A teoria das hipóteses, por êle formulada no *Curso de Filosofia*, e da qual se encontram certos traços na *"Introdução ao estudo da medicina experimental"* de Claude Bernard, estuda cuidadosamente a natureza e a função dêsse recurso lógico ([28]), havendo desempenhado um papel capital na evolução do pensamento científico moderno.

A influência exercida pela teoria das hipóteses de Augusto Comte é proclamada por numerosos autores, entre os quais se inclui André Lalande que menciona, como inspirados por Comte, a êsse respeito, Berthelot, Hannequin, Ostwald, Duhem, Paul Janet, Claude Bernard e outros. ([29])

Depois de passar em revista as opiniões de vários cientistas sôbre o emprêgo das hipóteses em ciência, Meyerson escreve a propósito das teorias de Rankine e Maxwel, que coincidem com as de Comte: "Não se poderia, sem dúvida, encontrar prova mais impressionante da influência verdadeiramente prodigiosa que o poderoso espírito de Augusto Comte exerceu sôbre as gerações que se lhe seguiram". ([30])

O critério de Comte relativo às hipóteses científicas é também adotado por Henri Poincaré ([31]) e Mach. ([32])

Nas conclusões Gerais do *Curso de Filosofia Positiva*, Comte assim formula o seu pensamento a êsse respeito:

"É claro, em princípio, que é plenamente legítimo, quando não aspiramos mais ao absoluto, formar as suposições mais próprias para facilitarem a nossa marcha mental, debaixo da dupla condição permanente de não contrariarmos nenhuma noção anterior e estarmos sempre dispostos a modificar êsses artifícios, logo que a observação vier a exigí-lo.

"Conservando sempre o grau de precisão compatível com a natureza das pesquisas correspondentes, não se

especular = investigar
prescrito = marcado, indicado
destino = fim

poderia duvidar de que a instituição da hipótese mais simples que possa satisfazer ao conjunto das observações atuais, seja, para nossa inteligência, não só um direito mui legítimo, mas um verdadeiro dever, imperiosamente prescrito pelo destino fundamental de nossos esforços especulativos". ([33])

A. *Comte e a abstração teórica*

A propósito da natureza abstrata da ciência, faz Comte ver que é a fraqueza de nossa inteligência que nos impede descobrir leis invariáveis, diretamente entre os sêres, e obriga-nos a recorrer ao artifício mental da abstração.

O conjunto das abstrações como que forma, no interior de nosso cérebro, um mundo subjetivo que reproduz, de modo esquemático e simplificado, o mundo objetivo, cuja imensa diversidade real transcende o nosso poder imaginativo.

Somos, assim, levados a substituir, em nossos raciocínios, às condições e aos sêres reais, circunstâncias e tipos subjetivos, o que altera sempre a exatidão dos nossos resultados teóricos. Mas, se assim não fôsse, ignoraríamos até hoje tôdas as leis naturais. Elas nos teriam escapado, mesmo no estudo, tão simples, da gravidade, se não tivéssemos primeiro feito abstração da resistência e da agitação dos meios. Képler certamente não teria descoberto as suas leis astronômicas, se as perturbações recíprocas, provenientes da gravitação dos diversos planêtas, tivessem podido, inicialmente, ser percebidas e tomadas em consideração. O inevitável afastamento que a abstração determina entre as nossas construções teóricas e a realidade, é tanto mais apreciável quanto a questão examinada pertence a uma ciência mais elevada e mais complexa. As simplificações, assim artificialmente introduzidas, impõem, por tôda parte, restituições equivalentes quando se trata de fazer previsões reais. ([34])

recíproco = alternativo

Essa passagem do abstrato para o concreto constitui a principal dificuldade das aplicações científicas e a fonte das correções finais que têm de ser introduzidas em tôdas as indicações teóricas. Surgem, então, nas diversas ciências, enormes decepções, como as que o tiro efetivo dos projéteis apresenta em relação aos cálculos dos geômetras. (35)

É a seguinte a marcha do trabalho intelectual, segundo Comte. O mundo exterior fornece à nossa contemplação concreta, através dos sentidos e dos gânglios correspondentes, as imagens dos corpos. O órgão da contemplação abstrata disseca essas idéias e as transforma em elementos abstratos. Depois desta transformação, a meditação serve-se dêsses elementos abstratos para elaborar os nossos pensamentos. O órgão da indução os aproxima, os reagrupa e, com êles, elabora *tipos abstratos*. A dedução associa-se a êsse trabalho mental e seus esforços solidários conduzem, por via de analogia ou de consequência, a descobrir os liames de semelhança ou de sucessão existentes entre êsses tipos abstratos, ou sejam as suas *leis*. E, assim, se forma a ciência. Desde a aritmética até à moral, nosso espírito segue invariàvelmente esta marcha. A regra que dela se desprende é constante e universal: "*induzir para deduzir, a fim de construir*". (36)

—Geometrias não euclidianas —

Para que as teorias assim elaboradas alcancem um significado real, é preciso, aos olhos de Comte, que a todos instantes a contemplação concreta vigie e discipline a meditação abstrata. Do contrário, o nosso entendimento, entregue a impulsos puramente subjetivos, seria levado a criar sistemas arbitrários, desprovidos de suficiente correlação com os fatos exteriores. O caso das geometrias não euclidianas e não arquimedianas ilustra, excelente-

mente esta observação. Sua axiomática é constituída por um certo número de *tipos abstratos,* intencionalmente tomados sem ter em vista as condições concretas.

Dêsses postulados deduzem-se, por via de consequência, teoremas perfeitamente coerentes, formando um corpo homogêneo. Abstratamente, essas diversas geometrias são tão válidas umas quanto as outras, pois a natureza subjetiva do espaço e de nossas leis lógicas nos permite concebê-las sem qualquer contradição. A escolha entre elas e a geometria euclidiana sòmente tem sentido no que diz respeito às realidades concretas. Se o nosso mundo fôr tomado como têrmo de referência, a indeterminação abtrata cessa automàticamente, e a geometria de Euclides, que mais se aproxima do mundo real, adquire a primazia. Mas, se em vez de considerar o mundo exterior na escala macroscópica, nós nos referirmos ao mundo subatômico, não há que estranhar que a geometria grega a êle não se adapte, e que, ao revés, um sistema não euclidiano, convenientemente construído, se acomode melhor com o conjunto das leis a êle correspondentes. A geometria de Euclides é uma *ciência física* por sua adequação ao mundo de nossa escala. Os sistemas coordenados em tôrno de axiomas apriorísticos por Lobatschewsky e Bolyai, Rieman, Poincaré, Klein, Hilbert, Laguerre ou Cartan, também serão uma *ciência física* na medida de suas aplicações possíveis a qualquer domínio do real.

A harmonia entre o abstrato e o concreto é uma condição essencial imposta pela filosofia positiva a quaisquer de suas teorias. Se assim não fôsse, a ciência, submersa em divagações sem fim, que caracterizam pròpriamente a metafísica, não poderia preencher o seu duplo destino de *prever* e *prover.*

Estas poucas indicações sôbre a teoria do conhecimento formulada por Augusto Comte põem em relêvo o papel representado pela abstração na formação da ciência, cujas aplicações estão inevitàvelmente sujeitas a certo grau de indeterminação.

aforismo = sentença moral breve e conceituosa; máxima; apotegma.

— A relatividade dos conhecimentos humanos —

Na base de tôda a epistemologia de Augusto Comte acha-se o aforismo por êle formulado em 1817, aos dezenove anos de idade: *"Tudo é relativo: eis o único princípio absoluto"*. (37)

"Pela palavra relativo — esclarece Ravaisson — entendia Augusto Comte, de um modo geral, aquilo que sòmente existe condicionado a outra coisa e em determinada proporção com ela. O absoluto, ao contrário, seria o que se bastasse a si mesmo, aquilo cuja idéia, como Espinosa o dizia da substância, não exigiria a idéia de nada mais. Por esta máxima, segundo a qual os nossos conhecimentos sòmente podem ser relativos, Augusto Comte entendia, pois, que não está ao nosso alcance conhecer causas, mas, apenas, fatos em relação com outros fatos, e, assim, indefinidamente; fatos, vale dizer, fenômenos tais como nô-los manifestam os nossos sentidos. Acrescentemos que, sob o nome de causas, Comte não proscrevia sòmente as fôrças ou poderes, que são concebidos mais ou menos, como o fazia a Escolástica, à semelhança das almas e dos espíritos. Êle proscrevia também essas espécies de propriedades ativas que os fisiologistas denominam espíritos vitais, as afinidades dos químicos, e até os flúidos imponderáveis dos físicos, seus flúidos elétrico e magnético, seu éter, hipóteses vãs, restos da Escolástica, máquinas inventadas para explicar comodamente os fatos, mas que na realidade, apenas serviam para dissimular a ignorância em que nos encontrávamos dos antecedentes físicos de tal ou qual fato, e que, por conseguinte, impediam fôssem pesquisados e descobertos. A ciência positiva limita-se a verificar quais os fatos sensíveis que precedem, seguem ou acompanham os fatos sensíveis, quais as relações que apresentam uns com os outros, no espaço e no tempo" (38)

E, alhures, Ravaisson comenta ainda:

"Pela palavra *positivo* Augusto Comte entende os fatos que conhecemos através da experiência; e êsses fatos

proscrever = abolir, suprimir

Escolástica = doutrinas teológico-filosóficas dominantes na Idade Média, caracterizadas sobretudo pelo problema da relação entre a fé e a razão.

são, afinal, a seus olhos, coisas relativas. A metafísica, ao contrário, propõe-se a conhecer as coisas que existem por si mesmas, independentemente de quaisquer relações, isto é, que existem de modo absoluto, sendo, por conseguinte, uma ciência ilusória". (39)

"Todos os nossos conhecimentos reais — escreve Comte — são necessàriamente relativos, de um lado, ao meio, como sendo suscetível de atuar sôbre nós, e, de outro, ao organismo enquanto sensível a essa ação. De sorte que a inércia de um ou a insensibilidade do outro suprimem imediatamente êsse comércio contínuo de que depende qualquer noção efetiva. É o que se torna sobretudo evidente nos casos em que a comunicação se opera por uma única via, como já o notei, a propósito da astronomia, relativamente aos astros obscuros, ou aos indivíduos cegos. Tôdas as nossas especulações (assim como todos os outros fenômenos vitais) são, portanto, profundamente afetadas, a um tempo, pela constituição exterior, que regula o modo de ação, e pela organização interior, que determina o resultado pessoal de cada ação, sem que possamos jamais estabelecer, em cada caso, uma exata apreciação parcial da influência ùnicamente peculiar a cada um dêsses dois elementos inseparáveis de nossas impressões e de nossos pensamentos". (40)

Como observa Lévy-Bruhl, Comte retoma aqui "uma idéia cara aos filósofos do século XVIII, e, em particular, a Diderot. Se a nossa organização fôsse diferente, os dados que a nossa ciência elabora, seriam outros. Com maior número de órgãos apreenderíamos gêneros de fenômenos de que nem sequer formamos idéia. Se, por outro lado, a nossa espécie fôsse cega, a astronomia deixaria de existir para ela. (41)

A fim de que o espírito absoluto seja inteiramente eliminado das teorias científicas, é preciso, porém, acrescentar a essa apreciação estática da inteligência individual a consideração dinâmica da inteligência coletiva da humanidade, encarada no conjunto do seu contínuo desenvolvimento histórico. O apanhado estático apenas mos-

tra que as nossas concepções seriam modificadas tanto por uma mudança de nossa organização, quanto por uma alteração do meio. A teoria dinâmica toma diretamente em consideração o evolver intelectual da humanidade, independentemente de qualquer variação orgânica ou cósmica, e mostra a influência dessa evolução sôbre os conceitos de todo gênero formulados pelo espírito humano.

"Afastada, assim, a pretensa imobilidade mental — observa Augusto Comte — a filosofia relativa acha-se diretamente constituída, porquanto somos, destarte, levados a conceber as teorias sucessivas como aproximações crescentes de uma realidade que jamais poderia ser rigorosamente apreciada, a melhor teoria sendo sempre, em cada época, a que melhor representa o conjunto das obervações correspondentes". ([42])

— *Valor relativo das leis científicas* —

As imagens que formamos dos fenômenos, assim como as suas leis, não são, pois, para Augusto Comte, em última análise, senão hipóteses válidas no grau em que forem verificáveis. Apreciadas objetivamente, sua exatidão sòmente pode ser aproximada. E, na verdade, "um fenômeno, qualquer que êle seja, consiste sempre numa *relação determinada* entre um *objeto* e um *observador*", e as leis, de seu lado, são apenas *relações constantes* entre os elementos variáveis de um acontecimento qualquer. Num caso e noutro, só apreciamos *relações*: a suposta natureza íntima dos fenômenos e das leis, escapando inteiramente ao nosso conhecimento, revela a sua inanidade real.

Não apresentando, portanto, valor absoluto, as leis científicas, segundo Augusto Comte, sòmente são incontestáveis em relação aos tipos abstratos aos quais se referem. Não são, em última análise, repito, senão hipóteses verificáveis. Apreciadas objetivamente, a sua exatidão não pode ser nunca senão aproximativa. Mas, sendo destinadas apenas às nossas necessidades, tornam-se essas

inanidade = futilidade

aproximações, o mais das vêzes, suficientes, quando bem instituídas, de conformidade com as exigências que lhes fixam o grau de precisão conveniente.

A interpretação do saber humano, dada por Comte, é essencialmente adotada por Louis de Broglie em diversos passos do livro *"Matière et Lumière"*, dentre os quais cito o seguinte:

"Em todos os casos em que queremos descrever fatos, seja na ordem psicológica ou moral, ou na ordem das ciências físicas e naturais, encontram-se necessàriamente em presença, devendo ser confrontados, e, na medida do possível conciliados, de um lado, a realidade sempre infinitamente complexa e infinitamente matizada, e, de outro, o nosso entendimento que constroi conceitos sempre mais ou menos rígidos, mais ou menos esquemáticos". ([43])

Nossa representação da ordem universal resulta, pois, segundo Augusto Comte, de um concurso necessário entre o exterior e o interior. Os exemplos da relatividade de nossas leis científicas poderiam ser apontados em todos os domínios. A lei newtoniana da gravitação não se aplica a qualquer distância, assim como a lei de Mariotte não se observa em qualquer pressão. Esta observação feita, há mais de um século, por Augusto Comte, liga-se a uma ponderação análoga de Clairaut, no século XVIII, em famosa discussão com Buffon. ([44])

A filosofia positiva não atribui, consequentemente, à mecânica de Newton, o caráter inalterável que certos sábios haviam imaginado. Augusto Comte jamais deixou de assinalar que a ordem exterior a desmentiria sempre que se levasse muito longe o seu estudo sistemático: ela só lhe parecia rigorosamente válida nos limites restritos das observações keplerianas. Êle acrescentava mesmo, para bem acentuar a relatividade dessa interpretação, que nada impede imaginar, fora de nosso sistema solar, mundos sempre entregues a uma agitação inorgânica, de tal modo desordenada, que nem mesmo permitirá determinar-se nêles uma lei geral da gravidade. Comprazia-se

Comte em formular essas ousadas suposições para desprender a razão humana do absoluto e levá-la a reconhecer a natureza puramente *relativa,* mas não arbitrária, de nossas noções acêrca da ordem exterior. (45)

O positivismo, gratuitamente acusado de abstencionista em matéria de epistemologia científica, não vê, por conseguinte, nas modernas correções trazidas por Einstein às leis da mecânica e da física e aos conceitos de espaço e tempo, senão legítimas alterações das *hipóteses* que Newton formulara como sendo as mais simples admitidas pelos dados de seu tempo. Nem é preciso acrescentar que, perante a teoria do conhecimento de Comte, a hipótese einsteiniana não é, por seu turno, senão uma imagem da ordem cósmica, mais próxima da realidade, mas que nada autoriza a considerar como sendo a sua representação total e definitiva.

Por estas poucas indicações vê-se que, se os homens de ciência do século XIX foram abstencionistas e antifilosóficos em matéria de epistemologia, a culpa evidentemente não cabe a Augusto Comte, antes muito pelo contrário.

— *Preeminência do método sôbre a doutrina* —

Augusto Comte realçou, em tôda a sua obra, a importância e a preeminência do método sôbre a doutrina, isto é, dos processos lógicos sôbre os próprios conhecimentos obtidos mediante o seu emprêgo, no que acompanhava Condorcet ao sustentar a propósito da contribuição científica de Lieutaud:

"Em tôdas as ciências, o conhecimento do método empregado para encontrar as verdades é, por assim dizer, mais precioso do que o dessas próprias verdades, porquanto encerra o germe daquelas que estão por descobrir". (46)

Nesta recapitulação de algumas das concepções básicas de Augusto Comte acêrca das diversas ciências, não

surto = arrancada, impulso
eminente = alto, elevado
sã = estado perfeito, pureza

poderiam, pois, ser esquecidas as idéias que êle emitiu sôbre os *métodos* peculiares a cada domínio científico:

"Principalmente dedutivo em seu bêrço matemático, onde as induções indispensáveis são quase sempre espontâneas, torna-se o método positivo cada vez mais indutivo à medida que atinge especulações mais eminentes. Nesta longa elaboração, cumpre distinguir quatro graus essenciais, em que a complicação crescente dos fenômenos nos faz sucessivamente desenvolver a observação, a experimentação, a comparação e a filiação histórica. Cada uma destas cinco fases lógicas, incluindo nelas o início matemático, espontâneamente absorve tôdas as anteriores, em virtude da subordinação natural dos fenômenos correspondentes. A sã lógica torna-se, assim, completa e também sistemática, logo que o surto decisivo da sociologia faz surgir o método histórico, assim como a biologia já havia instituído o método comparativo depois de ter a física suficientemente desenvolvido a observação e a experimentação". [47]

O *Curso de Filosofia Positiva* consagra a cada um dêsses processos de investigação um exame aprofundado. O estudo das propriedades lógicas e do contingente científico de cada um dêles, de seu campo de aplicação própria e de suas relações mútuas, forma o objeto de vários capítulos do grande *Tratado*.

Quando a Moral se destaca da Sociologia, para constituir o têrmo supremo da hierarquia científica, um nôvo método — o construtivo — acrescenta-se aos precedentes. Êste nôvo grau lógico pode ser considerado como uma dedução transcendente, porquanto opera sempre, como a dedução pròpriamente dita, por via de consequência.

Achando-se, assim, cada ciência dotada de seus meios lógicos próprios, o método positivo está definitivamente constituído. O encadeamento de nossas diferentes especulações pode, então, fazer-se de conformidade com duas vias intelectuais opostas: uma objetiva, outra subjetiva. A primeira procede do objeto para o sujeito,

isto é, do exterior para o interior, do mundo para o homem; a segunda segue a ordem inversa, indo do sujeito para o objeto, isto é, do interior para o exterior, do homem para o mundo.

"Reduzindo — diz Augusto Comte — suas pretensões opostas ao que apresentam de legítimo e permanente, um — o método objetivo — dirige sempre o surto fundamental do verdadeiro espírito filosófico, enquanto o outro — o método subjetivo — mantém continuamente o único princípio de ligação próprio para formar uma verdadeira unidade mental".

O método subjetivo dirige o espírito de conjunto ou de síntese, enquanto o método objetivo preside ao espírito de minúcia ou de análise, ambos indispensáveis às nossas especulações reais. ([48]) Nenhuma teoria positiva poderia ser estabelecida senão depois de ter sido demonstrada por êsses dois métodos, qualquer que haja sido aquêle que a princípio a instituiu. Tal será a regra constante seguida por Augusto Comte em sua grande elaboração científica e filosófica.

— *Irradiação da metodologia comtiana* —

Os progressos realizados no ensino e nas pesquisas científicas, no decorrer do século XIX, são, em grande parte, devidos à sistematização metodológica estabelecida por Augusto Comte. O instrumental intelectual por êle caracterizado e remanuseado produziu verdadeira revolução nos espíritos. A influência didática do *"Curso de Filosofia Positiva"* foi, pelo menos, tão considerável quanto o seu alcance filosófico. Sua disseminação através do mundo inspirou numerosas reformas universitárias, introduziu o espírito histórico e filosófico em vários ramos do ensino e orientou jovens vocações para novas sendas de investigação. Dentre os trabalhos que testemunham a influência exercida pela renovação dos métodos científicos, devida a Augusto Comte, basta citar a *"Introdução à Medicina Experimental"* de Claude Ber-

nard, inteiramente imbuída do espírito comtiano, que também fortemente influenciou a formação intelectual de Mme. Curie. (49)

As reformas do nosso ensino, preconizadas em 1882 e 1883 pelos famosos pareceres de Rui Barbosa, foram orientadas pelo espírito comtiano segundo faz ver o Professor Miguel Reale em minuciosa monografia apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia sôbre a *"Posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia"*.

Apesar dessa irradiação, é, entretanto, lastimável que de um lado, o espírito metafísico, e, de outro, preconceitos enraizados hajam frequentemente oposto sérios entraves ao conhecimento e à difusão do pensamento de Augusto Comte. Foi com imenso atraso que vários de seus pontos de vista, de capital importância para o progresso das ciências, afinal se impuseram. Citarei apenas um exemplo. Desde 1838 David Brewster assinalava, em artigo da *Revista de Edimburgo,* a completa eliminação dos flúidos e éteres das teorias físicas tratadas por Augusto Comte:

"Êle excluiu — comentava Brewster — tôdas essas concepções fantásticas sôbre os flúidos e éteres imaginários, aos quais se ligam os fenômenos do calor, da luz, da eletricidade e do magnetismo. Êle só admite as hipóteses concernentes às leis dos fenômenos e não aquelas que se referem às suas causas — sejam primeiras como os espíritos elementares de Paracelso, sejam finais, espantando-se de que aquêles que as admitem, não aceitem também os anjos e os gênios". (50)

Foram necessários mais de setenta anos para que os físicos aderissem às conclusões do filósofo. Cabe a Einstein o mérito de tê-los convertido ao ponto de vista comtiano no alvorecer dêste século: "Tôdas as nossas tentativas — diz êle — de tornar o éter real, fracassaram. Êle não revelou nem a sua estrutura mecânica, nem o movimento absoluto. Nada ficou de suas propriedades... Depois de experiências completamente frustradas, chegou

o momento de esquecê-lo para sempre, esforçando-nos por jamais pronunciar-lhe o nome". [51]

Êste exemplo, entre muitos outros, induz à reflexão e talvez devesse levar os homens de ciência de nossos dias a abrirem de quando em vez os empoeirados volumes do *"Curso de Filosofia Positiva"*, pois aí encontrariam, em matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia, ensinos atuais, em muito maior número do que poderiam supor. É o que frisa Albert Bayet no livro — *"Que é o racionalismo?"*:

"Subestima-se, por vêzes, em nossos dias, a grande revisão das ciências realizada por Comte em seu *"Curso de Filosofia Positiva"*, porquanto a maior parte dos conceitos metafísicos que êle aí denuncia estão hoje totalmente abandonados. Mas, antes de mais nada, devemos considerar que ainda hoje alguns biologistas, apegados à *fôrça vital* e a considerações ligadas às causas finais, muito lucrariam em meditar certas páginas de Comte. Não devemos, além disto, esquecer que ,se muitos dos conceitos metafísicos, que entulhavam o domínio científico em começos do século XIX, foram daí banidos, é porque a Filosofia Positiva os denunciou. A separação das ciências e da metafísica acha-se na origem das mais audaciosas conquistas contemporâneas: esta separação é obra de Comte. Ao excluir do campo da física os elementos metafísicos, e ao enquadrar os fatos humanos no campo da ciência, Augusto Comte deu o passo decisivo, tornando-se o primeiro teorista do racionalismo científico". [52]

— Comte e a evolução científica dos últimos tempos —

A evolução científica do último meio século confirma, dia a dia mais, as considerações de Augusto Comte sôbre a natureza das ciências, assim resumidas por Stuart Mill:

"Nada conhecemos além dos fenômenos, e o conhecimento que temos dos fenômenos é relativo e não ab-

soluto. Só conhecemos as relações de sucessão ou de semelhança dos fatos uns com os outros. Essas relações são constantes, isto é, são sempre as mesmas nas mesmas circunstâncias. As semelhanças constantes que ligam os fenômenos uns aos outros e as sucessões constantes que os unem uns aos outros a título de antecedentes e de conseqüentes, formam o que se chama suas leis. As leis dos fenômenos constituem tudo quanto sabemos dêles". [53]

O Positivismo proclama um determinismo rigoroso, adstrito, porém, aos arranjos, quer de semelhança, quer de sucessão, sempre inalteráveis, da ordem universal, estilizada mediante abstrações, limitando-se as modificações, em cada caso, à intensidade dos fenômenos correspondentes.

A tão decantada crise do determinismo (ruidosamente acolhida pelos idealistas, impacientes por encontrar uma brecha na armadura inteiriça das ciências positivas), crise surgida com as relações de indeterminação de Heisenberg, foi refutada por Einstein [54] e está hoje desacreditada, como honestamente confessa Louis de Broglie no livro *"Nouvelles Perpsectives en Microphysique"*, estampado em 1956.

Segundo o espírito positivo, tão bem caracterizado por Augusto Comte, essa pseudo-indeterminação sòmente poderia ser de natureza subjetiva e nunca objetiva, isto é, sòmente poderia advir da interferência do próprio observador, sem existir no fenômeno observado.

"As *incertezas* de Heisenberg — confirma agora Louis de Broglie — são apenas *incertezas de previsão* e não acarretam, de nenhum modo, verdadeira indeterminação na posição e no estado do movimento do corpúsculo". [55]

De qualquer modo, essas *"dévergondages spiritualistes"* como as classificava Marcel Boll, naquilo que oferecem de positivo, robustecem o pensamento relativista de Augusto Comte ao apresentar o complexo — *"mundo-homem"* e as suas interações incessantes como os pontos de partida de todo conhecimento positivo.

Analisando o solipsismo disfarçado nesse pseudo-indeterminismo, comenta excelentemente Marcel Boll: "Todos os espiritualistas que, desde duas ou três gerações, se insurgiam contra o freio que lhes fôra impôsto, precipitaram-se sôbre êsse maná celeste, como um banquete da vitória, uma dança do escalpelo sôbre as pretensas ruínas da concepção científica do mundo". [56]

Na impossibilidade de expor as idéias, extremamente originais e fecundas de Augusto Comte, sôbre cada uma das ciências fundamentais, desde a matemática até à moral, darei aqui apenas uma pequena amostra do que sejam.

— *A. Comte e a matemática* —

No primeiro volume do *Curso de Filosofia Positiva* trata Augusto Comte da matemática e salienta a dependência da dedução para com a indução.

Em livro de Bouligand e Desgranges sôbre *"O declínio dos absolutos matemático-lógicos"*, lê-se: "Cabe a Augusto Comte o privilégio de ter, de algum modo, restabelecido o equilíbrio (entre a ciência e a filosofia). Apresenta-se-nos o Positivismo sob a mesma forma maciça e atrativa de um sistema universal, como o cartesianismo ou o kantismo .... Que a matemática concreta repila qualquer espécie de absoluto matemático-lógico, prova-o Comte frisando, tão freqüentemente quanto pode, o *"caráter de ciência natural necessàriamente inerente à geometria e à mecânica". (Curso"*, tomo 3, página 24). Os vãos esforços, empreendidos por tantos geômetras, para rigorosamente demonstrar várias proposições fundamentais da geometria, o confirmam. *"Faça-se o que se fizer, evidentemente não se poderia evitar recorrer, às vêzes, em geometria, à simples observação imediata, como meio de estabelecer diversos resultados". (Ibidem, pg.* 224). E, estendendo sua teoria à pedagogia, Augusto Comte confessa que não encontra inconveniente em aumentar, além do que seria estritamente

necessário, o número das noções geométricas estabelecidas pela observação imediata. Um pedagogo contemporâneo não o desmentiria ....
Sob a pena de Comte o têrmo "*lógica*" possui, aliás, o mesmo sentido relativo que têm as outras ciências. A lógica não determina aprioristicamente as suas regras, que são as leis mais gerais do raciocínio: ela as descobre através da observação e da análise dos métodos que o espírito, na realidade, seguiu". ([57])

Ao tratar da geometria analítica, Augusto Comte apresenta, sob um prisma original, a geometria cartesiana e salienta o caráter de extrema generalidade impresso por Descartes à geometria, reduzindo a noção de *forma* à de *equação,* isto é, as questões de qualidade às de quantidade, através dos eixos coordenados. Propõe Comte, em consequência, seja a geometria cartesiana chamada *"Geometria Geral",* denominação aceita, desde 1842, pelo filósofo Renouvier. ([58])

Até Comte só se enxergava na geometria cartesiana a aplicação da álgebra às questões geométricas, o que não constituiria uma novidade, porquanto, como observa Liard, antes de Descartes, Viète, entre outros, já o fazia ([59]) Comte via, na iniciativa de Descartes, uma contribuição notável, sobretudo no ponto de vista lógico, pois consistiu mais na fundação de um método nôvo do que na aquisição de teoremas até então desconhecidos.

No *"Sistema de Lógica Positiva"* ou *Tratado de Filosofia Matemática",* que constitui o primeiro tomo da série que se intitularia *"Síntese Subjetiva",* Augusto Comte se propõe orientar mestres sintéticos no ensino do método dedutivo. Inspirado por objetivos lógicos e não pelo de exaurir a inesgotável matéria matemática, cingiu-se o filósofo às teorias e problemas que, a seu ver, melhor caracterizam a lógica dedutiva, afastando vários desenvolvimentos matemáticos que, possìvelmente úteis no campo prático, nada de nôvo acrescentam ao pensamento dedutivo.

Ao lado de uma *Introdução* arrastada e maçante pelas repetições e pela preocupação, descabida num tratado de matemática, de instituir a trindade positivista — o *Grã Meio* ou o Espaço; o *Grã-Fetiche* ou a Terra; e o *Grã-Ser* ou a Humanidade, a *Síntese*, na parte pròpriamente matemática, é um monumento da fôrça mental de seu autor, pois expõe, com a maior precisão, tôdas as grandes teorias matemáticas do seu tempo — desde a aritmética até a mecânica racional — sem se servir de um só algoritmo, figura ou símbolo, o que parecia, até então, impossível. Foi, no gênero, uma *coquetterie* intelectual sem precedentes, tanto maior quanto Comte, ao empreendê-la, estava afastado, havia muito, do ensino e a obra exigia, além de profundo conhecimento da matemática e de sua história, extraordinária capacidade didática.

Não admira, pois, que, em sua coluna *Dia a Dia*, do *Estado de São Paulo,* em 29 de março de 1892, Euclides da Cunha dissesse ser a *Síntese Subjetiva "o mais admirável livro do século XIX"*.

Compreende-se destarte que o Marechal Roberto Trompowsky, um dos nossos mais completos e conceituados professôres de matemática superior, em seus livros *Lições de Álgebra Superior, Geometria Algébrica, Geometria Integral* e *Geometria Diferencial,* nada mais haja feito, como êle mesmo timbrava em declarar, do que desenvolver as vistas de Augusto Comte na *Síntese Subjetiva*, minudenciando os cálculos a que sintèticamente alude o filósofo nesse livro, cujas diretrizes foram seguidas, no ensino da matemática na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por mestres como Benjamim Constant, Licínio Cardoso, Henrique Costa, Ferreira Braga e Inácio Azevedo do Amaral, entre outros.

— *Augusto Comte e a astronomia* —

"A astronomia é, até hoje — diz Augusto Comte — o único ramo da filosofia natural em que o espírito humano se haja por fim rigorosamente libertado de tôda

algoritmo = processo de cálculo

influência teológica e metafísica, o que particularmente lhe realça o verdadeiro caráter filosófico". ([60])

Ciência com que se inicia o estudo direto do meio físico em que vivemos, a astronomia mereceu, da parte de Augusto Comte, uma atenção tôda especial. Assinalou êle, com efeito, o significado dos fenômenos celestes ao longo do evolver histórico, porquanto, pela majestade terrífica de alguns e pela regularidade eterna de outros, dominavam as imaginações, ao mesmo tempo que regulavam o ritmo da vida coletiva.

A adoração fetíchica da abóbada celeste, das estrêlas dispostas em constelações inalteráveis, do Sol, da Lua e dos planêtas errantes, inspirou os primeiros conhecimentos científicos e as primeiras noções da imutabilidade das leis naturais, inacessíveis a vontades arbitrárias.

A circunstância de constituírem os fenômenos astronômicos um campo magnífico de aplicação das leis numéricas, geométricas e mecânicas, a par do alto interêsse que sempre despertam, explica o extraordinário papel educativo do seu estudo, verdadeiro modêlo didático do que seja uma ciência positiva.

Êsse excepcional poder de positivação dos entendimentos, por parte da astronomia, levou mesmo Augusto Comte a realizar, durante dezessete anos consecutivos, cursos populares e gratuitos desta ciência, cursos êsses depois enfeixados num tratado especial sôbre a matéria.

Sem nenhuma intenção de acrescer as suas teorias e as suas aquisições, dedicou-se Augusto Comte nessa, como nas demais ciências anteriores à sociologia e à psicologia, à coordenação filosófica e à disciplinação metodológica de seu conteúdo positivo, caracterizando o seu surto histórico, o seu destino social e as suas ligações com o conjunto do saber teórico.

Modêlo de obra didática, o "*Tratado de Astronomia*", da lavra de Augusto Comte, inicia-se por uma introdução geral dedicada ao estudo do espetáculo fundamental do céu, independentemente dos lugares e dos tempos. Segue-se a segunda parte dedicada aos meios gerais de observa-

increpar = acusar, censurar

ções precisas. Na Geometria Celeste, objeto da terceira parte, são estudados os processos de calcular as distâncias e determinar a forma e a grandeza dos astros, em especial da Terra, as três leis de Képler, etc. Termina o *Tratado* com a Mecânica Celeste, onde, partindo da lei fundamental da gravitação, procede Comte à determinação das massas dos astros, ao estudo das marés e à teoria das perturbações das órbitas planetárias.

Increpações são frequentemente feitas a Augusto Comte por ter afirmado em 1834, em suas lições de filosofia astronômica, numa linguagem excessivamente rígida (que lhe era, aliás, peculiar), que *"jamais poderíamos estudar por nenhum meio, a composição química dos astros"*. ([61]) Esta afirmativa estava inteiramente de acôrdo com as idéias aceitas pelos maiores espíritos da época. Segundo faz ver o Dr. Friedrich Becker, professor da Universidade de Bonn, ainda em 1840, um astrônomo tão bem informado quanto F. Wilhelm Bessel (criador do observatório da Universidade de Könisberg, instituto que serviu de modêlo a uma longa série de observatórios fundados no século XIX), em 1840, vinha eu dizendo, F. W. Bessel ainda considerava, como único objeto da astronomia, *"achar as regras do movimento de cada astro e delas deduzir a sua posição em qualquer instante"*. Tudo quanto, além disto, se podia saber sôbre os corpos celestes, parecia-lhe, "pròpriamente falando, não indigno de atenção, mas sem qualquer relação com o interêsse astronômico pròpriamente dito". ([62])

Assim, pois, os ataques acerbos que a afirmativa de Augusto Comte, em 1834, lhe suscitou, decorrem de evidente malevolência. Bastaria que os críticos se reportassem às linhas que precedem, na mesma página, o texto em aprêço, para encontrar a explicação do ponto de vista adotado pelo filósofo. Aí se acha, na verdade, a seguinte claríssima advertência: *"Tôda pesquisa acêrca dos astros, que não fôr reductível a simples observações visuais, nos é, necessàriamente, interdita"*. ([63]) Êste é o princípio geral, estabelecido por Comte, para definir os limites nos

acerbo = amargo, duro

quais se situam os nossos conhecimentos astronômicos. De acôrdo com essa regra, tôdas as propriedades que, em qualquer momento, puderem ser traduzidas por impressões óticas, entrarão naturalmente no domínio de nossas possibilidades em Astronomia. A descoberta dos espectros dos elementos químicos, em 1859, por Kirchhoff e Bunsen, dois anos depois da morte de Comte, veio inopinadamente tornar acessível às observações visuais, mediante os espectroscópios e espectrógrafos, a composição dos corpos incandescentes, qualquer que seja a distância em que se encontrem.

Seria uma tal descoberta previsível um quarto de século antes, isto é, em 1834, quando Comte, no *Curso de Filosofia Positiva*, teceu as suas considerações sôbre a astronomia? Mesmo que seja afirmativa a resposta (o que, pelo menos, é duvidoso), seria motivo para se fazerem, a êste propósito, acrimoniosas invectivas contra um dos gênios teóricos mais fecundos do século XIX?

Desprovidos de qualquer senso de justiça, inúmeros são os biógrafos e críticos que se preocupam em achar, em nossos conhecimentos atuais, desmentidos às assertivas e previsões feitas, há mais de cem anos, pelo grande Inovador.

Augusto Comte deu provas, em diversas ocasiões, de notável espírito de auto-crítica, ao assinalar, em seus numerosos tratados, os erros e lacunas que êle havia sido o primeiro a reconhecer. Êle sabia que até mesmo o homem de gênio não possui o dom da infalibilidade, como não dispõe da presciência, nem da ubiquidade.

Se os críticos, que se negam a enquadrar Augusto Comte em sua época, procedessem com o mesmo critério relativamente a Platão, Santo Agostinho, Bacon, Espinosa ou Leibniz, que restaria da obra admirável dêsses poderosos criadores? Quem ousaria fazer das idéias de Aristóteles sôbre a necessidade da escravidão ([64]), uma fonte de ataques e injúrias contra o peripateticismo? Quem se permitiria, a propósito de Santo Tomás de Aquino, cobrir de sarcasmos a *Suma Teológica*, porque o Doutor

volitar = esvoaçar, volutear

Angélico aí dedica numerosas páginas a discorrer sôbre a substância dos anjos, sua locomoção, sua capacidade volitiva, seu livre-arbítrio, sua possibilidade de procriar? ([65]) Quem se apegasse a salientar os erros de Descartes sôbre a circulação do sangue ([66]), em vez de elevar-se à altitude da revolução mental que realizou, não seria tido como indigno de versar tão grande tema?

Tal é, entretanto, o processo de análise e de julgamento empregado freqüentemente em relação a Augusto Comte, por homens de ciência e homens de letras que jamais admitiriam que se pudesse proceder assim para com Hume, Pascal, Paracelso, ou Santo Anselmo.

O tom de vaia dessas críticas não ilude, porém; não é o amor da verdade que as inspira...

Por seu propósito de fundar, fora da teologia, um sistema universal de educação exclusivamente baseado na ciência e capaz de acompanhar o homem do berço ao túmulo, ao qual denominou (talvez de modo pouco feliz) *Religião da Humanidade*, Augusto Comte feriu sentimentos opostos, mas igualmente fortes: os dos crentes das religiões tradicionais, que viram na sua tentativa uma paródia sacrílega, e os dos defensores da ciência positiva, que a condenaram como uma deserção do espírito científico. É o que faz ver Devolvé em suas "*Reflexões sôbre o pensamento comtiano*", onde salienta que "os dois campos, entre os quais se divide o grosso do pensamento moderno, têm, assim, cada qual, seus motivos para hostilizar o grande Inovador" ([67]) A êsses dois campos se acresce hoje o arraial dos marxistas, que pretendem considerar a solução político-social de Augusto Comte mero paliativo burguesocrático, tipo "*Louis phillippard*", esquecidos de que, para o filósofo, a burguesia não passa de uma classe transitória, inevitàvelmente destinada a desaparecer...

Daí tem resultado, como assinala Uta, "um movimento anti-positivista feroz, que empreende a todo transe a destruição sistemática dêsse indispensável elemento do pensamento filosófico de nossos dias". ([68])

paródia = imitação; arremedo
paliativo = disfarce; atenuante

foliculário = escritor de folhetos, mau jornalista.

Mais do que ninguém tinha Augusto Comte consciência dos erros quase inevitáveis numa obra tão extensa quanto a sua. Que gênio poderia ter a pretensão de não cometê-los num empreendimento de tamanha envergadura, que constitue, na observação de Henri Gouhier ([69]), um verdadeiro *"universo mental"*, onde todo o saber humano de seu tempo é submetido ao crivo do método científico, analisado em seu quadro epistemológico, remanuseado e engrandecido por vistas inteiramente novas? O que mais surpreende nessas quinze mil páginas escritas de um só jacto e estampadas às pressas, sem que a miséria com que lutava o filósofo lhe permitisse reescrevê-las, é exatamente a insignificância das ninharias, procuradas com o microscópio e ruidosamente anunciadas. Tais críticos são bem os irmãos siameses daquele foliculário que, a propósito da morte de Descartes e da sua esperança de aumentar, através de seus estudos fisiológicos, a duração da vida humana, escreveu na *"Gazeta de Antuérpia"*: *"Na Suécia acaba de morrer um tolo que dizia que poderia viver tanto quanto quisesse"*... ([70])

A. Comte e a biologia

Depois de coordenar, de conformidade com o método positivo, as teorias da matemática, da astronomia, da física e da química, emitindo, a respeito, idéias de grande alcance, desenvolve Augusto Comte, no terceiro volume do *Curso de Filosofia Positiva*, as suas concepções sôbre a biologia.

Sua contribuição metodológica foi aí notável e constituiu inconteste novidade. Assinalou, de fato, a necessidade de um estudo aprofundado do meio físico em que se desenvolvem os diversos tipos de vida; esboçou as leis da biologia estática ou biotomia, assim como as da biologia dinâmica ou bionomia. A classificação dos sêres vivos, o estudo biológico das funções do cérebro e das relações do físico com o moral, isto é, da incessante interação entre a vida vegetativa e a de relação, apresentam

observações filosóficas que fundamente repercutiram no evolver da ciência biológica.

Foi em 1828, ao analisar o *Tratado* de Broussais sôbre *"A Irritação e a Loucura"*, que Comte pela primeira vez discorreu sôbre questões de fisiologia, patologia e psicologia. O exame, a que então procedeu, sôbre a sua evolução científica e lógica, suas relações mútuas, suas lacunas e os aperfeiçoamentos que lhes deveriam ser impressos, colocou-o imediatamente entre os grandes renovadores das ciências biológicas no século XIX.

Augusto Comte atribuiu a Broussais a fundação da *patologia positiva*, isto é, "da ciência que liga as perturbações dos fenômenos vitais à lesão dos órgãos ou dos tecidos":

"O estado patológico — escreve êle — era até então ligado a leis inteiramente diversas das que regem o estado normal, de sorte que o conhecimento de um de nada servia para elucidar o outro. Broussais estabeleceu que os fenômenos da doença coincidem essencialmente com os da saúde, de que só diferem pela sua intensidade. Êste luminoso princípio tornou-se a base sistemática da patologia, assim subordinada ao conjunto da biologia". ([71])

Os desenvolvimentos que Comte apresentou ao princípio de Broussais foram recentemente assinalados por Canguilhen em seu *"Ensaio sôbre alguns problemas atinentes aos estados normal e patológico"*.

"Comte — escreve, nesse ensaio, Canguilhen — eleva a concepção mesológica de Broussais à categoria de axioma universal, e não seria excessivo dizer que êle lhe consagra o mesmo valor dogmático da lei de Newton ou do princípio de d'Alembert ....

....

A teoria positiva da modificabilidade dos fenômenos condensa-se inteiramente neste princípio universal, resultante da extensão sistemática do grande aforismo de Broussais: *Tôda modificação artificial ou natural, da*

ordem real, apenas concerne à intensidade dos fenômenos correspondentes".

Blainville, o famoso biologista do século XIX, costumava citar Augusto Comte, em seus cursos, como uma autoridade na parte atinente às idéias gerais em biologia ([72]), e Charles Robin, fisiologista de renome, declarou haver inùtilmente procurado, em biologia, idéias fundamentais tão justas e luminosas quanto as de Augusto Comte: "Fui forçado — acrescenta — a seguir passo a passo Augusto Comte em meu trabalho (sôbre a biologia". ([73]) ....

Conseguiu, por isto, Comte, entre os médicos e fisiologistas, nota Paul Tannery, "adesões tão importantes pelo seu valor quanto pelo seu número, exercendo, por suas idéias, pronunciada influência sôbre o progresso da ciência biológica. Esta influência aparece especialmente no espírito que durante longo tempo animou a *Société de Biologie,* fundada em 1848, como salienta o Dr. Gley em notável estudo inserto nos *Anais internacionais de História comparada* (Congresso de Paris, 1900, História das Ciências). Graças aos trabalhos dos sábios ilustres que fizeram a glória dessa Sociedade, e que foram todos mais ou menos tocados pelo comtismo, a influência da Filosofia Positiva penetrou na Biologia tanto quanto era necessário para assegurar-lhe um progresso decisivo sem acabar por constrangê-la nos liames de uma fórmula morta ......

....

"A concepção da vida sôbre uma base puramente química, tal como Comte a apresentou (numa época em que a teoria celular ainda não existia) é, evidentemente, o ponto de partida da que Le Dantec devia formular em nossos dias (1905).

"Talvez seja cabível indagar se, na sociologia do futuro, a influência da obra de Augusto Comte ficará mais profundamente marcada do que em biologia. Mas, sobretudo no atinente à exposição sintética que se encontra nos cinco primeiros volumes de Augusto Comte, deve-se notar que, mui provàvelmente, não se tornará a encontrar,

no futuro, um trabalho tão profundo e tão completo realizado por um só homem. Talvez, entre 1850 e 1870, um gênio igual ao seu, dotado de um poder de assimilação tão notável, tivesse ainda podido ensaiar uma obra do mesmo gênero, refundindo e desenvolvendo o trabalho de Comte. Mas, há mais de meio século, tão rápido e tão intenso foi o desenvolvimento científico que hoje seria necessário recorrer a uma colaboração e renunciar à unidade de vistas que constitue o grande interêsse de tais empreendimentos". (74)

A. Comte e a economia política

Do quarto ao sexto volume do *"Curso"* trata Augusto Comte da *física social* ou *"sociologia"*, palavra por êle criada para designar a ciência dos fenômenos sociais. Tecendo considerações políticas sôbre a necessidade da fundação desta ciência, analisa Comte o estado social de seu tempo e aprecia as tentativas de constituição da respectiva ciência até êle empreendidas. E faz, a êsse propósito impressionante crítica da economia política, emitindo idéias que inspiraram, na Alemanha, os corifeus da escola histórica: Hildebrando, Roscher, Knies, Schmoller, Wagner, Lombart e Brentano. É o que ressaltam vários historiadores das doutrinas econômicas, tais como, entre outros, Ingram (75), Hector Denis (76), Schiatarella (77), Roger Mauduit (78), Gide e Rist (79).

Para Augusto Comte, como salienta Mauduit, a economia política do seu tempo era "uma teoria odiosa pelo seu otimismo de encomenda e pela sua indiferença perante as desordens sociais e os sofrimentos dos operários ....
....

O que mais havia irritado Augusto Comte contra os economistas clássicos era a sua altiva indiferença relativamente à miséria dos operários, indiferença acompanhada de bela serenidade em relação às desordens evidentes acarretadas pelo nascimento e pelo surto da grande indústria. A ciência econômica, que era então uniformemente individualista, proclamava a necessidade de abster-se o

Corifeu = chefe; indivíduo q. se destaca dos demais em uma arte, profissão, categoria, etc.

Estado de qualquer interferência e declarava que as perturbações eram apenas passageiras, e que, depois de oscilações mais ou menos extensas, tudo retornaria afinal, à posição de equilíbrio, porquanto havia, no seio da sociedade, uma harmonia fundamental. Augusto Comte vira tudo quanto essa doutrina encerrava de cruel para o indivíduo, para o trabalhador entregue a si mesmo no torvelinho dos negócios e largado, em tôdas as desumanas lutas da concorrência, à mercê do desemprêgo e da fome. Augusto Comte, ao contrário, queria "*integrar*" o operário na sociedade". ([80])

A. Comte e a filosofia da história

Depois de fazer a crítica da economia política de seu tempo, determina Comte os caracteres do método positivo nas pesquisas sociais e estuda as relações da sociologia com as demais ciências. E, após considerações preliminares sôbre a estática social ou teoria da ordem espontânea das sociedades humanas, expõe as leis do progresso social. E entra a apreciar o fetichismo e a astrolatria, e traça o quadro do evolver da civilização ocidental, cujo berço coloca nas teocracias da Caldéia e do Egito, fazendo ver como delas derivam, sucessivamente, as civilizações grega, romana, católico-feudal, a fase moderna, e, por fim, a Revolução Francesa, que acaba a destruição do regime das castas e inaugura os tempos novos.

Eis como Stuart Mill comenta a filosofia da história de Augusto Comte:

"Êsse exame ocupa dois grandes volumes, mais de um têrço do *Curso de Filosofia Positiva*, e nesses dois volumes dificilmente se achará uma frase que não encerre uma idéia. Julgo êste trabalho o mais considerável de Comte, excetuado o seu balanço das ciências do seu tempo, sendo mesmo, sob certos aspectos, mais notável do que êste último. Quereria fôsse compatível com os limites de um ensaio, como êste, dar uma idéia, mesmo fraca, do valor extraordinário dessa análise histórica. É preciso lê-la para bem apreciá-la. Quem quer que se negue a crer

que da filosofia da história se possa fazer uma ciência, deve suspender o seu juizo até haver lido êsses volumes de Augusto Comte". (81)

A teoria da idade-média ocupa, na filosofia da história de Augusto Comte, um lugar preponderante. Sua apreciação dessa grande época permitiu-lhe construir uma série histórica sem *hiato*. É o que salienta, entre outros medievistas, o Cardeal Cerejeira num precioso livro sôbre a Idade-Média:

"Quem encarou o problema da Idade-Média no seu aspecto mais geral, procurando definir-lhe o sentido na história geral da civilização, consoante o que, então, se chamava a filosofia da história, foi o pai da filosofia positiva, Augusto Comte, e o seu grande discípulo Emílio Littré, que tão decisiva influência exerceram na direção do espírito contemporâneo. Como tantas vêzes tem sucedido, foram os filósofos que, por acostumados a verem os problemas na sua maior generalidade, ensinaram a lição aos historiadores — no que êstes não perderam, nem em largueza de vistas, nem na liberdade da investigação".

E o Cardeal Cerejeira continua:

"Augusto Comte, tendo dirigido de muito cedo o conjunto das suas meditações sociológicas para a apreciação da Idade-Média, "*como nó essencial duma verdadeira filosofia da história*", guiado pela sua lei da evolução espiritual, reconheceu nela uma grande época histórica, a que não regateia palavras de admiração. Leia-se sobretudo a sua célebre lição 54ª do "*Cours de Philosophie Positive*" (t. V), sôbre "*A apreciação geral do último estado teológico da humanidale: idade do monoteísmo*", escrita em dezesseis dias seguidos do ano de 1840 e publicada no ano seguinte, ou os quatro tomos do "*Système de Politique Positive*", aparecidos entre 1851-1854".

"Concorrendo contemporâneamente com o Romantismo — remata o Cardeal Cerejeira — a escola de Augusto Comte forneceu àquela tendência de reabilitação, justificando-a, a justa fórmula filosófica e sociológica. Com a sua lei dos três estados, o Positivismo via na

evolução humana um desenvolvimento orgânico e, portanto, a Idade Média, que correspondia à última fase do período teológico, integrava-se como uma grande época histórica, numa superior filosofia da história". (82)

Eis, ainda, sôbre a filosofia da história de Augusto Comte, como em um jornal de Londres, se externou, em 1927, um dos mais conceituados historiadores da modernidade — Guillermo Ferrero:

"Nas páginas maciças do grande Positivista dorme um sono profundo, esperando, sem dúvida, a hora do despertar, uma doutrina que a nossa época nem refutou, nem aceitou, como se tivesse mêdo de descobrir, depois de sério exame, que é verdadeira. Que diz essa doutrina? Que durante os três últimos séculos o espírito ocidental não produziu senão doutrinas críticas; essas doutrinas deram origem a revoluções que, por sua vez, geraram doutrinas mais audaciosas ainda, as quais engendrarão ou não tardarão a engendrar revoluções ainda mais profundas. De uma doutrina à outra avança o Ocidente para uma anarquia argamassada de sofismas que tornam o problema da ordem e da autoridade quase insolúvel. Nas últimas páginas do *Curso de Filosofia Positiva* encontram-se, sôbre a sociedade moderna, alguns passos que sempre me pareceram conter algumas das verdades mais penetrantes que hajam sido escritas em nossos tempos. Apesar de certos hiatos, elas nos ajudam a compreender até mesmo êsse estranho suicídio que o Imperalismo europeu está prestes a praticar diante de nossos olhos estarrecidos". ([83])

A. Comte e a história das ciências

George Sarton, professor da Universidade de Harvard, grandemente respeitado pelos seus trabalhos sôbre a história das ciências, assim realçou a imensa importância da revolução que Augusto Comte realizou ao introduzir, no conjunto do saber humano, o espírito histórico:

"Augusto Comte deve ser considerado o fundador da história das ciências; foi, pelo menos, êle quem teve,

argamassada = fig. coberta
sofisma = argumento falso para induzir outrem a erro.

a respeito, uma compreensão lúcida e precisa, senão completa. Em seu *Curso de Filosofia Positiva*, publicado entre 1830 e 1842, êle exprime, muito claramente, as três idéias seguintes: 1ª) nenhum trabalho sintético pode ser feito sem que constantemente se recorra à história das ciências; 2ª) para bem compreender o desenvolvimento do espírito humano e a história da humanidade, é preciso estudar a evolução das diversas ciências; 3ª) não basta estudar a história de uma ou de várias ciências particulares; deve-se estudar a história de tôdas as ciências consideradas em seu conjunto". O verdadeiro continuador do pensamento de Comte, em nosso ponto de vista especial, não é Laffitte, nem Cournot, mas Paul Tannery. Não preciso falar longamente sôbre êle, porquanto todos os que possuem conhecimentos, mesmo limitados, da história das ciências, certamente já recorreram a algumas de suas memórias, tão notáveis pela sua originalidade e precisão. O próprio Paul Tannery atribuia grande importância ao seu parentesco intelectual com Augusto Comte e mui frequentemente exprimiu a sua admiração pelo fundador do Positivismo". [84]

Tal é ainda o testemunho de outro historiador das ciências grandemente acatado — F. Enriques: "Enquanto Ernesto Mach levava adiante a idéia do positivismo através de uma crítica do conhecimento científico, procurava Tannery realizá-la no domínio científico". (85)

Eis, na verdade, o que o próprio Tannery declara ao submeter, aos professôres do Colégio de França, os seus títulos à cátedra de *História Geral das Ciências*:

"Sinto-me grandemente embaraçado quando muitos filósofos, mesmo eminentes, me fazem a honra de tratar-me como um de seus pares, porquanto, na realidade, nunca assimilei senão uma única filosofia, a de Augusto Comte, e isto aos vinte e dois anos, e foi mesmo a sua influência sôbre mim que provocou os meus melhores trabalhos, cujo objetivo era o de verificar e precisar as suas idéias sôbre a *História das Ciências*". E, numa carta ao redator-chefe de *Le Radical*, Tannery escreve ainda: "Sou

um discípulo de Comte e o positivismo é, a meu ver, indispensável ao estudo da história científica". ([86])

A. Comte e a fundação da Sociologia

A Sociologia, tal como foi por Comte constituida, é uma ciência abstrata. Ele expõe o objeto, os métodos, as divisões fundamentais, as leis aplicáveis a tôdas as sociedades possíveis, fazendo abstração de todos os modificadores decorrentes do meio, do clima, da raça, das condições políticas. Desde Comte — escreve Hector Denis — "os métodos indutivos apoderaram-se definitivamente do estudo sistemático das sociedades humanas. A pesquisa das leis faz-se pela observação direta dos fatos sociais: elas não se deduzem mais de dados apriorísticos hauridos na metafísica, ou mesmo em ciências mais simples; a Biologia ou a Psicologia. A filiação e a correlação dos fatos sociais são estabelecidas através de uma observação direta e independente. Comte tornou verdadeiramente fecunda a obra de Condorcet, que concebera mal a filiação dos fenômenos. Daí, a partir de Comte, um surto da Sociologia que nada pôde deter". ([87])

Ao concluir o seu *"Ensaio histórico e crítico sôbre a Sociologia de Augusto Comte"*, pondera Alengry:

"O nome de Comte ficará eternamente ligado à história das origens da sociologia. E, se esta algum dia chegar a dirigir os políticos, como a astronomia os pilotos e a fisiologia os médicos, a posteridade reconhecida não poderá esquecer aquêle que nitidamente indicou o alvo e o meio adequado para atingí-lo. Graças a Comte, o reino social foi definitivamente anexado ao resto da natureza. Ora uma tal anexação é sempre uma obra de gênio; não há maior conquista do que a que consiste em acrescentar um nôvo continente ao domínio intelectual da humanidade. As descobertas de minúcia que aí se fizerem serão secundárias ao lado dessa que foi a única a possibilitá-las". ([88])

É também o que reconhece Henri Bergson:

"Se, sôbre certos pontos, pode-se contestar a obra sociológica do mestre, terá êste sempre o mérito de haver

recôndito = oculto
escaninho = cofre, esconderijo

traçado à sociologia o seu programa e ter começado a preenchê-lo. Reformador à maneira de Sócrates, êle não teria dúvida, como já se observou, em aceitar a divisa socrática: *"Conhece-te a ti mesmo"*, mas tê-la-ia aplicado às sociedades e não apenas aos indivíduos, sendo o conhecimento do homem social, a seus olhos, o ponto culminante da ciência e o objeto, por excelência, da filosofia". ([89])

Sistema de Política Positiva

Pela profundeza e originalidade das idéias, pela audácia do plano e o alcance das soluções propostas, o *Tratado de Sociologia* de Augusto Comte — ou *Sistema de Política Positiva* — constitue a sua obra capital. Pode êste trabalho, a justo título, ser considerado a *Suma intelectual e moral* do século XIX. A multiplicidade dos assuntos que abrange; as novas vistas que apresenta sôbre as diversas ciências, sôbre a filosofia, a lógica, a arte e a educação; a renovação que introduz na teoria do entendimento; sua análise de natureza humana em seus mais recônditos escaninhos psicológicos; sua filosofia da história; a unidade que estabelece entre os nossos sentimentos, pensamentos e atos, ligando-os indissolùvelmente aos destinos da Humanidade; a solução que oferece para o problema da incorporação social do proletariado; a disciplina moral que institue, e, sobretudo, o quadro que esboça do futuro humano, quando a ciência há de tornar-se a diretriz da sociedade, todos êstes aspectos ultrapassam os limites de um simples *tratado de sociologia* e erigem o *Sistema de Política Positiva* à categoria de uma das maiores criações intelectuais de todos os tempos.

Não foi sem razão que, tendo em vista essa grande construção, ao estabelecer o paralelo entre Santo Agostinho e Comte no volume onde estuda *"O espírito da filosofia medieval"*, Étienne Gilson ponderou:

"Augusto Comte e seus *três estados*", que preparam uma *religião da Humanidade*, faz, por vêzes, pensar num Agostinho ateu cuja *Cidade de Deus* descesse do Céu sôbre a Terra". ([90])

As idéias políticas de Augusto Comte, expostas no *Sistema de Política Positiva*, obtiveram, em França, no século XIX, a adesão de vários chefes do partido republicano, tais como Jules Ferry, Léon Bourgeois e Gambetta. Notáveis, nesse tratado, e de grande atualidade, são as considerações do filósofo condenando a política colonial das nações ocidentais e pregando a urgência de ser Gibraltar espontâneamente restituído pela Inglaterra à Espanha, e definitivamente emancipadas a Índia, a Argélia, Marrocos e demais colônias européias.

Vários publicistas de renome, como Stuart Mill, Littré, Taine, Durkheim, Lévy-Bruhl, Sully-Prudhomme, Brunetière, Léon de Montesquiou, Paul Bourget, Charles Maurras e Alain, entre muitos outros, fizeram-se porta-vozes das concepções de Comte, atinentes à história, à poesia, à ciência, à política, à sociologia e à moral.

A tal ponto apreciava Brunetière o que Comte diz sôbre o significado social do *direito* que "almejava fôsse essa págna do filósofo exposta nas paredes das escolas ao lado da *Declaração dos Direitos do Homem*". (91)

A concepção comtiana da socialização do direito inspirou uma renovação do pensamento jurídico, de que se fizeram intérpretes, em França, entre outros, Duguit, Josserand, Capitant, Carré de Malbergue, Ripert; na Itália Cogliolo e Grandi; na Espanha, Calvo Sotelo e Ascárate. (92)

Ainda êste ano Pierre Arnaud, assistente da Sorbonne, tece em tôrno da *Política Positiva*, o seguinte comentário.

"Quando o tôrno, em que o Marxismo mantém prêso o pensamento ocidental há mais de um quarto de século, fôr suficientemente afrouxado e o ceticismo, que começa a ganhar os homens e as instituições, chegar aos dogmas, a *Política Positiva* injustamente eclipsada, ressurgirá intacta e viva. Perceberão então os homens que a Ditadura do Proletariado não decorre mais lògicamente do conjunto do passado humano do que a Sociocracia, e que o materialismo histórico não é um método mais irrefu-

sociocracia = forma de governo teórica, em q. o poder cabe à sociedade como um todo.

tável do que os princípios positivos da indivisibilidade humana e da convergência das séries.

"Irão, sem dúvida, mais longe, até reconhecer que, de tôdas as ideologias políticas dos séculos XVIII e XIX, que continuam a alimentar a nossa civilização industrial, a *Política Positiva* permanece a menos utópica, a mais realista e é a que se encontra em melhores condições para servir de base à elaboração da grande doutrina conservadora que, até o presente, não foi esboçada senão pelo empirismo e pela necessidade".

(Pierre Arnaud: *"Politique d'Auguste Comte"* — Armand Collin — Paris, 1965 — pgs. 41 e 42)

— *Influência e repercussão do pensamento de Augusto Comte* —

Eis por que podemos dizer, com Paul Tannery, na lição por êle proferida no Colégio de França sôbre *"Augusto Comte e a história das ciências"*:

"Augusto Comte é um dos filósofos que mais terão influído sôbre o espírito francês, e, por conseguinte, podemos proclamá-lo altamente, sôbre o espírito do mundo civilizado. Podemos, a êste respeito, colocá-lo no mesmo plano de Descartes: êle deixará, no cérebro das gerações vindouras, um sulco tão duradouro quanto o do imortal filósofo do século XVII". ([93])

De tal modo, na verdade, entrelaçou-se o espírito comtiano ou positivo com o pensamento geral de nosso tempo que quase não o notamos mais, assim como não nos damos conta do ar que respiramos — assinalava, já em fins do século passado, Lévy-Bruhl. E acrescentava: "A história, o romance, e até mesmo a poesia refletiram a influência do espírito positivo, e, depois de tê-la recebido, contribuiram para disseminá-la. A sociologia contemporânea nasceu de Comte, e a psicologia científica, até certo ponto, também dêle procede. Eis porque — conclui Lévy-Bruhl — não é, sem dúvida, temerário sustentar que a filosofia positiva exprime algumas das tendências mais características de nosso século". ([94])

suma = resumo, súmula
imbuído = embebido

Ao concluir êste capítulo podemos repetir os conceitos que, sôbre a *Suma* intelectual do século XIX e o seu fundador, emitiu o grande cético, que foi chamado o "bom mestre" dos partidos avançados de seu tempo — Anatole France:

"Será possível — indaga êle — seja hoje verdadeiramente estranho ao Positivismo alguém que leve uma vida de pensamento? Não estão os espíritos cultivados de nosso tempo imbuídos dessas grandes idéias que Augusto Comte renovou ou criou, imprimindo-lhes uma ordem que as robustece? Não foi êsse filósofo quem nos desviou das vãs construções metafísicas? Não é a êle, mais do que a qualquer outro, que devemos a nossa confiança no método experimental? Não foi dêle que aprendemos a genealogia das ciências e as épocas do espírito humano? Não lhe devemos, enfim, a idéia feliz de uma moral fundada na solidariedade humana? Tão profundamente penetrou o Positivismo na consciência universal de nossos dias que não se encontraria um espírito livre que dêle não seja, em algo, tributário". ([95])

"Resta-me, pois, prestar — conclui Anatole France — a homenagem de um espírito independente ao fundador dessa doutrina tão compreensiva, tão envolvente, por êle construída com tanta bondade quanto gênio. Jamais houve quem amasse a humanidade com um coração a um tempo tão viril e tão terno; jamais houve quem trabalhasse pela felicidade de seus semelhantes com tamanho ardor e ostentasse, de modo tão completo, tão altas faculdades ao traçar o plano da mansão ideal, da casa de poesia e de amor ....
Mesmo sem crer ou desejar o triunfo da Filosofia Positiva em sua forma doutrinária, todos nós nos unimos ao seu fundador num sonho de concórdia, de paz e harmonia, juntando-nos a êle para invocar essa paz universal que o grande César (cujo papel histórico o Positivismo tão bem compreendeu) foi o primeiro a preparar no mun-

do; essa paz, pela qual, na Itália, imerso num inferno de ódios e cóleras, suspirava o Dante, e que os melhores espíritos de nossa época, por entre ruidos de armas, anunciam e almejam para um tempo que não há de tardar. (96)

NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO

1) — *Vide* Frantz-Funck-Brentano: "*Le Moyen Âge*", pg. 151 Paris, Hachette, 6ª edição. Ver também, Gaston Paris: "*La poésie du Moyen Âge*", 1ª série, pg. 11, da 10ª edição, Paris, Hachette.

2) — Joseph Lonchampt: "*Essai sur la prière*", pgs. 9 e seguintes da tradução portuguêsa de Miguel Lemos, Rio, 1896.

3) — A. Comte: "*Système de Politique Positive*", vol". IV, *Appendice Général*, pg. 50, Paris, Carilian, 1 *ère* ed. 1854: "*Correspondance Inédite*", 2*ème* série, pg. 281, Paris, au siège d la Société Positiviste, 1903. Conf. "*Lettres à Valat*", pg. 186, Paris, Dunod, éditeur, 1870.

4) — Veja-se Henri Gouhier: "*La Jeunesse d'Auguste Comte*", 3 vols., Paris, J. Vrin, 1933, 1936 e 1941. Neste livro de suma importância, Gouhier destroi, uma vêz por tôdas, a lenda da filiação intelectual de Augusto Comte a Saint-Simon e evidencia que, mui ao revés, foi êste último quem, depois de tê-lo conhecido, se inspirou nas idéias originais de Comte.

5) — *Vide* A. Comte: "*Ce que c'est que la politique positive*", *in* "*Revue Occidentale*", 5e année,, nº 3, 1 *er* mai 1882, pg. 382. Conf. Pierre Laffitte: *Matériaux pour servir à la biographie d'Auguste Comte*", ibidem nº 4, 1 *er* juillet 1882, pg. 30.

6) — Jules Lemaître, *in* "*Annales politiques et littéraires*" du 8 septembre 1907, apud Constant Hillemand: "*La vie et l'oeuvre d'Auguste Comte*", pg. 46, Paris, Revue Positiviste Internationale, 1908.

7) — Alengry: "*Essai historique et critique sur la Sociologie chez Auguste Comte*", pg. 86, Paris, Alcan, 1900.

8) — Émile Littré: "*Auguste Comte et Stuart Mill*", pgs. 15, 16 e 17, Paris Germer Baillière, Libraire éditeur, 1867.

9) — Veja-se J. Stuart Mil: "*Auguste Comte et le Positivisme*", traduit de l'anglais par Georges Clemenceau, 8 ème édition, 1907, pg. 14.

10) — A lei dos três estados é exposta por Comte nos seguintes trabalhos:

a) "*Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganizer la société*" (Mai 1822), *in Apêndice Geral*, do *Sistema de Política Positiva*, vol. IV, pg. 77, da 1ª edição;

b) "*Considérations philosophiques sur les sciences et les savants*", 1. cit., pg. 137;

c) *"Cours de Philosophie Positive"*, vol. I, 1 *ère* leçon: vol. IV, 51 *ème* leçon, pgs. 653-713 da 1ª edição;
d) — *"Discours sur l'esprit positif"*, 1º capítulo;
e) — *"Système de Politique Positive"*, I, pgs. 33 a 625; III, pgs. 28 a 40; IV, pg. 177 da 1ª ed.;
f) *"Catéchisme Positiviste"*, pgs. 153 e 330 da 2ª ed., Paris, Leroux, 1874.

Sôbre a *lei dos três estados*, veja-se ainda Lévy-Bruhl: *"La Philosophie d'Auguste Comte"*, pgs. 39 a 54 da 3ª ed., Paris, Alcan, 1913; Michel Uta: *"La loi des trois états dans la philosophie d'Auguste Comte"*, Paris, Alcan, 1928; E. Sèmérie: *"La loi des trois états"*, Paris, Leroux, 1875; Maurice Defourny: *"La Sociologie Positiviste-Auguste Comte"*, pgs. 33, 35 e 60, Paris, Alcan, 1902; Alengry, op. cit., pgs. 16, 44, 58-59, 67, 90, 192, 247, 251 *et passim;* Robinet: *"Notice sur la vie et l'oeuvre d'Auguste Comte"*, pgs. 145 e seguintes; Paris, 1891.

11) — *Vide* Lévy-Bruhl, *op. cit.*, pg. 125, e A. Comte: *"Cours de Philosophie Positive"*, vol. VI, pg. 758 da 1ª ed.

12) — Abel Rey: *"Évolution de la pensée"*, *section A: la pensée primitive, in "Encyclopédie Française"*, t. I, pgs. 110-11 e 110-12.

13) — A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. IV, *Apêndice Geral*, pg. 97.

14) — Paul Tannery: *"Auguste Comte et l'histoire des sciences", leçon au Collège de France, in "Mémoires Scientifiques"* de Paul Tannery, publiés para J. L. Heiberg et H. G. Zeuthen, t. X, pg. 200, Paris, Gauthier-Villars, 1930.

15) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pg. 44, vol. IV, pg. 182 e Lévy-Bruhl, *op. cit.*, pg. 65.

16) — A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. IV, pg. 187.

17) — Lévy-Bruhl: *"Le centenaire d Auguste Comte", in "Revue des Deux-Mondes"*, 15 "janvier 1898, pg. 413.

18) — Henri Bergson: *"La Philosophie", in "La Science Française"*, t. I, pg. 22, *ouvrage édité à l'occasion de l'Exposition de San Francisco*, Paris, Ministère de l'Instruction Publique, 1915.

19) — Lévy-Bruhl: *"La Philosophie d'Auguste Comte"*, pg. 66, 3e éd., Paris, Alcan, 1913.

20) — Edmond Goblot: prefácio ao livro de Michel Uta: *"La théorie du savoir dans la philosophie d'Auguste Comte"*, Paris, 1928, pgs. XVI e XVII.

21) — A. Comte: *"Examen du Traité de Broussais sur l Irritation et la Folie", Apêndice Geral do Sistema de Política Positiva*, pg. 220 do vol. IV, 1ª ed.

22) — Bouglé: *"Le Positivisme en Sorbonne"* in *Revue Posisitiviste Internationale*, t. LXV, nº 4, julho-agôsto de 1930, pgs. 234 e 235.

23) — *Vide* A. Comte: *"Cours de Philosophie Positive"*, t. I, pgs. 5 e 53; t. II, pgs 649; t. VI, pgs. 703 e 704 da 1ª edição; *"Discours sur l esprit positif"*, pg. 23 do *"Traité d astronomie populaire"*, 1ª ed., e *"Catéchisme Positiviste"*, pg. 36 da 1ª ed.

24) — Lévy-Bruhl, *op. cit.*, pg. 399.

25) — A .Comte: *"Política Positiva"*, vol. IV, pgs. 173 e seguintes. Foi Pierre Laffitte quem, pela primeira vez, consagrou à apreciação da *Filosofia Primeira* de Augusto Comte um curso especial em dois volumes, publicados em Paris em 1889 e 1904, anteriormente estampados na *Revue Occidentale.*

26) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. III, pgs. 18 e seguintes.

27) — Félix Ravaisson: *"La Philosophie en France au XIXe siècle"*, 3ª ed., Paris, 1889, pg. 72.

28) — Lévy-Bruhl, *op. cit.*, pg. 170. A propósito da influência de Augusto Comte sôbre Claude Bernard, vejam-se: Ravaisson, *op. cit.*, pg. 128; Déchambre: *"Dictionnaire Encyclopédique des Sciences médicales"*, art. *Déterminisme* (1883); E. Gley: *"Influence du positivisme sur le développement des sciences biologiques en France"*, *in "Annales Internationales d'histoire"*, Congrès de Paris, vol. II, Paris, 1900; Paul: Pillon: *"Claude Bernard: sa conception de la vie comparée à celle de l'école positiviste"*, *in "Critique Philosophique"*, 1878, I, pgs. 54-64, 72-77 e 129-138; Raoul Mourgue: *"La Philosophie biologique d'Auguste Comte"*, Lyon, A. Rey, 1909; Constant Hillemand: *"Auguste Comte et Claude Bernard"*, *in "La Revue Positiviste Internacionale"* (15 février 1914) et *"Le Progrès médical"*, dezembro de 1926; *"Les Tablettes de la connaissance"* (Mars 1926): *"Claude Bernard — sa vie et son oeuvre d'après Jean-Louis Fauré"*; e Henri Roger: *"La Philosophie de Claude Bernard"*, *in "Les Cahiers Rationalistes"*, nº 45, dezembro de 1935, pgs. 259-289.

29) — *Vide* André Lalande: *"Les Theóries de l'induction et de l'expérimentation"*, pgs. 138-145, *et passim*, Paris, Boivin, ed., 1929.

30) — Émile Meyerson: *"De l'explication dans les sciences"*, t. I., pg. 48, Payot éd., Paris, 1921.

31) — *Vide* Henri Poincaré: *"La science et l'hypothèse"*, pgs. 178-181, Flammarion, Paris, 1907.

32) — *Vide* E. Mach: *"La Connaissance et l'erreur"*, pgs. 240-242, Paris, Flammarion, Paris, 1908.

33) — A. Comte: *"Cours de Philosophie Positive"*, t. VI, pgs. 747 e 749 da 1ª ed.

34) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pgs. 425 e 426.

35) — *Idem, Ibidem.*

36) — *Idem, ibidem*, pg. 719 *et passim*, e "*Synthèse Subjective*", pgs. 44 e seguintes da 1ª ed.

37) — A. Comte: "*Premier apercu d'un travail sur le gouvernement parlamentaire, considéré comme régime transitoire*", in 2e. cahier du 3e. volume de *l'Industrie*, revue publiée par Saint-Simon, *apud* Pierre Laffitte: "*Matériaux pour servir à la biographie d'Auguste Comte*", *in* "*Revue Occidentale*" du 1er. janvier 1884, pg. 125, e "*Política Positiva*", vol. IV, *Apêndice Geral*, pg. II.

38) — Ravaisson, *op. cit.*, pgs. 56 e 57.

39) — *Idem, ibidem*, pg. 55.

40) — A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", t. VI, pgs. 725-726 da 1ª ed.

41) — Lévy-Bruhl, *op. cit.*, pgs. 82 e 83.

42) — A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", vol. VI, pgs. 727-728 da 1ª ed.

43) — Louis de Broglie: "*Matière et Lumière*", pg. 314, Paris, Albin Michel, 1937.

44) — *Vide* Pierre Laffitte: "*Cours de Philosophie Première*", t. I, pg. 142, Paris, É. Bouillon, éd., 1889. Conf. Pierre Brunet: "*La vie et l'oeuvre de Clairaut*", Paris, Presses Universitaires de France, 1952, pgs. 82 e seguintes.

45) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. II, pgs. 30 a 33.

46) — Condorcet: "*Oeuvres*", vol. II, pg. 398 da ed. Didot, Paris, 1847.

47) — A. Comte: "*Catecismo Positivista*", pg. 207 da trad. portuguêsa de Miguel Lemos, 3ª ed., Rio, 1905.

48) — A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pg. 447 *et passim*.

49) — A propósito da influência do positivismo sôbre a formação de Mme. Curie, veja-se o livro de sua filha Eva Curie: "*Madame Curie*", pgs. 45, 47, 59 *et passim* da tradução portuguêsa de Monteiro Lobato, Companhia Editôra Nacional, 1938.

50) — "*Edinburgh Review*", t. LXVII, julho de 1838, pgs. 271 e seguintes.

51) — Albert Einstein e Leopold Infeld: "*The Evolution of Physics*", pg. 172 da edição francesa, Paris, Flammarion, 1948, e pgs. 201 e 202 da trad. portuguêsa de Monteiro Lobato, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939. Conf. Louis de Broglie: "*Matière et Lumière*", pgs. 145, 184, 211, 224, 245, 296 *et passim*, Paris, éditions Albin Michel, 1937.

52) — Albert Bayet: "*Qu'est-ce que le Rationalisme?*", pgs. 121 e seguintes, "*Aux éditions rationalistes*", Charles Rieder, rue de Seine 54, Paris.

53) — Stuart Mill: *op. cit.*, pg. 6.

54) — *Vide* Louis de Broglie: "*Nouvelles Perspectives en Microphysique*", pgs. 13, 130, 134, 197, 198 e 237, Albin Michel éd., Paris, 1956.

55) — *Idem, ibidem*, pg. 226.

56) — Marcel Boll: "*Les Quatre Faces de la Physique*", pg. 242, "*Les éditions rationalistes*", C. Rieder, Paris.

57) — Bouligand et Desgranges: "*Le déclin des absolus mathématico — logiques*", pgs. 103, 107 e 224. Paris, Société d'Enseignement Supérieur, 1949.

58) — *Vide* Ch. Renouvier: "*Manuel de Philosophie Moderne*", pg. 87, Paris, Paulin éd., 1842.

59) — *Vide* Louis Liard: "*Descartes*", pgs. 39 e seguintes, Paris, Alcan, 3ª ed., 1911.

60) — A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", t. II, pg. 7 da 1ª ed.

61) — *Idem, ibidem*, pg. 8.

62) — Friederich Becker, professeur à l'Université de Bonn: "*Histoire de l'Astronomie*", suivie de *l'Astronomie Moderne* par Ernest Esclangon. Texte français de Francis Cusset, Lamarre, Paris, 2ª ed., pgs. 75, 80 e 81.

63) — A. Comte, *l. cit.*

64) — *Vide* Aristóteles: "*Política*", l. I, c. I, pgs. 4, 10 e seguintes da tradução francesa de J. Barthélemy Saint-Hilaire, 3ª ed., Paris, Lagrange, 1874.

65) — *Vide Summa Theologica Sancti Thomae Aquinatis*: "*Tractatus de angelis*" quaestio L usque LXIV, pgs. 713 a 873, *tomus primus*, Parisiis, Ludovicus Vivês, Bibliopola, éd., via Delambre 9, 1868.

66) — *Vide* Descartes: "*Oeuvres*", vol. II, pg. 501; vol. IV, pgs. 3 a 6 e 700; vol. VI, pgs. 47 a 55, e vol. XI, pgs. 239 a 245 da ed. Adam-Tannery. Conf. Gilson: *Descartes, Harvey et la Scolastique*", in "*Étude sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien*", Paris, Vrin, 1936, pgs. 51 a 100.

67) — *Vide* Jean Devolvé: "*Réflexions sur la pensée comtienne*", pgs. VI e VII. Paris, Alcan, 1932.

68) — *Vide* Michel Uta: "*La théorie du savoir dans la philosophie d'Auguste Comte*", pg. 59, Paris, 1928.

69) — *Vide* Henri Gouhier: "*La Jeunesse d'Auguste Comte*", vol. I, pg. 2, Paris, J. Vrin, 1933.

70) — *Apud* E. Boutroux: "*Du rapport de la morale à la science dans la philosophie de Descartes*", in "*Revue de Métaphysique et de Morale*", t. IV, 1896, pg. 504.

71) — A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pgs. 651 e 652.

72) — *Vide* E. Littré: "*Auguste Comte et la philosophie positive*", pg. 254, Paris, 1877, 3ª ed.

73) — *Vide* Charles Robin: "*De la Biologie*", *apud* Padre Grübers "*Auguste Comte: sua vida e sua doutrina*", pg. 175 da tradução francesa do abade Mazoyer, Paris, 1892.

74) — Paul Tannery: "*Auguste Comte et l'histoire des sciences*", pgs. 201-202 das "*Mémoires Scientifiques*", publicadas por J. L. Heiberg e H. G. Zeuthen, vol. X, Paris, Gauthier-Villars, 1930.

75) — John Kells Ingram: "*Esquisse d'une histoire de l'éco-*

nomie politique", trad. francesa de V. E. Pepin, pgs. 223-271 *et passim*, Paris, 1907.
76) — Hector Denis: *"Histoire des systèmes économiques et socialistes"*, t. I, pg. 34 *et passim*, Paris, 1904.
77) — Schiatarella: *"La Filosofia Positiva e gli ultimi economisti inglesi"*, Hoepli, Milano, 1876, pgs. 4-5, *et passim*.
78) — Roger Mauduit: *"Auguste Comte et la science économique"*, Paris, Alcan, 1920, pg. 232 *et passim*. ....
79) — Gide et Rist: *"Histoire des doctrines économiques"*, pgs. 467 a 470, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1909.
80) — Roger Mauduit, *op. cit.*, pgs. 130, 250 e 251.
81) — J. Stuart Mill: *"Augusto Comte e o Positivismo"*, pgs. 106 e 107 da trad. cit.
82) — Cardeal Cerejeira: *"A Idade-Média"*, Coimbra, 1936, pgs. 18, 19, 35, 36, 181, 182, *et passim*.
83) — Guillermo Ferrero, *in "The London Illustrated News"*, nº de 16 de abril de 1927, pg. 688, *apud* Mcquilkin Degrange: *"Comte after seventy years"*, pgs. 76 e 77 de *"The Positivist Year Book"*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1929.
84) — George Sarton: *"The Life of Science"*, pg. 39 da tradução espanhola de José Babini, Espasa-Calpe Argentina S. A., Buenos Aires, 1952.
85) — F. Enriques, prefácio ao livro de Paul Tannery: *"Pour l'histoire de la science hellène"*, pg. XVIII, Paris, Gauthier-Villars, 1930.
86) — Paul Tannery: *"Mémoires Scientifiques"*, t. X, pgs. 134 e 158, Paris, Gauthier-Villars, 1930.
87) — Hector Denis: *"L'oeuvre d'Auguste Comte et son influence sur la pensée contemporaine"*, Paris, 1901, pgs. 15 e 16.
88) — Alengry, *op. cit.*, pgs. 495 e 496.
89) — Henri Bergson, *l. cit.*, pg. 23.
90) — E. Gilson: *"L'Esprit de la philosophie médiévale"*, pg. 374, Paris, J. Vrin, 1948. Em livro mais recente: *"Les Métamorphoses de la Cité de Dieu"*, Lovaina, 1952, Gilson consagra um capítulo a desenvolver a ligação entre a Cidade idealizada por Comte e a de Santo Agostinho.
91) — *Vide* Brunetière: *"Sur les chemins de la croyance: l'utilisation du Positivisme"*, Paris, Perinet ed., 1905.
92) — *Vide* Edmundo Lins Neto: *"Qual o conceito de abuso de direito que melhor se ajusta ao direito positivo brasileiro"*, *in "A Época"*, nº de junho e julho de 1952. Rio, pg. 26 *et passim*.
93) — Paul Tannery, *op. cit.*, pgs. 198 e 199.
94) — Lévy-Bruhl, *op. cit.*, pgs. 22 e 23.
95) — Anatole France: *"Vers les temps meilleurs"*, t. II, pgs. 14 e 15, éditions d'art Édouard Pelletan, Paris, 1906.
96) — *Idem*: *"Auguste Comte"*, conferência proferida no Rio de Janeiro, 1909, *in "Oeuvres Complètes Illustrées"*, t. XVII, pgs. 289 e 290, Paris, Calmann-Lévy éditeurs, 1928.

vertiginoso = muito rápido, louco
estelar = estrelar, notável
estirpe = tronco, origem, linhagem
dar a lume = publicar
elucubração = meditação

CAPÍTULO II

Augusto Comte e a Economia Política

"Augusto Comte e a Economia Política" — eis um tema que a muitos poderá parecer antiquado e inoportuno numa época de vertiginosas descobertas, em que autores publicados apenas há cinco anos já são considerados velharias. Entretanto, se Aristóteles, quinze séculos depois de morto, ainda era, para um gênio estelar como Santo Tomás de Aquino, tão atual que a cada passo, na *Suma Teológica,* o Doutor Angélico o invocava: *"Philosophus dicit"*..., *"ut patet per philosophum"*..., *"secundum philosophum"*..., apontando-o como o mestre por excelência — *"il maestro di color che sanno"*, na tradição tomística de Dante — não é muito que um gênio da mesma estirpe, um século depois de dadas a lume as suas elucubrações, ofereça ainda conceitos de atualidade.

É, aliás, o que salientava, em volume consagrado à *"Utilização do Positivismo"*, um autor católico, absolutamente insuspeito — o famoso crítico e historiador da literatura francesa, Ferdinand Brunetière: "Não se poderia estudar demasiadamente de perto, ou sob aspectos mui diversos, nem com excessiva curiosidade o homem cuja influência desde meio século, se tem feito por tôda parte sentir, no mundo inteiro não menos profundamente do que em França: nos Estados Unidos como na Itália, no Brasil como na Inglaterra, no domínio da arte como no da ciência. Podem os diletantes increpar-lhe *"haver escrito mal"*. A macicez de seu estilo não impede, todavia, seja Augusto Comte, com Descartes, na história do pensamento filosófico, o maior nome de que, a justo título, nos possamos, em França, orgulhar". [1]

diletante = amador, apreciador
maciço = sólido, compacto

Acusa-se frequentemente Augusto Comte de não haver tratado da Economia Política, por êle considerada uma pseudociência. Fundador da Sociologia, seria de estranhar houvesse, de fato, o filósofo deixado de apreciar êsse importante setor dos estudos sociais. A realidade é, porém, bem diversa. Não tiveram os críticos o cuidado de compulsar a volumosa obra do filósofo. Limitaram-se como é tão comum, a se repetir uns aos outros, aceitando os informes tendenciosos de um primeiro leitor desatento ou dominado por preconceitos.

O Laisser Faire

Um dos pontos, ainda hoje na ordem do dia, explanados por Comte ao tratar da economia política, é o atinente à economia dirigida — é lícito, ou não, aos governos, intervir nos acontecimentos econômicos?

Os economistas do século XVIII, a cuja frente se destacavam Quesnay, Turgot, Gournay, Mercier de la Rivière, Dupont de Nemours, Morellet e Adam Smith, embora divergissem quanto a certos aspectos do problema econômico, concordavam todos acêrca do princípio básico da existência de leis naturais reguladoras do progresso material das sociedades humanas, leis que, além de inelutáveis, seriam sempre as melhores que a natureza comporta, devendo-se escrupulosamente evitar qualquer interferência no sentido de corrigir as imperfeições espontâneas da ordem natural.

É o célebre princípio do *laisser faire, laisser passer*, geralmente atribuído a Gournay, e que, segundo Voltaire, confirmado por Turgot e Condorcet, teria surgido no tempo de Colbert. Perguntando êste ao negociante Legendre qual a melhor maneira de encorajar o comércio, a resposta teria sido: *"Laisser faire, laisser passer"* [2] *Laisser faire* aludia à liberdade da indústria, então asfixiada por tôda sorte de entraves, e *laisser passer* referia-se à liberdade do comércio, mediante a abolição das alfândegas e barreiras interiores. Basta lembrar que uma embarcação carregada de vinho, procedente do Langue-

doc, ao subir o Ródano e descer o Loire para ir a Paris pelo canal de Briare, pagava trinta e cinco a quarenta espécies de direitos diferentes, sem incluir os de entrada na capital. Tais tributos eram cobrados em quinze ou dezesseis lugares diversos, consumindo, só a sua percepção, nada menos de doze e quinze dias, além dos exigidos pela viagem... (3)

Os Fisiocratas

Tomaram os adeptos de Quesnay, como se sabe, o nome de fisiocratas, isto é, adeptos do *govêrno da natureza,* nome tirado do livro *"Fisiocracia"*, publicado por Dupont de Nemours, em 1768, com uma coletânea de escritos de Quesnay.

Aos fisiocratas filiou-se, no século passado, a chamada *escola liberal* ou individualista, representada, em França, por Jean Baptiste Say, Rossi, Dunoyer, Courcelle-Seneuil, Bastiat, Michel Chevalier, Leroy-Beaulieu, e, na Inglaterra e demais países do Ocidente, por Malthus, Ricardo, Sênior, Stuart Mill, Ferrara, Cairnes, Carey, Walker e muitos outros.

A seu ver, a tarefa do legislador tem de limitar-se a descobrir as leis naturais e evitar tudo quanto possa entravar-lhes o livre jôgo. Segundo Jean B. Say, "os princípios da Economia Política não são obra dos homens, decorrem da natureza das cousas. Ninguém os estabelece. São encontrados".

Adotava, assim, a opinião de Quesnay (4) quanto à sabedoria da formação da palavra legislador — *"legislator"* — que significa *o que traz as leis* depois de descobrí-las, e não o que as faz, caso em que seria chamado *"legisfactor"*. Idêntica maneira de ver traduz a atitude de Mercier de la Rivière na Rússia. Chamado a São Petersburgo e convidado pela Imperatriz Catarina a redigir uma Constituição, respondeu que se abstinha de o fazer, pois, em política, só uma atitude é aconselhável:

ortodoxo = conforme c/os princípios tradicionais de qualquer doutrina
imprescritível = desordenado, desregrado

"deixar agir a natureza das coisas", ao que lhe teria retrucado a imperante desejando-lhe breve regresso e feliz viagem...

O estado úlcera

Deveria, realmente, segundo a escola liberal, ser nula a intervenção dos governos no campo econômico, restringindo-se a sua missão ao ofício de manter a ordem pública. Resultou desta concepção o conceito do *"estado úlcera"*, que resumia os ensinos dos liberais ortodoxos, para os quais, sendo os fenômenos econômicos regidos por leis imprescritíveis, tendem estas espontâneamente a estabelecer-lhes a ordem ou o equilíbrio, desde que o Estado, tido como um *mal necessário,* lhes não perturbe a marcha autônoma. Chegavam, destarte, a um abstencionismo absoluto, negando a legitimidade da interferência do Estado não só no estímulo à produção, mas até em empreendimentos públicos decisivos como estradas, pontes, canais, portos, esgotos, limpeza pública, etc.

Conta Laveleye que um estudante da América Central, antigo aluno de Molinari, de volta a seu país, foi feito presidente da república. Partidário convicto e coerente da ortodoxia individualista, começou por praticá-la. Suprimiu os departamentos da instrução, da agricultura e comércio, dos correios e telégrafos, da viação e obras públicas. Aboliu, com extraordinário júbilo dos contribuintes, os respectivos orçamentos e delimitou a ação do Estado à polícia, à distribuição da justiça e à defesa das fronteiras. Fecharam-se imediatamente as escolas, estragou-se o calçamento das ruas, abateram-se as pontes, inutilizaram-se as estradas, obstruiram-se os portos, suspendeu-se o serviço postal e o telegráfico, voltou-se, enfim, quase ao estado de natureza e selvageria primitiva. Não tardou, porém, a surgirem protestos contra a experimentação *in anima nobili* e o presidente, desiludido ante a ameaça de um *"pronunciamento"*, restituiu ao Estado as atribuições por êle exercidas entre os povos civilizados. (5)

ulcerar = adulterar, corromper, alterar

Comte e a Inércia Governamental

Conduzia, destarte, a economia política liberal ou ortodoxa, na observação de Augusto Comte, a abolir qualquer govêrno, demonstrando que bem governar consiste em não governar de modo algum, sendo o govêrno ideal a anarquia, isto é, a ausência de qualquer govêrno. ([6])

Elucidativa é, a êste respeito, a maneira pela qual Molinari, um dos mais notáveis representantes da escola liberal, discorre sôbre as leis naturais:

"Dizemos que as leis naturais governam a produção e a distribuição das riquezas da maneira mais útil, isto é, mais conforme ao bem geral da espécie humana; dizemos que basta submetermo-nos a essas leis para que a situação do homem seja tão boa quanto o comporta o adiantamento de suas luzes e de sua indústria. Eis por que o nosso Evangelho se resume nestas quatro palavras: *"deixar fazer, deixar passar"*. ([7])

Todo o famoso livro de Bastiat — *"As Harmonias Econômicas"* — não é mais do que o corolário dessa tese. Sendo as leis naturais as melhores possíveis, qualquer interferência do homem no sentido de orientar ou corrigir a produção e o consumo sòmente pode ser prejudicial por embaraçar o livre exercício das leis correspondentes. É o *naturismo econômico* ou a doutrina da *Boa Natureza,* sucedânea da Divina Providência, a qual age sempre para o melhor — *escreve direito por linhas tortas* — e de que Hobbes e Rousseau se fizeram, no campo filosófico, os mais notáveis doutrinadores. ([8])

Eis, efetivamente, como, referindo-se ao antagonismo entre capitalistas e não capitalistas, se externava Bastiat no livro *"Capital e Renda"*: "Não, êsse antagonismo radical, essa oposição natural de interêsses não existe... Não; não saiu do pensamento divino tão defeituoso plano. Para afirmá-lo, é preciso começar por negar a Deus". ([9])

Contra a inércia governamental, decorrente dos ensinos dos economistas clássicos e resumida na máxima

consentânea = adequada, coerente, congruente, apropriada
estofo = fibra, energia, firmeza

"laisser faire, laisser passer", já em 1826 protestava Augusto Comte, nas *"Considerações Sôbre O Poder Espiritual"*, voltando ao assunto, em 1838, no *"Curso de Filosofia Positiva"*, onde mostra que o espírito geral da economia política levava, em sua época, a erigir em dogma a ausência de qualquer intervenção reguladora, como sendo o meio mais adequado a secundar o surto espontâneo da sociedade. E, assim, em cada situação grave que sucessivamente se apresentava, não sabia a economia política responder às exigências da prática senão com uma abstenção sistemática. Por haver mais ou menos imperfeitamente verificado, em alguns casos particulares de importância secundária, a tendência das sociedades humanas para uma certa ordem, concluia mui viciosamente essa pseudociência a inutilidade de qualquer instituição especialmente destinada a regularizar a coordenação espontânea dos acontecimentos econômicos, em vez de vislumbrar aí apenas a primeira fonte da possibilidade de se lhes dar uma direção mais consentânea com os interêsses sociais. (10)

Comte e a Modificabilidade das Leis Naturais

A maioria dos economistas dos séculos XVIII e XIX era principalmente constituída de juristas e literatos do estôfo de Bastiat, os quais nenhuma cultura científica possuiam, justificando a denominação dada à sua ciência de *"literatura fastidiosa"* — *"littérature ennuyeuse"*...

Se não fazia versos, nem estudara o *"Digesto"*, dispunha Augusto Comte de sólido conhecimento de todo o domínio científico de seu tempo, desde a matemática até a biologia, passando pela astronomia, pela física e pela química. Possuía, consequentemente, por estar com elas familiarizado, uma noção precisa e perfeita das leis naturais.

Sabia que os arranjos por elas expressos apenas se referem a tipos abstratos, construídos pelo entendimento

literato = homem versado em literatura ou em letras; escritor
fastidioso = tedioso, enfadonho
digesto = coleção das decisões dos jurisconsultos romanos mais célebres.

humano sob a inspiração de casos concretos. Existem, por isto, sempre lacunas, maiores ou menores, a serem preenchidas ao passar-se da teoria para a prática.

O que é inalterável é o encadeamento ou o modo pelo qual se prendem uns aos outros os fenômenos. São, todavia, êstes modificáveis quanto ao grau ou a intensidade com que se manifestam. Salvo nos astronômicos, que até aqui escapam por completo à nossa interferência, está quase sempre ao nosso alcance produzir as intensidades mais convenientes em cada caso. É esta última circunstância que permite a intervenção do homem na generalidade dos fenômenos e abre vasto campo à sua atividade, possibilitando o imenso surto de sua indústria, pois os acontecimentos são tanto mais modificáveis quanto mais complexos.

Nos fenômenos do número, da forma e do movimento, limita-se a nossa capacidade modificadora a introduzir gradações para mais ou para menos em umas poucas variáveis independentes, de que se forma a resultante cuja gradeza queremos assuma determinado valor. Podemos obter um quadrado com a área que mais nos convier, dando ao seu lado a extensão prefixada pela lei que liga êsses dois elementos geométricos. Já serão mais amplos os nossos recursos quando tivermos de construir um retângulo ou um triângulo, cujas áreas devam medir determinado número de metros quadrados, porque, nestes casos, disporemos não apenas de um, mas de dois elementos — a base e altura com que nos será possível fazer aumentar ou diminuir as respectivas áreas, de conformidade com as leis que regem essas três grandezas: base, altura e área daquelas figuras.

Em fenômenos mais complexos, como no fenômeno físico das cordas vibrantes, onde o número das vibrações depende do comprimento, da densidade, do diâmetro, da tensão e da gravidade local, a modificabilidade, e, consequentemente, as possibilidades da interferência humana serão visìvelmente mais amplas e variadas.

Se a atividade humana — como observa Espinas — fôsse incompatível com a ordem natural, dever-se-ia considerar um milagre o ato de cozinhar um ôvo.

E, na realidade, são hoje inumeráveis os compostos artificiais, tanto orgânicos como inorgânicos, criados pelo homem no laboratório.

Em biologia a grande variedade de tipos novos, vegetais e animais, obtidos pelos horticultores e criadores, patenteia até onde pode chegar nossa capacidade modificadora.

Ensina-nos a experiência — como ponderava List — que "o vento transporta a semente de um ponto para outro, transformando charnecas desertas em densas florestas. Seria, porém, inteligente da parte do silvicultor esperar, durante séculos, que o vento opere êsse progresso? Procederia, acaso, mal, se, por meio de sementeiras, tentasse atingir êle mesmo semelhante resultado apenas em algumas dezenas de anos? Mostra-nos a história que as nações realizam com bom êxito o que faz o silvicultor". ([11])

É verdade, portanto, que em todos os fenômenos espontâneamente se estabelece, de acôrdo com as leis naturais, uma certa ordem; nem por isto, entretanto, deixa essa ordem de oferecer muitas vêzes, sob o ponto de vista humano, graves e numerosos inconvenientes, que poderiam ser evitados mediante sábia interferência do homem.

"Mais os fenômenos se complicam, especializando-se — advertia Comte — mais essas imperfeições se agravam e multiplicam. Sob êste aspecto, os fenômenos biológicos são sobretudo inferiores aos do mundo inorgânico, e os sociais, em consequência de sua maior complexidade, são, de todos, os mais desordenados, ao mesmo tempo que são também os mais modificáveis — o que está longe todavia, de constituir uma compensação". ([12])

As alterações da ordem natural sempre se limitam, porém, à intensidade dos fenômenos, sem atingirem nunca as suas leis, isto é, o arranjo segundo o qual êles se nos apresentam. Trata-se, assim, de observar a ordem natu-

teratogenia = producão de monstruosidade
terato = monstro, monstruosidade

ral a fim de convenientemente aperfeiçoá-la, e, de nenhum modo, criá-la, o que seria impossível. ([13])

Podemos, com efeito, modificar até certo ponto o clima de uma região, mediante a destruição de suas matas, ou, ao contrário, através do seu reflorestamento, alterando-lhe o regime dos ventos e das águas pelo desmonte de morros ou pela abertura de canais de irrigação. Não está em nosso poder, todavia, alterar as condições do macro-clima, diretamente ligadas à latitude ou à altitude, etc.

Podemos criar raças de bovinos mais adequados ao corte ou à tração, raças de cães mais ou menos peludos, de maior ou menor porte, etc. Não está ao nosso alcance, porém, dotá-los de asas ou nadadeiras, nem criar, para a espécie humana (salvo o recurso à teratogenia artificial, sempre reduzida a casos individuais), segundo o sonho maldosamente atribuído a Fourier, uma cauda em cuja extremidade brilhasse um ôlho... ([14])

Exerce, consequentemente, o homem crescente ação modificadora da ordem natural, não violando as leis fundamentais dos fenômenos, mas, ao contrário, a elas submetendo-se e fazendo-as convergir para determinado fim que lhe interesse.

Assim, quando constrói uma barragem, não viola o homem, de nenhum modo, as leis fundamentais da gravidade e do movimento dos líquidos. Introduz, apenas fatôres novos ou altera os existentes de modo a conduzir o exercício dessas leis inevitàvelmente à produção de uma fôrça mecânica que não existiria, nem serviria ao homem, sem a nova circunstância por êle criada. Também quando realiza nivelamentos e declives não infringe as leis da geometria, nem as da gravidade; mas, ao invés, delas se vale para fazê-las produzir resultados que lhe sejam úteis e que, de outro modo, não existiriam espontâneamente. ([15])

Por haver leis inflexíveis, segundo as quais os corpos caem para o centro da terra ou flutuam sôbre a água, é que foi possível à humanidade criar o avião e o

terapêutica = parte da Medicina q. estuda e põe em prática os meios adequados para aliviar ou curar os doentes; terapia

submarino, variando, não essas leis, mas, tão só, a intensidade dos fenômenos que elas, em cada caso, ligam e regulam.

Sustentar, portanto, como os fisiocratas e os economistas da escola liberal, não ser lícita a interferência no campo econômico por existirem leis naturais que o regem, é mostrar completa ignorância do mecanismo dessas e das demais leis científicas, pois é precisamente por existirem e serem conhecidas que se torna possível tôda atividade humana, de acôrdo com o aforismo de Bacon segundo o qual sòmente se governa a natureza obedecendo-se-lhe: *"naturae enim non imperatur nisi parendo"*. [16]

Conforme observa Ravaisson em seu famoso estudo sôbre *"A Filosofia em França no século XIX"*: "a ciência, segundo Augusto Comte, tem por objeto, como o disse Bacon, ou tornar-nos senhores da natureza, ou, pelo menos, dela tornar-nos independentes. As coisas que dependem de nós, deve a ciência colocar-nos em condições de modificá-las de acôrdo com as nossas conveniências; as coisas que em nada dependem de nós, deve a ciência ensinar-nos a prevê-las, pelo menos a fim de adaptarmos a elas o nosso procedimento. Ora, para êsse duplo objetivo, basta conheçamos precisamente a coisa única que esteja em nosso poder conhecer, ou seja em quais circunstâncias cada fenômeno se produz. Êste fato segundo o qual, ocorrendo tal coisa, tal outra também ocorre, é o que, através de uma expressão figurada, se chama uma lei natural". [17]

Nossa capacidade de ação é tanto mais vasta e tanto mais segura quanto maior o número de leis desvendadas em cada domínio. É o que evidencia, a cada passo, a medicina, cujas maravilhosas conquistas na terapêutica, na cirurgia, na ortopedia, só têm decorrido de um conhecimento mais vasto e rigoroso das leis biológicas. Ao invés de impedirem a interferência do homem nos fenômenos de seu próprio organismo, são precisamente tais leis que não só a tornam possível, como até muitas vêzes a exigem.

ortopedia = arte de evitar ou corrigir as deformações do corpo.

cirurgia = parte da medicina q. se especializa no tratamento de doenças, lesões ou deformidades externas e/ou internas, por meio de operações.

supurado = purulento, q. expele pus

Êste o sentido do aforismo de Comte segundo o qual *"para completar as leis são necessárias as vontades"*.

As leis da geometria, por exemplo, permitem construir um círculo com uma área desejada, mas é necessário haja quem escolha a grandeza dessa área, calcule o seu diâmetro e efetue a operação correspondente. Não bastam, pois, as leis: é imprescindível, em muitos casos, a intervenção do homem para tornar uma realidade o acontecimento que, sem essa intervenção, poderia ocorrer em momento inadequado e com aspectos inconvenientes e até mesmo nocivos.

Assim também as leis biológicas permitem a extirpação de um câncer ou de um apêndice supurado, mas é preciso haja quem, conhecendo-as suficientemente, intervenha e faça essa extirpação.

No domínio social, e, portanto, no campo econômico, o que é preciso distinguir, assim como em medicina, é a intervenção útil e esclarecida, isto é, baseada no exato conhecimento dos fenômenos respectivos, e a interferência cega, a qual, por ignorar as indicações decorrentes do conhecimento das leis reguladoras de cada caso, inconcientemente as infringe. Mil vêzes preferível à interferência desorientada, por falta de conhecimento das leis correspondentes, será, então, o puro *laisser faire, laisser passer*, que ao menos não contrariará diretamente o livre jôgo das leis naturais, como pode ocorrer numa interferência cega. Aos intervencionistas a todo transe cabe, então, a resposta daquele diplomata que, instantemente premido pelo govêrno de seu país a tomar uma atitude telegrafou ao Ministro do Exterior: *"É da maior urgência... esperar"*, ou como dizia, numa de suas cartas a D. Rodrigo de Menezes o Padre Antônio Vieira: *"há ocasiões em que no não fazer consiste tudo"*... (18)

A atitude verdadeira é, portanto, não a de condenar *in limine* a intervenção no campo econômico, mas a de evitar seja essa intervenção confiada a aventureiros ou a exploradores, isto é, a indivíduos que, ou nada enten-

a todo transe = a todo custo, à viva força
premido = pressionado, apertado

dem do assunto, ou o deturpam, guiados apenas pelos interêsses egoísticos.

É, aliás. o que também ocorre com os charlatães no campo biológico: o que se há de fazer é, não abolir a medicina, mas confiar-lhe o exercício exclusivamente a indivíduos capazes de submeter-se ao inelutável arranjo das leis biológicas, por saberem que só está ao seu alcance modificar, não êsse arranjo, mas apenas a intensidade dos fenômenos nêle compreendidos. A medicina é a biologia dirigida, assim como a política é a sociologia dirigida. Negar a possibilidade de interferir nos acontecimentos econômicos é o mesmo que negar essa possibilidade na geometria, na mecânica, na física, na química e na biologia, adotando a atitude, peculiar ao fatalismo, de cruzar os braços.

Já Bacon sustentava que *"saber é poder"* — *"sciention e potêntia humana in idem coincidunt"*. ([19]) A faculdade de adaptar os acontecimentos aos nossos interêsses resulta, com efeito, do poder que a ciência nos proporciona de interferir cada vez mais eficazmente em todos êles. A capacidade de condicionar os fatos aos nossos desejos, extremamente diminuta nas cabildas e tribos primitivas, cresce dia a dia com as conquistas da ciência através dos tempos.

Em resumo: para Augusto Comte a economia política de seu tempo conduzia, antes de mais nada, a lamentável abstencionismo, apenas sistematizando a anarquia. Se nos mostra serem os fenômenos sociais submetidos a leis, ao mesmo tempo nos indica a ciência que o legislador, dentro de certos limites, pode modificar o curso dos acontecimentos humanos. ([20])

A economia política, inspirada nos princípios da fisiocracia, levava naturalmente ao abstencionismo, sob a alegação de que as leis naturais não devem ser perturbadas. O Positivismo, ao contrário, conclui, da própria existência das leis naturais, a possibilidade e a necessidade de intervir e dirigir os acontecimentos, sejam cosmológicos, sejam sociais.

A tendência anárquica dos economistas clássicos preparava e justificava o livre-cambismo individualista e egoístico da classe burguesa em ascensão. A atitude de Augusto Comte, concluindo pela necessidade de govêrno, tanto temporal quanto espiritual, corresponde a uma antecipação da economia dirigida e do socialismo científico. Para êle nenhuma sociedade poderá subsistir sem govêrno, o qual será tanto mais extenso e intenso quanto mais complexa fôr a organização atingida pela civilização. Concluia êle, no entanto, baseado na observação retrospectiva da história, que, à medida da progressiva fusão do dever social com a felicidade individual, a função coercitiva ou policial dos governos tenderia a decrescer progressivamente, permanecendo apenas a sua ação espiritual que, através da educação, leva, cada vez mais, o indivíduo a cumprir espontâneamente o seu dever.

A ECONOMIA LIBERAL E A DEMOLIÇÃO DO ANTIGO REGIME

Para Augusto Comte era a Economia Política de seu tempo uma das muitas criações peculiares à idade crítica ou metafísica. Visavam essas criações a demolir, no Ocidente, o sistema católico-feudal, facilitando a ascensão da burguesia que, desde muito, aspirava substituir-se à nobreza.

Enquanto o protestantismo e a filosofia negativa do século XVIII contribuiram para fortemente abalar as bases espirituais do sistema social herdado da Idade Média, a economia política especialmente concorreu para destruir-lhe o arcabouço material. E fê-lo tornando vitorioso, no século XVIII, o movimento que se insurgia contra a organização industrial e comercial vigente no antigo regime.

Ninguém ignora que a Idade Média transmitiu às monarquias européias minuciosa regulamentação quer da produção, quer do comércio. Até a Revolução Francesa, as profissões possuiam regras tradicionais, os ofícios obedeciam a velhos costumes, a movimentação do trigo e

demais mercadorias de um ponto para outro de cada país, assim como a saída do numerário, era meticulosamente fiscalizada pelos poderes públicos.

Imiscuia-se o govêrno nos menores aspectos e minudências, sendo, a cada passo, a indústria e o comércio embaraçados por entraves legislativos. Eis alguns exemplos da situação criada em França pelos regulamentos das corporações de ofício: os padeiros tinham o direito de fazer demolir os fornos particulares; os boticários obtinham, perante os tribunais, a condenação dos atacadistas que vendessem ruibarbo ou qualquer outro medicamento sem ser em grandes caixas inteiras.

Houve um caso em que mestres de dança fizeram condenar um lacaio por haver organizado uma sarabanda sem o concurso dêles... Os passamaneiros obtiveram a proibição dos botões não recobertos de pano; os tecelões e especialistas de bordados impediam o comércio de tecidos estampados. Um salsicheiro não podia comprar um suino vivo: devia obter, no açougue, a carne já abatida. O churrasqueiro tinha o direito de abater êle próprio o frango e mesmo o cordeiro, mas, se quisesse assar um carneiro, tinha de adquirí-lo, já abatido, do açougueiro. Por sua vez, o vendedor de assados perseguia o pasteleiro, proibindo-lhe assar, êle próprio, a carne de que se servia em suas empadas e pastéis. Uma sentença do conselho do rei de França, com a data de 13 de fevereiro de 1737, regulou da seguinte maneira a fabricação e a venda de leques: o fabricante das varetas podia fazê-las, mas não armá-las; o fabricante de leques tinha o direito de montar as varetas, mas não o de vender, diretamente, ao consumidor os leques já prontos: a sua venda era exclusiva dos donos de armarinho... ([21])

Passou, entretanto, a economia política a pregar, em nome da ciência, a abolição de tôdas essas instituições dos séculos idos. Suprimiu, na Revolução Francesa, as corporações de ofício, instaurou a liberdade ilimitada do comércio e proclamou os benefícios do individualismo. Foi, pois, a sua obra — assinalava Comte — antes de mais

nada, uma obra destrutiva ou crítica, isto é, de desorganização e anarquia no sentido preciso e rigoroso do têrmo.

Tanto mais cabalmente preencheu a velha economia política o papel histórico que lhe atribui o filósofo quanto reduzia, como vimos, a quase nada as atribuições do Estado, convencendo os próprios governantes de sua radical inaptidão para dirigirem o surto industrial, proclamando serem os governos tanto melhores quanto menos governam. . . ([22])

E, assim, o govêrno que em tôda situação normal é a cabeça da sociedade, o guia e o agente da ação geral, foi sistemàticamente despojado, pela economia política, de todo princípio de atividade. Privado de qualquer participação importante no conjunto do organismo social, foi por ela reduzido a um papel puramente negativo. E passou-se a encarar a sua ação como estritamente limitada a manter a tranquilidade pública, o que jamais pôde ser senão um objeto subalterno, cuja importância o evolver da civilização vai sempre atenuando, visto tornar a ordem cada vez mais fácil de ser conservada. ([23])

De acôrdo com a pregação dos economistas deixou, portanto, o govêrno de ser concebido como o aparelho diretor da sociedade, tendo por fim unir em feixo as atividades individuais, fazendo-as convergir para um alvo comum. Começou, ao contrário, a ser apontado como um inimigo natural, entrincheirado no meio da sociedade, devendo esta contra êle premunir-se e conservar-se em estado permanente de hostilidade defensiva, prestes a explodir ao primeiro sinal de ataque. ([24])

Esta aberração dos economistas, que redundava enfim em se repelir qualquer govêrno, sòmente pode ser explicada pelas intervenções feitas no domínio econômico durante o antigo regime e que se tornaram viciosas no mundo moderno de âmbito incomparàvelmente mais largo do que o medievo.

SABEDORIA DA LEGISLAÇÃO ECONÔMICA MEDIEVA

Digo *"intervenções que se tornaram viciosas no mundo moderno"*, porque, na Idade Média, encontravam ampla razão de ser.

E, efetivamente.

O campo econômico de cada unidade cívica da Idade Média era muito limitado. Raramente ultrapassava o recinto fortificado de uma cidade. De enorme risco para os comerciantes, até à formação das grandes monarquias européias, era aventurarem-se além de seus lindes natais. Os mercados externos, que, na modernidade, passaram a constituir um recurso valioso para o excedente da produção, não existiam. Tornava-se, assim, necessária contínua vigilância a fim de assegurar-se, a cada membro das classes produtoras, a possibilidade de encontrar, no seu próprio trabalho, a garantia de sua subsistência. Convinha, portanto, dividir equitativamente um mercado que, na hipótese mais favorável, só crescia com extrema lentidão. [25] Via-se, destarte, cada govêrno local obrigado a imiscuir-se nos menores aspectos e minudências da produção, embaraçando, a cada passo, a indústria e o comércio com entraves legislativos. A partir da Renascença, ao contrário, as navegações transoceânicas, decorrentes da descoberta da América e do caminho marítimo da Índia, derramaram sôbre a Europa as mais abundantes e variadas riquezas. E a velha economia medieval, restrita a pequenas regiões e capaz de satisfazer a tôdas as necessidades locais, pouco e pouco foi sendo derrocada pela formação das grandes monarquias européias e pelo surto dos poderosos e vastos empórios comerciais de Portugal, Espanha, Inglaterra e Países Baixos. Transformaram-se, pois, as bases econômicas até então vigentes, e desapareceu a razão de ser dos antigos órgãos reguladores da sociedade medieva. Surgem e separam-se dos simples trabalhadores os empresários ou industriais pròpriamente ditos. A manufatura intensiva e padroni-

zada, com a introdução das máquinas, substitui a produção das corporações de ofício que, em geral, trabalhavam, de acôrdo com as encomendas recebidas, em pequenas oficinas domiciliares, onde o mestre e seus aprendizes formavam como que uma só família.

No século XVIII, portanto, quando surgem Adam Smith e os fisiocratas, o problema econômico já não se apresentava mais, como na Idade Média, isto é, como devendo ser o de dividir equitativamente mercados limitados, mas, ao invés, era o de produzir sempre mais. Durante três séculos a procura ultrapassara sempre a oferta. Tornara-se, destarte, inútil a corporação de ofícios, mero organismo regulador, que passou a ser, com as suas minudentes peias, sério entrave à expansão da atividade produtora.

Ademais, esta transformação material das condições de produção, como assinala Pierre Lucius, foi, por sua vez, acompanhada de profunda modificação dos espíritos. O objetivo da vida humana deixou de ser, como na Idade Média, a salvação pessoal, através da perfeição moral, para ser a preocupação com o enriquecimento. Cada ofício, em lugar de ser considerado uma função social, compreendendo deveres e direitos, passou apenas a ser o meio de adquirir uma fortuna e um bem estar sempre crescentes, considerados sobretudo no ponto de vista individual ou egoístico. ([26])

METAFÍSICA DA ECONOMIA POLÍTICA LIBERAL

Segundo Augusto Comte pareciam os economistas aderir ao princípio da existência de leis, reguladoras indefectíveis dos acontecimentos sociais, apenas para patentearem quanto eram incapazes de compreender êsse mesmo princípio por falta de o terem primeiro apreciado nos domínios mais simples da matemática, da astronomia, da física, da química e da biologia, antes de o estenderem aos fenômenos mais complexos da sociedade. Demonstraram, realmente, desconhecer a tendência da ordem natural a tornar-se tanto mais modificável quanto mais se

complica. Repousando a atividade humana sôbre esta noção, nada pode desculpar a censura doutoral que a metafísica econômica opunha à contínua interferência governamental nos diversos aspectos do movimento social. As leis naturais, às quais êsse movimento está sujeito, longe de nos dispensarem de modificá-lo sem cessar, devem, ao contrário, servir-nos para melhor aplicar-lhe nossa capacidade de ação, que aí se torna mais eficaz e urgente do que relativamente aos demais fenômenos. ([27])

Outro indício da natureza vaga e arbitrária da economia política de seu tempo era ainda, aos olhos de Comte, a falta de continuidade das investigações daqueles que a cultivavam.

A continuidade e a fecundidade dos esforços — notava o filósofo — são os índices mais seguros das concepções verdadeiramente científicas. Quando, de um lado, as doutrinas, em lugar de se apresentarem como a seqüência lógica e o aperfeiçoamento dos trabalhos anteriores, adquirem, em cada autor, um cunho essencialmente pessoal, de maneira a serem as suas noções mais fundamentais continuamente postas em discussão; e, quando, por outro lado, os novos princípios, longe de determinarem qualquer progresso real, só engendram a estéril reprodução de controvérsias ilusórias, sempre renovadas sem o menor alcance, podemos afirmar que não se trata de doutrina científica, porquanto esta se distingue pelo seu encadeamento através das gerações e pela fecundidade de seus resultados. São, sem dúvida, doutrinas teológico-metafísicas.

É o que confirma o caso de Descartes: enquanto em Geometria, como êle mesmo expressamente o declara ([28]), partiu do ponto onde haviam ficado os antigos, em *Metafísica,* ao contrário, fêz tábua rasa de tudo, iniciando construção inteiramente nova. Era o que, no tempo de Augusto Comte, acontecia com os economistas. Se fôssem, de fato, os sucessores científicos de Adam Smith, cabia-lhes mostrar em que haviam aperfeiçoado a doutrina dês-

se grande mestre, e quais as novas descobertas que acrescentaram aos felizes ensaios do filósofo escocês.

Considerando, com imparcialidade, as estéreis contestações, que, no tempo de Comte, dividiam os economistas sôbre as noções mais elementares acêrca do *valor*, da *utilidade*, da *riqueza*, da *produção*, etc., quem não creria assistir aos mais estranhos debates dos escolásticos medievos sôbre os atributos fundamentais de suas entidades metafísicas, de cujos característicos as concepções dos economistas se revestiam então cada vez mais, à medida que progressivamente eram dogmatizadas e sutilizadas? O resultado dessas absurdas e intermináveis controvérsias — frisava o filósofo — era desnaturarem-se as preciosas indicações primitivas do bom senso comum, desde então transformadas em noções radicalmente confusas, incapazes de qualquer aplicação real, só engendrando ociosas controvérsias de palavras. Assim, por exemplo, todos os homens sensatos ligavam, a princípio, um sentido nìtidamente intelegível aos têrmos *produção* e *produtor*. Desde, porém, que a metafísica econômica empreendeu defini-los, a idéia de produção, à fôrça de viciosas generalizações, tornou-se de tal modo vaga e imprecisa que os espíritos judiciosos, preocupados com a exatidão e a clareza, se viram obrigados a empregar penosos circunlóquios para evitarem o uso de têrmos profundamente obscuros e equívocos. [29]

A ECONOMIA POLÍTICA LIBERAL E A GRANDE INDÚSTRIA

Questão que os economistas, segundo Augusto Comte, tratavam com excessiva frivolidade, era a das máquinas. Ocasionavam estas, ao serem introduzidas, imediata privação do trabalho para imensa massa operária, atirada, de uma hora para outra, na mais negra miséria.

Aludindo, no sexto volume da *Filosofia Positiva*, à situação precária dos operários, revoltava-se o filósofo contra "a cegueira doutoral da metafísica econômica, que, em presença de tais conflitos, ousava acobertar a sua in-

capacidade de ação apelando para a pretensa necessidade de indefinidamente entregar-se a indústria moderna apenas à sua desordenada espontaneidade". ([30])

Já no quarto volume da *Filosofia Positiva* considerava Augusto Comte sumamente perigosa a tendência dissolvente da economia política no sentido de impedir a instituição de qualquer disciplina industrial. A irracional disposição a só admitir o grau de ordem que se estabelece por si mesmo, equivalia evidentemente, na prática social, a uma espécie de demissão solene por parte da economia política relativamente a cada dificuldade um pouco grave que o desenvolvimento social fazia surgir. É o que se tornava manifesto sobretudo na questão das máquinas à vista dos embaraços sociais imediatos, inerentes aos aperfeiçoamentos industriais, visto acarretarem êstes, em geral, uma perturbação mais ou menos profunda e duradoura da existência das classes laboriosas. Diante das justas reclamações dos operários, não sabiam os economistas senão repetir, com imperdoável pedantismo, o estéril aforismo da liberdade industrial absoluta em vez de enxergarem nesse caso o índice de uma das aplicações mais capitais e prementes da verdadeira ciência política. Sem se darem conta de que as questões humanas, consideradas sob certo aspecto, se reduzem sempre a simples questões de tempo, ousavam responder que, por fim, a totalidade de nossa espécie, e, portanto, a classe a princípio prejudicada, acabaria por experimentar, depois de perturbações passageiras, real e permanente melhoria.

Apesar da incontestável exatidão desta conseqüência, tal resposta — aos olhos de Comte — era verdadeiramente derrisória, por tornar evidente que os economistas se esqueciam de que a vida humana está longe de completar indefinida duração. Não se pode, pelo menos, deixar de reconhecer que semelhante teoria proclamava assim, espontâneamente, sua própria ineficácia social, mostrando-se desprovida de qualquer relação com o conjunto das principais necessidades práticas.

Os numerosos copistas que sofreram, no século XV, com a revolução industrial decorrente da descoberta da imprensa — perguntava Comte — "poderiam acaso sentir-se aliviados com a perspectiva, mesmo indiscutível, de que, na geração seguinte, já existiria um número equivalente de operários vivendo do nôvo invento, e que, alguns séculos mais tarde, seriam muito mais numerosos ainda? Êste, todavia, o habitual consôlo que especialmente resultava da economia política. Mesmo na falta de qualquer discussão racional, bastaria essa estranha apatia para indiretamente caracterizar a inaptidão dessa pseudociência a dirigir, como se propunha, o surto industrial das sociedades modernas". ([31])

COMTE, A ECONOMIA POLÍTICA LIBERAL E O EGOISMO PLUTOCRÁTICO

Assim, pois, não só condenava Comte, em nome do método, a economia política de seu tempo, na qual apenas via uma falsa ciência, mas ainda a considerava uma teoria odiosa pelo seu otimismo de encomenda, pela sua indiferença perante as desordens sociais e os sofrimentos dos proletários. A seus olhos, eram desastrosas as consequências do abstencionismo preconizado pela ortodoxia individualista. Admitindo a imperfeição da ordem natural espontânea, sustentava Augusto Comte, ao mesmo tempo, que o homem pode atuar sôbre os acontecimentos sociais. Não se conformava, por isto, como assinala Mauduit, com "a altiva indiferença dos economistas relativamente à miséria dos operários, indiferença acompanhada de uma bela serenidade em relação às desordens evidentes acarretadas pelo desenvolvimento da grande indústria. A ciência econômica, que era então uniformemente individualista, proclamava a necessidade de abster-se o Estado de qualquer interferência e declarava serem as perturbações apenas passageiras, e que, depois de oscilações mais ou menos extensas, tudo retornaria, afinal, à posição de equilíbrio, porquanto havia, no seio da sociedade, uma harmonia fundamental. Augusto Com-

te vira tudo quanto essa doutrina encerrava de cruel para o indivíduo, isto é, para o trabalhador entregue a si mesmo no torvelinho dos negócios, e largado, em tôdas as desumanas lutas da concorrência, à merce do desemprêgo e da fome. Augusto Comte, ao contrário, queria *"integrar"* o operário na sociedade". ([32])

Basta dizer que no decorrer do inverno de 1847 a 1848 as vítimas do desemprêgo em França ascendiam a perto de 800.000. A liberdade que os ortodoxos proclamavam ser sempre benfazeja, se revelava, assim, portadora de desgraças e desastres imprevisíveis. ([33])

Tanto maiores eram êsses desastres para os proletários, quanto, pela legislação vigente a partir da Revolução Francesa, ficaram os operários impedidos de se agremiar em organismos de defesa, enquanto as coligações de patrões eram, senão permitidas, toleradas, conforme assinalava Augusto Comte. ([34])

A apregoada liberdade do operário perante a lei da oferta e da procura tornava-se, portanto, um mito; não passava da liberdade que tinha o capitalista de explorar a penúria do proletário, porque êste carecia quase imediatamente do salário para *viver,* enquanto o patrão podia esperar longo tempo, vivendo do próprio capital, na ausência de qualquer renda.

Ademais, com a introdução da máquina, o aviltamento da mão de obra, por excesso de braços, dava ao capitalista uma situação privilegiada, podendo impor ao operário salários ínfimos, absolutamente irrisórios.

Era, aliás, o que o próprio Adam Smith não deixara de reconhecer e proclamar. Para êle, realmente, os patrões tinham vantagens na discussão dos salários: 1º — porque podiam coligar-se muito mais fàcilmente do que os operários; 2º — porque, graças aos seus recursos, podiam esperar, enquanto muitos operários não conseguiam manter-se uma semana, havendo um pequeno número capaz de sustentar-se durante um mês e quase nenhum durante um ano inteiro de desemprêgo. ([35])

Pensando, como Louis Blanc ([36]), que a liberdade de direito, sem a liberdade de fato, nada mais é do que abominável opressão, considerava Comte a liberdade econômica absoluta, pregada pela ortodoxia individualista, a formulação pseudocientífica do egoísmo plutocrático, isto é, a sanção hipócrita e sofística do esmagamento dos fracos pelos fortes, dos pobres pelos ricos. Julgava, por isto, a interferência da sociedade através de seu govêrno, já temporal, já espiritual, legítima e necessária em matéria de impostos, salários, empréstimos, fixação de horas de trabalho, descanso hebdomadário, etc. O liberalismo, tão apregoado pelos economistas de seu tempo, só aproveitava aos detentores do capital. O caráter absoluto atribuído à lei da oferta e da procura, por outro lado, no atinente aos empréstimos, aos salários e mesmo à venda dos objetos de comércio em tempos anormais, era inteiramente arbitrário.

Em seu excelente opúsculo — *"Le Positivisme et l'Économie Politique"* — desenvolvendo Pierre Laffite e o Dr. Robinet as vistas de Augusto Comte, insurgem-se contra o caráter absoluto atribuído pelos economistas liberais à chamada lei da oferta e da procura. Negam-lhe o caráter de *lei natural* de inflexibilidade comparável à das leis da física ou da mecânica. E tecem interessantes considerações patenteando não serem as mesmas, sob o ponto de vista da oferta e da procura, as condições de quem pede relativamente às do capitalista solicitado, nem as do operário relativamente às do patrão. Tendo imediata necessidade de dinheiro quem o pede emprestado, e carecendo o operário do salário *para viver*, a pretensa liberdade de ambos se acha anulada, pois o capitalista e o patrão podem esperar e viver do próprio capital.

O mesmo acontece quanto à venda dos gêneros de primeira necessidade em circunstâncias anormais, quando o negociante, que, em geral, não se acha premido pelo tempo, aproveita a situação e açambarca a mercadoria para explorar o comprador que não pode adiar suas aquisições. Durante as guerras, epidemias, etc., é não só legí-

pg. 77

timo, como salutar, que o Estado requisite, retirando-os do mercado comum, os alimentos de primeira necessidade como o pão, o leite e a carne, a fim de repartí-los a preço fixo, em vez de aguardar que o racionamento espontâneamente se estabeleça através da carestia, como pretendiam os economistas ortodoxos. ([37])

As considerações de Pierre Laffitte e do Dr. Robinet, que tanto escandalizavam em fins do século passado, são hoje confirmadas pela generalidade dos economistas, entre os quais se salienta François Perroux, professor da Faculdade de Direito de Paris, em seu ensaio *"Science de l'homme et science économique"*.

NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO

1) — F. Brunetière: "*Sur les chemins de la croyance: l'utilisation du Positivisme*", Paris, Perrin, 1905, pg. 4.

2) — *Vide* Voltairde: "*Oeuvres Complètes*", vol. IV, pg. 220 da ed. Firmin-Didot; Turgot: "*Éloge de Gournay*", vol. I, pg. 288 das "Oeuvres", ed. Daire, Paris, Guillaumin, 1844, e Condorcet: "*Notes sur Voltaire*", vol. IV, pg. 375 das "*Oeuvres*", ed. Arago, Paris, 1847.

3) — *Vide* Letrosne: "*De l'administration provinciale et de la reforme de l'impôt*", pg. 523, *apud* Taine: "*L'Ancien Régime*", pg. 471, Cf. Nogaro et Oualid: "*L'évolution du commerce, du crédit, des transports depuis cent cinquante ans*", Paris, 1914, passim e Roger Mauduit: "*Auguste Comte et la science économique*", pg. 37, Paris, Alcan, 1929.

4) — *Vide* Quesnay: "*Maximes Générales du Gouvernement Économique d'un Royaume Agricole*", vol. I, pg. 390 das "*Oeuvres*" de Quesnay, ed. Daire.

5) — *Apud* Edmundo Lins: "*Discurso sôbre o socialismo*", *in* "*Miscelânia*", pg. 16, Rio, 1938.

6) — *Vide* A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. V, pg. 530 e seguintes da 4ª ed. e Roger Mauduit, op. cit., pgs. 82 e 83.

7) — Molinari: "*Les Lois Naturelles*", *apud* Charles Gide: "*Principes d'économie politique*", pg. 24 da 9ª ed.

8) — *Vide* Avezac-Lavigne: "*Diderot et la société du Baron d Holbach*", pg. 173, Paris, Leroux, 1875.

9) — Bastiat: "*Capital et Rent*", pgs. 110 e 111 da ed. da *Bibliothèque Franklin*".

10) — A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. IV, pgs. 200 e 201 da 4ª ed.

11) — Frederico List: "*Sistema Nacional de Economia Política*", trad. Richelot, pg. 217. Conf. Gide e Rist: "*História das doutrinas econômicas*", pg. 314 da 1ª ed. brasileira.

12) — A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. IV, pgs. 247 e 248.

13) — *Idem, ibidem*, pg. 252.

14) — *Vide* Laffitte: "*Philosophie Première*", vol. I, pg. 217, ed. de 1889, Paris, Conf. Gide e Rist, *op. cit.*, pg. 281.

15) — *Vide* Laffitte: "*De la Souverainetè*", *in* "*Revue Occidentale*", vol. XXIII, (1889), pgs. 59 e 60.

16) — Bacon: "*Novum Organum*", 1, I, 129, pg. 337, 2ª ed. Fowler, Oxford, 1889. Comp. livro I: "*Natura enim non nisi parendo vincitur*", ed. cit., pg. 192.

17) — Félix Ravaisson: "*La Philosophie en France au XIX e siècle*", pg. 60 da 3ª ed., Paris, Hachette, 1889.

18) — *Vide* Padre Antônio Vieira: "*Cartas*", vol. II, pg. 57 da ed. de J. Lúcio de Azevedo, Coimbra, 1926.

19) — *Vide* Bacon, op. cit., l. 1. af. 2, pg. 192 da ed. cit.

20) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pgs. 29 e 156; vol. II, pg. 428, *et passim*; Mauduit, *op. cit.*, pg. 137, e "Rapport à la Société Positiviste sur la question du *travail*", pg. 108 do vol. "*Auguste Comte et le prolétariat dans la société moderne*", Paris, Archives Positivistes, 1946.

21) — Vide Joseph Barthélemy: "*Valeur de la Liberté*", Paris, Sirey, 1935, pg. 124.

22) — *Vide* "*Filosofia Positiva*", vol. V, pgs. 530 e 531 da 4ª ed. e artigo de 1819 no "Censor Europeu".

23) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, Apêndice Geral, pg. 52

24) — *Idem, ibidem.*

25) — *Vide* Pierre Lucius: "*L'Agonie du Libéralisme*", pg. 108, Paris, Recueil Sirey. Vide também Charles Benoist: "*L'Organisation du Travail*", t. I, pg. 103, Paris. Plon, 1905.

26) — *Vide* Pierre Lucius, *op. cit.*, pg. 109.

27) — A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pgs. 155 e 156.

28) — *Vide* Descartes: "*Oeuvres*", vol. I, pg. 479, e vol. II, pg. 82 da ed. Adam-Tannery.

29) — *Vide* A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. IV, pgs. 197 e 198 da ed. citada. Sôbre a obscuridade que, em J. B. Say e nos demais economistas da época, passou a envolver a palavra "*riqueza*" *vide*: Mauduit, *op. cit.*, pg. 177.

30) — *Vide* A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. VI, pg. 364.

31) — *Idem, ibidem*, vol. IV, pgs. 202 e 203.

32) — *Vide* Roger Mauduit, *op. cit.*, pgs. 131, 132, 250 e 251.

33) — *Vide* Pierre Lucius, *op. cit.*, pg. 113.

34) — *Vide* A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. VI pg. 364.

35) — *Vide* Adam Smith: "*Riqueza das Nações*", livro I, c. 8º, pg. 169 do vol. I da trad. franc. de G. Garnier, Paris, 1859.

36) — *Vide* Louis Blanc: "*Organisation du Travail*", pg. 20 da 2ª ed., Paris, 1848.

37) — Pierre Laffitte e Robinet: "*Le Positivisme et l'Économie Politique*", Paris, Ritti 1876, 3ª ed., pgs. 9 a 12.

CAPÍTULO III

AUGUSTO COMTE, O MALTUSIANISMO E A ESCOLA HISTÓRICA

Darwin e o liberalismo econômico

Ao lado de uma fé absoluta na liberdade, caracterizava-se a economia política, na primeira metade do século XIX, por grande dureza e indiferença diante das misérias do povo, cujas desgraças, segundo Malthus, são devidas a êle próprio, à sua imprevidência e aos seus vícios. Não trepidava Dunoyer em sustentar que "é bom haver, na sociedade, lugares inferiores onde possam cair as famílias que se conduzem mal e donde só possam reerguer-se à custa de procederem bem: a miséria é êsse terrível inferno". [1]

A escola liberal — registam Gide e Rist — estava prestes a acolher com entusiasmo aquêle que ia chegar — Darwin — o qual sustentaria ser a seleção dos melhores, pela eliminação dos mais fracos e incapazes, a condição necessária do progresso da espécie e que se não paga demasiado caro por êste preço. A fé na virtude da livre concorrência é já a glorificação do *"struggle for life"*. [2]

Confessava, aliás, o próprio Darwin haver sido levado à teoria da seleção natural pela leitura de Malthus, no qual já se encontra a expressão *"luta pela vida"*. Das elucubrações de Malthus se concluía que a miséria das classes proletárias tenderia a agravar-se de modo incessante, caso não fôssem os seus elementos providencialmente dizimados pelas doenças, pelas guerras e outros fatôres de destruição. Todos os sistemas sociais capazes de eliminar a miséria das massas proletárias fatalmente conduziriam à superpopulação e à fome universal, até

que de nôvo se restabelecesse o equilíbrio entre o índice demográfico e os recursos alimentares. Sendo, consoante a regra de Malthus, o número de sêres que nascem superior ao dos que a terra poderia nutrir, deve produzir-se — concluia Darwin — furiosa competição, da qual resultará a contínua eliminação dos mais fracos e a sobrevivência dos mais fortes ou mais aptos.

Razão de ser da grande voga do Darwinismo

Numa sociedade, como a do tempo do naturalista inglês, onde eram evidentes as vantagens daqueles a quem o acaso fornecia as melhores armas para a luta da vida, a teoria da seleção natural, isto é, do triunfo do mais apto, devia ser acolhida, e na realidade o foi, como benvinda — frisam Delage e Goldsmith. "Não trazia ela uma justificativa científica ao estado social da atualidade e uma resposta, baseada em fatos, contrária a tôdas as reivindicações humanitárias? Aquêles em quem, de longe em longe, vago remorso pesava na consciência ante o egoísmo de seu proceder, encontravam nesse ponto de vista uma justificativa científica de sua atitude: se os fracos eram esmagados, não correspondia isto, tal qual ocorria em tôda a natureza viva, aos próprios interêsses da sociedade?" ([3])

Não espanta, pois, hajam os discípulos do naturalista inglês invadido a ciência social, que passou a ser por êles considerada mera aplicação dos princípios darwinistas.

E o abuso que dêles se fêz foi geral: chegaram muitos a condenar as obras de assistência e amparo aos doentes, pobres e velhos, repudiando tôda solidariedade humana e pregando a justiça da fôrça, da violência e do egoismo como outras tantas afirmativas de uma verdade natural inevitável. ([4])

A seleção natural e o nazismo

E, destarte, a seleção natural inspirou as mais brutais e monstruosas concepções: a do super-homem de Nietzche e a da correspondente supressão dos inferiores. E a idéia de que o Estado não deve intervir para proteger os débeis em face dos que, em consequência da luta pela vida, se mostraram mais aptos, vencendo, enriquecendo-se e formando as classes privilegiadas, passou, desde então, a ser defendida sob a máscara da ciência. Dela se originou o paradoxo a que aludia Grasset: se, em todos os tempos, houve bárbaros e criminosos; se, em tôdas as guerras, houve pilhagens e felonias, jamais, como em nossos dias, aquêles que deviam ser os representantes da ciência, do pensamento e do direito, haviam proclamado, solenemente, de suas cátedras, a fatalidade dêsses crimes, assumindo-lhes a responsabilidade e ensinando abertamente a doutrina do mais revoltante cinismo.

Em vez de auxiliarem o advento da sociabilidade, única realmente capaz de conduzir-nos a uma era melhor, mais bela e mais feliz, doutoralmente pregavam o inexorável retrocesso às primeiras etapas da selvageria e da animalidade, suprimindo todos os progressos morais lentamente acumulados pelo homem, através de mares de lágrimas e de sangue, desde a antropofagia primitiva até os nossos dias.

Esqueciam-se de que, não só pela sua organização intrínseca, mas ainda pelo fato de agregar-se em sociedade, recebendo, milenarmente, os benefícios daí resultantes, o homem, desde que integrado num organismo coletivo, é mais do que um simples animal.

Mesmo que a lei da seleção, no simples campo zoológico, estivesse acima de qualquer restrição, bastariam as novas condições decorrentes da continuidade social para fundamentalmente modificá-la no caso humano, onde cada geração, na imagem do autor dos *"Deveres e Perigos Biológicos"*, aparece erguida sôbre os ombros de

um gigante, formado pelas gerações anteriores e cuja estatura cresce de modo ininterrupto. Não podem, por conseguinte, as leis do procedimento do homem, como ser social, deixar de diferir profundamente das do seu proceder como simples animal. ([5]) Foi o desconhecimento desta mudança qualitativa, decorrente do evolver social, que levou os doutrinadores do nazi-fascismo à aberração de justificarem as tiranias e opressões contra os povos mais fracos, deixando parecer seja ilusória e quimérica qualquer esperança de progresso da moralidade social. Proclamava Spengler, como se sabe, que "o homem é um animal de prêsa e que a guerra é o estado normal da humanidade". E o racismo, na observação de Renan, não visa senão a substituir as guerras imperialistas da história pelas guerras zoológicas da pré-história.

COMTE E MALTHUS

Entretanto, já na *"Política Positiva"*, evidenciara Augusto Comte que a argumentação sofística, e talvez culposa, de Malthus apenas dissimulava, sob delgado verniz científico, o empirismo metafísico. E, realmente. Sob o aspecto teórico, mostrou o economista inglês ignorar a lei geral que, no conjunto dos sêres vivos, torna a fecundidade tanto menor quanto mais elevada é a espécie.

Não é, portanto, verdade que a população humana cresça em razão geométrica, enquanto as subsistências apenas aumentam em progressão aritmética. O contrário é o que é real. Os vegetais e animais inferiores, de que se nutre o homem, reproduzem-se em proporção muito maior do que êle próprio. Se as espécies, consideradas como *"comedoras"*, *crescem* em proporção geométrica, por que,, encaradas como *"comestíveis"*, isto é, servindo de alimento ao homem, hão de apenas crescer aritmèticamente? ([6]) Diante das condições especiais criadas pelo evolver social, pode a espécie humana aumentar os seus meios de subsistência muito além do que exige o seu respectivo crescimento, pelo menos até distante porvir. É o que ainda assinalava Augusto Comte dizendo

que considerada sob o aspecto histórico, era a teoria de Malthus diretamente infirmada pelo contínuo acréscimo da população humana durante os trinta últimos séculos, acréscimo *pari passu* acompanhado da fartura universal. ([7])

Refuta, portanto, o Positivismo a veracidade do teorema de Malthus, quando estendido ao campo social, patenteando não ser o fenômeno do crescimento sociológico idêntico ao do crescimento biológico.

Depois de Augusto Comte também Marx e Engels repeliram as teorias de Malthus, contrapondo-se à sua extensão ao evolver dos sêres vivos, realizada por Darwin. Eis o que, em carta de 18 de junho de 1862, escrevia Marx a êsse propósito, dirigindo-se a Engels:

"Darwin, que reli, diverte-me quando diz haver aplicado a teoria maltusiana igualmente às plantas e aos animais, como se a brincadeira do Sr. Malthus não consistisse exatamente em não ser aplicável às plantas e aos animais, mas sòmente aos homens — *como uma progressão geométrica* — contràriamente ao que ocorre com as plantas e os animais. É notável reconheça Darwin nos animais e bêstas a sociedade inglêsa com a divisão do trabalho, a concorrência, a abertura de novos mercados, as invenções e a *"luta pela vida"* de Malthus. É a *bellum omnium contra omnes,* o que lembra a Fenomenologia de Hegel, na qual a sociedade burguesa figura como *"um reino animal espiritual",* ao passo que, em Darwin, o reino animal figura como sociedade burguesa". ([8])

A vegetação sem solo

Estão os fenômenos sociais subordinados aos biológicos, mas não se cingem a êles. Sob o aspecto material da produção dos alimentos, por exemplo, a ciência de tal modo transforma a agricultura e a indústria que o rendimento do trabalho humano entra ràpidamente a crescer, adquirindo proporções tais que acaba por não ad-

mitir qualquer comparação, qualitativa ou quantitativa, com as diminutas possibilidades do homem primitivo,, integrado em sociedades rudimentares.

Outrora — regista Rockefeller — "eram necessários, nos Estados Unidos, dois agricultores para produzir os víveres imprescindíveis a um habitante da cidade; hoje dois operários agrários podem alimentar dezesseis. Há um século eram precisos 100 dias de trabalho para a obtenção de uma tonelada de trigo; hoje bastam 18 horas, isto é, ao mesmo tempo de trabalho, correspondem 140 vêzes mais trigo".

De uns anos a esta parte vem sendo pôsto em prática, sobretudo nos Estados Unidos, curioso processo de *vegetação sem solo* (*Sailless growth of plants*). Destina-se ao cultivo de vegetais de ciclo evolutivo rápido, como certas flores e hortaliças (folhas, tubérculos e frutos), inclusive o milho, dispensando-se o solo. Os vegetais são semeados numa solução de sais nutrientes, ou em areia embebida, de tempos em tempos, das substâncias adequadas, através de um dispositivo automático. Para êsse tipo de cultura são exigidos apenas tanques, tabuleiros, ou vasos, os quais são colocados em qualquer lugar — terraços, praias, paredes, etc., desde que recebam sol ou luz artificial. O aspecto mais interessante é que o desenvolvimento, a robustez e a produção passam a ser muito maiores do que na vegetação comum. A planta que, normalmente, no solo, exige três meses para desenvolver-se, pode, em muitos casos, ter o seu crescimento reduzido a um têrço do tempo. Um tomateiro por exemplo, que, via de regra, atinge à altura de um metro a dois, e, excepcionalmente, a um pouco mais, pelo processo em aprêço pode alcançar cêrca de sete metros, aumentando, proporcionalmente, a sua frutificação. [9]

A criação sem pasto

Mas, não é só. De modo ainda mais profundo vem a ciência revolucionando a produção alimentar. Ao lado da vegetação sem solo, vem tendo desenvolvimento a par-

tir da última guerra, e está em voga em alguns países, especialmente nos Estados Unidos, o que, por analogia, poderíamos chamar *criação sem pasto*. Trata-se da cultura de micro-organismos para fins alimentares: leveduras (*Saccharomyces cerevisiae*) e tórulas (*Torula utilis, ou Torula sp*) que muito se assemelham às leveduras. Pela sua composição química, quase puramente protêica, êsses micro-organismos lembram a carne, havendo sido o produto dêles resultante denominado (ainda que impròpriamente) *carne sintética*. As leveduras são, em geral, obtidas como subprodutos do fabrico do álcool e da cerveja, enquanto as tórulas (mais indicadas para o consumo culinário) têm de ser adrede cultivadas. Tal cultura ou criação se processa em tanques ou dernas, contendo uma solução aquosa de açúcares e sais nutrientes. O açúcar para êste fim (especialmente a glicose), tanto pode provir da inversão do açúcar comum de cana ou beterraba, como (e é, econômicamente, o indicado) da sacarificação de glucídios: amido, celulose, etc. A celulose é tirada, como se sabe, de resíduos de madeira, palhas de cereais, etc. Daí dizer-se, zombeteiramente, que os alemães, durante a última grande guerra, pediam, nos restaurantes, um *bife de imbuia, de peroba*, ou de *jacarandá*, de acôrdo com a procedência da serragem que servira para o desenvolvimento da levedura ou tórula de que se fizera a *carne sintética*...

O desenvolvimento dos micro-organismos, em fortíssimas colônias, se processa em poucos dias, no fim dos quais se faz a colheita. Semeaduras e colheitas sucessivas podem ser feitas, indefinidamente, em cada unidade de *"criação"*.

São as leveduras, ou tórulas, de grande riqueza nutritiva, equivalente às carnes como fontes de proteínas, e superando os alimentos comuns pela sua elevada taxa de vitaminas do complexo *B*.

O local preferido para a criação das tórulas e leveduras são os terraços, os galpões e as adegas.

Confirma-se, assim, com a *vegetação sem solo* e a *criação sem pasto,* o que sustentava Condorcet, isto é, possuir a terra a capacidade de nutrir tôda a humanidade, porque a ciência lhe acrescerá, de modo imprevisível, os meios de produção. Só em futuro distante, por conseguinte, à vista da superfície limitada do seu planêta, poderá vir a preocupar sèriamente a nossa espécie o problema do seu crescimento, que, evidentemente, não poderá ser indefinido, devendo sem dúvida subordinar-se à superfície da terra. Aí, então, como previra Augusto Comte, há de determinar-se o número de filhos normalmente atribuível a cada casal. Os trabalhos de Aldous Huxley constituem, desde hoje, um sinal de alarma para um problema que a descoberta dos antibióticos e dos meios de profilaxia vem tornar menos remoto do que poderia parecer, há alguns anos, à vista de ser o aumento da população humana muito mais rápido hoje, não só pela conservação de muitos milhões de vidas, antes ceifadas pela tuberculose, pelo tifo e outros flagelos, mas ainda pela elevação da duração média da vida humana acarretada pelo saneamento de zonas inóspitas e insalubres e pela extirpação de doenças epidêmicas que antes inexoràvelmente ceifavam milhares de existências por ano.

Stuart Mill e a legislação trabalhista

Não se contentando com aplicar as doutrinas de Malthus e Darwin ao campo social, apelava ainda a Economia Política do século XIX para sofística argumentação de ordem moral. É assim que Stuart Mill repelia tôda intervenção do Estado em proveito da classe operária como atentatória de sua dignidade e de seus verdadeiros interêsses, doutrina, sem dúvida, muito cômoda para os que tinham a sorte de pertencer às classes ricas... [10]. Não concordando com êsse alvitre e considerando o liberalismo econômico o inimigo do proletário e o defensor do feudalismo financeiro, aconselhou Augusto Comte, ao revés, no *Sistema de Política Positiva,* fôsse

incluída, nos orçamentos, enorme verba — um têrço dos orçamentos [11] — especialmente destinada a trabalhos públicos previstos para eventualmente ocuparem as vítimas do desemprêgo [12], perigo nôvo, nascido com a liberdade econômica, vitoriosa a partir da Revolução Francesa, e que, contra o pensamento de seus promotores, na realidade fêz do operário miserável joguete nas mãos do capitalista.

Atento o espírito de desenfreado individualismo, que, contraditòriamente, leva ao esmagamento do indivíduo, preponderante a partir da Revolução Francesa, foram condenadas e dissolvidas as corporações de ofício e uma lei de 1791, reforçada pelo Código Penal de França, proibiu tôda coligação de operários. E deixados êstes sem defesa perante os patrões, tornou-se a luta inteiramente desigual, acarretando o aparecimento da mais negra miséria ao lado do luxo mais desbragado.

Comte e uma nova cavalaria

Precedendo a Ruskin e ao Professor Marshall, salientava Comte a necessidade de instituir-se uma nova Cavalaria, adaptada à Civilização moderna, substituindo-se a fôrça pela generosidade com que seriam atendidas e amparadas as vítimas dos desajustamentos econômicos decorrentes do industrialismo. [13]

Não se conformava o filósofo com o fato de, em vez de melhorar, piorar em seu tempo cada dia mais a situação do operário, apesar dos imensos aperfeiçoamentos técnicos da indústria e da expansão dos mercados, sendo, segundo Hallam, o salário dos operários do século XIX sensìvelmente inferior, à vista do preço das mercadorias mais indispensáveis, ao de seus predecessores dos séculos XIV e XV.

Muitas influências incontestáveis — a gestão egoística do capital, aplicado na busca exclusiva dos lucros; a extensão ulterior de um luxo imoderado, o crescente emprêgo das máquinas, o aumento progressivo da po-

pulação operária — explicam fàcilmente êsse triste resultado. E assim — comentava Comte — "enquanto engenhosos processos proporcionavam aos mais pobres artesãos modernos comodidades desconhecidas aos seus antepassados, êstes, no entanto, provàvelmente haviam obtido, nos séculos em que viviam, uma satisfação mais completa das primeiras necessidades físicas. Além disto, a aproximação mais fraternal entre patrões e trabalhadores (enquanto a preponderância dos nobres impediu a tendência dos burgueses a se substituirem aos chefes feudais) proporcionava também às populações operárias melhor existência moral. Eram, na verdade, então, os seus direitos e deveres menos desconhecidos do que passaram a ser sob o predomínio do deplorável egoismo burguês. Quanto mais aprofundarmos êste grande assunto de meditações políticas — concluía o filósofo — mais sentiremos convergirem espontâneamente com os interêsses próprios das classes inferiores as necessidades fundamentais que rigorosa análise histórica descobre na evolução preparatória das sociedades modernas. Longe, portanto, de constituir vã utopia filosófica, consoante o cego desdém de quase todos os homens de Estado da época, tendia, ao contrário, o voto especulativo de uma reorganização sistemática da sociedade a apoiar-se sôbre poderoso instinto popular, que não carecia mais senão encontrar órgãos racionais a fim de ser satisfatòriamente atendido". (14)

O Apocalipse do desespêro social

Pregando a ortodoxia individualista, a liberdade a todo custo, sòmente conseguira transformar-se, nas palavras de um discípulo de Comte, em *"Apocalipse do desespêro social"*. Enquanto fortunas colossais se faziam em poucos anos, os que haviam contribuído para erguê-las, não tinham outro destino senão morrer numa enxêrga de hospital. (15)

Em vão sustentara Adam Smith ser inteiramente justo que os que alimentam, vestem e alojam tôda gente,

encontrem, no produto de seu próprio trabalho, o suficiente para nutrir-se, vestir-se e instalar-se sofrìvelmente. (16)

O seguinte fato é característico da mentalidade dos industriais coetâneos de Comte, únicos realmente favorecidos pelo abstencionismo da economia liberal. Pleiteando os operários inglêses a redução do dia de trabalho, que era então de quatorze horas, os industriais britânicos, em petição ao Parlamento, alegaram ser o seu lucro constituído apenas pela última meia hora! Que não teriam dito, se previssem o dia de oito horas? — perguntam Gide e Rist.

Poupar será consumir?

Acobertando os piores desvios do industrialismo, tornara-se a economia política liberal a *ciência sinistra* tão temida de Carlyle. Enquanto era patente que a miséria aumentava na razão direta do trabalho, havia autores que sustentavam serem o desperdício e o esbanjamento dos ricos funções sociais e que todo capitalista, por isso mesmo que se dignava destruir loucamente o que os operários produziam à custa de imenso esfôrço, era um indivíduo útil. Se esbanjava, passava à categoria de benfeitor do pobre, fazendo prosperar o comércio... (17) E, ao contrário, se poupava, era tido como pernicioso, à vista da afirmativa paradoxal, repetida desde Adam Smith até Stuart Mill, e segundo a qual *poupar é consumir*... (18)

Em lugar de verem que o problema da produção não pode ser regulado e resolvido sem o do emprêgo da riqueza, que, por sua vez, depende das mais altas questões sociais e morais, atribuiam os economistas ao homem o destino único de produzir para consumir de modo a não passar, afinal, de aperfeiçoado produtor de estêrco: *"venuto al mondo sol per far letame"*, na expressão enérgica de Ariosto, lembrada por Comte. (19)

"Lendo certos economistas — comentava Droz em seus *Princípios da Ciência das Riquezas* — acreditar-se-

ia que os produtos não são feitos para os homens, mas, ao invés, os homens é que são feitos para os produtos". ([20])

Destino social da riqueza

A ciência social não admite, porém, deva haver uma classe de privilegiados cujo único fim seja o parasitário destino de consumir. O verdadeiro consumidor é o próprio produtor. O detentor do capital, assim como o operário, nada mais é do que um servidor da coletividade e deve ter sempre em vista os interêsses desta última na aplicação da riqueza, de que não é senão o gestor no próprio interêsse da sociedade, com o *jus utendi et administrandi* e não o proprietário absoluto, segundo a concepção individualista dos antigos com o *jus utendi et abutendi.*

Nenhum capital é o resultado do esfôrço de um só indivíduo. O concurso dos predecessores e dos contemporâneos imprime à riqueza um cunho social que se opõe à sua apropriação individual absoluta, isto é, sem responsabilidade, de modo a impedir a regulamentação do seu emprêgo.

A origem da grande desordem econômica da modernidade provém, em parte, de não se terem ainda convencido, em sua maioria, os detentores do capital, de que desempenham uma função coletiva ou social, sendo, tal qual os operários, verdadeiros servidores públicos, e não proprietários no sentido meramente individualista.

Em vez de se colocarem no ponto de vista de produzir para atender às necessidades do consumo, obtendo, em conseqüência, o indispensável acréscimo do capital que lhes cumpre dirigir, invertem os dados do problema e visam, primeiro, a um lucro pessoal desmedido, e só secundàriamente cogitam das reais necessidades do público.

Enquanto as possibilidades do consumo ultrapassaram a produção, puderam os capitalistas realizar lucros crescentes. Mas, o mesmo já não pode ocorrer hoje, em

iguais proporções, porque o poder aquisitivo das massas não se desenvolveu com rapidez idêntica à da capacidade de produção.

A luta contra a abundância

No decorrer de todos os séculos — observa Jacques Duboin reproduzindo conceitos de Howard Scott — quando o homem reduzido apenas às suas fôrças, só conseguia produzir em quantidade extremamente limitada os objetos necessários à sua existência, a história jamais registrou senão sucessivas crises de fome. A partir do advento da grande indústria e da agricultura científica e mecanizada, passou-se a contemplar um espetáculo singular: em vez de lutarem contra a carência de utilidades, como o fizeram durante os 60 séculos de sua vida histórica, passaram os homens a organizar-se para a luta contra a abundância, *porque esta mata o lucro!*

Queimar café, ou atirá-lo ao mar, como no Brasil; deixar o trigo apodrecer nos cais dos portos, como na Argentina, ou dizimar carneiros, como na Austrália; lançar tonéis de vinho nos rios, como se fêz na Itália, ou pôr fogo a lavouras de algodão, como se praticou alhures, serão talvez atos muito lógicos e conformes às exigências de um capitalismo sem entranhas, mas que a moral condena em nome de todos os sêres humanos privados do mais estrito necessário para a vida. ([21])

Contra estas e semelhantes conseqüências da organização individualista da produção rebela-se, em seu sistema social e político, Augusto Comte, que freqüentemente insiste na necessidade de se fazerem, racionalmente previsões industriais, através do estabelecimento de um sistema completo de estatística, de modo a poder cada geração transmitir, à seguinte, o conjunto do capital por ela herdado da precedente, realizando-lhe um acréscimo devidamente projetado. Consistiria, então, a principal função dos banqueiros em comanditarem, com sabedoria, os empreendimentos que merecessem assistência, secundando a extinção dos ramos ociosos ou preju-

diciais. [22] É, como se vê, uma antevisão do *Conselho de Contrôle de Investimentos*, modernamente preconizado na Inglaterra e nos Estados Unidos, condicionando a execução dos projetos de indústrias e obras novas à conjuntura econômica. [23]

Chegava Comte a condenar a caprichosa mudança dos fornecedores habituais, porquanto tende a perturbar a economia geral de suas operações, a qual supõe suficiente fixidez em sua freguesia. [24]

O estado de anarquia industrial a que progressivamente chegamos, na modernidade, explica-se, em parte, segundo Comte, por haver sido a evolução econômica o resultado de uma série de evoluções parciais desiguais: a princípio a fabricação a domicílio, em seguida, o comércio transcontinental com as grandes navegações, mais tarde a grande indústria, que se sucedeu ao desenvolvimento dos bancos e às invenções modernas, etc. — evoluções parciais, cada uma das quais se efetuou em épocas diferentes.

Como a vida econômica, e, consequentemente, o trabalho, não podem ser sistematizados senão em grupos de países, até que venham a sê-lo universalmente, essas desigualdades de evolução constituem uma fonte de desordem.

Na opinião de Comte, a principal causa dessa falta de organização provém, entretanto, do fato de revestir-se a atividade industrial moderna de um aspecto estritamente individualista e dispersivo, sem ainda apresentar um caráter nìtidamente social. Mesmo depois de emancipado, como observa o filósofo, raríssimamente o trabalhador se eleva ao sentimento de sua verdadeira dignidade social, persistindo em considerar seu ofício como simples fonte de lucros pessoais, sem ter em vista que participa de verdadeira função pública. [25] É assim, o lucro indistintamente encarado como o objetivo essencial da atividade econômica.

Procede daí que, guardando ainda a estreita mentalidade de *escravo emancipado* e tendo, como único mó-

vel, o desejo de acumular riquezas, sem se haverem nunca elevado ao ponto de vista dos interêsses gerais, os chefes industriais jamais conseguiram, ou jamais quiseram opor-se aos empreendimentos guerreiros, dos quais têm sido, muitas vêzes, cúmplices e até mentores. Cada um dêles ficou, até aqui, circunscrito aos interêsses particulares do seu ramo industrial ou comercial, sem nunca se preocupar em organizá-lo em função do conjunto social. Conceberam, quando muito, fôsse a vida econômica organizada sôbre uma base exclusivamente nacional e à custa dos interêsses legítimos dos outros povos, reduzidos pelas armas, ou pela subordinação econômica, à categoria de simples colônia.

É por isto que, embora increpando aos operários serem por demais propensos às soluções violentas, é Comte particularmente severo em relação aos chefes industriais, que, depois de terem tido o mérito de derrubar o antigo sistema social, lhe herdaram, em grande parte, o espírito e as tendências opressivas.

E assim — se se pode, sem ironia, empregar esta expressão — o equilíbrio do mundo moderno pouco e pouco se estabeleceu, não sôbre a base de um sistema de moral universal, como na Idade Média, ou sôbre a da cooperação no meio da cidade, como entre os Romanos, mas, apenas, sôbre o antagonismo entre a agricultura e a indústria; antagonismo entre os diferentes ramos da própria indústria; antagonismo entre as diversas nações industriais ou agrícolas; antagonismo, dentro de cada país, entre trabalhadores e patrões. De tal modo se tornou esta situação característica do mundo moderno que os economistas, como vimos, a consagraram, durante décadas, erigindo a doutrina do *"laisser faire, laisser passer"* em dogma fundamental da vida econômica. Ora, êste mote, bem digno do burguês, que o formulou no tempo de Colbert, nada mais é do que a justificativa sistemática da falta de organização.

As teorias de Augusto Comte conduzem, em resumo, à seguinte conclusão: no apogeu do regime católico-feu-

dal (apogeu que, segundo o filósofo, durou apenas dois séculos) a compressão das paixões individuais (e, consequentemente, a disciplina coletiva) resultou de princípios comuns que tiravam sua autoridade da teologia, cujo intérprete era o sacerdócio.

O mundo moderno rompeu êsse regime em consequência de duas grandes fôrças novas — a ciência e a indústria — uma espiritual e outra temporal — embrionárias ambas no sistema social e político da Idade Média. Desenvolvendo-se estas duas fôrças sem direção, uma — a ciência — ficou até aqui excessivamente dispersiva e especializada para preencher de modo satisfatório o alto papel social desempenhado outrora pelo Catolicismo: a consagração dos princípios em conseqüência dos quais o indivíduo se subordina à coletividade. Quanto à outra — a indústria — permaneceu demasiadamente individualista para permitir organizar a sociedade sôbre outras bases que não as do permanente conflito de interêsses privados.

No pensamento de Comte, o primeiro problema prepondera sôbre o segundo, não podendo a vida econômica ser organizada sem que uma doutrina de conjunto, universalmente adotada, venha de nôvo consagrar a disciplina coletiva. A reorganização espiritual é, pois, aos olhos do filósofo, o grande, o máximo problema dos tempos modernos. Sem ela será impossível a reorganização econômica sôbre bases verdadeiramente racionais, porquanto só ela permitirá o surto dos órgãos mundiais de coordenação de que carece a indústria moderna.

Sem a formação de tais órgãos, especialmente consagrados à supervisão da indústria moderna, perdurará indefinidamente a *anarquia econômica,* acompanhada de todo o seu séquito de horrores: o luxo e o desperdício mais desbragados ao lado da mais intolerável miséria. Ou as emprêsas, movidas pela concorrência, desordenadamente entulham os mercados com os seus produtos, acarretando tremendas crises locais de superprodução e

fazendo com que a miséria, nas palavras de Fourier, nasça da própria abundância; ou os trustes e cartéis, surgidos da livre concorrência, acabam com a própria concorrência e impõem aos produtos os preços que bem entendem. E, assim, passa um pequeno grupo a parasitàriamente beneficiar-se de lucros fabulosos com os mais graves prejuízos para a coletividade. Eis por que clamava Augusto Comte por uma regulamentação mundial da indústria, decorrente da reorganização espiritual que julgava imprescindível ao mundo moderno.

Comte e a correlação dos fenômenos sociais

À vista da interdependência dos acontecimentos sociais, é impossível estudarem-se os aspectos econômicos como se existissem sòzinhos, sem se entrosarem a cada instante com os outros que a sociedade concomitantemente apresenta. Há verdadeiro consenso entre os diversos órgãos sociais e suas funções, e daí decorre, para Augusto Comte, a necessidade de serem os fenômenos econômicos estudados em suas ligações com todos os outros. Eis as próprias palavras do filósofo:

"A confissão dos nossos economistas sôbre o isolamento necessário de sua pseudo-ciência em relação ao conjunto da filosofia social, constitui, implìcitamente, um reconhecimento involuntário da inanidade científica de suas teorias. Nos estudos sociais, como nos dos corpos vivos, os diversos aspectos gerais são mùtuamente solidários e racionalmente inseparáveis a ponto de não poderem ser esclarecidos senão uns pelos outros. Quando se deixa o mundo das entidades para considerar as especulações reais, torna-se palpável que a análise econômica ou industrial da sociedade, não poderia ser positivamente realizada fazendo-se abstração de sua análise intelectual, moral e política, seja no passado, seja mesmo na atualidade, de sorte que, recìprocamente, essa irracional separação fornece irrecusável sintoma da natureza essencialmente metafísica das doutrinas que a tomam por base". ([26])

Em outros passos estabelece Comte, com clareza meridiana que, na sociedade, tal qual no organismo de um ser vivo, o conjunto determina as partes, existindo entre os elementos sociais uma causalidade recíproca, isto é, leis de correlação. Há, por exemplo, uma correspondência entre o estado metafísico e as formas da arte ou da produção econômica, do mesmo modo que há adaptação entre o cérebro do homem e seus membros. Ora, em biologia, comete-se êrro palpável estudando-se um órgão isoladamente, sem tomar em consideração os outros, e, sobretudo, sem atentar no animal vivo. Também em sociologia existem interações entre todos os grupos de fenômenos: separá-los arbitràriamente é o mesmo que mutilá-los. O fenômeno político, o estético, o jurídico e o econômico enquadram-se nas mesmas séries históricas e se modificam recìprocamente. Há, entre êles, para nos servirmos de uma concepção devida, em biologia, ao gênio de Hipócrates, um *consenso,* tanto mais íntimo e pronunciado quanto mais complexos são os acontecimentos considerados. ([27])

Não se pode isolar, no fenômeno social, o aspecto material do espiritual

Sendo, portanto, os fenômenos sociais profundamente conexos, seu estudo real não poderia ser jamais racionalmente separado. Daí resulta a obrigação permanente de considerar sempre ao mesmo tempo os diversos aspectos sociais, não apartando a apreciação do desenvolvimento material da do evolver espiritual. Todo estudo isolado dos diversos elementos sociais, sem religá-los ao conjunto, é, por conseguinte, profundamente irracional e deve permanecer essencialmente estéril. ([28])

E, na *Política,* salientando quanto o emprêgo das riquezas depende das opiniões e sentimentos que prevalecem em cada momento histórico, patenteia o filósofo serem tão ôcas quanto ignóbeis as teorias econômicas onde a vida material é concebida independentemente de qualquer influência mental ou afetiva. Uma simples mudança

nas opiniões humanas, como, por exemplo, a proibição do vinho entre os muçulmanos, pode profundamente modificar o conjunto da existência prática, tanto particular como pública. (29)

Não é o que também se dá, entre os católicos, com a valorização do peixe e dos ovos na quaresma e na semana santa?

Entre outros, tece Mauduit os seguintes comentários a esta crítica de Comte aos economistas de seu tempo:

"O homem não é sòmente um ser econômico, é ainda religioso, esteta, altruista e apenas à custa de um artifício é que se pode considerar isoladamente um único dos aspectos da natureza humana. Sejamos ou não organicistas, a complexidade dos fenômenos sociais de um lado, e, de outro, as suas ações e reações mútuas, são observações de fato que se impõem a todos. Considerar alguém o homem exclusivamente como produtor de riquezas, é mutilar o ser real e condenar-se a um conhecimento incompleto. Quem não vê, efetivamente, que o menor fenômeno econômico é influenciado por uma série de causas de outra ordem? Querem um exemplo? Há alguns anos, como se sabe, os Estados Unidos da América proibiram o consumo de vinho e de álcool, interditando a entrada dessas mercadorias em seu território. Daí proveio, para o comércio francês de vinhos, vultoso prejuízo, porquanto os americanos eram grandes consumidores de vinhos de Bordéus e Champanha. Ora, a razão que fêz, nos Estados Unidos, triunfar o regime sêco, foi complexa, mas o puritanismo americano foi, certamente, o seu elemento principal. Vimos, assim, a prosperidade de uma região vinícola francesa ameaçada por um fenômeno religioso que se produziu em outra extremidade do mundo. Seria fácil multiplicar os exemplos". (30)

Comte, a economia política e a noção de sociedades variáveis

Outra crítica de Comte aos economistas liberais era o caráter absoluto de suas conclusões por falta de se ser-

virem da história como instrumento de investigação, sendo, no fundo, as diversas escolas econômicas dominadas pela consideração de um tipo político imutável.

Para os economistas liberais, as leis econômicas se verificariam em qualquer lugar e em todos os tempos. A política que delas deduziam era suscetível de aplicação geral e universal. Ficavam, dêste modo, alheios ao relativismo histórico, acreditando haverem formulado leis que exprimiam verdades universais, comuns a todos os tempos e a tôdas as nações, tal qual as leis físicas. O *laisser faire* parecia ser a conclusão prática da ciência econômica, válida para todos os meios, assemelhando-se a economia política às teorias dos juristas, que também só consideravam um homem abstrato, separado de tudo quanto o cerca. Para Comte, ao contrário, era preciso substituir êsse absolutismo, tanto na teoria como na prática. Devendo adaptar-se às condições de tempo e de lugar, não seria possível haver uma legislação econômica universal, capaz de indiferentemente aplicar-se a todos os países e a tôdas as suas fases evolutivas, tese que tamanha importância adquiriria na escola histórica alemã. ([31])

Contribuindo para fazer triunfar a noção de sociedades variáveis — frisa Mauduit — prestou Augusto Comte o mais relevante serviço à economia política. ([32])

Nesta senda, seguia, aliás, as pegadas do Abade Galiani em seus"*Diálogos sôbre o comércio do trigo*", onde mostra deverem os princípios aplicar-se aos tempos, aos lugares e às circunstâncias: "Qual o reino de que se quer falar? Onde está situado? Quais os seus costumes, as suas opiniões, as vantagens a serem nêle obtidas e os riscos a evitar?" ([33])

A realidade prática disciplina os desvios teóricos

Mas, no próprio apogeu do liberalismo, a necessidade de uma supervisão dos acontecimentos econômicos, e, consequentemente, de uma regulamentação da indústria e do comércio, se fêz nìtidamente sentir.

De 1810 a 1825 quatro crises graves ocorrem na Inglaterra. A de 1812 causa 7.000 falências, cujo contra golpe repercute em França. Mercadorias britânicas passam a ser vendidas a preço vilíssimo no mercado francês. E os industriais franceses, apesar de adeptos fervorosos das idéias liberais, são os primeiros a lhes violar os princípios essenciais desde que se vêem atingidos em seus interêsses. Coligam-se e obtêm do govêrno a majoração dos direitos aduaneiros. E, assim, as realidades lançam por terra os princípios apriorísticos, puramente abstratos, impondo aos industriais de França sua férrea disciplina. ([34])

Não era sem razão que Comte increpava a trilha de abstrações cada vez maiores pela qual enveredava a economia política em seu tempo. Consoante Gide e Rist, com os sucessores de J. B. Say e de Ricardo tomou a Economia Política um caráter cada vez mais abstrato; tendeu, em alguns autores, a reduzir-se a pequeno número de proposições teóricas, formuladas como teoremas de geometria... Transformou-se, enfim, num corpo de doutrinas bastante frio, cujos laços com a vida econômica real eram cada vez menos perceptíveis, parecendo sofrer, nas palavras de Schmoller, de uma espécie de anemia". ([35])

Enquanto Adam Smith — comenta, por outro lado, Ingram — "esforçava-se por encerrar-se no mundo real, descrevendo tão exatamente quanto possível as situações dos homens e das coisas, Ricardo e seus continuadores, ao contrário, flutuavam num mundo permanente de abstrações. Quando citavam casos para alicerçar doutrinas, eram hipotéticos. Seu gôsto favorito era imaginar o comércio de dois selvagens e pesquisar-lhe os resultados prováveis". ([36])

Compreende-se, assim, quanta razão assistia a Cournot em não considerar a ação dos economistas sôbre o curso dos acontecimentos mais eficaz do que a dos gramáticos sôbre o evolver da linguagem...

Caráter científico da crítica econômica de Comte

Mais do que os seus contemporâneos — ressalta Mauduit — não só apontou Comte os defeitos práticos do industrialismo, como atacou a economia política em sua própria essência. Combateu-a não apenas pelas suas consequências, mas, elevando o debate, increpou-lhe o método e afinal negou-lhe o nome e a qualidade de ciência. (37) Teve o filósofo em mira destruir o individualismo anárquico e arruinar a ciência incompleta e imperfeita dos economistas, para edificar, em seu lugar, a *sociologia*, a ciência nova que serviria de base à reorganização social. Eis por que a reforma da sociedade em Augusto Comte e a sua crítica da ciência econômica são essencialmente um esfôrço científico. Foi em nome do método, isto é, de um ponto de vista eminentemente filosófico e científico que Comte condenou a economia política liberal, e, dêste ponto de vista, seu esfôrço distingue-se de tôdas as críticas mais ou menos literárias ou declamatórias da época. (38)

Comte precursor da Escola Histórica

Acabaram as ponderações do fundador da Filosofia Positiva introduzindo, na economia política, verdadeira revolução, não só dando origem à chamada escola histórica, como ainda lançando por terra o famoso mote da ortodoxia liberal: *"laisser faire, laisser passer"*. É o que evidenciam historiadores das doutrinas econômicas, como Ingram, Hector Denis (39), Gide e Rist, e autores com Schiatarella no livro — *"La Filosofia Positiva e Gli Ultimi Economisti Inglesi"* — publicado em 1876, Maréchal na monografia *"Les idées économiques d'Auguste Comte"*, estampada em 1919, e Roger Mauduit no volume: *"Auguste Comte et la science économique"*, saído a lume em 1929.

Alguns economistas, principalmente inglêses, para melhor disfarçar os seus plágios, segundo adverte Schiatarella, desancaram de rijo o fundador da filosofia posi-

tiva, pensando assim pôr a salvo o que dêle haviam pilhado. Outros, como o alemão Knies, confessam a completa paridade de suas idéias com as de Comte, pretendendo, porém, jamais o haverem lido: qualquer semelhança seria mera coincidência...

Entretanto, atesta Ingram — tudo quanto possui algum valor na metodologia de Knies se acha, com maior amplidão, em Comte, recebendo dêle a marca que distingue os *"dii majores"* da filosofia.

É o que confirma um historiador da Economia Política francamente prevenido contra Augusto Comte — Charles Rist.

Eis, de fato, como êle aprecia a influência de Comte sôbre a *Escola Histórica,* representada, como se sabe, na Alemanha, por Hildebrando, Roscher, Knies, Schmoller, Wagner, Lombart e Brentano:

"Impõe-se agora uma observação antes de concluir — escreve Rist a propósito da *"escola histórica e a questão dos métodos"*.

"Encontra-se flagrante analogia entre as idéias que acabamos de expor e as de um filósofo cuja ação direta sôbre os estudos econômicos foi muito fraca, quase nula, mas a quem não podemos deixar de referir-nos: Augusto Comte.

"É bastante curioso que a escola histórica, com os seus primeiros representantes, o tenha ignorado. Não leram o *Curso de Filosofia Positiva,* concluido, desde 1842. Nesta obra, entretanto, emite Comte idéias análogas às de Knies e Hildebrando. Tão análogas até que alguns economistas, como Ingram e Hector Denis, julgaram poder ligar a tendência histórica em Economia Política à filosofia positiva.

"As três idéias essenciais que apontamos como constituindo o fundo das concepções dos historicistas foram nitidamente formuladas por Augusto Comte.

"A primeira refere-se à necessidade de estudar os fenômenos econômicos em suas relações com todos os outros: "A análise econômica e industrial da sociedade —

diz êle (*Filosofia Positiva*, t. IV, pg. 198) — não poderia positivamente realizar-se desde que se fizesse abstração de sua análise intelectual, moral e política, quer no passado quer no presente".

"A segunda é o emprêgo da história como instrumento de investigação na ciência social. Deve esta apoiar-se — diz êle — "na análise racional do conjunto do desenvolvimento verificado até hoje no escol da espécie humana", e, para regenerar a Economia Política, vaticina favoràvelmente "a predileção do nosso século, sempre crescente por tôda parte, pelos trabalhos históricos. (*Filosofia Positiva*, t. IV, pgs. 168 e 207).

"Finalmente, estava convencido de que êste método permitirá a *previsão racional*, atributo que reúne o conjunto das diversas condições destinadas à caracterização do verdadeiro espírito fundamental da política". ([40])

Stuart Mill e o julgamento de Comte sôbre a Economia Política

Ao empreender fundar a sociologia, fêz Augusto Comte um balanço dos trabalhos daqueles que, em épocas diversas, o haviam precedido na mesma senda. Como não podia deixar de ser, não escaparam os economistas a êsse balanço. Em vários passos da *Filosofia* e da *Política Positiva* aprecia-lhes Comte as idéias gerais e os métodos.

Apesar de haver sofrido forte influência do filósofo francês, irritou-se Stuart Mill enormemente com os seus comentários a êsse respeito. *Et pour cause*, porquanto em nada divergiam, na essência, os princípios econômicos do publicista inglês dos que eram professados pelos economistas visados pelo filósofo...

Provavam os comentários dêste último — aos olhos de Stuart Mill — "de que extrema superficialidade era por vêzes capaz Comte", que êle, todavia, considerava um filósofo comparável, senão superior, a Descartes e Leibniz... ([41])

Foi, contudo, uma observação extremamente infeliz — comentava, na *Enciclopédia Britânica,* um historiador das doutrinas econômicas. Não a teria feito Stuart Mill se houvesse podido prever o progresso ulterior do pensamento europeu e até onde iam penetrar as linhas gerais da crítica de Comte, propagando-se por uma via independente: a da escola histórica alemã. (42)

Aí está a superioridade do filósofo sôbre o especialista: é que a êste, limitado ao horizonte de suas investigações de cada instante, escapam muitas vêzes aspectos que o filósofo descobre e aponta à pesquisa do próprio especialista...

Comte e a economia dirigida

Em França, Cauwès e quase todos os professores de economia política a partir de fins do século passado, embora não repudiassem completamente o individualismo econômico, passaram a aprovar a intervenção do Estado a fim de regularizar o curso dos fenômenos sociais, admitindo a regulamentação do trabalho e a maior parte das leis daí decorrentes. (43)

A intervenção do Estado no curso dos fenômenos econômicos — escrevia Mauduit em 1929 — " é o fundo comum das idéias hoje dominantes em França. Daí nasceu tôda a legislação operária do século XIX. Leis foram votadas para regulamentar o trabalho das crianças e das mulheres, para determinar a duração do trabalho dos homens e organizar o repouso hebdomadário. A lei de 1898 sôbre acidentes do trabalho assegura aos operários a possibilidade de viverem de determinada renda garantida pelo empregador, no caso de invalidez. Daí resulta, não que o operário haja sido *incorporado à sociedade,* como preconizava Comte, mas que a situação se apresenta menos instável do que há cem anos". (44)

Se a economia política deixa cada vez mais de ser abstrata, absoluta e universal — comenta ainda Mauduit — êste progresso é devido à influência de Augusto Comte combinada com a da escola histórica alemã. Comte,

de fato, vibrou os primeiros golpes na doutrina cujos partidários são hoje dia a dia menos numerosos: a da inércia governamental consubstanciada no *laisser faire, laisser passer*. O curso dos acontecimentos do século XIX se encarregou de trazer uma justificativa suplementar às inquietações de Augusto Comte: a concentração dos negócios, a "*integração*" como dizem os economistas, a formação dos grandes monopólios, trustes, ou consórcios, mostraram, com maior nitidez ainda do que antes, que frequentemente o regime da concorrência, entregue a si mesmo, conduz à opressão do consumidor e a tôdas as modalidades de injustiças" (45), acabando mesmo por eliminar a própria concorrência.

Resultantes de uma concepção eminentemente egocêntrica da propriedade, os princípios da economia política ortodoxa erigiam o direito individual e os interêsses privados em normas reguladoras da existência e do desenvolvimento dos organismos sociais. Entretanto, dependendo de efetiva concorrência entre numerosos empreendimentos autônomos, a pretensa lei da oferta e da procura deixa de se fazer sentir em consequência da própria liberdade absoluta da indústria e do comércio.

Presenciamos, na realidade, por tôda parte, em nossos dias, a crescente concentração industrial e bancária. As múltiplas iniciativas privadas surgidas, no século passado, nos principais campos da vida material dos povos, foram, pouco a pouco, tendendo para a sua unificação, direta ou indireta, mediante a destruição ou absorção das emprêsas mais fracas pelas mais fortes. Os trustes, cartéis, monopólios ou consórcios, surgidos da liberdade econômica, vieram, assim, eliminar a livre concorrência e anular os velhos princípios de Quesnay e Adam Smith.

Já hoje, nos grandes setores da indústria e do banco, subsiste apenas reduzido número de grupos financeiros que lutam pelo domínio do mundo inteiro ou o repartem entre si. As repetidas guerras, o imperialismo, a exploração colonial, etc., são manifestações dêsse embate desumano e sem tréguas pela supremacia de interêsses

econômicos, que transcendem as fronteiras dos países de origem e se espraiam por todo o globo em busca de matérias primas e de mercados consumidores, vale dizer, em busca de lucros cada vez mais vultosos e desmedidos.

Características do pensamento econômico de Augusto Comte

Infelizmente as considerações de Augusto Comte sôbre a economia política foram feitas apenas de passagem, incidentemente, constituindo quase uma digressão no capítulo da *Filosofia Positiva* consagrado a apreciar as tentativas até então feitas para constituir a sociologia. Pretendia êle voltar de modo especial ao assunto, encarando-o diretamente no *Sistema de Indústria Positiva* ou *Tratado da ação total da humanidade sôbre o planêta,* em dois volumes, tratado que vinha mentalmente elaborando havia longos anos e era por êle tido como *"o mais original e meditado de seus trabalhos"*, mas que uma morte prematura não lhe permitiu redigir. (46)

Entretanto, pelo que aqui esboçamos, não poderia o pensamento de Comte ser confundido, em matéria econômica, com o de qualquer das outras escolas de nossos dias: liberal, comunista ou socialista. Delas diverge o Positivismo antes de mais nada, por apresentar-se como uma vasta síntese, abrangendo não só as questões econômicas, mas ainda os problemas atinentes à explicação do mundo e à natureza moral e intelectual do homem. Se, por um lado, politicamente era Comte, até certo ponto, um homem de esquerda, pretendendo, como os comunistas e os socialistas, melhorar a sorte dos operários, por outro lado, para essa reforma, êle adotava o lema *"conservar, melhorando"*, preferindo sempre a evolução à revolução e propondo, para resolver a questão social, um remédio não apenas econômico e político, mas ainda intelectual e moral.

Embora considerasse básico o elemento econômico, porque sôbre êle assentam todos os outros, de acôrdo com o aforismo segundo o qual *"os fenômenos mais nobres*

estão subordinados aos mais grosseiros" — atribuia, entretanto, Comte — atendendo ao princípio de consenso social — decisivo papel à cultura do sentimento e da inteligência no evolver humano.

A originalidade de Augusto Comte — comenta, a êste propósito, Lévy Bruhl — "está em pedir à ciência e à filosofia os princípios de que depende a reorganização social, que é o verdadeiro fim de seus esforços". (47) Desde os seus primeiros escritos havia Comte indicado êste ponto de vista, e a razão profunda do seu dissentimento com Saint-Simon é que êste queria empreender a reorganização material da sociedade antes de haverem sido convenientemente concebidas as bases espirituais dessa organização, o que, aos olhos de Comte, seria fazer o carro andar adiante dos bois. (48)

As instituições, ao ver de Comte, dependem dos costumes, e êstes, por sua vez, estão subordinados às crenças. Assim sendo, ao lado da reorganização material da sociedade, torna-se necessária a constituição de um sistema de idéias e sentimentos, suscetível de ser universalmente adotado, como o Catolicismo na Europa medieva. (49)

No pensamento de Comte, não pode a vida econômica ser real e eficientemente organizada antes que uma doutrina de conjunto venha de nôvo consagrar a disciplina coletiva. Não constituindo o problema econômico senão um dos aspectos do problema geral da reorganização temporal do mundo moderno, não lhe propõe o Positivismo soluções exclusivamente políticas ou administrativas. Havendo a doença atingido, em sua totalidade, o corpo social, nenhuma de suas manifestações poderá ser isoladamente tratada. Amplia, pois, o Positivismo imensamente o problema social, considerando-o não apenas sob o prisma econômico, mas ainda sob o aspecto intelectual e moral.

Segundo Augusto Comte, nenhuma etapa decisiva se galgou, no evolver social, sem o preliminar acúmulo dos conhecimentos, resultantes do surto da ciência ou do es-

pírito positivo. Eis por que a lei correspondente é, no Positivismo, o que mais importa desvendar para devidamente interpretar o passado. Daí o papel saliente dado por Comte e sua escola à *lei dos três estados* que se tornou, na expressão de Stuart Mill, *"a espinha dorsal do Positivismo"*. (50) E daí também a importância que atribuem à contribuição sociológica de Condorcet, que fêz depender tôda a evolução social dos *"Progressos do Espírito Humano"*.

Retomando o pensamento de Pascal, para quem pode a Humanidade ser considerada como um só homem que vive sem cessar e aprende contìnuamente, vê o Positivismo na evolução intelectual a chave da história, sem, entretanto, esquecer, de nenhum modo, a importância dos fatôres de ordem econômica e de natureza moral, estreitamente relacionados com os intelectuais, sendo, na realidade, impossível isolar, uns dos outros, êsses diversos aspectos, pois, na sua *íntima e permanente correlação*, está exatamente a novidade trazida ao seu estudo por Augusto Comte.

No terceiro volume do *Sistema de Política Positiva"*, onde sistematiza as leis do desenvolvimento social, de acôrdo com o princípio básico segundo o qual *"o progresso é o desenvolvimento da ordem"*, salienta Augusto Comte a preponderância das exigências materiais sôbre os fatôres de ordem intelectual e moral. Sua teoria da evolução não se reduz, pois, como pretende, entre outros, René Worms ([51]), a um puro intelectualismo histórico. É o que prova, de maneira incontestável, o seguinte passo:

"Apesar da independência abstrata, sonhada pelo orgulho dos teoristas, tôdas as nossas revoluções mentais emanam das sucessivas exigências de nossas situações práticas. A atividade inspirada pelos nossos instintos, em consequência das nossas necessidades, regula sempre o exercício geral de nossa inteligência. Entretanto, esta última conserva uma extrema importância visto ser o ministro necessário daquela". ([52])

No conjunto, a concepção positivista da história está muito longe de ser materialista, no sentido muito preciso e peculiaríssimo em que Augusto Comte toma esta palavra. Qualquer que seja a grande importância atribuída pelo filósofo às necessidades econômicas e às bases materiais, ela não chega a diminuir, em seu pensamento, o pêso, muito considerável, dos atributos espirituais, quer intelectuais, quer morais, que cooperam para a evolução social sem resultarem daqueles fatôres materiais.

Devidamente compreendida, isto é, atendendo-se às influências de ordem econômica, social e moral, pode a evolução intelectual coordenar tôdas as demais — elucida Paula Lopes Filho. "Antes do marxismo, proclamou o Positivismo que a infra-estrutura determina a super-estrutura, ou nas palavras de Comte, que os fenômenos intelectuais e sociais estão subordinados às condições materiais e econômicas. Mas, aos seus olhos, é, ao contrário do que prega o marxismo, pela renovação da super-estrutura que, no fundo, se realiza o progresso. Daí decorre que a ascensão social e política do proletariado, embora indispensável no parecer de Comte, não seria, ela só, suficiente para encerrar a revolução moderna, inaugurada com o desmoronamento do sistema católico-feudal. Sem a evolução simultânea do elemento intelectual, a vitória do proletariado não seria mais fecunda do que o foi a da burguesia". ([53])

Às massas operárias só poderia caber, no pensamento de Comte, o papel de impor, mediante a fôrça do número, opiniões que conduzissem à paz internacional, propiciando, assim, a incorporação social do próprio proletariado através do melhoramento geral das suas condições de existência.

Aos olhos de Comte, pois, o problema social não poderia ser resolvido sem uma concomitante reforma das opiniões, reforma que na realidade, se reduz a criar *"uma opinião pública mundial"*, a qual, para adquirir a necessária consistência, precisa de ser esclarecida por uma doutrina e orientada por uma classe de intelectuais, que sejam verdadeiros sacerdotes leigos.

Tôdas as idéias de Comte sôbre a organização da sociedade pressupõem a universal adoção da doutrina por êle elaborada. Assentada esta premissa, o papel social dos proletários consiste, segundo êle, em serem os indispensáveis auxiliares do poder espiritual, *"realizando, enfim, pela união de uma grande idéia com uma grande fôrça, o reinado da opinião pública".* ([54])

Inútil é acrescentar que, segundo o Positivismo, a opinião pública deve representar um papel universal, opondo-se à opressão dos fracos não só na órbita interna como na internacional. O exercício de um tal poder de opinião, é, pois, incompatível com a interdição das coligações operárias, e, por isto, pleiteava Comte fôssem abolidos os entraves opostos às greves e à liberdade de associação. ([55])

Pode a função social, atribuída pelo Positivismo aos proletários, parecer demasiadamente modesta. É lícito, contudo, indagar se é realmente, possível confiar-lhes uma função mais extensa, a menos que se lhes entregue a própria direção da sociedade e da vida econômica, o que está longe de ser o pensamento de Augusto Comte. Mesmo, porém, no sistema até aqui mais revolucionário — o da chamada ditadura do proletariado — cabe, de fato, a êste último outro papel senão o de fiscalizar a boa administração da coisa pública, aplaudindo-a ou reprovando-a através de uma sólida e homogênea opinião pública?

Seja o govêrno exercido em nome do proletariado, como na Rússia, ou, como o quer Comte, em nome do conjunto da sociedade, o certo é que a grande massa há de ser sempre excluida do exercício de um poder que é, necessàriamente, função de poucos.

Em conclusão: aceitando a interferência governamental para dirimir dissídios, regulamentar salários, horas de serviço, dias de descanso, evitar ou abrandar as crises econômicas, etc., não era, contudo, Comte um adepto do *estatismo*, isto é um partidário da produção diretamente dirigida ou organizada pelo Estado, admitindo, ao con-

trário, como dogma inconteste, a doutrina de Adam Smith sôbre a incompetência industrial do Estado, conseqüência natural e inevitável da separação necessária dos ofícios sociais. ([56]).

Muito menos pactuaria Augusto Comte com o totalitarismo sob as suas diversas modalidades, isto é, o Estado Deus, onipresente, oniciente e onipotente, elevado à categoria de pai, tutor, curador e confessor, interferindo não só na ordem econômica, mas na educação e até no recesso das consciências.

Compreendendo o problema social em tôda a sua real e imensa complexidade, não separando o aspecto econômico do intelectual e do moral, e salientando, ao contrário, a sua íntima correlação, sustentava Comte que a reorganização industrial e política sòmente poderia ser satisfatòriamente conseguida se concomitantemente se processasse uma renovação intelectual e moral da sociedade. Seria, destarte, para Comte, impossível regular imediatamente a sociedade material sem, *pari passu*, disciplinar-lhe as opiniões e os costumes.

A solução por êle apresentada para o problema social, é, portanto, completamente original, e, embora ofereça pontos de contato com as diversas correntes conservadoras e revolucionárias não pode ser confundida com qualquer delas. É o que veremos ao apreciar no capítulo seguinte, a maneira peculiar pela qual resolve a *questão social.*

NOTAS DO TERCEIRO CAPÍTULO

1) — Dunoyer: "*De la liberté du travail*", pg. 409 do Vol. I da 3ª ed.

2) — Vide Gide e Rist: "*História das doutrinas econômicas*", pgs. 369 e 370 da 1ª ed. brasileira.

3) — Vide Yves Delage et, M. Goldsmith: "*Les Theóries de l'évolution*", pgs. 351 e 352 da ed. de Paris, Flammarion, 1909.

4) — *Ibidem*, pg. 352.

5) — Vide Grasset: "*Devoirs et périls biologiques*", 1ª ed., Paris, Alcan, 1917, pgs. VIII, 6,10, 13 *et passim*.

6) — Vide Dr. Robinet: "*Filosofia Positiva*", pg. 70 da trad. de João Francisco de Souza e Antenor Rangel Filho, Rio, 1942.

7) — *Vide* Augusto Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, pgs. 318 e 319.

8) — *Apud* Jean Fréville: "*L'Épouvantail Malthusien*", pg. 270, Paris, Éditions Socialis, 1956.

9) — *Vide* Ellis and Swaney: "*Soilless Growth of Plants*", Publishing Cor. New-York, 1938, *passim*.

10) — Vide Gide e Rist: "*História das doutrinas econômicas*", pg. 417 da 1ª ed. brasileira.

11) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, pg. 348.

12) — *Idem, ibidem*, pg. 466.

13) — *Idem, ibidem*, pgs. 150, 336 e 478.

14) — *Idem*, "*Filosofia Positiva*", vol. VI, pgs. 271 e 272 da 4ª ed.

15) — *Vide Sémérie*: "*Positivistes et Catholiques*", pg. 49, 95 *et passim* da 2ª ed. Paris, 1873.

16) — *Vide* Adam Smith: "*Riqueza das Nações*", 1. I, c. 3º, vol. I, pg. 189 da trad. franc. de G. Garnier, Paris, 1859.

17) — *Vide* Sémérie, *op. cit.*, pgs. 52 a 54.

18) — Conf. Gide e Rist, *op. cit.*, pg. 96.

19) — *Vide* Laffitte, Robinet e Ritti: "*Le Positivisme et l'économie politique*", pg. 27 da 3ª ed., Paris, 1876; Ariosto, Sátira II, v. 33 e A. Comte: "*Catecismo Positivista*", pg. 453 da 3ª ed. da trad. de Miguel Lemos.

20) — *Apud* Gide e Rist, *op. cit.*, pg. 231

21) — *Vide* Pierre Lucius: "*L'Agonie du Libéralisme*", pg. 84, Recueil Sirey

22) —. *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. IV, pg. 349. Comp. *"Catecismo Positivista"*, 11ª conferência, pg. 370 da trad. de Miguel Lemos, 3ª ed.

23) — *Vide* Eugênio Gudin: *"Para um mundo melhor"*, pg. 209, Rio, 1943.

24) — *Vide* A. Comte: *"Catecismo Positivista"*, pg. 370 da trad. cit.

25) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. II, pg. 159, e Rodolfo Paula Lopes Filho: introdução ao volume *"Augusto Comte: Le protétariat dans la société moderne"*, pgs. XIV, XV et *passim*, Paris, 10, rue Monsieur-Le-Prince, 1946.

26) — *Vide* A. Comte: *"Filosofia Positiva"*, vol. IV, pgs. 198 e 199 da 4ª ed.

27) — *Idem, ibidem*, pgs. 252 e seguintes e R. Mauduit: *"Auguste Comte et la science économique"*, pg. 112, Paris, Alcan, 1929.

28) — *Vide* A. Comte: *"Filosofia Positiva"*, vol. IV, pgs. 254 e 255 e vol. V, pg. 66 da ed. cit.

29) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva*, vol. II, pg. 276.

30) — *Vide* Mauduit, *op. cit*, pg. 273.

31) — *Vide* a crítica feita à economia liberal por Hildebrando, *Apud* Gide e Rist, *op. cit.*, pg. 444. Conf. Mauduit, *op. cit.*, pg. 100.

32) — *Vide* Mauduit, *op. cit.*, pg. 106.

33) —. *Vide* Galiani: *"Dialogues sur le commerce des blés"*, pg. 18 do vol. II das *"Mélanges d'Économie Politique"*, comentadas e anotadas por Molinari, Paris, Guillaumin, 1848.

34) — *Vide* Pierre Lucius: *"L'Agonie du Liberálisme"*, pg. 113, Recueil SireY.

35) — *Vide* Gide e Rist: *"História das doutrinas econômicas"*, pgs. 431 e 432 da 1º ed. brasileira.

36) — *Vide* G. Kells Ingram: *"Esbôço de uma história da Economia Política"*, pg. 140 da trad. franc. de V. E. Pépin, Paris, 1907.

37) — *Vide* Mauduit, *op. cit.*, pg. 73.

38) — *Idem, ibidem*, pg. 74.

39) — *Vide* Ingram, *op. cit.*, cap. VI *et passim*, e Hector Denis: *"Histoire desSystème Économiques et Socialistes"*, 1. I, pg. 34 et passim, Paris, 1904.

40) — *Vide* Gide e Rist, *op. cit.*, pgs. 459 e 460.

41) — *Vide* J. Stuart Mill: *"Augusto Comte e o Positivismo"*, pgs. 81, 199 e 200 da trad. franc. de G. Clémenceau, 8ª ed. Paris, Alcan, 1907.

42) — *Vide* Ingram, *op. cit.*, pg. 227.

43) — *Vide* Mauduit: *"Auguste Comte et la science économique"*, pg. 241, Paris, Alcan, 1929.

44) — *Idem, ibidem*, pg. 252.
45) — *Idem, ibidem*, pgs. 246 e 251.
46) — *Vide* A. Comte: "*Filosofia Positiva*", vol. VI, pgs. 771 e 772 da 4ª ed. e "*Política Positiva*", vol. IV, pgs. 246, 542e 543.
47) — *Vide* Lévy-Bruhl: "*La Philosophie d'Auguste Comte*", Introdução, pg. 5 da 3ª ed., Paris, Alcan.
48) — *Vide* A. Comte: "*Lettres à Valat*", pg. 156.
49) — *Vide* Mauduit, *op. cit.*, pg. 74.
50) — *Vide* Stuart Mill: "*Augusto Comte e o Positivismo*", pg. 14 da trad. franc. de G. Clémenceau, 8ª ed., Paris, Alcan 1907.
51) — *Vide* René Worms: "*Philosophie des sciences sociales*", vol. I, pg. 132.
52) — A. Comte: "*Politique Positive*", vol. III, pg. 14. Veja-se também o vol. II, pgs. 154, 165, 168, 172, 174, 273, 277, 279, 281, 283.
53) — *Vide*: R. Paula Lopes Filho introdução ao volume de textos de A. Comte: "*Le Prolétariat dans la société moderne*", Archives Positivistes, Paris, 1946, pgs. XVII e XVIII.
54) — *Apud* R. Paula Lopes Filho, 1. cit., pg. XXIII.
55) — *Ibidem*, pg. XXIV.
56) — *Vide* Adam Smith: "*Riqueza das Nações*", 1. V, c. II, 2ª parte; Mauduit, *op. cit.*, pg. 187; A. Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, "*Ap. Gen.*", pg. 209; Teixeira Mendes: "*A verdadeira política republicana e a incorporação do proletariado*", pg. 5 da publicação nº 346 do Apostolado Positivista do Brasil.

CAPÍTULO QUARTO

AUGUSTO COMTE E A QUESTÃO SOCIAL

Raízes biológicas da propriedade

Examinando a origem do capital e de sua apropriação pelo indivíduo assinalou Augusto Comte esboçar-se a sua instituição a partir de algumas espécies animais. São os instintos ligados à sobrevivência que dão origem à atividade do animal, estimulando-o quer em busca do alimento, quer para livrar-se de agentes agressivos ou de condições adversas.

A maioria dos animais só se apossa do alimento, resguardando-o, enquanto perdura a fome. Outros, entretanto, mesmo depois de aplacada a fome, recolhem e escondem os alimentos em excesso, defendendo-os contra os que tentam arrebatar-lhos, *apropriando-se* dêles, no verdadeiro sentido da palavra.

Radica-se, pois, o sentimento embrionário de propriedade, nada menos do que na constituição biológica. Tentar extirpá-lo, pura e simplesmente, seria o mesmo que empreender eliminar do organismo o aparelho digestivo.

De tal modo está o instinto de propriedade ligado à organização biológica e egoística do homem, que só a interveniência de um fenômeno nôvo — a vida coletiva — poderá modificá-lo progressivamente, visto criar condições cada vez mais tranquilizadoras para a sua sobrevivência e facilitar, assim, o surto e o fortalecimento do altruismo, que também lhe é inato.

Antes de Augusto Comte, a impossibilidade de se extinguirem os instintos egoísticos da organização humana já era afirmada por naturalistas e filósofos, entre

os quais se destacaram Georges Leroy em suas *Cartas sôbre os Animais*, Hume em seus *Ensaios de Moral* e Gall em seu *Tratado de Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso em geral e do Cérebro em particular.* (1)

Uma hipótese de Hume

Tão ligada está a propriedade à organização biológica do homem (em decorrência do mundo em que vive, onde só subsiste à custa de rude trabalho), não sendo, consequentemente, mera convenção social, que, para evidenciá-lo, Augusto Comte repete e desenvolve uma hipótese de Hume com o fim de patentear que sòmente seria possível anular, no homem, o sentimento de propriedade, se profundamente se modificassem as condições de satisfação do seu instinto nutritivo ou de conservação pessoal.

Suponhamos, realmente, oferecesse a natureza ao gênero humano as comodidades e vantagens exteriores em tamanha abundância que, sem preocupação com o futuro, sem cuidado nem trabalho, cada indivíduo se achasse amplamente provido de tudo quanto a imaginação mais fértil e os mais desmedidos apetites pudessem levá-lo a desejar. Imaginemos que a amenidade das estações tornasse inúteis as moradias e as vestes, apresentando-se-nos as condições físicas do meio (calor, luz, umidade, etc.) tão favoráveis que nos dispensassem de lutar contra qualquer fator adverso.

Admitamos ainda exigisse a alimentação sólida tão diminutos cuidados quanto a aérea e que as águas límpidas das fontes manassem por tôda a parte com fartura. Nestas condições, não seriam necessárias a agricultura, a pecuária e a indústria, enquanto, por outro lado, floresceriam, sem embaraço e intensamente, as artes, a paz e as virtudes sociais. A música, a poesia, a contemplação do belo e divertimentos de tôda espécie constituiriam a única finalidade do homem; o cultivo das relações sociais e os folguedos suceder-se-iam ininterrup-

tamente e a propriedade perderia sua razão de ser. Por que chamar a um objeto *meu* ou *teu*, se, a qualquer momento, seria a todos possível estender a mão para possuir outro igual? (2)

Deixando de ser solicitado pela fome e por outras necessidades físicas, atendidas sem esforços, com a mesma facilidade com que se processa a respiração, acabaria o egoismo por atrofiar-se em decorrência da lei fisiológica segundo a qual *"o exercício desenvolve o órgão e aperfeiçoa a função, enquanto a inércia o atrofia"*. E os sentimentos altruistas, mantidos em permanente atividade, não sofrendo mais a opressiva concorrência dos pendores egoísticos, haveriam de tornar-se os móveis habituais de uma vida onde a inteligência e a atividade incessantemente se votariam aos anelos da paz e da fraternidade, aos prazeres do apêgo, da veneração e da bondade. (3)

O egoísmo humano e o meio cósmico

Tais condições são, porém, quiméricas, não existindo para animal algum. A vida social, entretanto, através da ciência e da indústria, pouco e pouco vai modificando o ambiente em que se desenvolve a espécie humana, criando, cada vez mais, para ela, qualquer cousa parecida com essa sedutora hipótese.

Infelizmente, nunca será confirmada a existência daquele povo que, segundo Camões:

"do cheiro se mantém das finas flôres." (4)

Êsse povo não existe, nem existirá jamais, estando os fenômenos mais nobres da humanidade por tôda parte subordinados aos mais grosseiros da alimentação e sobrevivência, dependendo a superestrutura da infraestrutura.

As exigências físicas do homem e as dificuldades do meio nêle exacerbam, a cada instante, os instintos básicos de conservação pessoal e de destruição dos tropeços

que se lhe antolham. A sua alimentação tem de ser, a um tempo, gasosa, líquida e sólida, acontecendo, além disto, que esta última, ao contrário do que ocorre com a dos vegetais, sòmente pode fazer-se através de matérias que já tenham vivido.

Os vegetais e os animais são, na verdade, indispensáveis à nutrição do homem, que não consegue manter-se apenas mediante substâncias minerais. Além disto, é frequente a periodicidade das suas ingestões alimentares, circunstância que enormemente lhe dificulta a sobrevivência, complicando sobremodo o problema social. Exige ainda a vida do homem, segundo vimos, condições físicas de temperatura, umidade, luz, etc., que ainda mais lhe embaraçam a existência.

A sua própria organização biológica, unida à natureza do seu meio cósmico, impõe, consequentemente, ao homem, o exercício contínuo da atividade para assegurar-lhe a sobrevivência que vem marcada de acentuado cunho egoístico, porquanto é irresistìvelmente dominada pelas contínuas exigências da vida vegetativa, cuja preponderância sôbre a vida animal é de evidência tangível. (5)

Surgida sob a pressão dos impulsos pessoais, a atividade humana é, por isto, primitivamente contrária à solução altruística da existência coletiva: a princípio ninguém *vive para outrem* — cada qual apenas trabalha para si próprio. É só a vida social que permite vislumbrar-se a transformação de uma existência exclusivamente biológica e egoística numa vida cada vez mais altruística. (6)

Sem a sociedade, ou fora dela, ninguém *viveria para outrem,* mas apenas para si, como ocorre com o comum dos animais.

A existência coletiva, como fenômeno diferente que é da simples vida animal, exige, com efeito, em tôdas as espécies onde é observada, capacidade de agir também em proveito de outrem, mesmo quando essa capacidade apenas se restringe à prole, provendo-a de alimentos e

abrigo. Fora da espécie humana, êsse fenômeno é precário e transitório, restrito, em geral, ao período de gestação e desenvolvimento das crias.

Os esforços que o animal aplica em proveito próprio, como os das rezes que pastam pelos campos, ou os do leão que negaceia e acaba apoderando-se da prêsa para saciar a fome, não constituem trabalho social, mas apenas mecânico ou físico, com destino meramente individual.

A ação material do homem sôbre o mundo sòmente pode ser classificada como trabalho social quando os seus frutos não são totalmente utilizados por êle próprio, estendendo-se a outros membros da sociedade de que participa, os quais, realizando operações análogas, concorrem para a sobrevivência e o desenvolvimento da coletividade.

O Capital e suas leis

A possibilidade de transformar-se a existência essencialmente egocêntrica do homem primitivo, de modo a permitir-lhe o surto da sociabilidade, decorre de duas leis formuladas por Augusto Comte.

A primeira é subjetiva — refere-se ao próprio sujeito ou agente produtor — e consiste em que *"cada homem é capaz de produzir mais do que consome"*.

A segunda é objetiva — concerne ao objeto do trabalho do homem: *"Os materiais obtidos podem conservar-se além do tempo exigido para a sua renovação"*.

Destas duas leis ou fatos gerais resulta a formação *do capital*: cada geração pode reservar, para a seguinte, o excesso de sua produção. (7)

A primeira destas leis: *"cada homem é capaz de produzir mais do que consome"* — é tão evidente que se verifica até mesmo no estado nômade.

Os que se entregam à criação de rebanhos não consomem tôda a carne dos animais que criam, e a lã e a pele dêsses animais servem para a confecção de vestes e

tendas, de sorte que uns poucos pastores, como pondera Denina ([8]), bastam para fazer frente às necessidades primordiais de grande número de indivíduos: as de nutrição, roupa e moradia.

O mesmo ocorre, e ainda em maior escala, com a agricultura, segundo frisam Hume e Condorcet, fazendo ver que uns quantos agricultores podem fornecer a *matéria prima* de que carece grande número de indústrias. ([9])

É, demais, incontestável que um alfaiate e um sapateiro bastam para muitas pessoas e alguns operários são suficientes para a construção de casas que abriguem uma população inteira.

A segunda lei — *"os materiais produzidos podem durar mais do que o tempo necessário para a sua renovação"* — é ainda mais incontestável do que a primeira.

Os diversos materiais empregados na construção de estradas de ferro e de rodagem, canais, pontes, casas, fábricas, usinas, etc., uma vez obtidos, duram muito mais do que o tempo necessário para serem produzidos.

Muitos alimentos conservam-se por vários anos e até o calor úmido da Guiana, que putrefaz a carne em poucas horas, pode ser vencido por nossos artifícios conservadores ([10]), já observava, em seu tempo, Augusto Comte, antes mesmo de conhecer a profunda revolução que, nos processos de conservação dos alimentos, produziriam as descobertas de Pasteur complementadas pela indústria moderna.

O Capital e a Cultura do Espírito

A formação do capital decorre, pois, dessas duas leis, segundo as quais cada geração pode produzir um excesso sôbre o consumo por ela realizado, excesso que pode ser acumulado para as gerações seguintes.

Foi exatamente o acervo dêsses excessos que permitiu à sociedade dispensar alguns de seus membros da produção material imediata, de modo a se dedicarem à cul-

tura do espírito, sem a qual nenhum progresso decisivo teria sido possível na evolução humana.

Daí haver a linguagem, em sua sabedoria espontânea, dado a denominação de *capital* a tais acervos, porquanto constituem, de fato, o fundamento essencial de tôda a evolução da espécie. ([11])

A formação do *capital,* mediante o acúmulo dos excedentes, foi o que permitiu a conservação dos enfermos, dos velhos, dos sacerdotes, poetas, escritores, cientistas e filósofos, acarretando o desenvolvimento da intelectualidade e da moralidade da espécie humana, fazendo-a emergir da pura animalidade primitiva. Tais aperfeiçoamentos, por sua vez, reagiram sôbre a capacidade prática do homem, tornando-a mais eficiente, e também sôbre os meios de produção de que se utiliza.

Concentração do Capital

Não só a indústria e o comércio, mas ainda a própria agricultura exige a concentração do capital.

E, realmente, mesmo que se lavrasse a terra apenas com as mãos, como observa Turgot, cujas considerações passo a resumir,é preciso viver até à colheita, donde resulta a necessidade do acúmulo prévio de víveres.

E, quanto mais se aperfeiçoa e desenvolve a agricultura, assim como qualquer empreendimento industrial, maior deve ser a concentração do capital ou acervo de materiais.

Nos grandes empreendimentos agrícolas são imprescindíveis animais, instrumentos aratórios, construções, etc., além dos meios de subsistência para vultoso número de pessoas até à colheita. Ademais, não sendo esta uniforme, é preciso que a concentração do capital seja tão grande que possa o dirigente da emprêsa aguardar, por vêzes, vários anos para ter a compensação dos seus esforços.

Quanto à indústria, mais evidente ainda é, nela, a necessidade da concentração do capital.

Nos primórdios da civilização, fornecia o agricultor êle próprio, à fiandeira, o cânhamo que colhera, sustentando-a durante o seu trabalho. Passava, em seguida, o fio ao tecelão, ao qual dava, dia a dia, o salário convencionado.

Esta situação só é, porém, compatível com uma indústria extremamente rudimentar.

Numerosas indústrias, mesmo das que beneficiam os membros menos favorecidos da sociedade, exigem seja a matéria prima trabalhada por grande número de mãos diferentes, passando, durante longo tempo, por operações tão difíceis como variadas.

É o que se dá, por exemplo, com o preparo do couro.

Quem quer que haja visto um curtume, sente logo a impossibilidade de obter um só homem, ou mesmo vários, couro, cal, tanino, ferramentas, etc., levantando as construções necessárias, além de viver durante muitos meses até poder o couro ser vendido. Ademais, nessa, como em tôdas as outras indústrias, é imprescindível prévia aprendizagem, sem a qual se estragaria a matéria prima e nada se conseguiria, donde se segue ainda a necessidade da concentração do capital para fazer subsistir os aprendizes.

"Quem, pois — pergunta Turgot — obterá a matéria prima, os ingredientes, ferramentas e utensílios indispensáveis à indústria? Quem fará construir canais, oficinas e instrumentos de tôda ordem? Quem fará viver, até à venda do couro, êsse grande número de operários, cada um dos quais não conseguiria, sòzinho, preparar um só couro, não podendo, além disto, o lucro da venda de um couro único fazer subsistir nem um só operário? Quem custeará a aprendizagem, proporcionando, aos aprendizes, a subsistência, até que se instruam, fazendo-os passar, por graus, de um trabalho fácil e proporcionado à sua idade, até os trabalhos que exigem mais fôrça e habilidade? Será um dos possuidores de *capital* ou de valores mobiliários acumulados. Serão êstes aplicados nas construções, na aquisição de matérias primas e nos

salários dos operários que as elaboram. Aguardará, então, o depositário do capital que a venda do couro lhe retribua, não só todos os adiantamentos feitos, mas ainda um lucro suficiente que é o salário devido aos seus trabalhos, aos seus riscos e, até, à sua habilidade. À medida que o capital lhe é restituído, pela venda dos objetos úteis, emprega-o em novas aquisições para alimentar e desenvolver a sua indústria através dessa circulação contínua, vivendo dos lucros e pondo de reserva o que pode poupar para acrescer o capital e aplicá-lo em sua emprêsa. [12]

Assim, pois, qualquer empreendimento industrial, e mesmo agrícola, exige a concentração do capital.

Apropriação do capital

Se pesquisarmos, agora, por que se torna necessária, isto é, *inevitável e indispensável*, a apropriação ou direção individual do capital, verificaremos que tal se dá em consequência não só da natureza dos produtos acumulados, em geral sujeitos a rápida deterioração, exigindo atentos órgãos de conservação, como da própria constituição intrínseca, moral e social, do gênero humano. Contra ela seria inútil nos rebelarmos, de vez que evidentemente não podemos subordiná-la aos caprichos de nossa fantasia e fazê-la qual desejaríamos que fôsse.

Resultado inexorável de vários fatôres, cósmicos, individuais e coletivos, a concentração do capital em diminuto número de gestores sòmente seria removível mediante alterações tão viscerais e profundas do mundo e da natureza humana e social que quase redundaria na radical substituição do planêta e do próprio homem.

A disposição do homem para apossar-se dos materiais é um atrrbuto da mesma natureza que a sua aptidão para ingerir e digerir alimentos.

A cupidez ou a previdência de uns, a prodigalidade ou a imprevidência de outros constituem óbices irremovíveis ao nivelamento das fortunas.

Para manter êsse nivelamento seria necessário, de geração em geração, ou melhor, de ano para ano, renovar a liquidação social. Isto, sem falar nas mil e uma circunstâncias acidentais, que constituem a *sorte*.

Caso o mundo fôsse o Paraíso, como na hipótese de Hume, e os homens fôssem anjos, evitando, espontâneamente, os consumos supérfluos, e trabalhando por mero prazer, seria, de fato, incompreensível, por desnecessária, a existência de um responsável do *Capital*, pela razão muito simples de não ser preciso nem defendê-lo contra esbanjamentos, nem estimular a realização do trabalho.

"Qui veut faire l'ange, fait la bête" — pondera Pascal. [13]

E, na verdade, não sendo os homens perfeitos, no dia em que uma revolução proclamasse ser tudo indistintamente propriedade de todos, regrediria a sociedade ao estado de selvagismo primitivo, senão mesmo de animalidade, porquanto a mandriice e o desperdício, tão severa e justamente increpados a muitos ricos, passariam a ser a regra em quase todos os homens e a fome e a peste, como ocorria nos tempos primitivos, tornariam a dizimar os povos hoje mais prósperos e civilizados.

À vista, pois, da natureza profundamente imperfeita de nossa espécie e do mundo em que se encontra, é indispensável não só salvaguardar o *capital* contra os esbanjamentos, mas ainda vencer a indolência, estimulando, mediante o *salário*, o *trabalho* imprescindível ao bem estar comum.

Tal, em resumo, o destino ou função social dos proprietários, isto é, *administradores* ou *gestores do capital*: devem conservá-lo e contribuir para o melhoramento contínuo das condições sociais, exigindo e superintendendo o *trabalho*, sem o qual é impossível a civilização, ao mesmo tempo que devem distribuir, mediante o *salário*, a *quota do capital* destinada a proporcionar o bem estar

material, físico, intelectual e moral, a que fazem jus tôdas as famílias humanas. [14]

O Positivismo vê, portanto, na propriedade indispensável função social, destinada a formar e administrar os capitais através dos quais cada geração facilita a sua existência e minora os trabalhos da geração seguinte. [15]

A história aí está, com o seu formidável manancial de observações, colhidas no exame não só das sociedades, que coexistem, mas ainda das que se têm sucedido sôbre o planêta.

Salvo insignificantes diversidades de minúcia, é indiscutível, por tôda a parte, a progressiva instituição do *capital*, e, bem assim, a sua concentração em alguns indivíduos.

Nenhuma exceção pode ser assinalada a êsse respeito, constituindo, ao revés, a observação constante dêsse fenômeno em todos os povos e em todos os tempos, uma das leis estáticas a que está sujeita a organização fundamental das sociedades humanas.

Mostra ainda a história a estreita e íntima correlação entre o progresso, sob suas várias formas, e o *capital*, cujas flutuações acarretam o acréscimo ou o decréscimo do bem estar do homem.

O capital e a divisão dos ofícios

A lei que rege a concentração do capital e sua direção individual pode ser também, segundo Augusto Comte, deduzida de outros princípios sociológicos. [16]

Assim, por exemplo, o caráter essencial de tôda organização coletiva consiste na *divisão dos ofícios e convergência dos esforços*, de acôrdo com o princípio pressentido, na antiguidade, por Platão e Aristóteles, e claramente demonstrado, na modernidade, por Adam Smith e Turgot.

Ora, é só a instituição do capital que permite a divisão do trabalho.

Para que cada qual se limite a produzir um único dos diversos materiais indispensáveis à existência, é

imprescindível que os demais produtos necessários se achem prèviamente acumulados alhures, de modo a permitirem, por troca, a satisfação simultânea de tôdas as exigências pessoais, o que não deixa de apresentar umas tantas vantagens, porquanto, entregando-se cada qual a um só gênero de atividade, pode exercê-lo com mais perícia do que o faria se se consagrasse a vários.

"O lavrador — exemplificava Turgot — tira do seu campo a maior quantidade possível de produtos e satisfaz mais fàcilmente às outras exigências da vida, pela troca do supérfluo de sua lavoura, do que o conseguiria pelo seu próprio trabalho, de sorte que o sapateiro, ao fazer sapatos para o lavrador, se apropria de uma parte da colheita dêste último.

"E, assim, trabalha cada operário para atender às necessidades dos operários de todos os outros misteres, os quais, por sua vez, trabalham para êle." ([17])

"Viver para outrem" não é, destarte, apenas uma fórmula moral, que resume as leis do dever e da felicidade, segundo Aristóteles, Descartes, Condorcet e Augusto Comte. ([18]) É, antes de tudo, uma fatalidade a que não se podem eximir os que vivem em sociedade, porquanto cada qual, em seu campo próprio de atividade, não trabalha só para si, mas para a coletividade inteira. Daí considerar Augusto Comte todo cooperador, por mais humilde, do organismo social, verdadeiro funcionário público. Esta circunstância não deve, aliás, de nenhum modo alterar o modo atual de retribuição privada, peculiar a todo serviço assaz imediato e circunscrito. ([19])

Do princípio da *divisão dos ofícios e convergência dos esforços* decorre ainda, como corolário, a gestão individual do capital, que deve, porém, ser sempre desempenhada como função social, isto é, como um *dever* e nunca apenas com um *direito* ou privilégio individual.

A convergência dos esforços em qualquer atividade coletiva exige indivíduos, que, de modo exclusivo, se apliquem à função de coordenar, dirigir e orientar as atividades dos demais.

Êsses indispensáveis coordenadores passam a ser os depositários ou gestores do capital produzido pelos que trabalham sob a sua direção.

Não se pode, portanto, separar a concentração dos materiais de sua apropriação individual. Esta última constitui sempre a condição daquela, sobretudo relativamente a um tesouro perecível, cuja conservação exige atentos órgãos especiais, plenamente responsáveis, que sòmente podem preencher o seu ofício com inteira segurança, única fonte de tôda atividade verdadeiramente digna. [20]

Pensava, por isto, Augusto Comte que a instituição da propriedade, através das diversas modalidades que tem apresentado na história, é a base de tôda sociedade civilizada, sendo considerada pelo Positivismo como a condição fundamental da atividade humana, e, consequentemente, como o ponto de partida dos mais eminentes progressos de nossa espécie. [21]

Confusa e pouco distinta entre os selvagens e os povos de civilização rudimentar, torna-se a propriedade cada vez mais nítida com o decorrer da evolução, não só porque os mais enérgicos instintos do homem o conduzem a ela, mas também porque a experiência demonstra ser, *não obstante os vícios que ainda lhe são peculiares*, o melhor processo de produzir, conservar e distribuir a riqueza. Se porém, a apropriação individual é inevitável, à vista das leis que regem a natureza humana, não deixam os socialistas e os comunistas de ter tôda razão quando lhe reclamam a regulamentação social.

Os proprietários são meros gestores do capital e devem possuí-lo, na expressão do grande São Paulo — *como se apenas o detivessem e não o possuissem: tanquam non*". [22]

Era, aliás, o que acontecia com os feudos na Idade Média, onde o vassalo *"detinha"*, mas não *"possuia"* a propriedade. Estendendo-se por tôda a sociedade, existia então complicado sistema de subfeudos e tôda detenção (*tenure*) era condicionada ao cumprimento de determinadas obrigações sociais. Ao faltar ao cumprimento dessas obrigações, era o vassalo despojado do que *detinha* [23]

Origem social do capital e do trabalho

Sendo, consequentemente, o capital social em sua origem, também o deve ser em seu destino, consistindo, segundo Augusto Comte, a grande questão entre o *Capital e o Trabalho*, não em se destruir o primeiro, o que seria quimérico à vista das leis naturais a que estão sujeitos o homem e a sociedade, mas em regulá-lo de modo a ter, dia a dia mais, a aplicação social que lhe impõe a sua origem.

Na fortuna mais honestamente formada é sempre insignificante a participação do indivíduo, quando comparada com o contingente dos seus contemporâneos e das gerações que o precederam. A estas deve êle a civilização de que goza. a ciência, os inventos e processos de tôda ordem de que se serve, sem falar na parcela de capital já formada e depositada em suas mãos. Aos contemporâneos deve a assistência e o concurso sem os quais, por maior que seja a sua capacidade, nada conseguiria. O capital é, portanto, indiscutìvelmente, de formação coletiva ou social, nêle preponderando, ainda mais do que a *solidariedade, a continuidade histórica.*

Mas, não é só a riqueza.

Também o *trabalho* é social em sua origem, constitùindo a capacidade profissional de cada qual lenta e difícil criação da Humanidade, havendo exigido esforços que muitas vêzes remontam às primeiras etapas da história. [24]

Foi o que não escapou a Carlyle: "Tomai um ferreiro com sua matéria prima, seus petrechos, sua experiência e seu ofício: em todo o seu trabalho, quão pouco lhe pertence exclusivamente, a êle e a seu esfôrço pessoal? Todos os inventores do tempo passado trabalham com êle, como, na realidade, trabalham com todos nós em tudo quanto fazemos... Ninguém age fora destas condições". [25]

Taine salienta o mesmo relativamente à arte, mostrando que o artista cria sob a influência do meio social, isto é, sob a influência do estado geral dos costumes e dos espíritos de seu tempo, nenhum artista manifestando plenamente seus dons, se há formal resistência do meio social em que vive. ([26])

Assim sendo, não deve o trabalho ter um destino exclusivamente pessoal, representando, ao contrário, o contingente com que cada um contribui para o bem estar da coletividade, da qual tudo recebe.

Não admite, pois, dúvida serem a *riqueza* e o *trabalho sociais* em sua origem, donde decorre a exigência de também o serem em seu destino:

"*Sò che tutto è di tutti: e che ne pure*
Di nascer meritò chi d'esser nato
Crede solo per se ...."

"sei que tudo é de todos; e nem sequer foi digno de nascer quem crê só para si ter vindo ao mundo", já sustentava, no século XVIII, um poeta que, segundo observa Augusto Comte, nunca foi acusado de tendência subversiva: Metastásio ([27])

Longe, pois, de estarem condenados a um antagonismo fatal e permanente, o *Capital* e o *Trabalho* constituem, ao contrário, elementos que podem e devem convergir harmônicamente, uma vez que o Capital é o fruto do Trabalho acumulado, sendo a sua formação inevitável em consequência das duas leis a que nos referimos, formuladas por Augusto Comte.

Antecipadamente respondeu Adam Smith aos socialistas Rodbertus, Lassalle e outros, que pretendiam ver, no trabalho, independentemente do acúmulo dos seus excedentes, a fonte exclusiva do capital.

"É a economia e não o trabalho — salientava o filósofo escocês — a causa do crescimento do capital. O trabalho sem dúvida fornece o objeto que a economia acumula. Mas, faça o que fizer o trabalho, sem a eco-

nomia para poupar e pôr de lado, o capital não aumentaria nunca". [28]

A regulamentação social do capital, segundo Augusto Comte, consiste em fazer com que a gestão dêle caiba, cada vez mais, aos competentes e conscientes, e, daí, pleitear, na "*Política Positiva*", a mais completa liberdade de testar, a fim de que cada gestor possa livremente escolher o seu sucessor, devendo deserdar os seus descendentes legítimos no caso de serem indignos de administrar a riqueza tendo em vista o bem coletivo.

Depois de haverem completado a sua educação, os filhos não devem esperar dos pais, qualquer que seja a fortuna dêstes, senão o auxílio indispensável para a condigna inauguração da carreira que escolheram. Tôda largueza ulterior, tendente a dispensá-los do trabalho, constitui verdadeiro abuso de uma riqueza sempre tàcitamente confiada para um destino social. [29]

Abusos

O fato de ser a apropriação individual do *capital* sujeita a abusos não é motivo para ser abolida.

Dada a imperfeição fundamental de nossa espécie, e, consequentemente, do organismo social por ela formado, seríamos também levados a extinguir tôdas as demais instituições sociais: família, pátria, govêrno, sacerdócio, etc., etc., por serem tôdas passíveis de abusos.

Mui característico é, a êste propósito, o episódio contado pelo fundador da Sociologia a um de seus discípulos. Quando, em 1825, publicou a sua teoria dos dois podêres, espiritual e temporal, famoso economista, Charles Dunoyer, autor de célebre tratado sôbre a "*Liberdade do trabalho*", fêz-lhe a seguinte objeção: "*Mas, não receia o Sr. que o seu poder espiritual abuse?* "*Antes, muito ao inverso* — respondeu-lhe Augusto Comte — *espero que o faça, porquanto, do contrário, não existiria!*" [30]

Se, porém, os abusos são mais ou menos inevitáveis, não significa isto não devam ser confinados em estreitos

limites e reduzidos ao mínimo possível. É, aliás, o que se dá com os próprios agentes naturais: a chuva, o sol, o fogo, a eletricidade, etc., são, muitas vêzes, funestos à existência do homem, sem que ninguém pretenda, por isto, suprimí-los ou negar-lhes a utilidade.

O objeto próprio da política ou arte social é exatamente o de minorar e evitar, o mais possível, os abusos das diversas instituições correspondentes.

Partindo do princípio segundo o qual os fenômenos sociais estão sujeitos a uma evolução natural e permanente, embora lenta, condena Augusto Comte as mutações revolucionárias, porque, "repousando sempre a sociedade sôbre um livre concurso, não existem transações duradouras e modificações legítimas, senão as que resultam do assentimento voluntário dos diversos cooperadores" ([31])

Capitalismo do Estado

Outro axioma sociológico, de que ainda se deduz, segundo Augusto Comte, a apropriação ou direção individual do capital, é o que consigna: "*nenhuma função social pode ser bem preenchida senão através de órgãos individuais*". ([32])

Atribuir a apropriação do capital, como querem os socialistas e comunistas, ao *govêrno* ou *estado*, será complicar a questão, porquanto se desvia assim o govêrno de sua função própria de coordenador geral da sociedade, de maneira a não exercer bem nem a que realmente lhe compete nem a que indèbitamente assim se lhe confere.

Esta solução só ilude, aliás, o problema, de vez que o *govêrno* é uma abstração, que não existe por si mesma. Confiar-lhe, portanto, a gestão do capital é outorgá-la, de fato, aos indivíduos que o compõem, ou são por êle designados.

Multiplicar-se-iam, assim, as funções do Estado, ao mesmo tempo que se eliminaria o estímulo pessoal, decorrente do máximo de liberdade e responsabilidade, imprescindível, aos olhos de Comte, ao desempenho de qualquer

função social. Consiste o grande problema coletivo em conciliar, tanto quanto possível, o respeito da individualidade de cada sêr humano com a sua indispensável convergência social.

Para o serviço da sociedade é tão imprescindível a independência quanto o concurso de cada um de seus membros, porquanto exigem tôdas as funções coletivas, em última análise, órgãos individuais. Uma excessiva preocupação com a colaboração de cada membro da sociedade, sem respeitar-lhe a independência, tenderia a destruir tôda atividade real, e mesmo tôda dignidade pessoal, transformando os indivíduos em meros autômatos, desprovidos de qualquer responsabilidade. ([33])

O capital e a miséria

Longe de ser a miséria uma consequência da formação do *capital*, é, ao contrário, exatamente essa formação que permite imaginar-se uma sociedade onde ninguém padeça a fome e as privações, que tão terrìvelmente assolam, em caráter permanente, os povos selvagens ou em estado de civilização rudimentar, nos quais não se encontra ainda a instituição do *capital* convenientemente desenvolvida e regulamentada. A diferença entre êsses povos onde êle é diminuto, e os povos industriais do Ocidente moderno, é que, naqueles, é muito mais dura e generalizada a miséria do que nestes últimos, onde, além de mais branda e menos extensa, ela procede, ùnicamente, da imperfeita e deficiente regulamentação até hoje dada ao capital, não se lhe imprimindo um destino predominantemente social.

Assim, por exemplo, a ruidosa superprodução do trigo, café, borracha, ovelhas, vinho, etc., verificada há alguns anos, não foi real. Proveio, apenas, da imensa interdependência de interêsses no mundo moderno, a qual faz com que perturbações verificadas na América e na Ásia repercutam na Europa e na África, e vice-versa.

Foi o que ocorreu, por exemplo, durante a guerra russo-nipônica. Figuravam os russos, antes dessa guerra,

entre os maiores compradores de chá da Índia. Deixando, porém, de adquirí-lo, em consequência da guerra, a Índia, grande consumidora de tecidos britânicos, não vendendo mais o seu chá, não teve recursos para continuar a importar os mencionados tecidos. Sofrendo a Inglaterra, então, grande desfalque em sua balança externa, passou a não comprar algodão americano, de sorte que, em consequência de uma guerra longínqua, ficou a população agrícola dos Estados Unidos sem recursos para adquirir, como normalmente o fazia, os produtos industriais do país, e, daí, em 1905, a forte crise econômica norte-americana de uma superprodução que, na realidade, não existia.

Multiplique-se isto por mil — comenta, a êste propósito, um autor — e ter-se-á uma noção do grau de desequilíbrio econômico mundial, causado pelas duas Grandes Guerras.

A miséria dos povos ocidentais tem, portanto, outra origem, e sua solução é menos difícil do que a dos povos onde não existe ainda, suficientemente desenvolvido o *capital* ou *acervo* de materiais imprescindíveis à satisfação das necessidades humanas. Longe de destruir, o que há a fazer é aperfeiçoar o que já existe, ou, segundo a fórmula do Filósofo: "*conservar, melhorando*".

O mal decorre, na verdade, apenas da regulamentação viciosa e deficiente até hoje impressa ao *capital*, por falta de uma opinião pública mundial, convenientemente esclarecida e convergente, de modo a atuar, rápida e eficazmente, sôbre os detentores ou gestores da riqueza, sendo, por outro lado, capaz de impor, aos governos, a manutenção da paz sem a qual correm permanente risco as conquistas mais essenciais da civilização.

Socialização da propriedade

A solução da questão social. segundo Augusto Comte, que a encarou cientìficamente, em sua totalidade, sem preferência de qualquer natureza, tal qual o fez relativamente às questões matemáticas ou astronômicas de que

se ocupou, consiste em imprimir-se à gestão do capital o caráter relativo e social que lhe impõe a sua origem.

Se, na verdade, só alguns podem ser os responsáveis individuais do *capital*, todos os que contribuem para a sua formação devem ficar em condições de fruir, no que oferecem de mais essencial, os benefícios materiais, intelectuais e morais compatíveis com a civilização a que pertencem.

Instituiu, assim, Augusto Comte, em sua construção sociológica, o conceito de propriedade *dever social*, já esboçado por Condorcet, ao sustentar no século XVIII, que o homem rico deve prestar contas do emprêgo de seu tempo e de seus bens ([34]), não sendo, portanto, admissível o pauperismo, ou seja "a miséria elevada à categoria de instituição social regular e permanente, pesando sôbre classes inteiras, que não conseguem viver, mesmo trabalhando", de modo muitas vêzes exaustivo, ou como dizia Leão XIII a Guilherme II da Alemanha: *"o trabalhador explorado como vil instrumento, sem consideração alguma para com a sua dignidade de homem, a sua moralidade e o seu lar doméstico"*. ([35])

Segundo a concepção vulgar, individualista, a propriedade é tida como um direito absoluto do proprietário, que sôbre ela tem o *"jus utendi, fruendi et abutendi"* — o direito de usar, fruir e abusar, a seu talante.

Esta concepção é, no entanto, desprovida, a um tempo, de justiça e realidade.

Nenhuma propriedade podendo ser criada, nem mesmo transmitida apenas pelo seu possuidor, e carecendo, sempre, de imprescindível e preponderante cooperação pública, sua utilização não deve ter nunca uma finalidade exclusivamente individual.

E, de fato, (embora, até aqui, de modo insuficiente), a coletividade tem, por tôda parte, interferido na propriedade a fim de adaptá-la às exigências sociais.

Que vêm a ser os impostos senão uma parte da renda de cada cidadão, destinada à utilidade pública? ([36])

O impôsto, sobretudo o de renda, torna-se a participação da sociedade em cada fortuna particular e a marcha geral da civilização, longe de dissimular essa tendência, a tem contìnuamente aumentado, desenvolvendo dia a dia mais a socialização da riqueza.

Limites da concentração do capital

Segundo Augusto Comte, a concentração do capital não deve ter outros limites além dos que possibilitem uma gestão *real* e uma responsabilidade direta. ([37])

A lei que liga a eficácia das riquezas à sua concentração — escreve êle — "exige que cada gestor estenda a sua atividade até os limites de responsabilidade que comporta o conjunto de suas posses. Além de se diminuir, assim, o custo da gestão, aumentam-se sobretudo as garantias exigidas pelo bom emprêgo da riqueza, tanto para repartí-la quanto para produzí-la". ([38])

Êste ponto de vista, manifestado em 1854 e então tido como utópico, já vem sendo empìricamente pôsto em prática. Em vários países, onde a riqueza e a expansão econômica já atingiram a alto grau de desenvolvimento, o impôsto de renda é hoje fixado de modo a limitar pràticamente o nível máximo de riqueza de cada indivíduo.

Em qualquer nação bem organizada, entretanto — já pleiteava Condorcet — o necessário à subsistência do indivíduo deve ficar isento de qualquer impôsto. E, por outro lado, tôda parcela dêste que não fôr empregada tendo em vista o bem público, deve ser tida como um roubo. ([39])

Mas, não são apenas os impostos que evidenciam por tôda parte tender cada vez mais a coletividade a interferir na propriedade a fim de subordiná-la às suas finalidades sociais. ([40])

A desapropriação, as encampações e o confisco provam também que, em certos casos, o Estado é legìtimamente autorizado a apoderar-se de propriedades inteiras.

Não deve, portanto, a propriedade ser tida como um direito individual, mas apenas como uma função social, destinada a formar e administrar os instrumentos de produção e garantir a distribuição dos bens de consumo, isto é, dos acervos materiais, através dos quais cada geração se mantém e prepara melhores bases para os trabalhos da seguinte.

A teoria do fundador da Sociologia reestrutura e enobrece a noção de propriedade, sem restringir-lhe a independência e a responsabilidade, já havendo Aristóteles, em sua *"Política"*, antevisto o mesmo princípio:

"O melhor e preferível — diz êle — é que os bens pertençam aos particulares, mas se tornem, por assim dizer, propriedade comum pelo uso que dêles se faça". (41)

A Indústria Moderna e o salário

A indústria moderna não pode prescindir de chefes e de operários.

Assim como não há exército constituído apenas de oficiais ou de soldados, não pode, também, a grande indústria moderna subsistir só com patrões, ou empregados. Nenhuma grande operação industrial seria possível hoje, se cada executante devesse ser simultâneamente administrador, ou se a direção fôsse vagamente confiada a uma comunidade inexperiente e alheia, em sua maioria, à função de chefia. É o que comprovam a experiência empreendida, de 1921 a 1922, na fábrica italiana Fiat e a tentativa feita por Lenine, em 1917, de confiar diretamente aos operários russos o contrôle de suas respectivas indústrias. (43)

A solução da questão social não consiste, consequentemente, nem em se pulverizar o capital em diminutas parcelas, distribuidas por todos os integrantes da sociedade, extinguindo a sua concentração e apropriação individuais, nem, tão pouco, em se transformarem os proletários em outros tantos pequenos patrões ou gestores de minúsculos capitais.

A solução, segundo Augusto Comte, sòmente pode resultar de forte movimento de opinião pública mundial, mostrando, por um lado, aos detentores do capital a sua origem e o seu objetivo sociais, de maneira a não o gerirem e consumirem como coisa exclusivamente pessoal em prejuízo das massas proletárias, enquanto estas, por outro lado, devem convencer-se de que têm de limitar suas pretensões ao necessário compatível com a situação econômica de cada momento social.

Diante dêstes postulados, prega o Positivismo, desde a primeira metade do século passado, a instituição de um *salário mínimo*, considerado não mais sob o aspecto individual com que vinha sendo até então encarado, mas sob o prisma social, único realmente compatível com a dignidade humana. ([44])

O salário não é, na realidade, uma paga do trabalho, porquanto êste não comporta equivalente em dinheiro. É, sim, o subsídio devido, pela sociedade, a cada um de seus membros que, através do trabalho, concorrem para o seu desenvolvimento, a fim de manter-se, a si e à sua família, base de todo organismo social. O salário apenas corresponde à parte material do serviço, visando tão só a atender ao consumo de quem o presta e daqueles que sustenta. ([45])

Em sociologia, como em aritmética, só se podem comparar, e, com maioria de razão, identificar, grandezas da mesma espécie ou homogêneas. *Salário*, dado em moeda, é coisa material, é a porção do capital que o operário recebe para substituir o que êle e os seus consomem, já como provisões, já como instrumentos. É claro, pois, que a única equivalência a estabelecer, como quantidades homogêneas, e, consequentemente comparáveis, é entre o consumido e o recebido, isto é, entre as reais necessidades do lar proletário e o que lhe deve ser fornecido para manter-se dignamente, com os seus, em nível consentâneo com o grau de riqueza social atingido em cada época. ([46])

Segundo o Positivismo, deve, pois, o salário ser fixado de conformidade com as necessidades vitais do trabalhador, sendo tão elevado, em cada época, quanto o permita o conjunto dos bens disponíveis, porquanto o salário é concedido ao proletário ùnicamente como condição de existência e meio de ação. ([47])

A troca de pagamentos e de serviços se efetuaria, além disto, geralmente, sôbre uma base de estima recíproca, e, por vêzes, até mesmo de reconhecimento. ([48]) Esta teoria não é, aliás, senão um corolário do princípio positivista que considera os direitos de cada qual como resultantes dos deveres dos outros para com êle. Trata-se de uma mudança de atitude — adverte Comte — substituindo a uma moral passiva, onde domina o egoísmo, uma moral ativa, dirigida pelo altruismo. ([49])

Assegurando os detentores do capital a seus colaboradores uma *quota mínima*, correspondente às necessidades comuns a tôdas às famílias e compatível com os bens disponíveis em cada momento social, não fazem mais do que cumprir indisfarçável dever, porquanto pertencendo, realmente, o capital por êles gerido à sociedade, cumpre seja sempre aplicado de acôrdo com os interêsses gerais dela.

A teoria positivista da propriedade conclui pela necessidade social, quer da concentração dos instrumentos ou bens de produção, quer da disseminação por todos, nas *maiores quantidades possíveis,* das provisões ou bens de consumo. Os indivíduos, empresários ou operários, quaisquer que sejam os seus esforços e capacidade, recebem sempre da coletividade mais do que poderiam produzir isoladamente, fora do organismo social.

"Êste conjunto de indicações, escreve Augusto Comte, permite sentir que as utopias modernas sôbre a identidade dos salários, contêm, apesar do seu caráter anárquico, confusa antevisão do porvir social". ([50])

A fim de aumentar a responsabilidade de todos, assim como o seu interêsse no trabalho, pensa Comte deva todo salário compreender duas partes: uma fixa, comum

a todos os empregados, e, outra, variável, proporcional à produção de cada um. Representa a primeira, por assim dizer, o que cabe ao trabalhador para o seu digno sustento e o de sua família, devendo ser-lhe garantida no caso de doenças e mesmo na eventualidade de desemprêgo, desde que a responsabilidade dêste não lhe possa ser imputada. ([51])

Incorporação social do proletariado

A incorporação do proletariado na sociedade moderna — o maior problema de nossos tempos, que preocupa, dia a dia mais, todos os sociólogos, desde Tomás Morus — consiste, segundo Augusto Comte, no reconhecimento por parte dos patrões, de seus deveres para com os proletários, garantindo-lhes, e às suas famílias, a soma de bem estar material e moral indispensável ao pleno desempenho das funções que lhes competem.

Resume-se o bem estar em aprêço na vida de família, completada pela posse do domicílio, e a instituição de um salário que permita a manutenção da mulher, dos velhos e filhos menores, sem que aquela e êstes sejam obrigados a qualquer trabalho alheio aos afazeres do lar.

Cabendo à mulher o cuidado dos filhos, velhos e enfermos, o preparo dos alimentos, a conservação do vestuário, do mobiliário e do domicílio, encontra, no lar, trabalho árduo e de alto valor social em que se ocupar, sem desviar-se das funções morais que lhe cabem como centro insubstituível dos afetos humanos.

Deixar de proporcionar-lhe tôdas as condições necessárias ao exercício das funções morais, que, como mãe, espôsa, filha e irmã, deve exercer no lar, para atirá-la à faina industrial, própria do homem, é tão absurdo quanto converter êste último em motor para substituir o cavalo ou o boi.

Quem não vê que se comprometem assim as futuras gerações?

Devendo, na opinião de Comte, um dia por semana poder ser consagrado às relações privadas e outro à vida

cívica, os dias de trabalho hebdomadário não iriam além de cinco. Além disto, cada dia de trabalho jamais excederia de seis horas, sendo suficiente para atender à existência material de uma sociedade, como êle a concebe, isto é, livre dos desperdícios provenientes das guerras e das ameaças de guerra. Os lazeres de cada vida humana seriam, enfim, grandemente aumentados, por isto que, recebendo todos, proletários, ou não, uma instrução que os ocupará até os vinte e um anos, não deveriam entregar-se, até essa idade, a nenhuma atividade remunerada. Como se vê, as atuais reivindicações operárias não vão tão longe.

Um grande melhoramento contínuo das condições materiais de trabalho e de vida dos proletários, no sentido em que é hoje geralmente entendido, não significa, em si mesmo, a incorporação social do proletário, tal como a entendia Comte. Resumindo nesta penetrante fórmula a questão social, pensava o filósofo implicar ela três condições essenciais:

I) o direito de desenvolver o operário a vida de família, assegurando-se-lhe, através de seu próprio trabalho, a subsistência;

II) o direito de receber uma instrução que abranja todos os resultados essenciais da evolução científica, filosófica, literária e estética da Humanidade; e, por fim,

III) a necessidade de se tornar o proletariado, em seu conjunto, capaz de preencher um papel social, fiscalizando, em colaboração com os intelectuais, o exercício do poder e a administração da riqueza.

Cada um dêsses pontos exige algumas observações.

A vida de família e a posse do domicílio

Quanto ao primeiro ponto — frisa Paula Lopes Filho — "nada menos estranhável que um filósofo (para o qual a suprema felicidade coletiva residia no amor universal, e a felicidade individual no surto das afeições do-

mésticas), considere a família o centro de tôda cultura moral". ([52])

É, sem dúvida, à Pátria e à Humanidade que deve cada existência, em última análise, consagrar-se. Mas essas coletividades se acham por demais distantes e abstratas para que o indivíduo possa sofrer-lhes o ascendente, sem, de antemão, ser preparado no círculo mais íntimo das relações privadas.

Pense-se, aliás, o que se quiser dessas razões, estabelecidas por Comte, de conformidade com a sua teoria da natureza humana, o essencial, aos seus olhos, é que o proletário possa um dia, tal como o burguês, manter os seus, sem que a mulher e as crianças sejam arrancadas do lar. A mesma reivindicação formulam, aliás, as doutrinas sociais inspiradas no cristianismo. Pode, pois, resumir-se êste primeiro ponto na posse individual da casa, posse considerada por Comte tão indispensável quanto a das vestes, e sem a qual — pondera — o proletário não passará jamais de um nômade. E o domicílio que idealiza para o proletário deverá ser um apartamento dispondo, em média, de sete peças.

A educação proletária

Na atinente ao segundo ponto — a educação proletária, — apresenta-se, sem dúvida, o Positivismo, assinala ainda Paula Lopes Filho, "como a mais completa e audaciosa das doutrinas sociais". ([53])

Nenhuma formulou, jamais, um plano verdadeiramente sistemático de educação popular indo além da instrução primária ou dos rudimentos da secundária. Poder-se-ia mesmo caracterizar a diferença que mais distingue a doutrina de Comte das demais doutrinas progressistas, no fato de considerar o Positivismo a sistematização da educação como devendo acompanhar, *pari passu,* senão mesmo preceder a do trabalho, enquanto as demais doutrinas se esforçam em regulamentar o trabalho antes de constituir a educação. Esta diferença é, com efeito, de-

cisiva, porquanto a solução que prevalece, fora do Positivismo, consiste, no fundo, em tentar a reorganização temporal desprezando a espiritual, isto é, em construir o edifício social esquecendo que as suas bases são simultâneamente intelectuais, morais e práticas. ([54])

Entretanto, a solução do problema social, no dizer de Comte, ou será sempre empírica e revolucionária, de modo a permanecer puramente nacional, ou se tornará racional e pacífica com um verdadeiro caráter mundial, conforme a organização do trabalho preceder ou seguir a da educação, o que, aliás, não significa que numerosas melhorias materiais na sorte dos proletários não possam e devam sucessivamente ser introduzidas antes de tornar-se a educação definitivamente sistematizada.

Seja, porém, como fôr, organizar esta última, pondo-a ao alcance de todos, constitui, na expressão de Comte, a dívida sagrada da sociedade para com os proletários.

Imagina Comte que se realize essa educação, até aos quatorze anos, no seio da família, limitando-se, até aos sete primeiros anos, ao exercício dos sentidos e dos músculos, assim como à cultura dos sentimentos, sem comportar nenhum estudo pròpriamente dito. Nos sete anos compreendidos entre a segunda dentição e a puberdade, a criança aprende a ler e escrever e a instrução se torna sistemática, mas apenas quanto às belas-artes, compreendendo de um lado, a poesia, e, de outro, a música, o desenho e a escultura. Para devidamente apreciar as obras-primas da poesia moderna, estudará a criança as principais línguas ocidentais, preferindo cada povo as línguas faladas pelos seus vizinhos, o que, entre outras vantagens, contribuirá para dissipar as prevenções nacionalistas.

Depois de haver cultivado, assim, suas faculdades estéticas, recebe a criança, nos sete anos seguintes, isto é, até à idade de vinte e um anos, a instrução científica.

Abrange esta, primeiro, o estudo da existência universal e do mundo inorgânico em suas leis gerais, isto é, a matemático-astronomia e a físico-química, e, em segui-

da, os estudos concernentes à vida: a biologia, a sociologia, que, naturalmente, compreende a história e torna familiares as noções científicas sôbre a estrutura e o movimento das sociedades humanas, sobretudo modernas, e, finalmente, a moral, que fornecerá aos proletários dos dois sexos a base de sua conduta futura, ministrando-lhes um conhecimento suficiente da natureza humana de modo a permitir-lhes preencherem as suas funções na família e na sociedade. O ensino científico deve, em suma, facultar ao aluno familiarizar-se com as teorias gerais e os métodos — peculiares a cada ciência, refazendo, por assim dizer, a evolução intelectual da Humanidade. ([55])

É evidente que a educação popular, segundo o Positivismo, exige, antes de mais nada, um mínimo de melhoria das condições materiais do proletariado, sem a qual seria quimérica. Como, realmente, poderia o misérrimo proletário de nossos dias, largado em sua grande maioria, desde os primeiros anos de vida, na sargeta das ruas, sem alimento, sem roupa, sem educação, e, por assim dizer, sem infância, porque é logo atirado às mais pesadas fainas, como poderia êle, nessas condições, pensar em aprender qualquer coisa além dos rudimentos mais grosseiros da leitura e da escrita?

O que impressiona, no programa de educação popular formulado por Comte, é sua amplitude, porquanto, do ponto de vista da instrução geral — não falo da instrução especial dos médicos, engenheiros, agrônomos, etc., ultrapassa muito o programa do ensino ministrado hoje aos jovens das famílias mais abastadas.

Segundo Augusto Comte, como já temos salientado, a reorganização material ou política da sociedade não poderia fazer-se sem que prèviamente fôssem concebidas as bases espirituais que deveriam presidir a essa reorganização, traçando-lhe o rumo e o alvo a atingir, a fim de que a solução do problema social perca o caráter empírico e revolucionário que geralmente apresenta por falta de bases intelectuais bastante sólidas.

Fiel a êste princípio, e juntando a ação ao preceito, consagrou-se Comte, durante cêrca de vinte anos, ao en-

sino popular e gratuito da ciência e da história. Achando que o proletário deve possuir luzes acêrca de tudo a fim de que possa julgar tudo de modo são, de acôrdo com os rigorosos princípios científicos, pensa o filósofo deva o proletário assimilar todos os resultados essenciais da evolução científica, estética e filosófica do gênero humano. Não estabelece, por isto, a doutrina positivista nenhuma distinção entre a educação geral dos proletários e a dos chefes industriais. Se quisermos reduzir os abismos que hoje as separam, deve a educação geral ser rigorosamente comum a tôdas as classes da sociedade.

A instrução técnica, pròpriamente dita, iniciada concomitantemente com a instrução enciclopédica, seria completada através de estágios no estrangeiro, que estabeleceriam e desenvolveriam entre os operários, como em fins da Idade Média e durante a Renascença, as simpatias e os laços de fraternidade internacional. [56]

Manifesta-se ainda a alta preocupação de Augusto Comte relativamente à instrução popular na admirável coletânea de primores estéticos, científicos, filosóficos e históricos, que constituem a sua *Biblioteca do Proletário no século XIX,* tão rica e variada, que raros são os intelectuais de nossos dias que se podem gabar de havê-la lido e assimilado em tôdas as secções que a compõem.

O princípio do mérito e o papel social do proletariado

Nas antigas teocracias, a hierarquia social era fundada no nascimento, isto é, na hereditariedade das profissões.

Êste princípio subsistiu na Roma antiga durante a República, constituindo a base da distinção entre patrícios e plebeus, isto é, entre soldados e generais, ou padres. Embora eliminado pelo Catolicismo quanto à constituição da sua própria hierarquia, manteve-se êsse princípio na Idade Média, como fonte de consagração da realeza e do feudalismo, princípio que a Revolução Francesa, ou melhor, as Revoluções republicanas derrubaram.

Sem dúvida era necessário, segundo Comte, eliminar êsse princípio, emanado do direito divino, devendo a hierarquia social assentar sôbre o mérito, o que é o mesmo que dizer deva cada função social, e, especialmente, a de direção, ser preenchida pelos mais capazes. Só o próprio ocupante dos altos cargos industriais, administrativos e políticos é, entretanto, ao ver de Comte, competente para julgar as qualidades pessoais exigidas pelas respectivas funções, de modo a decidir convenientemente a escolha de seu sucessor.

Não desconhecendo os perigos inerentes a tal prerrogativa, que poderia conduzir a verdadeira *nepocracia*, prevê Comte a obrigação de ser, com grande antecedência, anunciado o sucessor designado, confiando aos proletários e aos intelectuais — ao poder do número e ao do pensamento — ou, em uma palavra, à *opinião pública*, o papel de exercer aquilo que se poderia chamar *"a política das sucessões"*. Êsse papel estende-se, porém, necessàriamente, ao próprio exercício de cada função social, e, em particular, ao da riqueza, para que seja sempre administrada tendo em vista o bem geral. ([57])

Não é preciso dizer que tôdas as medidas particulares tendentes a realçar a dignidade da massa proletária encontram a mais entusiástica aprovação da parte de Comte. Além da instrução e da casa própria, duas coisas, em particular, são capitais sob êsse aspecto: de um lado, a generalização do emprêgo das máquinas, que, independentemente de suas vantagens econômicas, erigirá cada operário em simples administrador dos agentes físicos, de conformidade com o ideal já formulado, no século XVII, por Descartes ([58]); e, de outro lado, a garantia do emprêgo, assim como a da propriedade, isto é, enquanto o seu titular apresentar capacidade para exercê-lo.

Foi Comte um dos primeiros partidários das indenizações por desemprêgo, pràticamente inexistentes em seu tempo, vendo, nelas, o meio de permitir o surto dos aperfeiçoamentos industriais, sobretudo a introdução das máquinas, sem dar lugar a graves distúrbios pela penúria a que temporàriamente eram atirados os trabalhadores.

A incorporação do proletariado à sociedade moderna supõe, portanto, segundo Comte: 1º) a possibilidade de sustentar cada qual sua família, dispondo da propriedade exclusiva de todos os objetos de que, em companhia dos seus, se serve, inclusive o domicílio; 2º) o estabelecimento de um vasto sistema de educação proletária, abrangendo tôdas as noções essenciais das ciências, das boas-letras, das belas-artes, da filosofia e da história, de modo a permitir a todos os homens, sem distinção, o pleno desenvolvimento da vida espiritual; 3º) a organização de um sistema político e social em que o proletariado, erigido em esteio da opinião pública, fiscaliza, em colaboração com os intelectuais, o exercício do poder e a administração da riqueza, preservando, nas relações internacionais, a manutenção da paz.

Para encaminhar a obtenção dêsse desiderato, podem e devem os Governos estabelecer um salário composto de duas partes, conforme já frisei: uma fixa, correspondente às necessidades mínimas comuns a tôdas as famílias, e outra variável e proporcional à produção de cada um, representando uma gratificação *pro labore*, que mantenha a justa emulação entre os trabalhadores.

Além desta providência, podem e devem os governos, *à medida que se incrementar o pacifismo*, diminuir progressivamente, até à sua completa extinção, tôdas as despesas pròpriamente militaristas, constituindo, com as formidáveis reservas daí decorrentes, um fundo exclusivamente consagrado ao melhoramento da situação geral do proletariado, mediante a construção de vilas operárias, a instituição de cursos facultativos e gratuitos, a edição popular de livros, a assistência médica, o barateamento geral do custo de vida pela abolição dos impostos que diretamente recaem sôbre a grande massa da população, etc., etc.

A solução de Augusto Comte

A solução proposta por Augusto Comte para a questão social, ao lado da base material ou econômica, visa, por-

tanto, a uma profunda modificação dos sentimentos, idéias e costumes da humanidade atual, exigindo, antes de mais nada, como condição mínima, *sine quâ non*, a extinção da guerra. E esta é perfeitamente viável, porque a idéia de um vasto convênio em que se estabelecesse uma polícia mundial para impedir e dirimir conflitos internacionais, segundo preconizava Comte, não é, afinal, tamanha utopia quanto se pensa.

E quem nô-lo diz, através de uma bela imagem, é um autor insuspeito, porque sempre infenso às elucubrações do fundador da Sociologia — Carlos de Laet.

"Transportêmo-nos, pela imaginação — discorre êle — aos tempos em que num desfiladeiro da antiga Hélade se encontraram, de ferro em punho, e disputando-se o passo, Laio, o inditoso rei de Tebas e seu filho Édipo, ainda mais inditoso. Se, naquelas angústias, e quando mais se encruava o duelo, alguém, um de nós, estivesse presente e fizesse ouvir o trilo de um apito, nenhum dos combatentes nos percebera o intento. Seriam precisas muitas palavras para lhes explicar que éramos utopistas e que antevíamos o mecanismo de uma *polícia*, isto é, de uma criação social para evitar que homens se degolem à vontade. Pois bem, o que eu e outros esperamos é que chegue um dia em que se crie a polícia internacional, e nesse dia não mais se mancharão os desfiladeiros com o sangue dos irascíveis.

"Já na visão de Isaías, filho de Amós, se nos prenunciam pacificadas as nações, que das suas lanças terão forjado foices, e das suas espadas relhas de arado". ([59])

E, na verdade, no dia em que se obtiver o estabelecimento da paz universal, através de um organismo em condições de impedir conflitos internacionais, facílima será a consecução do que Augusto Comte entende por "*incorporação do proletariado à sociedade moderna*", na qual, até hoje, vive abarracado, como se fôra um nômade inteiramente estranho a ela.

Segundo autores norte americanos, o custo da primeira grande guerra atingiu à astronômica cifra de quatrocentos bilhões de dólares, quantia que daria, no início da guerra, para cada família de Inglaterra, País de Gales, Escócia, Irlanda, França, Bélgica, Alemanha, Rússia, Canadá, Austrália e Estados Unidos da América do Norte possuir uma casa mobiliada, no centro de um jardim de quarenta ares, no valor total de 4.000 dólares.

Mas, não é só. Daria ainda para proporcionar uma biblioteca de cinco milhões de dólares e uma Universidade de dez milhões de dólares a cada cidade dos mencionados países, cuja população fôsse igual, ou superior a vinte mil habitantes, restando um saldo com que se comprariam tôdas as propriedades da França e da Bélgica, orçadas, ao ser desencadeado o conflito, em sessenta e dois bilhões de dólares. ([60])

Segundo uma estimativa de James H. Brady e da American University, o custo total da Segunda Guerra Mundial, computado em 1 384 900 000 000 de dólares, seria suficiente para custear uma casa de 16 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Espanha e Portugal; uma biblioteca de 10 000 000 de dólares para cada cidade de 200 000 habitantes ou mais, nos Estados Unidos, Grã Bretanha e Rússia; uma universidade de 50 000 000 de dólares para cada uma dessas cidades; um automóvel de 2 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca e Noruega; os vencimentos de 100 000 professôres e igual número de enfermeiras, a 3 000 dólares anuais, durante 100 anos; uma educação universitária gratuita (orçada em 6 000 dólares *per capita*) para cada rapaz e cada moça dos Estados Unidos entre as idades de 17 a 21 anos. ([61])

Entretanto, essas cifras, apesar de astronômicas, ainda não dizem tudo, de vez que não traduzem as consequências da guerra econômica, que persistiram largo tempo depois de terminados os conflitos.

Ainda hoje (segundo dados constantes do discurso com que o Embaixador Paulo Carneiro se empossou, em 12 de novembro de 1962, como Presidente da Conferência Geral da Unesco em Paris) mais de cento e vinte bilhões de dólares são anualmente consagrados, em todo o mundo, a despesas militares. Essa soma é quase igual à do valor de todos os produtos anualmente exportados no mundo, e representa pelo menos dois terços do valor monetário do montante da renda nacional de todos os países econômicamente sub-desenvolvidos.

Por outro lado os efetivos militares de nossos dias sobem a perto de vinte milhões de homens, que sòmente consomem e deixam de concorrer, de qualquer forma, para a produção mundial.

Não é, pois verdade que há muito teria sido conseguida a incorporação social do proletariado, caso houvessem sido oportunamente postas em prática as medidas internacionais preconizadas há mais de um século pelo fundador da Sociologia para o estabelecimento da paz universal?

Solução total

A solução apresentada por Augusto Comte para a questão social não é, repito, uma solução parcial ou apenas administrativa ou econômica.

"As regras atinentes à socialização da riqueza — escreve o filósofo — devem ser, quanto à sua fonte, morais e não políticas, e, em sua aplicação, gerais e não especiais. Todos quantos as adotarem, hão de fazê-lo voluntàriamente, através da educação, e sua observância habitual conservará sempre o mérito da liberdade, como já o sentia Aristóteles. A assimilação moral das propriedades privadas às funções públicas não as submeterá jamais a prescrições tirânicas que tenderiam a degradar profundamente o caráter humano, destruindo a espontaneidade e a responsabilidade". ([62])

É, assim, antes de mais nada, uma solução que considera os fenômenos sociais ìntimamente entrelaçados, só

podendo, consequentemente, ser resolvidos em conjunto. É só mediante a reforma das idéias e dos sentimentos que se modificam as instituições. As leis sòmente se tornam eficazes quando decorrem da preliminar modificação dos costumes. A reforma mental, isto é, moral e intelectual traz sempre, como consequência lógica, e muitas vêzes até imperceptível, a reforma das instituições.

Respeitando as leis fundamentais que regem a existência do homem, o fundador da Sociologia provou que a solução gradativa, não resta dúvida, do probema social depende de um conjunto de circunstâncias, entre as quais a mudança da mentalidade hodierna, principalmente quanto ao modo de conceber a propriedade.

O progresso não é mais do que o desenvolvimento da ordem, isto é, tôda reforma social, para frutificar, tem de haurir seus elementos no próprio estado de cousas que pretende mudar.

É a extensão, ao campo sociológico, do aforismo de Leibniz: *"natura non facit saltum"*.

Já a biologia não admite nenhuma criação pròpriamente dita, reduzindo-se tôda vitalidade a simples evolução — observa, excelentemente, Augusto Comte. ([63])

O próprio Lênine, em seu *"Capitalismo de Estado"*, confessa, depois de quatro anos de experiência, o fracasso inevitável da solução puramente política do problema social, que exige, ao lado de medidas de ordem econômica e administrativa, a elevação moral e intelectual das massas humanas.

Eis, de fato, as suas próprias palavras, através das quais reconhece, a seu modo, ser o problema social *total*, ou seja, antes de mais nada, *educativo*.

Transcrevo a versão espanhola de Andrade:

"Es necessário luchar contra la ignorancia, pero esto no es suficiente: nos es necessaria la cultura que nos enseñara a combatir la apatía y la venalidad. Esta es una enfermedad que no se puede curar con reformas politicas

o reformas militares. Este es un arte muy dificil que no se puede adquirir sin una elevación general de la cultura, sin una educatión superior de la massa obrera y campesina".

É verdade que Augusto Comte reconhece a existência histórica de uma luta de classes ([64]), porquanto foi a a nova classe — a burguesia — oriunda da emancipação das comunas, a qual, depositária da atividade e da propriedade industrial, dirigiu o combate que devia terminar com a supressão dos direitos nobiliárquicos e monárquicos.

É preciso, todavia, insistir não apresentar Comte, como o faz Marx, essa luta como o próprio motor do progresso.

Antes de mais nada, se considerarmos o conjunto da história, somos levados a reconhecer que longas fases, como certos períodos na Idade-Média, realizaram grandes progressos sem lutas aparentes, em consequência mesmo da íntima colaboração, então estabelecida, entre as diferentes classes sociais.

Ademais, considerando apenas a história moderna, *não sòmente a história econômica, como fazem alguns, mas todos os aspectos — social, moral e intelectual dessa história* — seria esquematizá-la e simplificá-la de modo inepto reduzí-la exclusivamente à luta de classes. O papel incontestável representado por essa luta foi, segundo Comte, u mpapel em grande parte negativo: a eliminação das antigas classes representativas de um sistema político perempto.

Cada nôvo progresso essencial, no domínio da indústria ou das ciências positivas, exigiu, preliminarmente, a eliminação de um ou de vários entraves opostos pela antiga organização social, e foi para essa eliminação que a luta de classes se tornou indispensável.

Mas a própria criação dos novos progressos, ou, em têrmos mais gerais, a elaboração progressiva do nôvo estado social, que devia, finalmente, substituir o antigo, fêz-se pelo jôgo de fôrças intelectuais ou sociais que não

encontram, de nenhum modo, sua origem na luta de classes. Se esta elimina fatôres que retardam o progresso social, as descobertas científicas, que favorecem tal progresso, não decorrem necessàriamente da luta de classes.

A demonstração do duplo movimento da terra, por exemplo, resultou das pesquisas de alguns sábios. Patenteando não ser o nosso planêta o centro do universo, contribuiu para uma preocupação mais decisiva com o próprio homem, e, ao invés de resultar da luta de classes, passou essa descoberta a coadjuvá-la por fazer as atenções voltarem-se mais diretamente para a própria terra. E, assim, o contraste entre a miséria e a riqueza entrou a figurar de modo mais sério e permanente nas cogitações do homem.

Em rápida súmula, assim podemos condensar o pensamento de Augusto Comte sôbre a questão social.

I) O Capital deve ser concentrado e respeitado, sendo a sua concentração levada tão longe quanto o comporta a responsabilidade efetiva de cada chefe industrial ([65]), porquanto não se podem impor grandes deveres senão aos que dispõem de grandes meios ([66]). É, aliás, fato de observação comum que as pequenas emprêsas frequentemente constituem hoje um obstáculo maior do que as grandes para a melhoria da sorte dos proletários. A dispersão da propriedade dos instrumentos de produção é, aos olhos de Comte, um obstáculo ao progresso social e uma anomalia decorrente da anarquia moderna. Em consequência disso, achava êle indispensável e inevitável o desaparecimento da pequena burguesia, que se incorporaria, em sua quase totalidade, ao proletariado.

Quanto ao respeito e segurança do capital, Comte os exigia, não em virtude de qualquer direito individual sôbre a propriedade, mas porque "em vez de aperfeiçoá-la, perturbaríamos continuamente a ordem social se a nossa principal solicitude não se consagrasse ao emprêgo das fôrças, abstraindo-lhes a origem e mesmo a sede, devendo-se respeitar a posse dos capitais assim como a das

funções, porque a eficácia social exige a segurança pessoal". ([67])

"Renunciando ao absoluto — escreve ainda Comte — saberão os ocidentais respeitar tôdas as aquisições de poder ou de riqueza que permaneçam conformes às condições atuais da sabedoria humana, qualquer que seja o seu estado excepcional ou regular, pelo qual nunca são os indivíduos responsáveis". ([68])

II) Um aspecto do regime positivista, que é preciso salientar, é o de visar a estabelecer o que hoje se chama economia dirigida. É, com efeito, interessante relembrar que no conjunto das medidas administrativas propostas por Comte, figura a constituição de um orçamento anual de reserva (muito elevado, aliás), destinado a regularizar cada gênero de economia nacional pelo estabelecimento de um vasto sistema de trabalhos públicos. ([69])

Esta medida é, como se sabe, uma das que a Repartição Internacional do Trabalho recomenda hoje aos governos como meio de prevenir e atenuar as crises da falta de trabalho.

Mantendo a propriedade privada dos meios de produção, o Positivismo submete-lhe o exercício a regras perfeitamente determinadas, de modo a salvaguardar sempre os interêsses coletivos. Em outros têrmos: retira-lhe todo direito de usar e abusar: devendo o capital ter um destino social, o direito de abuso não lhe pode ser reconhecido.

III) A pequena burguesia e as atuais classes políticas deveriam, segundo Comte, desaparecer. Os depositários do capital governariam a sociedade, porquanto o govêrno pròpriamente dito sòmente pode ser uma expansão ou um reflexo da preponderância civil. ([70]) Seriam, porém, obrigados a gerir a riqueza tendo em vista o bem coletivo, tornando-se, para tal, necessário um poder fiscalizador, que seria constituído pela aliança dos intelectuais, filósofos e cientistas, e do proletariado, sob a consagração de uma doutrina científica universalmente difundida.

Esperando a adoção dessa doutrina, pensava Comte não poderem os depositários da riqueza de seu tempo tornar-se dignos de governar os trabalhadores, sem explorá-los, antes de haverem acabado a sua educação política sob a pressão de alguns proletários, excepcionalmente erigidos, durante uma ou duas gerações, em chefes supremos da República Francesa. ([71])

Julgando, assim, necessário o govêrno de um proletário de escol — e não do proletariado — o que constitui uma homenagem à classe operária — esperava Comte pudesse o advento da sociedade nova verificar-se sem violências. Lembrava, a êste propósito, como vimos, que a maior das transformações sociais do passado — a emancipação dos escravos e dos servos medievais — se realizou sem grandes convulsões. ([72])

Almejemos que tal se dê novamente na modernidade, sem nos esquecermos, todavia, de serem os trabalhadores de hoje menos pacientes do que os servos da Idade-Média.

Dêste estudo fica patenteada a improcedência das increpações dos escritores marxistas que, à viva fôrça, pretendem fazer do Positivismo uma doutrina consagrada ao serviço da burguesia luís-filipina, acusando-o de indiferença para com as massas trabalhadoras. A verdade é inteiramente diversa: Augusto Comte sempre colocou o proletariado no primeiro plano de suas cogitações. Quanto à burguesia, não se cansou de proclamar que estava condenada a desaparecer. Eis, por exemplo, como a respeito se manifesta no *"Catecismo Positivista"*.

"O que sobretudo agrava nossas desordens atuais é a invejosa ambição da pequena burguesia e seu obcecado desdém pelas existências populares. Quando os seus costumes se regenerarem suficientemente, sob o impulso combinado das situações e das convicções, a sua cabeça fundir-se-á no patriciado e a sua massa no proletariado, de modo a se dissolverem as classes médias pròpriamente ditas". ([73])

Da burguesia de seu tempo, isto é, luís-filipina, Augusto Comte sòmente esperava resistência, enquanto

aguardava franco apôio e desembaraçada adesão por parte do proletariado:

"De conformidade com a sua natureza filosófica e o seu destino social, deve o Positivismo buscar seu apôio fundamental fora de tôdas as classes, espirituais e temporais, que até agora participaram, mais ou menos, do govêrno da humanidade .... Sua viciosa educação e seus hábitos empíricos repelem o espírito de conjunto ao qual é preciso doravante subordinar tôdas as concepções especiais. Um ativo egoísmo aristocrático ordinàriamente estorva, nessas classes, a real preponderância do sentimento social, princípio supremo de nossa regeneração ....

....

"O Positivismo sòmente pode obter profundas adesões coletivas no seio das classes que, alheias a tôda viciosa instrução de palavras e entidades, e naturalmente animadas de ativa sociabilidade, constituem doravante os melhores arrimos do bom senso e da moral. Numa palavra: *nossos proletários são os únicos suscetíveis de se tornarem os auxiliares decisivos dos nossos filósofos.* O impulso regenerador depende sobretudo de uma íntima aliança entre êsses dois elementos extremos da ordem final". (74)

A preocupação de Augusto Comte com a sorte dos trabalhadores, cujas altas virtudes intelectuais e morais êle contìnuamente enaltecia, era tão profunda que êle considerava a sua filosofia como *"destinada sobretudo a sistematizar o advento social do proletariado ocidental"*. (75)

Embora publicado em 1848, o *Discurso sôbre o conjunto do Positivismo* já analisava as *fórmulas políticas* propostas pelo comunismo para resolver a questão social e as comparava com as soluções preconizadas pelo Positivismo:

"Para fazer justiça ao comunismo, é preciso, sobretudo, apreciar nêle os nobres sentimentos que o caracte-

rizam, e não as vãs teorias que lhes servem de órgãos provisórios .... Ao se apegarem a uma tal utopia, nossos proletários, muito pouco metafísicos, estão longe de dar a essas doutrinas tanta importância quanto os nossos letrados. Logo que conhecerem uma melhor expressão de seus votos legítimos, não hesitarão em preferir noções claras e reais, susceptíveis de uma eficácia pacífica e duradoura, a vagas e confusas quimeras, cuja tendência anárquica será por êles logo instintivamente sentida". ([76])

"O problema apresentado pelos comunistas não admite nenhuma outra solução, senão a dêles mesmos, enquanto persistir a confusão revolucionária entre os dois podêres espiritual e temporal. E, destarte, a unânime repulsa inspirada por essas utopias deve por tôda parte predispor ao Positivismo, que, doravante, será o único que pode preservar o Ocidente contra qualquer grave ataque comunista". ([77])

Repudiando as soluções preconizadas pelo comunismo, fêz, entretanto, Augusto Comte questão de ressaltar a justeza e a importância de certos de seus princípios e de algumas de suas críticas:

"Impelido, a um tempo, pela sua realidade e pela sua constante tendência a consagrar a razão ao serviço do sentimento, o Positivismo é duplamente levado a sistematizar o princípio espontâneo do comunismo sôbre a natureza social da propriedade e a necessidade de regulá-la. Os verdadeiros filósofos não hesitam em sancionar diretamente as reclamações instintivas dos proletários atinentes à viciosa definição adotada pela maior parte dos juristas modernos ao atribuirem à propriedade o caráter individualista absoluto, como sendo um direito de usar e abusar. Esta teoria anti-social, històricamente devida a uma exagerada reação contra opressões excepcionais, é tão desprovida de justiça quanto de realidade. Nenhuma propriedade podendo ser criada, nem mesmo transmitida, apenas pelo seu possuidor, sem uma indispensável cooperação pública, a um tempo especial e geral, seu exercício ja-

mais deve ser puramente individual. Sempre e por tôda parte a comunidade interveio mais ou menos na instituição da propriedade a fim de subordiná-la às necessidades sociais. O impôsto, na verdade, associa o público a cada fortuna particular; e a marcha geral da civilização, longe de diminuir essa participação, continuamente a tem aumentado, sobretudo entre os modernos, desenvolvendo mais a ligação de cada um para com todos ....
....

"Sob êstes diversos aspectos, o princípio fundamental do comunismo é, pois, necessàriamente absorvido, pelo Positivismo. Fortalecendo-o muito, a nova filosofia o estende mais ainda, porquanto o aplica também a todos os diferentes modos da existência humana, indistintamente votada ao contínuo serviço da comunidade, de acôrdo com o verdadeiro espírito republicano.

"Em qualquer estado normal da humanidade, cada cidadão constitui realmente um funcionário público cujas atribuições, mais ou menos definidas, lhe determinam, a um tempo, as obrigações e as pretensões. Êste princípio universal deve, sem dúvida, estender-se até à propriedade, na qual o positivismo vê, sobretudo, uma indispensável função social, destinada a formar e a administrar os capitais, através dos quais cada geração prepara os trabalhos da seguinte. Sàbiamente concebida, essa apreciação normal enobrece a posse do capital sem restringir-lhe a justa liberdade e fazendo até melhor respeitá-lo.

"Mas é aí que cessa tôda concordância real entre as sãs teorias sociológicas e as inspirações espontâneas da sabedoria popular. Aceitando o enunciado comunista, e mesmo estendendo-o muito, os positivistas afastam radicalmente uma solução tão insuficiente quanto subversiva. A que nós lhe substituímos, dela se distingue, sobretudo, pela introdução dos meios morais em lugar dos meios políticos. Assim, a principal diferença social entre o Positivismo e o comunismo se refere finalmente à separação normal entre os dois podêres elementares — temporal e espiritual, a qual, esquecida, até aqui, em tôdas as

concepções renovadoras, aparece sempre, no fundo de cada grande problema moderno, como única saída final da humanidade". ([78])

Em que pêse aos escritores marxistas, foi Comte o primeiro a assinalar, como sendo o mais importante problema de sua época, a incorporação dos proletários à sociedade moderna, na qual não se achavam então, consoante a sua expressão, senão *"acampados"* como servidores de uma civilização a que não pertencessem. ([79])

Quanto à *luta de classes*, já em 1820, muito antes de Karl Marx, na *Sumária apreciação do passado moderno*, Augusto Comte lhe ressaltava o importante papel no evolver humano. ([80])

Ao analisar o conflito, cada vez mais nítido, entre os elementos teológicos e feudais do antigo sistema social e os elementos científicos e industriais do nôvo, Augusto Comte escreve:

"Para destruir o antigo regime, ligaram-se as comunas, a princípio, a um dos poderes do antigo sistema contra o outro, aproveitando-se das dissenções existentes entre êles. E, depois de haverem vencido o poder que tinham combatido, formaram uma nova liga com uma das frações do poder a que se haviam aliado, contra uma outra fração dêsse mesmo poder". ([81])

Por êstes pequenos extratos, vê-se bem quanto vêm sendo desleais e injustos os escritores marxistas que, em França e alhures, insistem em pintar Augusto Comte como um escritor a sôldo da burguesia luis-filipina, não passando êle próprio de um burguês luis-filipino, utópico e de vistas curtas...

RECAPITULAÇÃO GERAL

Recapitulando, ràpidamente, os principais tópicos dêste estudo, tendo em vista o evolver social do tempo de Comte aos nossos dias, verificamos que muitos dos seus postulados, em sua maneira de encarar a questão social, vêm sendo, um a um, realizados.

Ao proclamar que *"sendo o capital social em sua origem, também o deve ser em seu destino"*, indicou o filósofo a linha dominante da evolução que se vem processando cada vez mais nìtidamente no domínio econômico.

Insurgindo-se contra o princípio da economia liberal — *"laisser faire, laisser passer"*, preconizava o fundador da Sociologia, como vimos, a intervenção estatal, hoje pacífica, na produção e distribuição dos bens de consumo, tanto na escala nacional, quanto na internacional. E também pregava a racionalização da atividade agrícola, industrial e comercial, até então entregue a processos puramente empíricos.

Contrapondo-se ao *"laisser faire"*, desde os seus opúsculos iniciais e partindo do princípio de que sendo social em sua formação, deve a riqueza ser também social em sua aplicação, considerava Comte a propriedade como uma função pública e não como um direito individual de *usar* e *abusar*. Daí propugnar por uma *legislação do trabalho* que protegesse o operário até então entregue a si mesmo no torvelinho dos negócios e largado, em tôdas as desumanas lutas da concorrência, à mercê do desemprêgo e da fome. Comte viu e exprobrou com veemência tudo quanto de cruel encerrava a economia liberal, considerando-a uma teoria odiosa pelo seu otimismo de encomenda e pela sua indiferença perante as desordens sociais e os sofrimentos da massa proletária.

Insurgiu-se, pois, contra o trabalho de crianças e mulheres em estafantes jornadas; contra as habitações insalubres; contra os salários fixados exclusivamente em função da oferta e da procura, isto é, na base de transações sempre favoráveis ao empregador. Propugnou pela inclusão, nos Orçamentos nacionais, de imensas verbas para empreendimentos públicos destinados a dar trabalho aos operários durante as crises de desemprêgo, resultantes da introdução de máquinas mais aperfeiçoadas ou da automação.

Quanto ao direito de greve e ao de associação das classes operárias, só admitidos em França, o primeiro a partir de 1864, e, o segundo, a partir de 1884, por êles bateu-se intransigentemente Augusto Comte, reconhecendo aos trabalhadores os meios de se oporem aos abusos dos empregadores. E, para isto, era necessário, contra o que pregava a economia liberal, que aos trabalhadores fôsse assegurado o direito de associação. Se, de fato, o capital representa a fôrça concentrada, enquanto o trabalho constitui a fôrça do número, esta, para entrar em ação, exigia um ajuste prévio, o que pressupõe uma organização operária permanente.

É o que recomendava Augusto Comte em carta de 18 de janeiro de 1856, dirigida ao tipógrafo Bosson e na qual esboça, com grande nitidez, o plano de uma Internacional Operária:

"Em lugar das associações restritas e passageiras que projetais, é preciso organizar a corporação imensa e permanente que tende a formar, por tôda a terra, um proletariado essencialmente homogêneo, apesar da diversidade das profissões e mesmo das nações". ([82])

Previu também Comte as juntas de conciliação e os tribunais do trabalho, hoje por tôda parte vitoriosos.

Por outro lado, o princípio fundamental do Positivismo é o da primazia da educação para a solução do problema social, devendo a classe proletária participar da riqueza intelectual tanto quanto os detentores do capital. Queria, por isto, o filósofo que os anos de adolescência até os vinte e um fôssem livres de qualquer ocupação sistemática além do estudo das ciências e da formação filosófica, estética e literária. E, uma vez integrado o proletário na fase produtiva da existência, não deveriam, ao ver de Comte, as horas de trabalho exceder de trinta por semana, sem o que a vida profissional se tornaria opressiva. Sê-lo-ia igualmente se o indivíduo continuasse exposto aos inúmeros riscos decorrentes da própria condição humana: desemprêgo, acidentes profissionais, enfermidades, invalidez, velhice desamparada, ins-

tabilidade domiciliar. A todos êstes problemas voltou Comte a sua atenção, prevendo a gratuidade da medicina e a solução, já assinalada, para o desemprêgo através de empreendimentos públicos. A proteção contra os demais riscos deveria ser assegurada pela decomposição de qualquer salário em duas partes, uma fixa e outra variável. Pelo simples fato de haver atingido a idade adulta deve o operário ter direito à primeira, quer disponha ou não de emprêgo, bastando ela para colocá-lo, com a sua família, ao abrigo das necessidades, desde que a responsabilidade do desemprêgo não lhe possa ser imputada.

Foi, assim, Augusto Comte, como assinala Maxime Leroy ([83]), o precursor do seguro, ou antes, da *"securidade social"*, conquista fundamental dos trabalhadores em nossos dias.

Tôdas as medidas sociais preconizadas por Comte vêm sendo, uma a uma, realizadas, inclusive a concepção dia a dia mais vulgarizada, segundo a qual o salário não é o *pagamento* dos serviços prestados, mas a fração dos bens disponíveis, em cada geração, que cabe ao trabalhador, de conformidade com a sua posição na escala social. É, no fundo, o que reconheceu, em 1919, a Constituição da O. I. T. no princípio segundo o qual *"o trabalho não é uma mercadoria ou um artigo de comércio"*, repetindo expressões quase textuais do fundador do Positivismo.

Também a participação do proletariado nos movimentos de opinião pública é a vitória de um dos postulados básicos do Positivismo.

Na política internacional outro índice da marcha espontânea do Positivismo é a crescente *impopularidade da guerra,* cada vez mais estigmatizada por tôda parte. Apesar da extensão com que se manifestou no decorrer dêste século, é curioso observar o silêncio que se faz em tôrno dos *heróis* de guerra, substituídos pelo culto do *soldado desconhecido.*

É cada vez maior a reprovação do recurso à fôrça para a resolução de problemas políticos e econômicos.

A bandeira da ONU é a da paz, que apresenta o caráter de um imperativo mundial, insuscetível de controvérsias, enquanto a guerra é cada vez mais considerada um crime contra a Humanidade.

No preâmbulo do Estatuto da Organização das Nações Unidas lê-se:

"Nós, povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações futuras contra o flagelo da guerra que, por duas vêzes, no espaço de uma vida humana, infligiu à humanidade indizíveis sofrimentos; .... estamos, para êsse fim, decididos a aceitar princípios e a instituir métodos asseguradores de que não se fará uso da fôrça das armas, salvo no interêsse comum"... ([84])

Por outro lado consigna o Estatuto da Unesco:

"Fundada apenas sôbre as conveniências econômicas e políticas dos governos, não pode a paz acarretar a adesão unânime, duradoura e sincera dos povos, e, por conseguinte, deve ser estabelecida sôbre a base da solidariedade intelectual e moral da Humanidade" ([85]), porquanto, conforme a lapidar declaração do Primeiro Ministro Clement Attlee, constante do preâmbulo do Estatuto da Unesco, *"desde que as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz".*

Ao referir-se aos conflitos ideológicos que dividem o mundo, criando um clima de desconfiança, inquietação e insegurança, salientou o Embaixador Paulo de Berredo Carneiro ao empossar-se, em 12 de novembro de 1962, como Presidente da Conferência Geral da Unesco realizada em Paris:

"Sem profunda reforma das opiniões e costumes através da educação, das ciências sociais e do desenvolvimento cultural, não se poderão regular as perturbações a que está cada vez mais sujeita a vida internacional: A experiência tem suficientemnte demonstrado como são efêmeras e ilusórias as soluções puramente políticas. Tôdas as tentativas feitas até aqui para conciliar as neces-

sidades igualmente prementes de ordem e progresso não conduziram, na verdade, senão a oscilações entre a retrogradação e a anarquia".

Que outra coisa são estas palavras, entusiàsticamente aplaudidas pelas Delegações mundiais junto à Unesco, senão o eco da grande voz de Augusto Comte no *Sistema de Política Positiva*.

Vitorioso está ainda, por tôda parte, o princípio anticolonialista do Positivismo e a sua condenação da exploração dos países sub-desenvolvidos pelas grandes potências, de que é um índice expressivo a emancipação quase total da África, fenômeno político e social mais importante de nossos dias.

Também os progressos materiais, resultantes das invenções e descobertas científicas, dando em resultado a automação, cada vez mais confirmam a previsão de Comte de vir a ser progressivamente o trabalho do homem substituido pelo das fôrças naturais, de modo a consagrar os seus lazeres à cultura do espírito, ao desenvolvimento das artes, à expansão da sociabilidade e ao apuro moral.

NOTAS DO CAPÍTULO IV

1) — *Vide* A. Comte: "Política Positiva", vol. II, pg. 151, e vol. IV, pg. 328; Audiffrent: "*Maladies du cerveau*", pgs. 288 e 289; Georges Leroy: "*Lettres sur les animaux,*" pg. 48 da 5ª ed., Paris, 1896; e Gall: "*Sur les fonctions du Cerveau*", vol. IV, pgs. 224 e seguintes, Paris, 1823, e "*Anatomie et physiologie du système nerveux en général et du cerveau en particulier*", vol. III, pgs. 281 e seguintes, Paris, 1818.
2) — *Vide* Hume: "*Ensaios de Moral*", pgs. 41 e seguintes — do t. V das "Obras Filosóficas", trad. franc., Londres, 1788.
3) — *Vide*: A. Comte: "*Política Positiva*", vol. II, pgs. 141 e seguintes.
4) — *Vide*: "*Lusíadas*", c. VII, estr. 19.
5) — *Vide* A. Comte, *l. cit.*, pgs. 150 e seguintes.
6) — Idem, ibidem.
7) — Sôbre as duas leis atinentes à formação do *capital, vide* A. Comte, *l. cit.*
8) — *Vide* Denina: "*Revoluções de Itália*", vol. I, pg. 48 da trad. franc. do abade Jardin. Paris, 1771.
9) — *Vide*: Hume: "Ensaio sôbre o comércio", pg. 15 das *Melanges d'Economie Politique*", vol. I, ed. Molinari et Daire, e Condorcet: "*Tableau général de la science*", *in* "*Oeuvres Complètes*", vol. I, pg. 564 da ed. Arago,
10) — *Vide* A. Comte: *l. cit.*, pg. 153.
11) — *Idem, ibidem,* pg. 150
12) — Vide Turgot: "*Réflexions sur la formation et la distribution des richesses*", pgs. 34 e 38 do vol. I, das "*Oeuvres Complètes*", ed. Daire, 1844, e A. Comte. *l. cit.* — pg. 154.
13) — Pascal: "*Pensées*", pg. 64 da col. "*Moralistes Français*", Firmin-Didot, Paris, 1878.
14) — *Vide* A. Comte: "*Catecismo Positivista*", pg. 255 da trad. de Miguel Lemos, 3ª ed.
15) — *Vide* A. Comte, "*Política Positiva*", vol. I, pgs. 156 e 213, e vol. II pgs. 157 e seguintes.
16) — *Idem, ibidem,* pg. 158.
17) — Turgot, *op-cit.*, pg. 9.
18) — *Vide* Aristóteles: "*A Moral*", livro I, c. VII, e livro V, c. I, pgs. 23 e 109 da trad. franc. de Thurot, Paris, Firmin Didot, 1823; Descartes: "*Cartas à Princesa Pala-*

tina", carta de 15 de junho de 1645, pg. 651 das *"Oeuvres Philosophiques"*, ed. Panthéon Littéraire; Condorcet: *"Conseils à sa fille"*, *apud* Dr. Robinet: *"Condorcet, sa vie, son oeuvre"*, pg. 358 de 1ª ed. e *"Éloge de Camper"*, pg. 95 do vol. V dos *"Éloges"*, ed. de 1799, e Augusto Comte: *"Catecismo Positivista"*, pgs. 30, 50, 325, 327 e 330, da 3ª ed. da trad. portuguêsa de Miguel Lemos e *"Política Positiva"*, passim.

19) — Vide A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pgs. 156 163, 190 e 373; vol. II, pgs. 298 e 410, e *Catecismo Positivista"*, pg. 366 da trad. cit.

20) — *Vide* A. Comte: "Política Positiva", vol. I, pg. 158 *et passim* e vol. II, pg. 154 e seguintes.

21) — *Vide* A. Comte: *"Catecismo Positivista"*, pg. 251, da ed. cit.

22) — São Paulo 1ª *ad. Corinth.*, VII, 29, 30 e 31.

23) — *Vide* Emet John Hughes: *"Ascensão e decadência da burguesia"*, pg. 33 da trad. bras.

24) — *Vide* Laffitte: *"De la stabilité de l'équilibre économique"*, *in Revue "La Politique Positive"*, t. I, pg. 148.

25) — *Apud Encyclopédie Française*, vol. VII, 7. 48. 2.

26) — *Ibidem.*

27) — *Vide* Metastasio: *"CLEMENZA di Tito,"* ato II, cena 10ª pg. 59 dos *"Drammi scelti"*, Paris, 1852, e A. Comte *Catecismo Positivista"*, pg. 325 da trad. cit.

28) — Adam Smith: *"Riqueza das Nações"*, l. II, c. 3º, pgs. 86 e 87 da trad. franc. de G. Garnier, Paris, 1859.

29) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. II, pgs. 197 e 407.

30) — *Apud* Pierre Laffitte: *"Le Catholicisme"*, pg. 368, Paris, 1897.

31) — *Vide* A. Comte: *"Catecismo Positivista"*, 371 da trad. cit.

32) — *Idem*: *"Política Positiva"*, vol. II, pgs. 265 e seguintes e *"Catecismo Positivista"*, pg. 294 da trad. cit.

33) — *Idem*: *"Política Positiva"*, vol. I, pgs. 158 e 159

34) — Condorcet: *"Note sur une pensée de Pascal"*, pg. 474 do vol. V dos *Éloges* ed. de 1799.

35) — *Apud* Edmundo Lins: *"O Socialismo"*, *in "Miscelânea"*, pgs. 19 e 20, Rio 1938.

36) — Vide Condorcet: *"Éloges"*, pg. 473 do vol. V da ed. de 1799.

37) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. II, pg. 415 e vol. IV, pgs. 78 e 333, e *"Catecismo Positivista"*, pg. 362 da trad.

38) — *Idem*: *"Política Positiva"*, vol. IV, pg. 78.

39) — *Vide* Condorcet: *l. cit.*

40) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pg. 155.

41) — *Vide* Aristóteles: *"A Política"*, l. II, c. 2º, § 5º e l. VII,

c. 9º, § 6º, pgs. 78 e 464 da trad. franc. de Thurot, Paris, 1824.

42) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pg. 159.

43) — *Apud* Pierrre Lucius: "*L'Agonie du liberalisme*", pgs. 90 e 91 da ed. *Recueil Sirey*.

44) — *Vide* Teixeira Mendes: "*A Verdadeira Política Republicana e a incorporação do Proletariado*", pgs. 3, 5 e 7 da publicação nº 348A do Apostolado Positivista do Brasil. Sôbre as medidas governamentais a serem tomadas em prol do proletariado, veja-se também: Fred. Harrisson: "*Le nouveau Mouvement Social en Angleterre*", art. in Revue "*La Politique Positive*", vol. I, pgs. 56 e seguintes. Vide ainda A. Comte "*Discours sur l'ensemble du Positivisme*", pg. 185 da 1ª ed., Paris, 1848

45) — *Vide* A. Comte: "*Catecismo Positivista*" pgs. 366 e 367, da trad. cit. e "*Política Positiva*", vol. IV, pgs. 342 e 343.

46) — *Vide* R. A. Gomes de Castro: "*As Raças Humanas*", pg. 86 e seguintes da 1ª ed.

47) — Vide A. Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, pg. 343.

48) — *Idem, ibidem*, vol. I, pgs. 190 e 191.

49) — *Vide* A. Comte: "*Sistema de Filosofia Positiva*", vol. VI, pg. 455, da 4ª ed., Paris, Baillière, 1877. Ver também "Política", vol. I, pgs. 361 e 363: "*Catecismo Positivista*", pgs. 350 e 351 e "*Nouvelles Lettres Inédites*", pg. 30.

50) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, pg. 340.

51) — *Vide* A. Comte: "*Catecismo Positivista*", pg. 370, ed. cit.

52) — *Vide* R. Paula Lopes Filho: "*Introdução ao Livro de Textos Escolhidos de A. Comte Sôbre o Proletariado,*" pg. XIX, Archives Positivistes, Paris, 1946.

53) — *Idem, ibidem* pg. XX

54) — *Vide* A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pg. 169.

55) — *Idem ibidem*, pgs. 172 e seguintes, e "*Catecismo Positivista*", pgs. 300 e seguintes da trad. cit.

56) — Vide A. Comte: "*Política Positiva*", vol. I, pg. 178 e Walter Scott: "*O Antiquário*", C. XI, pg. 114 da trad. franc. de Defauconpret.

57) — *Vide* Paula Lopes Filho, *l. cit.*, pg. XXIII, e A, Comte "*Catecismo Positivista*", pgs. 363 e 364 da trad. cit. e "*Política Positiva*",vol. I, pgs. 373 e 374.

58) — *Vide* Descartes: "*Discurso do Método*", 6ª parte, pgs. 61 e 62 da 2ª ed. dirigida por Etienne Gilson, Paris, Vrin, 1930, e A. Comte: "*Política Positiva*", vol. IV, pgs. 352, 359 e 423.

59) — *Vide* Carlos de Laet. "Discurso de Recepção a Dantas Barreto na Academia Brasileira, in "*Discursos Acadêmicos*", vol. II, pgs. 217.

60) — *Vide* Nicholas Murrey Buler: "*Division of Intercourse and Education*", *apud* relatório anual da Fundação Carnegie, de 1934, citado por Antônio Leão Velloso no artigo

"Lição Perdida", in "Correio da Manhã de 12 de junho de 1940.

61) — Vide Edward McNall Burns: *"História da Civilização Ocidental"*, tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro — 2ª edição — 1ª impressão revista e atualizada, de acôrdo com a 4ª edição norteamericana de 1954, vol. II, pg. 159, Editôra Globo, Rio de Janeiro — Pôrto Alegre — São Paulo, 1959.

62) — A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pg. 163.

63) — *Idem, ibidem*, vol. II, pg. 2.

64) — *Vide* R. Paula Lopes Filho, *l. cit.* pgs. XV e XVI.

65) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. II, pg. 415 e vol. IV, pgs. 78 e 333.

66) — *Vide* A. Comte: *"Catecismo Positivista"*, pg. 362 da trad. cit.

67) — *Idem*: *"Política Positiva"*, vol. II, pgs. 328 e 329.

68) — *Idem, ibidem*, vol. IV, pg. 375

69) — *Idem, ibidem*, pgs. 348 e 466. Ver também o *"Rapport de la société positiviste sur la question du travail"*, pg. 108 do volume *"Auguste Comte et le prolétariat dans la société moderne"*, Paris, Archives Positivistes, 1946.

70) — A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pg. 199.

71) — *Idem, ibidem*, pg. 200.

72) — Idem, *"Catecismo Positivista"*, pgs. 371 e 372 da trad. cit.

73) — *Idem, ibidem*, pg. 362.

74) — *Idem*, *"Política Positiva"*, vol. I, pgs. 128 e 129.

75) — *Idem, ibidem*, vol. IV, pg. XXXIV.

76) — *Idem, ibidem*, vol. I, pgs. 152 e 153.

77) — *Ibidem*, pg. 154.

78) — *Ibidem*, pgs. 154, 155 e 156.

79) — *Ibidem*, vol. II, pg. 411 e *"Catecismo Positivista"*, pg. 369 da trad. cit.

80) — *Ibidem*, vol. IV, *Apêndice Geral*, pgs. 12, 13 e 14.

81) — *Ibidem*, pg. 45.

82) — A. Comte: *"Lettres et Fragments de Lettres,"* pg. 197 edição do Centro Positivista de São Paulo, 1926.

83) — *Vide* Maxime Leroy: *"Histoire des Idées Sociales en France"*, t. III, *"D'Auguste Comte à P. J. Proudhon,"* pg. 236 da 5ª ed., Paris, Librairie Gallimard, 1954.

84) — *Vide* o preâmbulo da *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Côrte de Justiça*, resultante da Conferência de São Francisco.

85) — *Vide* o preâmbulo da *Convenção criando uma Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a* Cultura.

CAPÍTUL'O V

AUGUSTO COMTE E O DIREITO

Êste capítulo poderia também intitular-se: *direito, conceito absoluto, individualista, ou, ao contrário, relativo e social?*

Num tempo em que, pela multiplicidade das correntes de pensamento, continua válida a observação de Terêncio — *"quot homines, tot sententiae"* (1) — não é demais focalizar o problema do *direito.* Tanto mais oportuno se revela o tema quanto, com os regimes de fôrça suscitados pelo totalitarismo em suas diversas modalidades, tem modernamente havido quem sustente ser o direito mero conceito metafísico, e, como tal, destinado a desaparecer. (2)

Adotem, ou não, explìcitamente êsse ponto de vista, esta é, de fato, a situação nos regimes de fôrça, onde se tira aos homens tudo, até mesmo a mais cara de suas conquistas, aquela pela qual bendizia Tácito o tempo de Trajano, a saber, o direito de pensar cada qual como entende e dizer o que pensa — *"rarâ temporum felicitate, ubi sentire quae velis et dicere quae sentias licet".* (3)

O que tem feito perigar o direito, tornando-o insustentável, é o modo absoluto e individualista com que tem sido, até aqui, quase exclusivamente considerado.

Se todo sêr vivo está na dependência do *meio cósmico*: condições de temperatura, luminosidade, composição química do ar, humidade, eletricidade, pressão barométrica, etc., o homem, além dêsse meio cósmico ou planetário, subordina-se ainda ao *meio social* em que surge, isto é, à civilização em que se desenvolve. Foi o que salientou José Bonifácio ao frisar que Newton, nasci-

do entre guaranis, seria apenas mais um bípede que pesaria sôbre a terra, sem chegar nunca a ser o grande matemático e astrônomo que se celebrizou, no século XVIII, em Inglaterra, onde dispôs dos elementos da imensa evolução científica verificada desde os gregos até o seu tempo. (4)

Com o decorrer da civilização, a dependência do homem, relativamente ao meio social, avoluma-se de tal modo que os próprios fatôres físicos ou cósmicos só o atingem através da sociedade ou da espécie, porquanto esta lhe vai progressivamente modificando até as próprias condições de existência física, adaptando-lhe, cada vez mais, o planêta às conveniências. Tamanha é essa dependência do homem em relação à sociedade que ponderou Augusto Comte, com razão, nas *Conclusões Gerais* do *"Curso de Filosofia Positiva"*: *"o homem pròpriamente dito não é, no fundo, senão pura abstração: o que é real é a humanidade"*. (5)

Foi também o que proclamou o grande De Maistre a propósito da *"Declaração dos Direitos do Homem"*: "O homem isolado é uma entidade. Não há homem no mundo. Vi franceses, italianos, russos, etc. Mas quanto ao *homem*, jamais o encontrei: se existe, não o conheço". (6)

Já Aristóteles fizera a mesma observação, afirmando que *"quem vive só, bastando-se a si mesmo, ou é Deus ou fera"* (7), e Marco Aurélio, alguns séculos mais tarde, assinalaria "ser mais fácil encontrar um corpo terrestre separado da terra do que achar um homem que haja rompido todos os laços com a Humanidade." (8)

Foi o que sentiram os moralistas de todos os tempos, dos quais se fizeram eco, em épocas distantes e mui diversas, Lucano e Metastásio. O primeiro, num dos mais belos versos da poesia universal:

"Non sibi, sed toti genitum se credere mundo":

"Crer-se nascido não para si, mas para todo o mundo". (9)

Quanto a Metastásio, todos lhe conhecem a cena 10*a* do 2º ato da *"Clemência de Tito"*, já citada no capítulo anterior:

"Sò che tutto è di tutti; e che ne pure
"Di nascer meritò chi d'esser nato
"Crede solo per se" ([10]):

"Sei que tudo é de todos; e nem sequer foi digno de nascer quem crê haver nascido só para si."

E, de fato. Se o indivíduo não existe sòzinho, devendo tudo quanto é à sociedade em que surge e se desenvolve, como podem os seus *"direitos"* ser encarados, de modo absoluto, sob o prisma exclusivamente individual, sem se tomar em consideração a sociedade, da qual diretamente depende, desde que nasce, e sem a qual nada pode?

Isolado em sua ilha, valia-se o próprio Robinson dos ensinamentos acumulados pela série das gerações, que prepararam a civilização em que se formou, além dos materiais salvos do seu naufrágio, frutos multisseculares do trabalho coletivo, como ferramentas, armas, pólvora, preceitos de conservação dos alimentos, etc. Até mesmo aquêles que, como os anarquistas, se insurgem contra a sociedade e pretendem tudo considerar sob um prisma exclusivamente pessoal, negando o que devem aos contemporâneos, isto é, a *solidariedade*, e o que devem às gerações anteriores, ou seja a *continuidade*, só conseguem, na observação de Comte ([11]), proferir suas blasfêmias anti-sociais através de fórmulas decorrentes da cooperação de longa série de gerações, porquanto a linguagem articulada é uma construção eminentemente coletiva, e, daí, não a possuirem os animais, mesmo superiores, visto não chegarem a constituir sociedades regulares, nas quais, ao lado da *solidariedade*, se encontre a *continuidade*.

Se, portanto, o homem surge e vive em sociedade, dela recebendo imensos benefícios, sem poder jamais retribuir-lhe no mesmo grau, por maior que seja o seu valor, os seus direitos sòmente podem ser concebidos em

relação a essa mesma sociedade, que lhe garante a existência, resultando os *direitos* de cada um dos *deveres* dos outros para com êle, e vice-versa. Assim, pois, em lugar da discussão vaga e tempestuosa dos *direitos*, considerados de modo absoluto, sob o prisma puramente individual, há de fazer-se a determinação calma e rigorosa dos *deveres* de cada qual, entendendo-se por *dever* o concurso que a sociedade exige de cada um de seus membros ao fazê-lo subordinar seus interêsss pessoais, exclusivamente egoísticos, ao bem geral. Nesta concepção, em que prevalece o prisma social sôbre o individual e o relativo sôbre o absoluto, torna-se o *direito* a *garantia* que a Sociedade dá a cada sêr humano para o cumprimento integral de seus deveres, de modo a cooperar cada qual para a maior felicidade coletiva.

Tal é, como se sabe, o ponto de vista vitoriosamente defendido por Augusto Comte e sua escola, e seguido por Duguit, Josserand, Sotelo e muitos outros publicistas modernos, entre os quais se enfileira a figura respeitável de Ihering ao sustentar que *"ao egoísmo individual tem a sociedade o direito, que é também um dever, de opor o seu próprio interêsse. E o interêsse da sociedade não é sòmente o que serve ao indivíduo, mas o que é útil à coletividade e garante a existência de todos. Nisto está a Justiça. Esta última paira acima da liberdade. Cada homem existe não sòmente para si, mas também para o mundo; eis por que a liberdade, o que convém ao indivíduo, deve ser subordinado à Justiça, que é o que convém a todos."* ([12])

O justo, o *Direito* — disserta, nesta mesma corrente de idéias, Elias Regnault — "é o que os homens sancionaram através do seu assentimento. Daí resulta não haver *Direito* anterior à Sociedade, nem fora dela, não sendo os *Direitos* do homem senão os Direitos sancionados pela Sociedade, assim como os seus deveres são as regras também prescritas pela Sociedade. Quanto ao Direito individual — não existe; porquanto o homem só possui direitos, como indivíduo, por ser uma fração do todo social. Não reconhecemos, portanto, um pretenso Direito

natural no qual o homem, desprovido de deveres, gozaria da sua liberdade e independência primitivas. Jamais houve, para o homem, outro estado de natureza diverso do estado de sociedade. Não poderia, portanto, haver para êle outro Direito natural senão o *Direito Social.*" [13]

Sem que o declarasse expressamente, fêz, por outro lado, Adolphe Franck, no artigo *Direito* de seu *Dicionário das Ciências Filosóficas,* o mais lúcido comentário à concepção de Augusto Comte a respeito. Ei-lo:

"Pode-se fazer compreender a idéia de *direito* pela de *dever,* da qual é inseparável e com a qual forma, em nosso espírito, uma correlação inseparável. Queremos dizer que não há deveres sem direitos, nem direitos sem deveres, sendo impossível conceber uma dessas noções sem a outra, ambas encerradas na idéia superior de lei moral. A esta própria lei, ora damos o nome de direito, ora o de dever, segundo o prisma sob o qual a encaramos, a saber, conforme o seu objeto (isto é, o homem), é considerado como passivo ou como ativo em relação a seus semelhantes. Com efeito, o que a lei moral me determina fazer, o que ela me prescreve como um dever, proíbe, ao mesmo tempo, aos outros que mo impeçam ou me ofereçam obstáculos por qualquer meio que seja. Ela me declara, por conseguinte, inviolável no uso que faço de minhas faculdades para obedecer-lhe; e esta inviolabilidade de que me revisto, ou essa proibição feita a meus semelhantes, eis precisamente o que constitui o meu *direito.* Êste princípio não carece de demonstração; brilha, pela sua própria evidência, como um axioma geométrico; é um axioma moral que ninguém poderia negar sem ao mesmo tempo, negar tôda idéia de justiça e de obrigação recíproca.

"A consequência que imediatamente daí decorre é que o caráter moral do homem, os deveres que êle tem de preencher, o caráter universal dêsses deveres, constituem o fundamento único de todos os seus direitos ...... A proposição de Hobbes, segundo a qual o homem, no estado de natureza, tem o direito a tôdas as coisas, é abso-

lutamente destituída de sentido. No estado de natureza, tal qual o compreende o filósofo inglês, isto é, na ausência de tôda lei e de tôda obrigação, nenhum direito pode ser admitido, porquanto só há lugar para a fôrça ..... Assim, pois, não há meio têrmo: ou temos de renunciar a qualquer espécie de direito, e dizer que o homem, apesar das faculdades admiráveis de que o dotou a natureza, não é senão uma coisa à mercê de quem dela quiser, ou puder apropriar-se; ou temos de admitir serem os nossos direitos fundados sôbre os nossos deveres, só existindo no limite dêsses mesmos deveres .... Não há direito ou poder sem condição, nem liberdade sem limites. Êstes limites não são arbitrários, mas determinados *a priori*, de modo invariável, pela própria idéia do direito. Porquanto, desde que os mesmos direitos (referimo-nos aos direitos naturais) pertencem indistintamente a todos os homens, os direitos de um não poderiam ir até ao ponto de ofender os direitos dos demais; o que é sagrado para um, é sagrado para todos. Assim, a liberdade de comunicar o meu pensamento não pode estender-se até o direito de caluniar, difamar os meus semelhantes, nem instigá-los, uns contra os outros, a atos de violência, ou corromper almas indefesas. A ninguém é permitido (quer seja uma corporação, quer um indivíduo), sob o pretexto de usar da sua liberdade de consciência, perturbar a consciência e a liberdade dos outros, ou colocar-se fora das condições sôbre as quais repousa a liberdade comum. Não devo, enfim, qualquer respeito à vida de quem injustamente ataca a minha, e ninguém ousaria invocar a liberdade individual para um fim de violência ou rapina." ([14])

O *direito* deixa de ser, assim, um atributo ou faculdade inerente apenas ao indivíduo, para ser, acima de tudo, uma função social. Êste o conceito que hodiernamente tende a prevalecer na generalidade dos espíritos, como média das duas tendências que, a partir de fins do primeiro quartel dêste sofredor século XX, têm dividido o mundo político: a do individualismo e a do totalitarismo. Enquanto a corrente individualista desconhece

a subordinação necessária do indivíduo à sociedade, os regimes totalitários, ao revés, qualquer que seja o tipo de suas respectivas ideologias, esmagam o indivíduo e o transformam em mero autômato explorado pelos charlatães que pretendem representar os interêsses sociais. Só salientando o concurso exigido pela comunidade, desconhecem êsses regimes a imprescindível independência e dignidade da pessoa humana. Decorre esta tendência de desconhecerem os totalitarismos a separação dos dois podêres — *espiritual e temporal* — uma das conquistas essenciais que a civilização deve ao Catolicismo, e sem a qual não há dignidade humana, como é fácil evidenciar através de rápido escorço histórico.

Nenhuma sociedade, por mais rudimentar, subsiste sem um govêrno, isto é, um órgão de reação do conjunto sôbre as partes, vale dizer, da coletividade sôbre os indivíduos. Êsse govêrno ou direção da sociedade pode ser *político* ou *material*, atinente à ação sôbre a *terra*, e *espiritual* ou *moral*, concernente à ação sôbre o próprio *homem*. Preocupa-se o primeiro com os atos dos indivíduos, tendo, como sanção, a fôrça, e, o segundo, com os sentimentos e idéias, servindo-lhe de sanção, só e exclusivamente, a opinião. Numa palavra: o poder político disciplina as ações, e, o espiritual, as *vontades*, representando, portanto, a reação da inteligência, sôbre a fôrça. Sendo o govêrno dos atos de influência menos profunda e duradoura do que o dos pensamentos e afeições, é também chamado *temporal*. Achavam-se, na antiguidade, ìntimamente entrelaçados êsses dois podêres, mesclando-se sempre o conselho ou persuasão, peculiar ao poder espiritual, com a *ordem* ou *mando*, que é particular do poder temporal. Nada mais espontâneo, aliás, do que essa primitiva confusão, porquanto, diz o provérbio, *"quem pode, não pede"*, oferecendo real vantagem, para a disciplina dos exércitos antigos, essa dupla atribuição dos chefes militares, os quais ora se apresentavam como pontífices, ora como guerreiros.

Estava, por conseguinte, na antiguidade, a moral ìntimamente ligada e subordinada à política. Em Roma,

fazia o censor regulamentos sôbre o luxo e as despesas dos cidadãos, a maneira pela qual se deviam vestir, etc. Nada mais arbitrário e ofensivo à dignidade humana do que essa interferência pueril, e, frequentemente mesquinha, através da qual o magistrado, entre os gregos e romanos, tendia a sujeitar a vida particular a minuciosa regulamentação, quase sempre ilusória, e, muitas vêzes, mero pretexto para odiosas perseguições. Ficou famoso, nos fastos de Roma, o caso de Manílio, já designado cônsul pelo povo, e, entretanto, expulso do Senado, por influência de Catão, visto haver beijado sua mulher, perante uma de suas filhas. Em Esparta costumavam os éforos determinar que os cidadãos raspassem o bigode, e, em Atenas, proibia uma lei de Péricles o casamento dos cidadãos com estrangeiras. (15)

Não só entre os gregos e romanos interferia o Estado-Pontífice na vida íntima e até na consciência dos cidadãos. É o característico de tôdas as civilizações incipientes, como o provam as teocracias incas e astecas. Daí chamar Comte *retrogradação* à tendência totalitária de absorção do poder espiritual pelo temporal. (16)

Como instituição política, a *liberdade espiritual*, de pensamento ou de *consciência*, consiste em não se coagir ninguém, *materialmente*, a seguir qualquer opinião e sentimento, e, bem assim, em não se impedir que manifeste, de forma pacífica, o seu pensamento e modo de sentir. Refiro-me à manifestação pacífica do pensamento e dos sentimentos, e não à incitação de atos violentos contra as coisas e as pessoas, que o Govêrno temporal está não só no direito, mas ainda no dever de reprimir e até de prevenir.

Essa noção de haver um campo, que se subtrai à ingerência do Govêrno temporal, como o das idéias e sentimentos, foi esboçada pelos gregos, como se vê da *"Antígona"* de Sófocles. No famoso diálogo entre Creonte e sua sobrinha, a propósito de haver esta, infringindo as leis do primeiro, enterrado seu irmão Polinice, diz a heroina: "Essas leis não foi Zeus quem as fêz, nem a

Justiça, que tem assento entre os Deuses subterrâneos. E não acreditei pudessem os teus editos ter mais fôrça do que as leis não escritas e imutáveis dos Deuses, porquanto não és senão um mortal. Não é de hoje, nem de ontem, que elas são imutáveis; mas, eternamente poderosas, ninguém sabe a partir de quando passaram a vigorar." (17)

Só o Catolicismo, porém, apresentou a separação dos dois podêres — temporal e espiritual — como programa, embora a natureza absoluta do seu dogma o levasse, depois de sua vitória, a aspirar à teocracia, como são exemplos típicos, entre outros, Gregório VII e Inocêncio III, e mesmo o grande São Bernardo, em suas *"Considerações sôbre os heréticos"*, onde adota a opinião de Santo Agostinho de *"ser melhor queimarem-se alguns homens neste mundo do que todos no outro"*... (18)

A noção de *tolerância* é uma noção eminentemente moderna. Platão, em sua *"República"*, não admitia cidadãos que não participassem da religião do estado, mandando-os prender no *"sofronistério"*, isto é, na *"casa em que os homens tomam juízo"*, designando êste eufemismo nada menos do que o cárcere! Tal também o parecer de Cícero, apesar de não crer nos deuses, e dêsse epicurista, amigo de Virgílio e Horácio, protetor das letras e artes — Mecenas. (19)

Foram os cristãos os primeiros a pleitear e defender de modo explícito a tolerância, e, consequentemente, a separação dos dois podêres, segundo se vê em Tertuliano e Lactâncio, morrendo os mártires cristãos na defesa do mais sagrado dos direitos: o da liberdade de pensamento, através da qual lançaram as bases da verdadeira independência e grandeza do homem, conforme salienta Boissier.

A inquisição e as guerras religiosas, como a dos albigenses, constituiram lamentáveis aberrações de uma das mais belas conquistas do próprio Catolicismo, o qual, como excelentemente escreve o Cardeal Cerejeira, "criou o indivíduo moderno, dando-lhe com a consciência da sua

autonomia moral, a noção precisa dos seus direitos, a dignidade e o respeito, que lhe é devido, com o desenvolvimento da vida interior, como germe de todo o progresso social. É preciso até avançar mais, com Augusto Comte: deve-se ao Catolicismo a existência de um poder moral independente do Estado, que garante o respeito da *pessoa humana,* e, por conseguinte, a limitação do Estado, o qual, à medida que se desenvolve, tende sempre a reger tôda a vida do homem (o que seria o mesmo que submetê-la inteiramente ao regime da fôrça e, portanto matar a liberdade de consciência.)" ([20])

Na antiguidade, não se havia ainda chegado, nìtidamente, à concepção de *humanidade,* isto é, de uma única espécie, habitando o mesmo planêta, de modo a poder considerar-se o homem, por tôda parte, *"o cidadão e o cultor da terra inteira"*. Era a Pátria a suprema noção social, o que fazia com que os cidadãos das diversas pátrias procurassem obter o predomínio da sua sôbre as demais, e, daí, ser a Moral, a qual considera o bem da espécie em seu conjunto, subordinada, entre os antigos, à Política, isto é, aos interêsses de cada pátria. "A probidade e a justiça dos antigos — observa Chateaubriand no *"Gênio do Cristianismo"* — eram relativas à pátria e não iam além de seus respectivos limites." ([21])

Conseguindo fundir, numa pátria única, quase tôdas as nações antigas, permitiu a incorporação romana que se esboçasse, claramente, a concepção de humanidade substituindo-se os laços políticos, que ligavam os diferentes povos do Império, por vínculos espirituais, quando a própria extensão da conquista romana lhes tornou inevitável a desagregação política. Surgiu, assim, no seio do incomparável império, a universal aspiração a um sistema de concórdia em que o amor de todos os homens servisse de base a um sistema de crenças e sentimentos comuns. E a concretização dêsse anelo foi o Catolicismo, que se propôs a regrar, moralmente, fôrças que não mais podiam sê-lo apenas cìvicamente, instituindo destarte a separação dos dois podêres.

Esmagando, porém, o indivíduo, até mesmo em seu fôro íntimo, transformando-o em mero autômato, sem consciência, nem dignidade pessoal, e, bem assim, hipertrofiando o nacionalismo, como se, acima da pátria, não pairasse a Humanidade, ou seja a pátria comum para a qual tôdas as demais convergem, representam os regimes totalitários a mais perigosa das retrogradações modernas, que cumpre aos intelectuais, que não quiserem incidir na *"trahison des clercs"* combater, vulgarizando as verdadeiras noções da sociologia e da história.

Relativar e socializar o conceito de *direito*, considerando-o sob o prisma, não *individual* e *absoluto*, mas *social*, e, portanto, *relativo*, mostrando a permanente subordinação do indivíduo à sociedade, à qual tudo deve e da qual em tudo depende, eis o único meio de resguardar-se o conteúdo do direito lapidarmente formulado por Ulpiano: *"Juris praecepta sunt haec — honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere."* [22]

Coerente com a sua tese, sustentava Augusto Comte, conforme vimos no capítulo consagrado à questão social, que inclusive o mais característico dos direitos, aquêle cuja essência, no dizer dos tratadistas, como Coelho da Rocha, é ser livre e exclusivo em seu exercício — *o de propriedade* — em vez de ser uma prerrogativa individual, não passa de elevada função social, destinada a formar e administrar os capitais através dos quais cada geração facilita a sua própria existência e minora os trabalhos da geração seguinte.

A convergência dos esforços em qualquer atividade coletiva exige indivíduos, que, de modo exclusivo, se apliquem à função de coordenar, dirigir e orientar as atividades dos demais. Ésses indispensáveis coordenadores passam a ser os depositários ou gestores do capital produzido pelos que trabalham sob a sua direção, só devendo possuí-lo — na expressão do admirável São Paulo — como se não o possuíssem *tanquam non.* [23]

Esta socialização do direito de propriedade é, aliás, a mesma que se verificava, na Idade Média, com os feu-

dos, nos quais o *vassalo "detinha"*, mas não *"possuia"* a respectiva propriedade. Estendendo-se por tôda a sociedade, existia então complicado sistema de subfeudos, em virtude do qual tôda detenção (*tenure*) era condicionada ao cumprimento de determinadas obrigações sociais. Ao faltar ao cumprimento dessas obrigações, podia o vassalo ser despojado do que detinha. ([24])

Sendo o capital social em sua origem — não é demais repetir — também tem de sê-lo em seu destino, consistindo, segundo Augusto Comte, a grande questão entre o *Capital* e o *Trabalho,* não em se destruir o primeiro, o que seria quimérico à vista das leis naturais a que estão sujeitos o homem e a sociedade, mas em regulá-lo de modo a ter, dia a dia mais, a aplicação social que lhe impõe a sua origem.

Na fortuna mais honestamente adquirida, é sempre insignificante a parte do indivíduo, quando comparada com o contingente dos seus contemporâneos e das gerações que o precederam. A estas deve a civilização de que goza: a ciência, os inventos e processos de tôda ordem de que se serve, sem falar na parcela de capital já formada e depositada em suas mãos. Aos contemporâneos deve, afinal, a assistência e o concurso sem os quais, por maior que seja a sua capacidade, nada conseguiria. O capital é, portanto, indiscutìvelmente, de formação coletiva ou social, nêle preponderando, ainda mais do que a solidariedade, a continuidade histórica.

Mas, não é só a riqueza. Também o trabalho é social em sua origem, constituindo a capacidade profissional de cada qual lenta e difícil criação da Humanidade, havendo exigido esforços que muitas vêzes remontam às primeiras etapas da história. Assim sendo, não deve o trabalho ter um destino exclusivamente pessoal, porquanto representa o contingente com que cada qual contribui para o bem estar geral da coletividade, de quem tudo recebe. ([25])

Não admitindo, pois, dúvida serem a *riqueza* e o *trabalho* sociais em sua origem, daí decorre a exigência de

o serem também em seu destino. É, portanto, sob o prisma social e relativo que devem ser encarados quaisquer direitos, até mesmo aquêle que, à primeira vista, parece ser o mais caracterìsticamente individual e absoluto — o da propriedade.

Apresentados, entretanto, sob êste prisma social e relativo, de tal modo se tornam incontestáveis os direitos da personalidade humana que, sem serem respeitados, não subsistiria a própria sociedade à vista do aniquilamento da dignidade do indivíduo. Eis por que Brunetière declarava, apesar de católico militante, que desejava fôssem gravadas, nas paredes das escolas, ao lado da *Declaração dos Direitos do Homem,* as considerações de Augusto Comte sôbre a relatividade e socialização do direito. ([26])

Que a evolução do direito se tenha feito, dia a dia mais claramente, no sentido apontado pelo grande filósofo, é o que comprovam inúmeros publicistas modernos, entre os quais podemos citar, em França, Josserand, Duguit, Aubry e Rau, Capitant, Edmond Picard, Carré de Malberg, Georges Ripert, René Demogue, Henri e Leon Mazeaud; na Itália, Cogliolo e Grandi; na Espanha, Calvo Sotelo e Ascárate; no Brasil, Filadelfo de Azevedo, Carvalho Santos, Virgílio de Sá Pereira, Eduardo Espínola, J. A. Nogueira, San Tiago Dantas, Noé Azevedo, Benjamim de Oliveira Filho e muitos outros.

A mudança profunda, assinalada por Augusto Comte na concepção do direito, consistindo na sua "socialização moralizadora", no dizer de um jovem jurista brasileiro ([27]), foi assim caracterizada, em 1919, pelo grande Ruy Barbosa:

"A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluido ràpidamente com os tremendos sucessos dêste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo, restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no

seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana". ([28])

NOTAS DO QUINTO CAPÍTULO

1) — Terêncio: *"Phormio"*, ato II, c. 4ª.

2) — *Em Visão do Mundo Moderno"*, estudo publicado em 1934 numa revista de estudantes e reeditado pelo *"Jornal do Comércio"* de 21 de fevereiro de 1954, Gilberto Amado escreve: *"O Estado Soviético nega o direito baseando-se em Augusto Comte* (através de todo o realismo jurídico contemporâneo.)"

Do presente estudo, apoiado no conjunto da obra de Augusto Comte, torna-se evidente o equívoco em que laboram os que chegam à mesma conclusão, porquanto o que Comte nega é tão só o direito concebido exclusivamente sob o prisma individual e absoluto, sem ser correlacionado com os deveres a que está sujeito o homem pelo simples fato de ser homem, segundo a fórmula de Terêncio que tanto entusiasmo inspirava a Santo Agostinho: *"Homo sum: humani nihil a me alienum puto"*: *"Sou homem e nada do que é humano considero alheio a mim"*.

Numa construção filosófica, como a de Augusto Comte, que se estendeu por quatro décadas, é essencial, aos que dela se abeiram, a estrita observância do preceito lógico formulado por De Maistre: *"nada mais importante do que julgar não por esta ou aquela frase de tal ou qual escritor, mas pelo conjunto e pelo espírito geral de seus trabalhos"* (Vide "Du Pape", liv. I, c. VIII).

No terceiro volume do *Sistema de Filosofia Positiva*, tem o filósofo a nítida previsão do que seria o resultado prático dos sistemas totalitários nos quais sòmente se salientam os deveres do indivíduo sem que se lhes assegurem os direitos correspondentes: "Enquanto uns tendem involuntàriamente a reduzir tôdas as relações sociais a ignóbeis coligações de interêsses privados, outros são arrastados, sem disto se darem conta, *a organizar uma espécie de mistificação universal, onde a pretensa disposição permanente de cada qual dirigir seu procedimento de acôrdo com a idéia abstrata do dever, conduziria finalmente à exploração da espécie por pequeno número de hábeis charlatães"*.

No sexto volume da *Filosofia Positiva*, tratando diretamente do assunto, diz o filósofo, em poucas palavras, aquilo mesmo que Adolphe Franck posteriormente, e de modo magistral, explanaria no artigo — *Direito* — do seu *"Dicionário das Ciências Filosóficas"*, de que transcrevi alguns passos no texto dêste capítulo. Eis as palavras de Comte:

"Em geral a filosofia positiva tenderá, cada vez mais, a substituir espontâneamente, nos debates atuais, a discussão vaga e tempestuosa dos *direitos* pela determinação calma e rigorosa dos respectivos *deveres*. O primeiro ponto de vista, crítico e metafísico, teve de prevalecer enquanto a reação negativa contra a antiga economia social não estava suficientemente completada; o segundo, ao contrário, essencialmente orgânico e positivo, deve, a seu turno, presidir à regeneração final, porquanto um é, no fundo, puramente *individual*, e, o outro, diretamente *social*. Em vez de fazer consistir politicamente os deveres particulares no respeito dos direitos universais, serão, ao revés, os *direitos* de cada qual concebidos como resultando dos deveres dos outros para com êle, o que, sem dúvida, não é de nenhum modo equivalente. Esta distinção geral representa alternativamente a preponderância social do espírito metafísico ou do espírito positivo: um conduzindo a uma moral quase passiva, na qual domina o egoísmo; e o outro levando a uma moral profundamente ativa, dirigida pela caridade." (Vide *"Filosofia Positiva"*, vol. VI, pgs. 454 e 455 da 4ª edição).

Para conhecer o pensamento de Comte sôbre o direito, é preciso ter-se em vista o conjunto de sua obra, e, especialmente, além dos textos citados, o *"Catecismo Positivista"*, pgs. 350 e 351 da trad. portuguêsa de Miguel Lemos, 3ª edição; o *"Sistema de Política Positiva"*, vol. I, pgs. 151, 361-363; as *"Novas Cartas Inéditas"*, pg. 30. Já é tempo de se fazer justiça a Augusto Comte e de se evitar, em relação ao Positivismo, o mesmo que São Justino increpava aos rabinos do segundo século de nossa éra, relativamente ao Catolicismo: "Entre mil coisas boas que vos dizemos — advertia o glorioso mártir e doutor da Igreja — por uma pequenina que vos desagrade, ou não assimileis, imediatamente dais de mão a tudo o mais para vos apegardes apenas a essa pequenina palavra, fazendo-nos dela um crime, como as môscas, que só pelas úlceras se deixam atrair." (*Apud* Abade Fleury: *"Histoire Ecclésiastique"*, livro III, c. 66). Costumo, aludindo às obras de Comte, repetir as palavras de São Jerônimo a propósito da sua tradução de Isaías: *"legant priùs et postea despiciant"* — *"leiam primeiro, compreendam primeiro, e depois desdenhem"*, porquanto, como adverte o grande Joseph De Maistre, *"nenhum grau de talento e de espírito pode conferir, a quem quer que seja, o direito de falar do que não conhece."* (Vide *"Du Pape"*, livro II, c. VII).

Dizer-se que, baseado em Augusto Comte, o Estado Soviético nega o direito, corresponde a sustentar que, baseando-se em Comte, há quem adote o amor livre, quando se sabe irem as convicções monogâmicas do filósofo ao ponto de preconizar a viuvez eterna...

Consultar-se-á com vantagem, sôbre a concepção do direito em Augusto Comte, o belo livro de Lévy-Bruhl: *"La Philosophie d'Auguste Comte"*, pgs. 375 e seguintes da 3ª ed., Paris, Alcan, 1913).

Referindo-se à influência que recebeu de Augusto Comte, no volume de *Memórias* consagrado à sua *"Formação em Recife"*, Gilberto Amado desfez, inteiramente, o equívoco a que poderia conduzir a frase supra-citada de seu artigo *Visão do Mundo Moderno.*

"Quando na página imediata, 361, (do *Sistema de Política Positiva*), Augusto Comte mostra, com visão de profeta, que a idéia de Direito cederia lugar à idéia do Dever, que todo o direito se resume, afinal, num dever, eu vejo retrospectivamente desdobrarem-se como correntes a derivarem de uma fonte as novas formas de organização social, que tomariam em Sorel a modalidade sindical, cuja corrupção se tornou o fascismo e em Karl Marx e Lênine a forma socialista-comunista inchada depois no totalitarismo de Moscou. Não sei até que ponto a minha relutância em enfileirar-me entre os adeptos do puro individualismo liberal britânico, troado tão belamente na bôca dos mais brilhantes oradores do Brasil, não se origina dessa primeira pancada recebida, pelo impacto, na minha cabeça de menino, dos conceitos e demonstrações de Augusto Comte".

(Gilberto Amado: *"Minha Formação no Recife"*, pgs. 55-56, Rio, Livraria José Olympio Editôra, 1955).

3) — Tácito: *"Historiarum"*, 1.I.c.1.

4) — *Vide* José Bonifácio: *"Apontamentos para a civilização dos índios"*, pg. 18 da ed. do Ministério da Agricultura, 1910.

5) — A. Comte: *"Filosofia Positiva"*, vol. VI, pg. 590 da 4ª ed. e *"Política"*, vol. I, pg. 334.

6) — Joseph De Maistre: *"Considérations sur la France"*, pg. 88 da ed. *Nouvelle Librairie Nationale.*

7) — Aristóteles: *"Política"*, livro I, c. 1º, § 12, pg. 9 da trad. de Barthélemy Saint Hilaire, 3ª ed., Paris, 1874.

A tradução do pensamento aristotélico por mim adotada — *"Deus ou fera"* — é do Padre Antônio Vieira no sermão da 4ª Dominga da Quaresma, pg. 19 do vol. IV da ed. dos *"Sermões"* Lello e Irmão, 1907.

8) — Marco Aurélio: *"Pensamentos"*, 1. IX, 9, pg. 196 da trad. de Commelin.

9) — Lucano: *"Farsália"*, livro II, verso 373.

10)— Metastásio: *"Drammi Scelti"*, pg. 59 da ed. de Paris, 1852. Comparar com Aristóteles, livro VIII, c. 1º da *"Política"*.

11) — Augusto Comte: *"Sistema de Política Positiva"*, vol. I, pg. 221.

12) — *Apud* Arnoldo Medeiros da Fonseca aula sôbre o contrato do trabalho, citada por Edmundo Lins Neto na

monografia: *"Qual o conceito de abuso de direito que melhor se ajusta ao direito positivo brasileiro"*, *in* "*A Época*", junho e julho de 1942, pg. 26.

13) — Elias Regnault artigo *"Droit"* do *"Dictionnaire Politique"* publicado por Duclerc e Pagnerre, 3ª ed., Paris, 1848.

14) — Adolphe Franck artigo *"Droit"* do *"Dictionnaire des Sciences Phliosophiques"*, pgs. 411, 412 e 413 da 2ª edição, Paris, Hachette, 1875.

15) — *Vide* Plutarco: *"Vida de Marco Catão"*, t. II, pg. 250 da trad. de Pierron; Tácito: *"Anais"*, livro II, c. 33; *Cícero*: *"De legibus"*, III, 3; Aulu-Gélio, livro I, 6; Valério Máximo, II, 9; Plutarco: *"Vida de Age e Cleómenes"*, t. IV, pg. 136 da trad. cit.; Barthélemy; *"Voyage du jeune Anacharsis"*, t. II, pg. 205 da ed. Hachette.

16) — *Vide* Marius André: *"Bolivar et la Démocratie"*, pg. 171, Paris, 1924.

17) — Sófocles: *"Antígona"*, pg. 249 da trad. de Leconte de Lisle, Paris, Lemerre.

18) — *Vide Abade* Vacandard: *"Vie de Saint Bernard"*, t. II, pgs. 476 e 478 da ed. de Paris, 1927 e Gibbon: *"The Decline and Fall of the Roman Empire"*, c. XXXIII, pg. 548 da ed. de Londres, 1836.

19) — Vide Boissier: *"La fin du paganisme"*, t. 1º, pg. 45 da 5ª ed.; Cícero: *"De legibus"*, livro II, c. 8; Dião Cássio: *"História Romana"*, livro III, c. 36.

20) — Cardeal Cerejeira: *"A Idade Média"*, pgs. 201 a 208 da ed. 1936.

21) — Chateaubriand: *"Génie du Christianisme"*, 4e Partie, c. 13 do livro VI, pg. 635 da ed. Hachette.

22) — Ulpiano: *"Digesto"*, 1. I, frag. 10, 3.

23) — São Paulo: 1ª *"ad Corinth"*, VII, 29, 30 e 31.

24) — *Vide* Emet John Hughes: *"Ascenção e decadência da burguesia"*, pg. 33 da trad. brasileira.

25) — Vide Pierre Laffitte: *"De la stabilité de l'équilibre économique"*, *in* Revue "*La Politique Positive*", t. I, pg. 148.

26) — Ferdinand Brunetière: *"Sur les chemins de la croyance — première étape: l'utilisation du Positivisme"*, pg. 261, Paris, 1905.

27) — Edmundo Lins Neto, *op. cit.*, pg. 26.

28) — Ruy Barbosa: *"Teoria Política", antologia prefaciada por* Homero Pires, Jackson ed., Rio, 1950, pg. 17.

CAPÍTULO VI

AUGUSTO COMTE E A DEMOCRACIA

A análise, muito profunda e original, da democracia, por Augusto Comte, encontra-se em sua longa apreciação de Rousseau e suas obras.

O que desde logo o filósofo ressalta ao estudar o *"Contrato Social"*, é a circunstância de haver alcançado, em seu tempo, muito maior repercussão do que *"O Espírito das Leis"* de Montesquieu, apesar da inconteste superioridade intrínseca desta última obra.

O fato se explica, entretanto, porque, apelando sobretudo para as paixões, estava o *Contrato Social* mais de acôrdo com a mentalidade de seus contemporâneos.

Vasado no magnífico estilo de Rousseau, inspirou êsse livro, durante a Revolução Francesa, maior confiança e veneração do que em qualquer tempo a Bíblia e o Corão, observava Augusto Comte. [1]

Espírito paradoxal e contraditório, servido por um estilo inflamado e brilhante, deduziu Rousseau as suas idéias políticas da pretensa existência de um *estado de natureza,* em que o homem, transbordante de candura e bondade, vivia numa espécie de *"idade de ouro",* da qual teria decaído à medida que se foi civilizando através das conquistas da ciência, da indústria e das artes.

Constitui evidentemente êsse paradoxo a transformação metafísica do dogma teológico da degradação do homem em consequência do pecado original.

Partindo da suposta existência de uma época inicial, inocente e feliz, pretendiam Rousseau e seus discípulos que qualquer reforma política deveria tender a restabelecer êsse bemaventurado estado primitivo.

Daí decorreu que, ao empreenderem substituir o regime católico feudal ainda vigente em seu tempo, tentassem colocar, em lugar do catolicismo, uma espécie de politeismo metafísico de que se tornaram divindades preeminentes a Natureza, a Virtude e a Consciência. E, em política, procuraram substituir o sistema da Idade Média pelo regime, sem dúvida muito inferior, dos Gregos e Romanos, mas que possuia o privilégio de achar-se mais próximo do estado de natureza. (2)

As próprias alavancas da civilização moderna — a ciência, a indústria e as artes — foram, em nome da virtude e da simplicidade primitivas, proscritas da organização política decorrente do *Contrato Social* e das demais obras congêneres de Rousseau, como o *Discurso sôbre a origem da desigualdade entre os homens* e o *Discurso sôbre as ciências e as artes.*

Como se sabe, foi Lavoisier guilhotinado durante a Revolução Francesa, visto acharem os que o condenaram que o espírito científico tende a instituir uma aristocracia de luzes, incompatível, como qualquer outra, com a igualdade primitiva, cujo restabelecimento era visado pelos princípios políticos que os escritos de Rousseau haviam pôsto em voga. (3)

Pintara o autor do *Contrato Social* o homem primitivo como bom, puro e inocente.

A verdade histórica, todavia, é que, longe de apresentar-se cheio de bondade e candura, por tôda parte o homem começou pelo mais grosseiro fetichismo e pela mais bem caracterizada antropofagia.

"Apesar do horror e do desgôsto que hoje experimentamos com a simples lembrança de semelhante origem, nosso principal orgulho — salientava Augusto Comte — deve precisamente consistir, não em desconhecer tal início, mas em glorificarmo-nos com a ascensão na qual a superioridade de nossa organização tanto nos elevou acima dessa miserável situação primitiva, onde teria indefinidamente vegetado qualquer espécie dotada de atributos menos felizes". (4)

Ao lançar, no *Curso de Filosofia Positiva,* os fundamentos científicos da *Sociologia,* Augusto Comte, depois de analisar o princípio do *livre exame,* defendido por Lutero e seus sequazes, dêle faz derivar o dogma da igualdade, tal como a concebia Rousseau, para o qual, no estado de natureza, a desigualdade entre os homens não existia ou era quase nula. ([5])

Envolve, na verdade, o princípio do livre exame, reivindicado pela Reforma, a mais fundamental de tôdas as igualdades — a das inteligências, visto proclamar serem todos idênticamente capazes de interpretar as Sagradas Escrituras e resolver as mais transcendentes questões políticas e sociais sem carecerem de qualquer preparo prévio, daí decorrendo o prodigioso surto do jornalismo a partir do século XVII.

Por outro lado, sendo todos iguais, cabe à maioria das vontades individuais — ao número — decidir do destino coletivo.

Surgiu, destarte, aos olhos de Comte, como última consequência dos dogmas do livre exame e da igualdade, o princípio da soberania popular: a massa, por uma espécie de transferência, para ela, do direito divino dos reis e da infalibilidade dos sumos-pontífices, passou, na teoria, a decidir soberanamente de seus destinos, proclamando Jurieu — um dos antecessores de Rousseau em suas célebres *"Lettres Pastorales"* — ser o povo o único poder que não carece de ter razão para convalidar os seus atos: *"Le peuple est cette puissance qui seule n'a pas besoin d'avoir raison pour valider ses actes".* ([6])

Alçou-se, pois, o povo acima de Deus, porquanto êste — no dizer de Bossuet — não prescinde da razão: *"On peut dire que Dieu lui-même a besoin d'avoir raison".* ([7])

Para Rousseau, no *"Contrato Social",* a soberania do povo é inalienável, indivisível, infalível e absoluta.

É *inalienável,* porque *tôda lei que o povo deixa de ratificar é nula; não é uma lei".* ([8])

É *indivisível, "pela mesma razão por que é inalienável, porquanto ou é geral ou não o é; é a do corpo do*

povo, ou sòmente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada é um ato de soberania e faz lei; no segundo, não é senão uma vontade particular, ou um ato de magistratura; é quando muito um decreto". (9)

É *infalível,* porque a vontade geral não pode errar: *"é sempre reta e tende sempre para a utilidade pública".* (10) *"O soberano* (o povo), *por isto só que existe, é sempre o que deve ser".* (11)

É *absoluta,* porque o Estado carece *"de uma fôrça universal e compulsiva para mover e dispor cada parte da maneira mais conveniente ao todo. Assim como a natureza dá a cada homem um poder absoluto sôbre todos os seus membros, o pacto social confere ao corpo político um poder absoluto sôbre todos os seus; e é êsse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, tem, como eu disse, o nome de soberania".* (12)

Dêstes princípios decorre que, para Rousseau e seus discípulos, a *lei* é apenas e simplesmente a vontade da maioria. "Logo, se a maioria quiser o infanticídio sistemático, passa êste a ser lícito e legal" — comenta, com muita procedência, Gladstone Chaves de Mello.

Guiado pelo relativismo científico, cujo princípio proclamara em 1822 — *"tudo é relativo: eis o único princípio absoluto"* — não deixou Comte de reconhecer a utilidade provisória (no momento histórico em que foram elaborados) dos dogmas do livre exame, da igualdade e da soberania popular, princípios de simples negação de qualquer govêrno e organização social, perfeitamente adequados, portanto, a solapar o regime católico-feudal que se tornara caduco e se encontrava em desacôrdo com o evolver do Ocidente desde fins da Idade Média.

Atenta a situação social do século XVI, quando a Igreja, através do regalismo, passou a constituir com o Estado como que um corpo único, estorvando o surto de tôdas as doutrinas científicas que lhe contrariassem os ensinamentos e os interêsses, como no caso típico do movimento da terra, o princípio da liberdade absoluta de

exame apresentou imensa utilidade. Sòmente graças a êle pôde constituir-se a ciência moderna, abarcando, em suas investigações, o mundo, a sociedade e o homem, mesmo naquilo que parecia dever constituir sempre o domínio exclusivo da teologia: o conhecimento e a análise da *alma*. Lembrava, além disso, o dogma do livre exame a obrigação de sòmente se empregarem as armas espirituais ou a convicção para o predomínio de quaisquer opiniões, condição sem a qual todo govêrno se transformaria em tenebroso despotismo.

Ao lado, porém, dessas indiscutíveis vantagens, acabou o princípio da liberdade absoluta de exame acarretando desastrosas consequências sociais visto franquear a imprensa e a tribuna a quantos saibam servir-se, com alguma habilidade, da pena e da palavra, apoderando-se do Govêrno espiritual da sociedade, sem, muitas vêzes, satisfazerem a quaisquer condições de competência intelectual ou moral. Antes, pelo contrário, simples escrevinhadores e palradores, sem nenhuma garantia de preparo, nem moralidade, e apenas notáveis pela deplorável facilidade com que sustentam com igual brilho, teses diametralmente opostas, passaram a discorrer, com a audácia da ignorância, sôbre os mais transcendentes problemas políticos e sociais. Multiplicaram-se, destarte, os Picos de Mirândola, dissertando de *omni re scibili et quibusdam allis* e a competência passou a ser ingênita e universal, gerando o que Comte qualificava de *"anarquia mental do Ocidente"*.

É a *"democracia intelectual"*, a que aludia Rui Barbosa, na qual *"todos sabem tudo e ninguém sabe nada"*. (13)

Não há liberdade de consciência em astronomia, física, química e fisiologia, neste sentido que todos achariam absurdo não aceitar, em confiança, os princípios estabelecidos nessas ciências pelos homens competentes — ponderava Comte. E acrescentava que quando os princípios sociais tiverem base científica, sua irresistível preponderância fará com que o direito de exame se enquadre

em seus limites verdadeiramente normais e permanentes. Consistem êstes em discutir, sob condições intelectuais adequadas, mediante preparo prévio, a ligação real das diversas consequências relativamente a regras fundamentais uniformemente aceitas. ([14])

Quanto ao princípio da igualdade, apesar da evidência de não serem os homens iguais entre si, e nem mesmo equivalentes, serviu, contudo, na opinião de Comte, para espontâneamente realçar a dignidade universal da natureza humana, vilipendiada pelos preconceitos feudais, concorrendo assim, para lançar por terra as odiosas desigualdades políticas então vigentes, nascendo uns, na observação de Voltaire, de sela às costas, enquanto outros, desde o berço, já traziam esporas aos pés...

Se é, porém, inegável que todo indivíduo deve ser respeitado em sua dignidade de homem, é, por outro lado, de evidência tangível que, longe de serem iguais, os homens nem ao menos são equivalentes. Não podem, por conseguinte, possuir os mesmos direitos, salvo o direito fundamental, comum a todos, de livremente desenvolverem sua atividade pessoal de modo a cada qual concorrer, de acôrdo com suas aptidões, para a existência coletiva. ([15])

É o que, em plena Revolução Francesa, também reconhecia Condorcet ao sustentar ser impossível que os homens participem igualmente das vantagens da sociedade, porquanto a própria natureza o impede: como todos não nascem com órgãos absolutamente idênticos, não podem também fazer o mesmo emprêgo de suas faculdades. ([16])

Passando para o campo psicológico, verificamos que as desigualdades intelectuais e morais são, em geral, mais pronunciadas do que as simples diferenças físicas, que tanto impressionam os observadores vulgares, motivo pelo qual chamava Comte à igualdade uma *"mentira imoral."* ([17])

O aspecto mental é, realmente, aquêle sob o qual mais diferem os homens entre si, mesmo quando subme-

tidos a uma educação exatamente comum. Se os gênios e talentos são excepcionais, a verdade incontrastável é ser a massa intelectualmente formada de homens medíocres, para os quais uma instrução mais desenvolvida representa tremendo suplício. Também sob o aspecto do caráter e da energia dos instintos egoísticos e altruísticos, sabem todos os educadores haver entre os homens — faça-se o que se fizer — profunda diferença intrínseca. Não sendo iguais, nem equivalentes, são os homens apenas semelhantes, física, intelectual e moralmente, isto é, construidos sôbre um tipo parecido, no qual, entretanto, figuram em proporções diferentes as qualidades fundamentais. ([18])

Considerando, por todos êstes motivos, o sufrágio universal *"uma doença social"* ([19]), não deixava, entretanto, Comte de proclamar a utilidade provisória do dogma da soberania popular no momento histórico em que se divulgou, visto assinalar, de modo enérgico, a subordinação moral de todos os poderes sociais à consideração suprema e permanente do interêsse geral da comunidade. Era êste então frequentemente sacrificado pela realeza, a qual considerava os seus caprichos como constituindo o *bem público* por excelência. *"Car tel est mon bon plaisir"* era a fórmula de chancelaria pela qual os reis de França punham, nos editos, sua vontade acima da lei, ou, como, caracterizando ainda melhor o arbítrio real, dizia Luís XIV: *"L'État c'est moi"*.

São os dogmas da igualdade e da soberania popular que mesmo hoje impõem ao govêrno o imperioso dever de exclusivamente exercer-se em proveito do público em vez de tender para a exploração das massas visando a interêsses individuais. ([20])

Conforme vimos, sustentava Rousseau que sendo a soberania *"o exercício da vontade geral"*, é inalienável e indivisível. Como, porém, não é possível que o povo governe diretamente, pois seria o mesmo que um exército comandado concomitantemente por todos os oficiais e soldados, um navio por tôda a tripulação, uma fábrica por todos os operários, foi forçoso admitir-se exerça o

povo a soberania através de delegados escolhidos mediante o *sufrágio universal,* considerado por Flaubert *"a vergonha do espírito humano"*, porquanto dêle participa qualquer indivíduo que mal saiba assinar o nome, sem fornecer a menor prova de competência intelectual, nem moral, derrotando dois imbecis o maior sábio.

Tão longe, entretanto, está de constituir uma realidade o exercício da soberania pelo povo, mesmo através do sufrágio universal, que num eleitorado de 15 milhões, dentre os quais se tirem anualmente 250 representantes do corpo legislativo, só no fim de sessenta mil anos tocaria a cada eleitor exercer por sua vez a soberania... [21]

Vê-se, assim, quão ilusória é a definição corrente de democracia: o govêrno em que o povo exerce a soberania, e compreende-se haja Comte qualificado a soberania popular de *"mistificação opressiva"*. [22]

Não conseguem os representantes do povo, desde que eleitos, deixar de distinguir-se da massa, cujas vontades, sempre cambiantes, na realidade não podem ser interpretadas por qualquer gênero de representação, motivo pelo qual contraditòriamente reconhecia Rousseau que "só um povo de deuses poderia reger-se pela democracia, não convindo a homens um govêrno tão perfeito", porquanto, dizia êle, "tomando o têrmo no rigor da acepção, jamais existiu, nem existirá nunca verdadeira democracia. É contra a ordem natural que o grande número governe e o pequeno seja governado". [23]

Ademais — acrescentava — "não há govêrno tão sujeito às guerras civis e às agitações intestinas como o democrático ou popular, porquanto nenhum há que tão forte e tão contìnuamente tenda a mudar de forma, nem exija maior vigilância e coragem para ser mantido em sua organização própria". [24]

Profetizou aqui Rousseau o que seria a aplicação dos princípios democráticos à França durante a Revolução, onde o govêrno contìnuamente mudou de forma sob a pressão de agitações intestinas que desencadearam verdadeiras guerras civis.

Outro ponto frágil da democracia é que sendo, por princípio, iguais os delegados do povo, suas decisões são tomadas de acôrdo com a maioria dos votos.

Ora, fêz ver Descartes ser "a pluralidade dos votos ou sufrágios uma prova nada convincente para as verdades um pouco difíceis de descobrir, visto ser muito mais verossímil encontrá-las um só homem a achá-las um povo inteiro". ([25])

Posta, por exemplo, a votos, no século XVII, a teoria heliocêntrica, isto é, de não estar a terra parada, não sendo o centro do universo, mas, ao contrário, um dos mais insignificantes satélites do sol, é indubitável que se teria declarado pelo geocentrismo esmagadora maioria.

Foi, aliás, o que ocorreu, no século XVII, com a teoria da cicrulação do sangue, defendida pelo grande Harvey e negada e tenazmente combatida até mesmo pela maioria dos médicos de seu tempo durante vários anos.

Se um empreendimento — advertia Comte — "depende de alto valor intelectual, como, por exemplo, uma grande concepção científica ou poética, não haverá reunião de espíritos vulgares, por mais vasta, capaz de lutar, de qualquer forma, com um Descartes ou um Corneille". ([26])

Não se impondo para a escolha dos mandatários do povo nenhuma condição ou restrição, daí resulta que todo homem dotado de facilidade de expressão oral ou escrita, quaisquer que sejam seus antecedentes intelectuais e morais, pode, nas democracias, aspirar ao govêrno no que possui de mais eminente — a função legislativa e o poder executivo.

Correm, assim, as democracias o permanente risco de ser nelas a solução dos problemas políticos em geral confiada ao charlatanismo e à mediocridade, porquanto, num tal regime, instintivamente se afastam, dia a dia mais, da carreira política as almas elevadas e as inteligências superiores.

"A ausência de concepções nítidas e amplas acêrca do futuro social — escrevia Comte em 1838 — só per-

mite hoje o surto da mais vulgar ambição, a qual, desprovida de qualquer destino verdadeiramente político, busca o poder por instinto, não para fazer preponderar vistas gerais, mas, apenas, para satisfazer ignóbil avidez, e, nos casos menos desfavoráveis, pueril necessidade de mando, Em nenhuma outra época, sem dúvida, a mediocridade presunçosa e empreendedora encontrou, no setor político, possibilidades tão extensas e felizes. Com raras exceções, voltam-se hoje os espíritos mais eminentes para as ciências, as letras, as artes e a indústria, relegando a política a um plano secundário, o que estava longe de acontecer entre os antigos e na Idade Média. Enquanto os verdadeiros princípios sociais (quais os emanados da Sociologia, pelo cunho científico de que se revestem), não presidirem à atividade política e à sua apreciação, poderá sempre o mais absurdo charlatanismo, pela magnificência de suas promessas, obter, junto de uma sociedade sofredora, privada de tôda esperança racional, momentâneo sucesso, apesar da evidente inanidade dos diversos ensaios anteriores". ([27])

É curioso assinalar como, partindo de princípios tão diversos, Rousseau e Augusto Comte concordam, em essência, quanto à inviabilidade da *democracia* considerada e aplicada a rigor como sendo o govêrno em que o povo exerce a soberania.

Outro ponto em que concordam é o atinente à busca do melhor govêrno sem se ter em vista o povo a que se destina.

"Muito se tem discutido em todos os tempos sôbre a melhor forma de govêrno, sem se considerar que cada uma delas é a melhor em certos casos, e a pior em outros" — escreve Rousseau no terceiro capítulo do livro terceiro do *"Contrato Social"* consagrado à *"divisão dos governos"*. ([28])

E, no capítulo oitavo do mesmo livro do *"Contrato Social"*, intitulado *"Que tôda forma de govêrno não é adequada a qualquer país"*. ([29]), pondera:

"Não sendo um fruto de todos os climas, a liberdade não está ao alcance de todos os povos. Mais meditamos este princípio estabelecido por Montesquieu, mais lhe sentimos a verdade; mais o contestamos, mais propiciamos confirmá-lo através de novas provas". ([30])

E, depois de apresentar vários argumentos em apoio de sua tese, conclui Rousseau no capítulo seguinte:

"Quando, pois, se indaga, de modo absoluto, qual é o melhor govêrno, apresenta-se uma questão insolúvel pela sua indeterminação; ou, se se quiser, ela tem tantas soluções boas quantas são as combinações possíveis nas posições absolutas e relativas dos povos". ([31])

Quase com as mesmas palavras condenava Comte "a vã pesquisa absoluta do melhor govêrno, fazendo-se abstração de todo estado determinado de civilização, ou, o que é cientìficamente equivalente, enquanto a sociedade humana fôr concebida como andando, sem direção própria, sob o arbitrário impulso do legislador". ([32])

Do desconhecimento desta verdade defluiam, para Comte, os devaneios políticos sôbre a ordem mais perfeita, construida independentemente do estado de civilização do povo a que se destina. Sendo a marcha social sujeita a leis invariáveis, decorrentes da natureza das coisas, devem as combinações políticas, realmente viáveis, subordinar-se a tais leis.

Fica, assim, a ação dos estadistas encerrada dentro de estreitos limites, determinados pelo curso inevitável dos próprios acontecimentos: não podem os homens de govêrno dirigir a seu talante os fenômenos sociais, só conseguindo modificar o que de fato é modificável. Sua ação sòmente é seguida de efeitos duradouros quando se exerce no sentido da fôrça propulsora da civilização e quando as intervenções realizadas são as exigidas por essa mesma fôrça em cada época. Contrariando-a, torna-se nula e efêmera.

Em vez, portanto, de inventar ou fantasiar o sistema de govêrno a ser adotado, preocupando-se abstratamente em encontrar o *melhor* govêrno possível, a poli-

tica científica, segundo Comte, deve determinar, mediante a observação, o regime realmente exequível em cada caso, adaptando-o sempre ao estado social do povo a que se destina como órgão de reação do conjunto sôbre as partes, incumbido de coordenar as funções gerais indispensáveis a todo organismo social.

Nada mais errado do que considerar-se a sociedade como um ser passivo e inerte nas mãos do legislador, desde que armado de autoridade suficiente. Não há panacéia política e todo regime de govêrno tem de subordinar-se aos dados da observação. Daí decorre o absurdo de pretender-se julgar os governos dos diferentes povos, não de acôrdo com a situação social de cada qual, mas apenas segundo a sua maior ou menor conformidade com o tipo abstrato e imutável da perfeição política arbitràriamente criado como um ente de razão.

Existe, de fato, em cada povo, um consenso entre as suas diferentes manifestações ainda mais característico do que o patenteado pela biologia nos corpos vivos, sendo inevitável a solidariedade entre o estado geral de civilização e o sistema de poderes e instituições políticas. Deve, consequentemente, o regime de govêrno ser concebido de acôrdo com os antecedentes e o estado de civilização do povo a que se destina em cada momento histórico, tornando-se relativa e variável a idéia de bem e de mal político: um regime, que é ótimo para a Rússia, a Inglaterra ou a América do Norte, visto estar de conformidade com o evolver de cada qual delas, pode ser de desastrosíssimas consequências para o Brasil, o México ou a Itália, cujas condições sociais não são as mesmas.

Salientando que as principais dificuldades dos tempos modernos não são apenas políticas, mas, sobretudo, morais, de modo a depender-lhes a solução muito mais das opiniões e dos costumes do que das instituições, pretendia Comte transformar em educacional o movimento político.

A tendência dos seus contemporâneos era, ao contrário, a de atribuir sempre todos os males políticos à

imperfeição das instituições, em vez de esperar da reorganização intelectual e moral o que só esta pode dar. Dessa tendência, ainda hoje muito vulgarizada, provêm os esforços, radicalmente estéreis, de indefinidamente buscar-se o remédio dos infortúnios sociais em alterações, cada vez mais profundas, das instituições e poderes existentes, sem que a inanidade das tentativas anteriores esclareça nunca os espíritos assim obcecados. A menor inovação inspira-lhes sempre, quando o mal é mais vivamente sentido, cego ardor para a funesta renovação de ensaios análogos, de tal modo são fracas e infrutíferas, sobretudo em política, as lições, tão gabadas, da simples experiência quando os seus resultados não são esclarecidos por uma análise verdadeiramente racional. ([33])

De que serve serem perfeitas as instituições políticas se os homens, que as devem pôr em prática, lhes não acompanham o aperfeiçoamento? As leis serão sempre letra morta, quando lhes pedimos aquilo que só os costumes podem dar. Tamanha, realmente, é a fôrça dos costumes que revogam as próprias leis, constituindo o que os romanos designavam por *desuetudo*: *"Quid leges sine moribus?"* — perguntava Horácio.

Daí sustentar Capistrano de Abreu, fortemente imbuído de Positivismo, que a nossa Constituição só precisa de um artigo: *"todo brasileiro é obrigado a ter vergonha"*, revogadas as disposições em contrário...

Neste ponto de vista de adaptar-se inevitàvelmente o govêrno ao estado social do povo a que se destina, tendo cada qual o govêrno que comporta, não sendo possível impor leis e instituições, quer idealizadas por algumas centenas de indivíduos reunidos em Constituinte, quer copiadas de outro povo, de raça, religião e costumes diferentes, no qual dão bom resultado, encontraram Rousseau e Augusto Comte um precursor em Aristóteles. Salienta, na verdade, êste último em sua *"Política"* que, em matéria de govêrno, não basta imaginar uma forma ideal, sendo, ao contrário, imprescindível investigar a modalidade compatível com os elementos a governar, não bastando conceber um govêrno perfeito, quando o de que

se trata é encontrar um govêrno praticável, acomodado à índole de cada povo. (34)

"Assim como deve o tecelão, o construtor naval ou qualquer outro artífice, dispor, antes de mais nada, dos materiais indispensáveis ao seu gênero de trabalho, porquanto o produto de sua arte será necessàriamente tanto mais perfeito quanto melhores forem êsses materiais, assim também — pondera Aristóteles — o estadista e o legislador devem contar com a matéria prima apropriada aos seus desígnios. Ora, os primeiros elementos exigidos pela ciência política, além de um solo de extensão e propriedades favoráveis, são homens que, pelo seu número e por suas qualidades, sejam naturalmente quais devam ser". (35)

Também Montesquieu sustentava que "as leis devem ser de tal modo adequadas ao povo para o qual são feitas que só por um acaso muito grande podem as de uma nação convir a outra". (36)

Entretanto, gabando entusiàsticamente o autor do *"Espírito das Leis"* as instituições políticas da Inglaterra, julgaram os seus discípulos da Revolução Francesa ser o parlamentarismo inglês a panacéia política: bastaria arremedá-lo mais ou menos grotescamente por tôda parte para andar tudo às maravilhas...

Foi um êrro que não escapou a Condorcet quando assinalou haver grande diferença entre procurar os meios mais vantajosos de combinar entre si três poderes já existentes, como no caso inglês, e buscar introduzir podêres semelhantes em uma nacionalidade onde não existem, só para ter o gôsto de opô-los reciprocamente uns aos outros. Do fato de se haver chegado a fazer funcionar regularmente certa máquina — ponderava o autor dos *Progressos do Espírito Humano* — estabelecendo uma espécie de equilíbrio entre fôrças que tendiam a destruí-la, não se deve concluir seja necessário submeter à ação dessas fôrças contrárias tôda máquina que se queira construir". (37)

O sistema político da Inglaterra é o resultado equilibrado de três fatôres: uma realeza tradicional e grandemente popular; uma aristocracia sòlidamente constituída e de alta clarividência, e, finalmente, um povo cuja educação política se vem fazendo, no sentido do parlamentarismo, desde a Magna Carta de João Sem Terra no limiar do século XIII — 1215. Onde quer que êsses fatôres não existam, ou não são substituídos por elementos equivalentes, o regime parlamentar tem redundado no mais fragoroso desastre, como vem acontecendo em França, Itália e tantos países sul-americanos.

As instituições políticas da Suíça, da Noruega e de outros povos de sangue teutônico — segundo Lord Bryce — decorreram de tradições imemoriais de *"self-government"*. As assembléias populares dos cantões de Zug, Appenzel e Glarus não passam de uma sobrevivência de costumes ancestrais, anteriores ao regime feudal, e, em vez de terem sido influenciadas pelas teorias democráticas da igualdade e da liberdade, foi, ao contrário, o sistema político dos velhos cantões helvéticos que parece haver inspirado a Rousseau muitas das doutrinas proclamadas no *"Contrato Social"*. (38)

A Constituição inglêsa não é a criação do cérebro de um homem, nem de uma Constituinte ou de uma Comissão de sábios ou ignorantes especialmente convocados *"para fabricar leis com tinta e papel"* — nas palavras de Platão, relembradas por Joseph de Maistre. (39)

"Consideremos qualquer Constituição — dizia êste último — a de Inglaterra, por exemplo. Certamente não foi feita *a priori*. Jamais homens de estado se reuniram e disseram: *"Criemos três poderes, equilibremo-los de tal modo, etc."*. Ninguém pensou em tal, porquanto a Constituição é o fruto das circunstâncias e o número destas é infinito. As leis romanas, as leis eclesiásticas, as leis feudais, os costumes saxões, normandos, dinamarqueses, os privilégios, os preconceitos e as pretensões de tôda ordem; as guerras, as revoltas, as revoluções, a conquista, as cruzadas; tôdas as virtudes, todos os vícios, todos os

conhecimentos, todos os erros, tôdas as paixões — todos êsses elementos, enfim, atuando concomitantemente, e formando, por sua mistura e ação recíproca, combinações multiplicadas por miríades de milhões, produziram, depois de vários séculos, a Constituição Inglêsa: a mais complicada unidade e o mais belo equilíbrio de fôrças políticas que jamais viu o mundo". ([40])

Um ponto em que Augusto Comte se distanciava inteiramente de Rousseau é o capítulo oitavo do livro quarto do *"Contrato Social"* relativo à *Religião Civil* em que o deismo é apresentado como dogma do Estado.

Eis, de fato, o que nesse capítulo escreve Rousseau:

"Há, pois, uma profissão de fé puramente civil, cujos artigos cabe ao Soberano fixar, não precisamente como dogmas de religião, mas como sentimentos de sociabilidade, sem os quais é impossível ser bom cidadão e súdito fiel. Sem obrigar ninguém a crê-los, *pode o Soberano banir do Estado aquêle que os não admite;* pode baní-lo, não como ímpio, mas como insociável, incapaz de amar sinceramente as leis e a justiça, e incapaz de imolar, em caso de necessidade, a vida ao dever. Se alguém, após haver públicamente reconhecido êsses dogmas, conduzir-se como se os não aceitasse, *seja punido com a morte*, pois cometeu o maior dos crimes, mentiu perante as leis.

"Os dogmas da religião civil devem ser simples, em pequeno número, enunciados com precisão, sem explicações, nem comentários. A existência da Divindade poderosa, inteligente, benfazeja, previdente e provedora, a vida futura, a felicidade dos justos, o castigo dos maus, a santidade do contrato social e das leis: eis os dogmas positivos". ([41])

Assim, para Rousseau, a liberdade de consciência não deve existir em face da lei, porquanto há artigos de fé, fixados pelo Soberano, que todos devem aceitar sob pena de banimento e de morte.

O característico fundamental do espírito metafísico, segundo Augusto Comte, é a tendência a explicar, atra-

vés da imaginação, questões que não são esclarecidas pela observação, substituindo-se os fatos por meras palavras.

Sempre equívoca e incoerente, não sendo, no fundo, senão uma teologia simplificada, conserva a metafísica os princípios fundamentais do sistema teológico, relativamente aos quais apenas exerce uma ação dissolvente, tirando-lhes a fôrça e a nitidez indispensáveis à sua completa eficácia social.

Enquanto Hobbes, no "*Leviatã*", partiu da perversidade natural do homem (reflexo da teoria teológica do *pecado original*, segundo a qual o homem é, por natureza, mau, só praticando o bem quando tocado pela *graça divina*), Rousseau, ao contrário, transpôs, para o campo social, o sonho bíblico do *Paraíso perdido*, sustentando que o *estado de natureza* era o melhor possível, porquanto nêle imperavam a inocência e a brandura. Era a *idade de ouro*, descrita por Ovídio, na qual, espontâneamente, sem magistrados, nem lei, o homem observava, por si mesmo, a justiça e a virtude. Não havia juizes e todos viviam em plena segurança... ([42])

Foram, na verdade, segundo Rousseau, as ciências e as artes, decorrentes da vida em sociedade, que perverteram o homem primitivo:

"Nossas almas corromperam-se à medida que as ciências e as artes se aperfeiçoaram. Os males causados pela nossa vã curiosidade são tão velhos quanto o mundo... A virtude desapareceu à medida que a luz das ciências e das artes subia no horizonte e o mesmo fenômeno observou-se em todos os tempos e lugares... E. assim, o luxo, a dissolução e a escravidão foram, em todos os tempos o castigo dos orgulhosos esforços empreendidos para nos arrancarem da *feliz ignorância em que nos colocara a Sabedoria Eterna* ....

....

"A astronomia nasceu da superstição...; a geometria, da avareza, a física, de uma vã curiosidade; tôdas, e até mesmo a moral, decorreram do orgulho humano. *As*

ciências e as artes devem, consequentemente, seu nascimento aos nossos vícios ....

....

"Respondei-me, pois, filósofos ilustres, vós por cujo intermédio sabemos as proporções em que os corpos se atraem no vácuo; as relações das áreas percorridas em tempos iguais nas revoluções dos planêtas; quais as curvas que possuem pontos conjugados, pontos de inflexão e de reversão; como a alma e o corpo se correspondem sem comunicação, assim como o fariam dois relógios; quais insectos se produzem de um modo extraordinário: respondei-me, digo-vos, vós de quem recebemos tantos conhecimentos sublimes — mesmo que não nos tivésseis jamais nada ensinado sôbre essas coisas, seríamos menos numerosos, menos bem governados, menos temíveis, menos florescentes, ou mais perversos? Desenganai-vos, pois, sôbre a importância de vossas produções; e se os trabalhos de nossos sábios mais esclarecidos e de nossos melhores cidadãos nos *proporcionaram tão pouca utilidade*, dizei-nos o que devemos pensar...

"Sabei, Povos, uma vez por tôdas, que a natureza quis preservar-vos da ciência, tal qual a mãe arrebata uma arma perigosa das mãos de seu filho. Todos os segredos que ela vos oculta são outros tantos males de que vos resguarda e o trabalho que encontrais em vos instruirdes não é o menor de seus benefícios". ([43])

Estigmatiza, assim, Rousseau as alavancas essenciais do progresso humano: a ciência, a indústria e as artes, colocando a felicidade de nossa espécie na selvageria primitiva. Nem se diga que, estimulado por Diderot, apenas pretendeu sustentar um paradoxo, porquanto tal é, de fato, o fundo de sua filosofia onde o *estado de natureza* é apresentado como o auge da perfeição, de que o gênero humano teria decaido em consequência das conquistas da civilização, quer na ciência, quer na indústria.

Apegado à teologia a ponto de não desprender-se inteiramente da lenda da queda do primeiro homem, nem da tutela do sobrenatural; e subjugado pelas tradições da

política militar dos antigos sem conseguir ao menos entrever a separação do espiritual relativamente ao temporal, a libertação do pensamento em relação à espada, como nota Robinet, a verdade é que, apesar de sua contínua revolta contra a sociedade em que vivia, permaneceu o autor do "*Emílio*" sempre um homem do seu tempo. ([44])

E houve quem, inspirado em seus escritos, intentasse restabelecer, em plena Revolução Francesa, a *teocracia*: foi Robespierre, adepto fervoroso do *Contrato Social*, cujo capítulo do livro quarto pôs em prática ao sentenciar de morte os ateus e os que não aderissem à *religião civil* por êle instituida.

Investido de um poder ditatorial sem limites, senhor absoluto no espiritual e no temporal, em matéria religiosa, assim como em matéria política, constitui Robespierre uma demonstração viva da aplicação coerente dos princípios políticos de Rousseau ao impor coercitivamente o culto do Ente Supremo.

Documento eloquente do entusiasmo de Robespierre em relação a Rousseau é o seu relatório de 18 floreal (7 de maio de 1794), onde, depois de tratar com o máximo desdém os Enciclopedistas, para os quais, no seu dizer, "*o mundo seria o patrimônio de velhacos hábeis*", assim se refere ao autor do "*Contrato Social*":

"Entre os que, no tempo de que falo, se assinalaram na carreira das letras e da filosofia, um homem, pela elevação de sua alma e pela grandeza de seu caráter, mostrou-se digno do ofício de preceptor do gênero humano: atacou a tirania com franqueza; falou com entusiasmo da Divindade; sua eloqüência máscula e proba pintou, com traços de fogo, os encantos da virtude; defendeu os dogmas confortantes que a razão apresenta como esteios do coração humano. A pureza de sua doutrina, haurida em a natureza e na profunda aversão ao vício, tanto quanto o seu invencível desprêzo pelos sofistas intrigantes que usurpavam o nome de filósofos, lhe atraiu o ódio e a perseguição de seus rivais e falsos amigos". ([45])

Augusto Comte sustentava que Rousseau correspondeu a imperiosa exigência do momento social em que surgiu, ao codificar, no *Contrato Social*, a doutrina revolucionária, isto é, os princípios gerais que deviam dirigir a demolição política do antigo regime, sobretudo plasmando de modo definitivo o dogma da *soberania popular*. ([46])

Eis a justeza com que, no *"Curso de Filosofia Positiva"*, apreciou a oportunidade e a importância da contribuição de Rousseau na demolição do antigo regime:

"Só me resta indicar sumàriamente a ação política da filosofia metafísica na parte atinente a preparar a grande explosão revolucionária. Devia esta produzir-se quando a desorganização espiritual estivesse bastante avançada de modo a poderem as atenções voltar-se para a demolição das instituições políticas.

"A nova escola filosófica [ligada a Voltaire] tinha-se dirigido sempre à inteligência, por mais frívola que fôssem as suas concepções habituais, enquanto a nova escola política [filiada a Rousseau] apelava sobretudo para as paixões, das quais tirava tôda a sua fôrça. Desnecessário é dizer haverem sido inevitáveis seu advento e sua ação.

"A tendência para manter intacto o conjunto das instituições relativas à realeza (tendência impressa por Hobbes à sua escola), sòmente podia ser provisória em virtude de sua contradição com o próprio surto da filosofia metafísica.

"Mas, esgotando-se na demolição das crenças teológicas, e sendo, além disto, retido pelo confuso temor de uma completa anarquia, devia o espírito crítico passar sem energia ao ataque das instituições políticas e mostrar-se pouco decidido a vencer resistências sérias.

"À medida que se difundiram, passaram as idéias filosóficas a ser elaboradas por espíritos cada vez menos elevados e muito inclinados a conciliar as honras de uma fácil manipulação mental com as vantagens de uma indulgente aprovação por parte dos poderes políticos, a exemplo do que acontecera com muitos próceres protestantes.

"De outro lado, tornara-se em França o govêrno temporal sempre mais retrógrado e corruptor, em consequência da incapacidade da realeza e da progressiva desmoralização da aristocracia que abdicara sua honrosa função inicial.

"Neste estado de coisas, teria a filosofia crítica obtido cada vez menor eficácia social exatamente quando esta era mais reclamada, se não houvesse Rousseau prevenido um torpor universal ao fazer ver que a regeneração moral e política formava o verdadeiro objetivo do abalo filosófico, o qual, sem êle, teria degenerado em agitação intelectual inteiramente estéril.

"Não consagrou Rousseau a essa tarefa senão os sofismas e as paixões que lhe eram peculiares. Por sua natureza, era êle mais artista do que filósofo e a sistematização do pensamento revolucionário devia caber a outra ordem de espíritos. Os célebres publicistas do século anterior teriam bastado para êsse fim. Mas uma fria exposição abstrata estava muito longe de tornar desnecessária a audaciosa explosão de Rousseau. Seu paradoxo fundamental despertou por tôda parte viva indignação contra os vícios gerais da antiga organização social, ao mesmo tempo que infelizmente, encerrava os germes de tôdas as perturbações possíveis pela selvagem negação da própria sociedade. Para bem aquilatar-se o serviço por êle prestado, apesar dos ulteriores perigos que poderia suscitar, é preciso considerar ser a filosofia política por êsse tempo tão imperfeita que os melhores espíritos não podiam conceber senão modificações do antigo regime, cujas condições de existência estavam entretanto destruidas.

"Parecia, assim, perdida tôda possibilidade de reorganização social e o movimento abortaria em seu último têrmo. Foi aí que interveio a escola anárquica de Rousseau abrindo saída para a grande elaboração negativa preparada havia tanto tempo, fazendo-a afinal desfechar na crise revolucionária". [47]

Reconhecendo e proclamando altamente a importância da contribuição de Rousseau na demolição do antigo

regime, contribuição que, como acabamos de ver, considerava haver sido imprescindível e decisiva ao preparar os espíritos para a Revolução Francesa mediante o apêlo às paixões e apresentando o dogma da soberania popular como a máquina de guerra adequada a solapar a realeza, nem por isto deixava Augusto Comte de lamentar os aspectos negativos que perturbaram e comprometeram a oportunidade do "*Contrato Social*".

Chocava-o haver Rousseau, levado pelo seu deismo, proposto, naquela obra, o extermínio jurídico de todos os ateus, como uma das condições essenciais da nova ordem social por êle concebida. Exigia esta última a subordinação do poder espiritual ao temporal, tornando-se a fonte histórica da maior parte das aberrações políticas ulteriores nas quais, como acontece nos totalitarismos, a persuasão tem sido invàriavelmente substituída pela violência. ([48])

Haver preconizado a confusão dos dois poderes ao ponto de justificar o extermínio sistemático dos dissidentes em matéria de opinião, tornando possível o terrorismo de Robespierre, eis o que, aos olhos de Comte, constitui o ponto mais comprometedor das concepções políticas de Rousseau.

Basta considerar que de 5 de abril de 1794, data do extermínio dos Dantonistas, até 28 de julho do mesmo ano, num período de pouco mais de três mêses e meio, realizaram-se, por ordem de Robespierre a fim de estabelecer "*o reinado da virtude*", duas mil e oitenta e cinco execuções, representando uma média de vinte por dia. ([49])

Tendo, pela sua formação científica e completa emancipação relativamente à teologia, maior afinidade com os Enciclopedistas, considerava Augusto Comte insuficientes tanto a escola de Voltaire, que destruia o altar conservando o trono, como a de Rousseau que mantinha a teologia, lançando por terra a realeza.

O problema social moderno aos olhos do fundador da sociologia, é "*reorganizar sem Deus, nem rei*". Seria, assim, realizado o ideal de Diderot no pequeno poema —

"Les Eleuthéromanes" ou *"Os Possessos da Liberdade"* — onde, carregando na mão, incendiàriamente imaginava que o último rei seria enforcado com as tripas do último padre:

"Et ses mains ourdiraient les entrailles du prêtre,
"Au défaut d'un cordon pour étrangler les rois" ([50])

Na linha dêste programa, substituiu Comte, em seu sistema social, a teologia e metafísica pela ciência, a guerra pelo trabalho industrial e a monarquia pela República.

Distanciava-se também o fundador da Sociologia dos conceitos morais de Rousseau ao pretender erigir a consciência em entidade abstrata, que acompanha cada homem, como se fôsse o ministro direto de uma vontade superior — a natureza.

Na *"Profissão de fé do vigário saboiano"*, assim se exprime Rousseau sôbre a consciência encarada como princípio diretor das ações individuais, verdadeiro substituto do Anjo da Guarda da teologia católica:

"Consciência! Consciência! Instinto divino, voz imorredoura e celeste, guia seguro de um ente ignorante e mesquinho, mas inteligente e livre! Juiz infalível do bem e do mal, que tornas o homem semelhante a Deus! És tu que fazes a excelência de sua natureza e a moralidade de suas ações; sem ti nada sinto em mim que me eleve acima dos brutos a não ser o triste privilégio de perder-me de êrro em êrro, graças a uma inteligência sem regra e uma razão sem princípio".

E sob essa inspiração, colocou Rousseau os seus cinco filhos na roda dos Expostos... ([51])

A consciência não é absoluta e muitas vêzes apresenta alçapões. Resultado complexo da atividade cerebral, modificada pela civilização, a consciência representa o conjunto dos preconceitos ou disposições morais tornadas habituais através da educação. Por conseguinte, longe de ser a inspiradora do procedimento humano e a educadora

por excelência, deve a consciência ser formada e o seu desenvolvimento é exatamente o grande objetivo da educação. ([52])

Compreende-se assim a severa apreciação feita por Comte das *"Confissões"* de Rousseau, que êle qualifica de "trabalho pernicioso, escandalosa paródia de uma imortal composição cristã, onde, no delírio de um orgulho sofístico, Rousseau, desvendando, com uma complacência cínica as mais ignóbeis torpezas de sua vida privada, ousa, entretanto, erigir diretamente o conjunto de seu procedimento em tipo moral da humanidade. Aplicando capciosa argumentação para a justificativa sistemática dos mais censuráveis desvios, tendia Rousseau a perverter até o germe das mais simples noções morais: eis por que vemos hoje desabrochar, sob sua inspiração direta ou indireta, tantas consagrações doutorais da mais brutal preponderância das paixões sôbre a razão". ([53])

Considerando a sociedade a resultante natural dos instintos gregários do homem e só vislumbrando no futuro o pleno aprimoramento da humanidade, cujos agentes são a ciência, as artes e a indústria; propugnando incessantemente o predomínio da razão sôbre as paixões, do altruísmo sôbre o egoísmo; defendendo a independência do espiritual relativamente ao temporal, e conciliando a ordem com o progresso através da norma de *"conservar, melhorando"*, constituiu Augusto Comte, no século dezenove, em sua *Política Positiva,* a réplica mais categórica ao *Contrato Social* de Rousseau.

NOTAS DO CAPÍTULO VI

1) — *Vide* Augusto Comte: "*Sistema de Política Positiva*", vol. III, pgs. 596 e 597.

2) — *Vide "La Philosophie Positive d'Auguste Comte condensée par Miss Harriet Martineau*", traduite de l'anglais par Ch. Avezac-Lavigne, t. II, pgs. 21 e 22 da 2ª edição, Paris, Louis Bahl Libraire, 1895, e A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", t. IV, pgs. 60 e 61 da 4ª edição, Paris, Libraire J. B. Baillière et Fils, 1877.

3) — *Idem, ibidem.*

4) — *Vide* A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", t. V, pgs. 26 e 27 da ed. cit. *Vide* também "*Système de Politique Positive*", vol. IV, pg. 141 da 1ª edição, Paris, 1854.

5) — *Idem*: "*Cours de Philosophie Positive*", t. IV, pgs. 43 a 54, e Rousseau "*Discours sur l'inégalité parmi les hommes*", pgs. 64, 65, 66, 93, *et passim* da ed. Garnier, Paris, sem data.

6) — Vide Jurieu: "*Décima Sexta Pastoral*", *apud Bossuet*: "*Cinquième avertissement sur les Lettres de M. Jurieu*", pg. 328 do t. XIV das "*Oeuvres*" de Bossuet, Paris, Mellier Frères, 1848.

7) — Citado por Marius André: "*Bolivar et la démocratie*", pg. 150, Paris, Éditions Excelsior, 1924.

Também o Padre Antônio Vieira sustenta, assim como Bossuet, que a onipotência de Deus "*consiste em poder o lícito e justo e em não poder o ilícito e injusto...* Deus pode deixar de ser? Não; Deus pode mentir? Não; Deus pode fazer alguma coisa mal feita, Não... Se quereis ser onipotentes, podei sòmente o justo e lícito, e não queirais poder o ilícito e injusto. Se assim o fizerdes sereis onipotentes como Deus, e senão, serão os vossos poderes como os do diabo, que pode e faz muitas coisas que Deus não pode". (Vieira: "*Sermões*", vol. II,p gs. 107 e 108 da ed. Lello e Irmão).

No "*Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma*", proferido na Capela Real em 1670, tornou Vieira ao assunto:

"O que perde não só o govêrno, mas as consciências e almas dos príncipes, é cuidarem que podem tudo, porque podem tudo. Se assim lho dizem, é lisonja, e se o crêem, é engano. O rei pode tudo o que é justo; para o que for injusto nenhum poder tem. Esta é a verdadeira e maior lisonja que se pode dizer aos reis, porque é fazê-los poderosos como Deus. Deus é onipotente: e

poderá Deus fazer uma injustiça? De nenhum modo. Pois assim devem entender os reis que são poderosos". (Vieira: "*Sermões*", vol. III, pg. 274 da ed. cit.)

8) — Rousseau: *Du Contrat Social*", l. II, capítulos 1º e 2º, pgs. 254 e 255 da ed. Garnier, Paris, sem data.

9) — Idem, *ibidem*.

10) — *Idem*, *ibidem*, pg. 256.

11) — *Idem*, *ibidem*, pg. 256. Fiel ao ensino de Rousseau, afirmava Robespierre no Clube dos Jacobinos em fevereiro de 1793: "Tenho sustentado, no meio das perseguições e sem apoio, que o *povo jamais erra*; ousei afirmar esta verdade num tempo em que não era ainda reconhecida; o desenrolar da revolução manifestou-a". (*Apud* Bluntschli: "*Teoria Geral do Estado*", pg. 452, nota 1, da tradução francesa de Armand de Riedmatten, 3ª ed., Paris, Librairie Guillaumin, 1891.

12) — Rousseau: "*Du Contrat Social*, pg. 257 da ed. cit.

13) — Rui Barbosa: "*Réplica*", pg. 34 da edição das Pandecttas Brasileiras, 2ª tiragem.

14) — A. Comte "*Cours de Philosophie Positive*", t. IV, pg. 46 da ed. cit.

15) — *Idem*, *ibidem*, pg. 54.

16) — Condorcet: "*Sur le préjugé qui suppose une contrariété d'intérêts entre Paris et les provinces*", *in* "*Oeuvres*" de de Condorcet publiées par Arago, t.x, pg. 146, Paris, Firmin Didot, 1847.

17) — A. Comte: "*Correspondance Inédite*", *troisième série*, pg. 101 *et passim* Paris, *au siège de la Société Positiviste*, 1904.

18) — *Vide* S. Bazalgette: "*De la doctrine démocratique et de ses origines*", *in* "*La Revue Occidentale*", *1ère année* nº 4, *1er* Novembre 1878, pg. 527, Paris. Ed. Aubert, imprimeur.

19) — A. Comte: "*Correspondance Inédite*", troisième série, pg. 101 *et passim* Paris, 1904.

20) — A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", t. IV, pg 76 da ed. cit.

21) — "O povo é soberano, dizem; e de quem? Dêle mesmo, aparentemente. Logo o povo é súdito" — comentava Joseph de Maistre, e continuava: "Há seguramente aqui algum equívoco, senão um êrro; porquanto o povo que *manda* não é o povo que *obedece*. Basta, pois, enunciar a proposição geral: "*O povo é soberano*" — para se sentir que ela exige um comentário. O povo — dir-se-á — exerce sua soberania através de seus representantes. Isto começa a se entender. O povo é um soberano que não pode exercer a soberania... Por exemplo, se supusermos 25 milhões de homens em França e 7% deputados elegíveis cada dois anos, concluiremos que se êsses 25 milhões de homens fôssem imortais e se os deputados fôssem

alternadamente nomeados, cada francês seria periòdicamente rei cada três mil e quinhentos anos aproximadamente". (Joseph de Maistre: "*Mélanges*" *apud* "*Oeuvres Choisies*", IV, pg. 340, Paris, A. Roger et F. Chernoviz, éditeurs, 1904).

22) — A. Comte: "*Correspondance Inédite*", quatrième série, pg. 291, Paris, 1904.

23) — Rousseau: "*Du Contrat Social*", pgs. 285 e 286 da ed. cit.

24) — *Idem, ibidem.*

25) — Descartes: "*Discours de la méthode*", 2ª partie, pg. 16 da edição comentada por E. Gilson, Paris, Vrin, 1930.

26) — A. Comte: "*Cours de Philosophie Positive*", t. IV, pg. 437 da ed. cit.

27) — *Idem, ibidem* pg. 121 e 122

28) — Rousseau, *op. cit.*, pg. 284.

29) — *Idem, ibidem*, pg. 291.

30) — *Idem, ibidem.*

31) — *Idem, ibidem*, pg. 297.

32) — A. Comte, l. cit., pgs. 224 e 225.

33) — *Idem, ibidem*, pg. 116.

34) — Aristóteles: *Política*, livro VI, c. 1º, § 3º, pg. 295 da trad. francesa de J. Barthélemy Saint-Hilaire, pg. 295, da 3ª ed., Paris, Librairie Philosophique de Lagrange, 1874.

35) — *Idem, ibidem*, livro VII, c. 4º, § 2º, pg. 443 da trad. de Thurot, Paris, Firmin Didot, 1824.

36) — Montesquieu: "*De l'esprit des lois*", l. I, c. 3º, pg. 192 das"*Oeuvres Complètes*", Paris, Firmin Didot, 1877.

37) — Condorcet: "*Lettres d'"un bourgeois de New-Haven à un citoyen de Virginie*", pgs. 83 e 84 do t. IX das *Oeuvres*", ed. cit.

38) — Lord Bryce: "*Les Démocraties Modernes*", t. I, pgs. 50 e 51 da tradução francesa de B. Myra e De Foulorgue, Paris, Payot, 1924.

39) — Joseph de Maistre: "*Essai sur le principe générateur des Constitutions Politiques*", pgs. 255 e 258, Paris, Nouvelle Librairie Nationale, sem data.

40) — *Idem, ibidem*, pgs. 245 e 246.

41) — Rousseau: "*Du Contrat Social*", pg. 339 da ed. cit.

42) — Ovídio: "*Metamorfoses*", l. I, versos 89-93.

43) — Rousseau: "*Discours sur les sciences et les arts*", pgs. 6, 12, 13 e 14, da edição Garnier, Paris, sem data.

44) — Robinet: "*Le centenaire de Rousseau*", *in* "*La Revue Occidentale*", *1ère* année, nº 3, *1er* septembre 1878, pg. 483.

45) — *Apud* Antonin Dubost: "*Danton et la politique contemporaine*", *in* "*La Philosophie Positive*" — revue dirigée par E. Littré et G. Wyrouboff, neuvième année, t. XVIII, Janvier à Juin 1876, pg. 347.

46) — A. Comte: *"Cours de Philosophie Positive"*, t. IV, pg. 184 da ed. cit., e *"Système de Politique Positive"* t. III, pgs. 596 e 597.

47) — *"La Philosophie Positive d'Auguste Comte condensée par Miss Harriet Martineau"*, t. II, pgs. 402 e 403 da tradução francesa de Ch. Avezac-Lavigne, Paris, Louis Bahl Libraire, 1895.

48) — *Vide* A. Comte: *"Cours de Philosophie Positive"*, t. V, pg. 421, nota 1, da ed. cit.

49) — *Vide* Antonin Dubost, 1. cit., pg. 350.

50) — Diderot: *"Les Eleuthéromanes"*, *apud* Robinet: *"Les avant-coureurs de la Révolution"*, *in* *"La Revue Occidentale"*, 3e. année, nº 5, septembre 1880, pg. 253.

51) — *Vide* Pierre Laffitte: *"De La Morale Positive"*, pg. 46, Hâvre, 1880.

52) — *Idem, ibidem*, pg. 47.

53) — A. Comte. 1. cit., pg. 541.

CAPÍTULO VII

AUGUSTO COMTE E A EDUCAÇÃO

Habent sua fata verba

Há palavras que nascem na sombra e nela indefinidamente permanecem, perdendo-se-lhes a origem na noite dos tempos. Outras, mais felizes, já vêm ao mundo aureoladas pela glória que jamais as abandona, assim como outras, finalmente, como se fôssem contempladas, numa loteria, pela sorte grande, de repente são bafejadas pela fortuna e passam a ostentar uma pompa acintosa, alardeando um luxo agressivo e irreverente. Parafraseando Terenciano Mauro, podemos dizer que também as palavras têm o seu destino: *habent sua fata verba*..

Em cada época, de acôrdo com os acontecimentos sociais, as idéias e os preconceitos reinantes, certas palavras adquirem inesperada voga e prestígio. Estudo curioso e instrutivo seria acompanhar-lhes a carreira, desde que surgem até o seu apogeu e declínio.

Sem sairmos da modernidade podemos mencionar, entre outros, os têrmos *protestante* e *papista* respectivamente entre os católicos e luteranos do século XVI; *turbilhão* e *autômato* entre os filósofos e letrados do século XVII; *igualdade, liberdade, fraternidade, soberania popular, constituição, veredito das urnas,* entre os patriotas de fins do século XVIII até princípios do atual.

Sucessivamente relegados ao olvido, acham-se hoje êsses termos suplantados por outros como *capital* e *trabalho, comunismo, totalitarismo, estatal, racionalização, recalque, complexo,* etc.

Entre essas palavras privilegiadas, que hoje se destacam das demais, e, à fôrça de serem repetidas, adqui-

riram um sentido misterioso, mais ou menos cabalístico, está *cultura*.

Tão importante se tornou que se tem consagrado nada menos do que um dia para decantar-lhe os méritos: o *Dia da Cultura*.

Cultura

Mas, perguntar-se-á, que cultura é essa que assim ruidosamente se celebra? Não pode ser a obscura e utilíssima cultura dos campos, de vez que já se acha incluída na *Festa da Árvore*.

Será, como em geral se supõe, apenas a cultura do espírito? Não; mil vêzes não! — ouso responder.

Grande coisa é, sem dúvida, a inteligência. Só ela permite ao homem conhecer-se a si mesmo e ao mundo em que vive, revelando-lhe os meios de modificá-lo ùtilmente. Só ela lhe tem facultado determinar o curso dos astros com a antecipação de séculos e a precisão de segundos. Só ela lhe proporciona os meios de assenhorear-se das fôrças naturais, dominando-as a ponto de fazê-las servir, pronta e dòcilmente, a tôdas as exigências de sua indústria, substituindo o trabalho animal e possibilitando a utilização mais nobre dos esforços humanos. Só ela fornece ao homem os meios de atuar sôbre si mesmo, tornando-se melhor, mais clarividente e mais enérgico.

Por mais precioso, porém, que seja o cultivo da inteligência, de nada vale, e, ao contrário, será extremamente prejudicial, se, ao mesmo passo, não se aprimora, em sua totalidade, o homem.

A Cultura Alemã

A prova têmo-la, confrangente, no espetáculo brutal que se desenrolou durante o domínio nazista. Nenhum povo, mais do que o alemão, havia revelado, neste século, maior fervor pela instrução, nem se havia consagrado mais a desenvolvê-la em qualquer de sesu setores. Nêle não existem

analfabetos e dêle veio, para os demais povos do Ocidente, o termo *Kultur* (1), com *K* maiúsculo, com o qual há quem alimente a veleidade de suplantar a venerável palavra *civilização*, que assim desapareceria do uso comum para ser substituida apenas por uma de suas faces: a *instrução* ou *cultura do espírito*, em tôrno da qual, como simples satélites, gravitam as demais.

Entretanto, nenhum povo, nem mesmo o japonês, tem demonstrado tanto quanto êsse cego adorador da inteligência, maior crueldade e barbaria a ponto de torpedear, sem aviso prévio, em pasmoso requinte de perversidade, inermes navios de cabotagem, que transportam dentro de águas territoriais, de um pôrto para outro, a inúmeras milhas do teatro da guerra, mulheres, velhos e crianças.

Ações como estas e o bombardeio em massa de populações civis, sem a mínima finalidade militar, patenteiam que a estupidez nestes super-cultos arianos paradoxalmente pede meças à própria crueldade.

É que a cultura intelectual é um simples instrumento, só merecendo aprêço por parte dêsse povo visto propiciar-lhe mais seguros e vastos meios para satisfazer a sua necessidade de praticar o mal, confirmando a ponderação de Rabelais: *ciência sem consciência é a perdição da alma.*

A ciência e a guerra

A ciência, na verdade, como a indústria e demais resultados da cultura intelectual, é indiferente em si mesma e tanto pode ser aplicada para o bem, como para a destruição, dependendo dos sentimentos de quem dela se serve.

Todos os tremendos recursos da guerra atual — desde o sonho de Ícaro, concretizado pelo gênio de Santos Dumont, até o submarino, passando pelos tanques, canhões, gases de tôda espécie, foguetes teleguiados e bombas atômicas, seriam impossíveis sem a multissecular cultura do espírito. E os seus frutos, que deviam contribuir apenas para suavizar a existência do homem, mediante o domínio da natureza, têm sido sacrìlegamente desviados para

saciar o monstro que, nas palavras de Vieira, "se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas e quanto mais come e consome, tanto menos se farta". (2)

Teixeira Mendes, Santos Dumont e a dirigibilidade aérea

Não basta, para a felicidade do homem sôbre a terra, seja a sua inteligência incessantemente cultivada e conduza às estupendas conquistas da ciência moderna. Para que estas se tornem um fator de bem-estar coletivo é necessário, antes de tudo, que se aprimore a capacidade moral de quem delas vai utilizar-se. Por isto, quando procurado por Augusto Severo a fim de externar-se sôbre o seu balão, declarou Teixeira Mendes que, se possuísse a solução do problema da dirigibilidade aérea, a destruiria por não julgar os seus contemporâneos dotados de moralidade proporcional ao poderio resultante de tão extraordinário instrumento.

Adotando opinião idêntica à de Pierre Laffitte na décima sétima lição de seu *"Curso de Sociologia"*, professado em 1882, quando trata do aceleramento dos meios de locomoção, dizia Teixeira Mendes em 1902:

"Enganam-se os que supõem (como Manuel Pereira Reis, catedrático de Astronomia da Escola Politécnica) que a dirigibilidade dos aerostatos servirá, sobretudo, para armar as nações fracas. Pelo contrário, será êsse um nôvo meio pôsto à disposição dos governos das nações fortes para oprimirem o proletariado interno e as nações fracas. São as nações fortes que podem dispor das mais terríveis esquadras aéreas, e, perante elas, as condições de defesa dos fracos se tornarão imensamente mais difíceis". (3)

Com Teixeira Mendes concordaria, vinte e quatro anos mais tarde, após a experiência dolorosa da grande guerra, Santos Dumont, ao enviar, em 1926, ao nosso representante na Liga das Nações, a carta memorável em que almejava fôssem tomadas medidas proibitivas do emprêgo de aviões na guerra.

Outra não é a opinião de Toynbee, que lastima "haver a humanidade desgraçadamente descoberto os meios de desencadear a energia atômica antes de ter conseguido abolir a instituição da guerra". (4)

Leonardo da Vinci e os submarinos

Mais prudente do que o pai da aviação e os cientistas da energia atômica mostrou-se Leonardo da Vinci. Conhecendo melhor a maldade dos homens e quanto se torna perigosa, antes de se elevarem moralmente, a divulgação de determinados inventos, destruiu o plano de uma espécie de submarino, declarando: "Eis por que deixo de descrever minha maneira de andar debaixo da água: conheço a maldade dos homens; se a divulgasse, seriam capazes de usá-la para cometer assassínios no fundo do mar, abrindo navios e fazendo-os submergir com suas equipagens". (5)

Tôdas as perversidades perpetradas na terra, nos mares e no ar durante a segunda grande guerra, não seriam exequíveis sem a imensa cultura intelectual dos tempos modernos e o desenvolvimento industrial dela decorrente. Não se enganaram os asseclas de Hitler, Mussolini e Tojo ao associarem, à fôrça bruta, a admirável cultura mental e industrial do Ocidente, que lhes permitiu levar a têrmo seus projetos de lesa-humanidade.

E, destarte, quando a inteligência e a atividade deixam de servir ao altruísmo, para se tornarem escravas do egoísmo, pode a sua cultura conduzir às mais abomináveis profanações da ciência e da indústria, concorrendo para avolumar as baterias nefandas de Ariman.

A cultura da inteligência, em si mesma, será, portanto, até perniciosa, se, *pari passu*, não se afina o moral do homem.

A cultura integral

Apurando-lhe, a um tempo, o físico e a alma, visa a cultura integral do homem cada vez mais a *humaná-lo,* isto é, a desprendê-lo da animalidade, levando-o a reco-

nhecer que a fôrça bruta não é o meio de demonstrar a justiça de uma causa ou de desagravar a honra e a dignidade, quer nas relações privadas, quer nas civis e internacionais. Sendo a guerra um processo que o homem herdou da animalidade ([6]) e que vem repudiando à medida que dela se desprende, um povo, sempre disposto a apelar para a fôrça bruta a fim de solucionar as pendências internacionais, apenas revela quanto ainda se acha animalizado, sem que consiga disfarçar esta verdade o afã com que se entrega ao cultivo da inteligência.

De quão pouco desprendido ainda se acha êsse povo da barbárie primitiva é uma prova irretorquível a facilidade e a rapidez com que a ela regride, como ocorreu com o povo alemão sob o regime nazista, transformando as instituições criadas para abrigo das mães naturais em verdadeiros postos zootécnicos, segundo se conclue do livro de Gregor Ziemer — *"Educando para a Morte"*.

O Homem

O homem, na bela imagem de Augusto Comte, é um monumento que tem por pedestal o corpo e por estátua a alma. Intimamente ligados e entrelaçados, um maravilhoso consenso, de acôrdo com a observação de Hipócrates, preside ao conjunto do organismo, onde tudo é solidário, tudo concorre, tudo consente, tudo conspira, daí resultando a indivisibilidade do problema humano. Mesmo as aptidões mais sublimes do homem — as faculdades morais e intelectuais — não prescindem da cultura de seu físico, tanto é verdade que "os fenômenos mais nobres *se acham por tôda parte subordinados aos mais grosseiros*" ([7])

Não pode, por consequência, a educação visar senão ao cultivo integral do homem: cultivo de seu físico, que é o pedestal de sua alma; cultivo de sua alma, subdividido em cultivo do coração ou cultura moral; cultivo da inteligência ou instrução, sob os mais variados aspectos: estética, científica, técnica e filosófica; e, afinal, cultivo do caráter ou capacidade de agir, de modo a reali-

zar-se o ideal do poeta romano ao aspirar, para todos os homens, uma alma sã num corpo são.

Eugenia

Destinada a instituir os meios mais próprios para o aperfeiçoamento da sua natureza, adaptando-o cada vez mais a viver na coletividade em que surge, a cultura integral do homem há de remontar até à sua concepção, em virtude das íntimas reações que da mãe recebe a criança durante a gestação. Cumpre, por conseguinte, antes de mais nada, evitar que o início da formação humana se realize em brutal embriaguez, sem a menor responsabilidade. (8)

Fazendo-se eco dos votos de Plutarco ao tratar da *Educação das crianças;* de Morus na *Utopia;* de Erasmo nos *Colóquios*; de Montaigne nos *Ensaios* e de Campanela na *Cidade do Sol,* escreveu Diderot:

"Locke toma a criança ao nascer. Parece-me que deveria remontar um pouco além. Não haverá, então, regras a prescrever para a produção de um homem? Quem deseja que prospere a árvore de seu jardim, escolhe a estação, prepara o solo e toma grandes precauções, várias das quais aplicáveis a um ser muito mais importante do que a árvore". (9)

No mesmo tema insistiria Cabanis, amigo de Condorcet e herdeiro do espírito filosófico dos enciclopedistas nos justamente célebres *"Rapports du Physique et du Moral de l'Homme"*:

"Depois de tão curiosamente nos ocuparmos com os meios de tornar mais belas e melhores as raças dos animais ou das plantas úteis e agradáveis; depois de cem vêzes intervir nas dos cavalos e cães; depois de transplantar, enxertar e remanusear de tôdas as maneiras os frutos e as flôres, quão vergonhoso é descuidarmos totalmente da raça do homem como se nos tocasse menos de perto; como se fôsse mais essencial ter bois grandes e fortes do que homens vigorosos e sadios, pêcegos perfu-

mados e tulipas regularmente pintadas de preferência a cidadãos sábios e bons! É tempo de seguirmos a êste respeito, como a tantos outros, um sistema de vistas mais digno de uma época de regeneração; é tempo de ousar fazer sôbre nós mesmos o que de modo tão feliz fizemos em vários de nossos companheiros de existência, empreendendo , enfim, rever e corrigir a obra da natureza. ([10])

É preciso, todavia, não esquecer a dificuldade imensamente maior da eugenia humana quando comparada com a das outras espécies animais. Nestas apenas se procuram apurar determinados atributos físicos, com a completa abstração das qualidades morais e intelectuais, como no caso dos bovinos, em que sòmente se aprecia o seu corpo segundo se destinam para a carga, corte ou laticínios, sem se indagar se são loucos ou ajuizados, bondosos ou malévolos, inteligentes ou estúpidos.

No caso humano, além da do corpo, há ainda a considerar a eugenia da alma, cujas leis não se acham completamente desvendadas. Ademais, na eugenia humana, não se pode aplicar a fôrça, só apresentando eficácia e dignidade as influências morais ([11]). Tornam-se, de fato, tão ilusórias quanto tirânicas as prescrições políticas, mediante as quais se alimenta a ilusão de resolver um problema que exclusivamente comporta uma solução espiritual ou religiosa, escapando, à alçada governamental, a menos que se animalize o povo visado pela legislação correspondente, como na Alemanha nazista. Mesmo assim, entretanto, só se resolverá a eugenia física, isto é, a obtenção de belos animais com forma humana, nunca, porém, de homens na verdadeira acepção do têrmo: *"des hommes et non pas de la poussière humaine"*. . .

A cultura física

Voltada, pois, para a criança antes mesmo da concepção, a princípio a solicitude materna se consagrará, sobretudo, a robustecer-lhe o corpo.

Limitada, em geral, a mero exercício muscular, a cultura física deverá desenvolver ainda simultâneamente

os sentidos e a destreza da criança, preparando-a desde logo para observar e agir. ([12])

Embora seja a base do cultivo moral e intelectual do homem, a cultura física é, contudo, apenas preparatória, decrescendo sua importância com o evolver da civilização. Nas sociedades primitivas, quando animais disputam ao homem o domíno da terra, torna-se o seu extermínio a emprêsa mais útil à coletividade. Os heróis, como Hércules e Teseu, eram homens que, dispondo de extraordinária fôrça física, a destinavam a debelar malfeitores e animais ferozes. ([13])

"Todo o vigor do filho de Alcmena consagra-se a melhorar a terra para fazer bem ao homem. Estrangulando o leão de Neméia, matando a hidra de Lerna, frechando as aves do lago Stinfalo, domando o touro da ilha de Creta, justiçando Diomedes que alimentava os cavalos com carne humana. E, libertando Prometeu do cativeiro do Cáucaso, defendia a liberdade humana acorrentada pela ira dos deuses. Não é a cultura da fôrça pela fôrça, mas a cultura da fôrça com objetivo social — a lição que nos ministra a lenda de Hércules". ([14])

Nunca ultrapassará, portanto, a cultura física os limites exigidos pelo serviço social, nem prejudicará a cultura da alma: *"corporalia tamen exercitia discrete sunt agenda"* — os exercícios do corpo devem ser praticados discretamente — adverte o autor da *"Imitação de Cristo"*. ([15])

O desenvolvimento excessivo dos músculos frequentemente paralisa o da inteligência. Os atletas, na antiguidade, passavam por não primar pelas qualidades do espírito e o próprio Hércules, apesar de seu caráter divino, era mais famoso pela coragem do que pelos dons intelectuais. Compraziam-se mesmo os poetas cômicos em atribuir-lhe pachouchadas, fazendo o povo rir às suas expensas. ([16])

Para evitar o inconveniente apontado por um escritor francês, o qual dizia, referindo-se aos que exclusivamente se entregam à cultura física: *"ni tête ni coeur, rien*

que des tripes", cumpre que a fôrça e a destreza, em vez de serem exercitadas apenas através da ginástica [17], o sejam através de jogos, onde se entretenha a sociabilidade, e através de ofícios manuais e pequenos serviços, de maneira a infundir-se, desde cedo, na criança, a consciência da utilidade de seu concurso, distinguindo-a dos parasitas: *"fruges consumere nati"* [18] no dizer de Horácio, ou, no verso ainda mais enérgico com que o Ariosto os estigmatiza: *"Venuti al mondo sol per far letame"*. [19]

Deve-se-lhe incutir, demais, a idéia de que, se é um dever conservar a saúde, não menos o é a obrigação de expô-la, e, inclusive, a própria vida, em determinadas circunstâncias, de acôrdo com a regra, estabelecida por Juvenal e que Kant tomou para divisa, de ser o sumo crime preferir a vida à honra, e, por causa da existência, perder as razões de viver:

Summum crede nefas animam praeferre pudori
Et propter vitam vivendi perdere caussas. [20]

Se o primeiro objetivo da cultura do homem é constituir um corpo são em todos os elementos de sua vida vegetativa e animal, provendo-o de músculos resistentes, ao mesmo passo que de sentidos agudos, seu segundo desiderato é o aprimoramento da alma, para formar um coração reto, um espírito justo, pronto e sólido, e um caráter enérgico, isto é, a um tempo corajoso, prudente e pertinaz. [21]

A alma humana

Desde a mais remota antiguidade, reconheceu o bom senso vulgar, na alma humana, três atributos fundamentais: o coração, fonte dos sentimentos ou afeições, que inspira e dá o impulso aos atos humanos; o espírito ou inteligência, que julga as solicitações ou tendências do coração; e, finalmente, o caráter ou capacidade de agir, que executa os atos desejados, depois de apreciados pelo espírito.

Levando o coração ou sentimento ora à satisfação da própria personalidade, ora ao bem de outrem, dividem-se-lhe os pendores em egoístas e altruísticos, isto é, instintos que impelem a pensar e agir em proveito próprio e instintos que conduzem a pensar e agir em prol de outrem.

Os instintos pessoais são mais numerosos e enérgicos do que os sociais, como o faz ver São Paulo na teoria da natureza e da graça, magnìficamente resumida num dos mais belos *Cânticos Espirituais* de Racine:

Mon Dieu, quelle guerre cruelle!
Je trouve deux hommes en moi;
l'un veut que plein d'amour pour toi
mon coeur te soit toujours fidèle,
l'autre, à tes volontés rebelle,
me révolte contra ta loi.

L'un, tout esprit et tout céleste,
veut qu'au ciel sans cesse attaché,
et des biens éternels touché,
Je compte pour rien tout le reste;
et l'autre par son poids funeste
me tient vers la terre penché. [22]

A cultura dos sentimentos

Atenta a circunstância de serem mais fortes e numerosos os sentimentos egoístas, visa a cultura moral a obter-lhes a subordinação aos instintos altruísticos, sem cujo prevalecimento não é possível a vida social.

São os sentimentos que movem o homem, provocando-lhe e determinando-lhe as ações. São êles que, "plasmando-lhe o caráter, dirigindo-lhe o espírito, impelindo-lhe a vontade, garantem a realidade e a duração das virtudes", frisava, no século XVIII, Mme. de Lambert: "A persuasão do coração é superior à do espírito, porquanto frequentemente nosso proceder dela depende... Um só sentimento, um só impulso do coração — concluia a gran-

de moralista — exerce maior domínio sôbre a alma do que tôdas as sentenças dos filósofos". ([23])

Cumpre, consequentemente, através de uma cultura adequada, comprimir os maus e exaltar os bons sentimentos do homem, aproveitando a lei biológica segundo a qual o *exercício desenvolve os órgãos, enquanto a inércia os atrofia.*

Ao lado do cultivo dos bons sentimentos a solicitude das mães se voltará para a adoção, por parte da criança, dos hábitos físicos e morais que persistirão tôda a vida, inspirando-lhe, com o amor do bem e o horror do mal, a noção do dever.

Em virtude dos reflexos condicionados, torna-se o *hábito* a base de tôda educação, a qual tem em vista sobretudo incutir os hábitos adequados ao convívio social.

Sendo o homem governado principalmente por seus sentimentos e por seus hábitos, importa, antes de tudo, incutir-lhe sentimentos generosos e hábitos sadios, os quais lançarão, na primeira infância, as melhores bases da moralidade, isto é, da subordinação do egoísmo ao altruísmo. "Tal homem — salientava Joseph de Maistre, o eminente pensador católico, ao findar do século XVIII — conseguirá, aos trinta anos, triunfar da mais violenta paixão, porque, aos cinco ou seis, lhe ensinaram a privar-se, voluntàriamente, de um brinquedo ou de um torrão de açúcar". ([24])

O papel das mães

Compreende-se, destarte, a importância do papel das mães na formação da alma humana. A cultura dos sentimentos generosos (que é a que mais prepondera no conjunto da existência) só por elas pode ser convenientemente ministrada, de modo a se formarem órgãos conscientes da espécie e não autômatos, sem a dignidade nem o respeito devido à pessoa humana.

Foram, em 1914, e ainda hoje vêm sendo "as estu-
entesouradas nas grandes nações pendas energias morais

do Ocidente que salvaram o gênero humano da mais tremenda invasão bárbara que nunca se viu ameaçar a civilização cristã" — ressaltava Rui Barbosa, o batalhador de tantas causas nobres.

"Guardai indelèvelmente em vós esta lição maravilhosa — advertia — para não vos esquecerdes jamais de que, se a defesa das nações precisa do poder militar, o poder militar ainda muito mais necessita do vigor, da grandeza, da liberdade das nações, e que, nas lutas entre potências armadas, os povos ricos das virtudes civis, que se nutrem do respeito à dignidade humana, são os que têm segura a vitória contra a brutalidade cevada nas paixões da conquista". ([25])

Sendo, pois, aquela em que, de modo mais preponderante, se cultiva o altruísmo, torna-se a primeira infância, a mais decisiva fase da cultura do homem, visto estabelecer então a disciplina materna, de tal forma, a moralidade, que todo o resto da vida raramente altera essa base insubstituível. Foi o que admiràvelmente exprimiu ainda Joseph de Maistre, fazendo ver que cabe ao nosso sexo formar geômetras, estrategistas, químicos, etc., mas, o que se chama o *homem*, isto é, o *homem moral*, já se acha formado talvez aos dez anos, e, se o não foi no colo de sua mãe, será sempre uma grande desgraça. Nada é capaz de substituir essa educação... O jovem poderá, sem dúvida, afastar-se, descreverá, porém, uma *curva reentrante* que o reconduzirá ao ponto de partida". ([26])

Condensa, dêste modo, a mãe, desde o nascimento, a existência afetiva de cada ente humano. Sua imagem acompanha-o, como verdadeiro anjo da guarda, através das diversas vicissitudes da vida, conforme registra, em belíssimos quartetos, Gonçalves Crespo:

> Para alguém sou o lírio entre os abrolhos
> e tenho as formas ideais do Cristo,
> para alguém sou a vida e a luz dos olhos
> e se na terra existe, é porque existo.

Êsse alguém que prefere ao namorado
cantar das aves minha rude voz,
não és tu, anjo meu idolatrado,
nem, meus amigos, é nenhum de vós.

Quando alta noite me reclino e deito,
melancólico, triste e fatigado,
êsse alguém abre asas no meu leito
e o meu sono deslisa perfumado...

Chovam bênçãos de Deus sôbre a que chora
por mim além dos mares! Êsse alguém
é de meus dias a esplêndida aurora:
és tu, doce velhinha, ó minha mãe!

A cultura intelectual

Se o cultivo da inteligência isolada pode, segundo vimos, conduzir às mais detestáveis consequências, não há, contudo, para ela mais nobre destino do que alumiar os sentimentos de modo a serem sopitados os maus e consolidados os bons.

Sendo sempre cegas as afeições, mesmo altruísticas, é imprescindível o concurso da inteligência para indicar os meios mais apropriados à consecução dos bons desejos, a fim de que não aconteça o que ocorreu ao urso de La Fontaine. Querendo afugentar importuna môsca, que perturbava a sesta de seu dono, pousando-lhe teimosamente sôbre o rosto, contra êste arremessou nada menos do que uma pedra:

"........... *le fidèle émoucheur*
vous empoigne um pavé, le lance avec raideur,
casse la tête à l'homme en écrasant la mouche;

et non moins bon archer que mauvais raisonneur,
raide mort étendu sur la place il le couche.
Rien n'est si dangereux qu'un ignorant ami,
mieux vaudrait un sage ennemi". (27)

A vontade de bem fazer, embora indispensável, é, em si mesma, sem que a dirijam as luzes da inteligência, insuficiente, como o registra a sabedoria popular no adágio: *de boas intenções anda o inferno cheio.*

Antes de entrar na apreciação das diversas modalidades de cultura intelectual, cabe-me esclarecer que me refiro sempre ao ideal ou limite para o qual deve tender.

A fim de completamente preencher o seu destino, que é o de proporcionar o conhecimento do mundo, da sociedade e do homem, deve a cultura da inteligência ser integral, isto é, a um tempo estética, científica, técnica e filosófica, de acôrdo com o voto de Diderot: "Feliz o geômetra em quem um estudo consumado das ciências abstratas não houver enfraquecido o gôsto das belas-artes; ao qual Horácio e Tácito fôrem tão familiares quanto Newton, sabendo descobrir as propriedades de uma curva e sentir as belezas de um poeta; cujo espírito e cujos trabalhos serão de todos os tempos e cujo mérito será de tôdas as academias!" ([28])

A cultura estética

A iniciação nas belas-artes se fará através da *Poesia,* como arte fundamental, e da *Música* e do *Desenho,* as duas artes especiais mais importantes. Em tôrno da Poesia será realizada a aprendizagem das principais línguas do Ocidente, sem as quais não poderiam ser apreciadas, em tôda a sua plenitude, as diversas obras primas do tesouro estético da Humanidade.

Sendo a leitura, como nota Descartes, "uma conversação com os melhores espíritos dos séculos passados, e mesmo uma conversação estudada, em que só nos dão a conhecer seus mais seletos pensamentos", cumpre não só escolher os melhores autores, mas ainda o que produziram de mais fino. E, assim, através do aprendizado do grego, do latim, do italiano, do francês, do espanhol, do inglês e do alemão, além do de sua própria língua, entraria o adolescente no convívio de todas os grandes escri-

tores, incontestemente consagrados, a partir de Homero, Sófocles e Ésquilo, passando por Virgílio, Horácio, Lucano, Ovídio, Cícero, Dante, Ariosto, Tasso, Cervantes, Lope de Vega, Calderon, Tirso de Molina, Corneille, Molière, Chateaubriand, Shakespeare, Milton, Fielding, Walter Scott, Byron, Goethe e Camões, até Vieira, Alexandre Herculano, Garrett, Gonçalves Dias, Castro Alves, João Francisco Lisboa, Machado de Assis e Rui Barbosa, para só mencionar alguns dos vates, romancistas e prosadores, cuja leitura concorrerá para formar o senso estético dos que se iniciam no cultivo da inteligência.

Paralelamente à cultura literária será feita a da música através das composições dos Mozart, Beethoven, Rossini, Carlos Gomes e Chopin, e a das belas artes mediante a contemplação das estátuas e quadros dos Miguel Ângelo, Rafael, Da Vinci, Rembrandt, Rodin, Vitor Meirelles e Portinari.

Além de seus benefícios próprios, a cultura estética apresenta ainda o de evitar os inconvenientes peculiares à aridez da cultura científica.

A cultura científica

Sendo o objetivo desta última conhecer o mundo, a sociedade o o homem a fim de melhorá-los, não pode deixar de ser enciclopédica, abrangendo a Cosmologia e a Moral, isto é, o conjunto do saber humano desde a matemática, passando pela astronomia, física e química, até atingir, através da biologia e da sociologia, o estudo do homem, que é, como dizia Pope, *"a ciência das ciências"*.

"A enunciação desta ordem hierárquica dos conhecimentos — comenta Ramalho Ortigão em célebre e deliciosa epístola a Dom Carlos — deve-se a Augusto Comte; e esta é a parte da doutrina dêsse poderoso renovador da mentalidade humana que até hoje ninguém discutiu nem contestou nas grandes linhas gerais. Esta metodização é

tão clara, tão consistente e tão fecunda, que não há hoje sistematizador que a não adote como a mais segura das chaves para a coordenação das idéias" [29], compreendendo-se a tenha Charles Maurras qualificado como "uma das obras primas do espírito humano". [30]

Não foi sem razão, realmente, que completando as vistas do Pai da Filosofia Moderna, sustentava Comte pecar pela base todo ensino científico que não começar pela matemática, ficando malogrado se não terminar na Moral. Devem os que se entregarem à cultura científica familiarizar-se com a elaboração teórica de todos os grandes pensadores desde Tales, Pitágoras e Arquimedes, até Galileu, Lagrange, Lavoisier, Bichat, Gall, Claude Bernard, Pasteur, Einstein e demais cientistas cuja contribuição tem sido decisiva.

Além da cultura técnica ou profissional, completará o cultivo da inteligência a meditação direta dos grandes filósofos, historiadores e moralistas como Aristóteles, Tucídides, Heródoto, Tácito, Marco Aurélio, Santo Agostinho, Bacon, Descartes, Hume, Diderot, Bossuet, De Maistre e Gibbon, entre tantos outros de primeira grandeza.

Esta cultura, assim tão completa, prolongar-se-á — é desnecessário dizê-lo — por tôda a vida, sendo mesmo uma das principais aplicações dos lazeres de cada um.

Benefícios da cultura intelectual

Ministrando as luzes necessárias às diversas circunstâncias da vida através do conhecimento do mundo, da sociedade e do homem, apresenta ainda a cultura da inteligência, mediante a iniciação enciclopédica, a vantagem de consolidar os sentimentos generosos, evitando-lhes as flutuações, visto proporcionar convicções inabaláveis, sem as quais fica o homem desprovido de regras além das de suas paixões.

Estende-se, além disto, o influxo da cultura intelectual até a longevidade, segundo observa Hufeland: "O rude selvagem só goza de uma vida curta. A influência exercida pela cultura intelectual sôbre o aperfeiçoamento do corpo e a prolongação da vida é verdadeiramente extraordinária. É só pela cultura que o homem atinge ao seu último grau de perfeição. Um homem grosseiro e inculto não passa de um bicho com forma humana, possuindo a faculdade de tornar-se um homem, não ocupando, porém, um lugar mais elevado, em a natureza, do que os animais vizinhos, enquanto permanece inculta essa faculdade... Que imenso campo de prazeres proporciona o cultivo da inteligência! Quantas delícias, quanto confôrto encontra um espírito culto nas belas-artes, na música, na poesia e na pesquisa da verdade!" ([31])

Cultura do caráter

Quanto à cultura do caráter, consiste no aprimoramento das três qualidades que o constituem: coragem, prudência e firmeza, de modo a se removerem, do procedimento de cada homem, o mêdo, a temeridade e a indecisão, fazendo com que cada qual, à maneira de Baiardo — *o cavaleiro sem temor e sem mancha* — cumpra o seu dever, suceda o que suceder: "*Fais ce que dois advienne que pourra*"".

Hierarquia cultural

Recapitulando, podemos dizer que das diversas modalidades de cultura atinentes ao homem cabe a preeminência à cultura dos sentimentos. Quem, de fato, "achar um artifício moral capaz de tornar os homens mais devotados e humanos, menos brutais e menos libidinosos, presta um serviço muito maior e contribue cem vêzes mais para a felicidade de seus semelhantes do que quem encontrar novas aplicações do fósforo ou da hélice. Que valem o vapor e a eletricidade, de que nos orgulhamos á tão justo título, em comparação com a obra dêsses sacer-

dotes desconhecidos que regulamentaram os incestos, e, forçando o homem a respeitar sua irmã, sua filha e sua mãe, fizeram sair a família humana de sua grosseira promiscuidade primitiva?" ([32])

Sem descurar a cultura da inteligência, que permite ao homem conhecer-se a si mesmo e ao mundo, melhorando a ambos, cumpre, para que possa haver felicidade sôbre a terra, tenha a primazia sôbre qualquer outra a cultura moral, como proclamava há dezenove séculos o incomparável São Paulo:

"Se eu falar a língua dos homens e dos anjos e não tiver amor, sou como o metal que soa, ou como o címbalo que tine;

"E se eu tiver o dom da profecia e conhecer todos os mistérios, e quanto se pode saber: e se tiver tôda a fè até o ponto de transportar montanhas, e não tiver amor, nada sou...

"Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estas três virtudes, porém, a maior delas é o amor". ([33])

Necessidade da cultura enciclopédica

Não se pense, entretanto, por caber a primazia à cultura do coração, que haja excesso em preconizar-se a cultura científica enciclopédica, desde a matemática até a moral. Convenientemente dirigida, com critério filosófico, poderá essa cultura ser adquirida em sete anos, na fase de preparação do adolescente que vai dos 14 aos 21.

Não resta dúvida — como pondera Laffitte — que cada ciência oferece ao estudo um campo ilimitado. Cada descoberta suscita uma série de problemas novos, mais e mais difíceis. É impossível considerar cada ciência como um círculo fechado; cada qual oferece, antes, o aspecto de um ângulo cujos lados, indefinidamente prolongados, compreendem um espaço indeterminado. Daí resulta que uma cultura enciclopédica, abrangendo tudo quanto foi descoberto em cada ciência, só na antiguidade foi possível, sendo hoje inaccessível aos mais poderosos espí-

ritos. O tempo necessário para assimilar tôdas as minúcias de cada ciência excederia a duração da vida, admitindo mesmo excepcional memória. É possível, todavia, estudar de cada uma apenas o indispensável para a cultura do espírito e para o conhecimento das ciências seguintes, coordenando-as umas em relação às outras e cada qual em relação ao conjunto. Permite essa coordenação eliminar, como inúteis, inúmeras especulações que atravancam hoje as ciências, embora interessem aos profissionais de cada qual. ([34])

Não se trata de fazer, de cada homem, um sábio especializado, mas, apenas, de fornecer-lhe as luzes capazes de guiá-lo em tôdas as circunstâncias da vida, preparando-o não só para o exercício de sua profissão, mas ainda para o cumprimento de todos os seus deveres domésticos, cívicos e planetários, como chefe de família, ou cidadão e membro da comunidade humana.

A todo homem competem, na sociedade, duas funções distintas, embora conexas. ([35]) Uma especial: é a profissão particular que exerce; outra geral: é a participação que lhe cabe nos negócios públicos e humanos. Daí a necessidade, para todos, além da profissional ou técnica, de uma cultura geral ou enciclopédica, que lhes permita bem conceber, em sua plenitude, os deveres para com a Família, a Pátria e a Humanidade.

Já em seu tempo salientava Augusto Comte ser a necessidade de um sistema geral e enciclopédico de instrução pública tanto maior quanto mais complicada se torna a civilização e mais considerável a divisão do trabalho. Só ela poderá impedir a excessiva desigualdade decorrente de vastos conhecimentos acumulados apenas por alguns indivíduos, os quais adquiririam, assim, um poder irresistível sôbre o resto da espécie, de conformidade com o aforismo de Bacon, segundo o qual *saber é poder*. Sem a instrução enciclopédica, universalmente distribuida, tenderia a massa humana a passar ao estado de máquina, de modo a alterar a civilização num grau difícil de avaliar-se. Por outro lado, longe de favorecer

uma igualdade subversiva, a universidade de educação desenvolverá as aptidões individuais, propiciando o surto do mérito onde quer que se encontre. ([36])

É só por ser extremamente rara a cultura do conjunto das ciências, no que possuem de essencial, que se tem tornado possível o embaimento de povos inteiros pelas místicas mais frágeis e puerís, como essa decorrente da absurda teoria das raças, de que se valeram os próceres nazistas para a expansão dos mais inconfessáveis recalques.

Ao deixar-se o povo alemão empolgar por uma idéia tão vazia e destituída de qualquer base racional como a do racismo, evidenciou que, apesar de alfabetizado, conservava em essência, a mentalidade revelada no episódio da primeira cruzada, registrado pelo cronista contemporâneo, Cônego Alberto D'Aix. Conta êste que, ao passarem pela Alemanha em direção a Jerusalém, Pedro Eremita e seus companheiros, vários bandos populares germânicos se lhes incorporaram, tendo como guias uma cabra e um ganso, que supunham inspirados pelo próprio Espírito Santo originando-se, sem dúvida, dêsse famoso palmípede medievo, o nazista *passo de ganso*...

Mutatis mutandis, foi o que se verificou na sapiente Alemanha, com os que, por não disporem de cultura científica, convenientemente orientada, admitiram a existência de um povo ariano, a cuja superioridade racial estaria reservado o predomínio sôbre os demais...

Se, em vez de aprofundar apenas êste ou aquêle aspecto científico, confinando-se em estudos especializados e transformando-se em autômatos, possuissem uma cultura geral e, inclusive, biológica, reconheceriam os componentes da opinião pública alemã ser o têrmo ariano puramente convencional e arbitrário, sem traduzir qualquer conceito étnico preciso.

Que descortino pode, porém, possuir o operário, apenas alfabetizado, que passa a vida a fazer parafusos, ou o cientista cuja atividade intelectual se limita à resolução de umas quantas equações ou à catalogação de umas poucas espécies de insetos?

Já em 1792 assinalava Condorcet que, à medida que a indústria se aperfeiçoa, suas operações cada vez mais se dividem e especializam. Cada indivíduo passa a ser encarregado de um trabalho puramente mecânico, reduzido a insignificante número de movimentos simples. Êsse trabalho, realizado apenas pelo hábito é efetuado com mais perícia e rapidez, mas, nêle, a inteligência cessa quase inteiramente de interferir. O aperfeiçoamento industrial torna-se, assim, para grande porção da espécie humana, uma fonte de estupidez, tendendo a formar uma classe de homens incapazes de se elevarem acima dos mais grosseiros interêsses, se uma instrução sólida e variada lhes não oferecer um corretivo contra o efeito infalível da monotonia de suas ocupações diárias. ([37])

A idêntico estreitamento mental está condenado o letrato que consagra, como o inefável Dr. Topsius, dezenove artigos, no *Boletim Hebdomadário de Escavações Históricas*, para esclarecer "a questão vital para a Civilização, de uma parede de tijolos erguida pelo Rei Pisibkmé, da vigésima primeira dinastia egípcia, em tôrno do templo de Ramsés II, na lendária cidade de Tânis...

O mal da especialização exagerada, quer prática, quer teórica, é inspirar desastrosa indiferença relativamente ao curso geral dos negócios humanos desde que, no caso do operário, haja parafusos para fabricar, e, no caso do cientista, equações a resolver ou insetos a classificar. ([38])

"O escândalo da educação corrente — pondera, em *Le Problème De L'Éducation*, L. Dugas — é o imenso desperdício das fôrças intelectuais, o saber transbordante, extenso, aprofundado e preciso acêrca de pontos especiais, infelizmente, porém, acompanhado da absoluta ignorância de tudo mais; é, em uma palavra, a falta de cultura geral. Como consequência dessa *anarquia dispersiva* dimanam a falta de organização dos conhecimentos, a deformação do espírito e a perda das qualidades de firmeza, estabilidade e equilíbrio no pensamento, designadas pelas palavras *razão e bom-senso*. Dir-se-ia que o espírito sucumbe sob

o pêso dia a dia maior de suas aquisições, tornando-se, por isto, menos judicioso e menos sensato". [39]

O estudo científico, reduzido apenas às minudências desta ou daquela categoria de fenômenos e desacompanhado de ativa cultura geral, literária e artística, é na verdade tão irracional quanto imoral, visto tender a transformar o homem num animal de todo monstruoso: muito forte e brutal sob o aspecto físico, ao mesmo tempo que extremamente hediondo sob o prisma da moralidade — prenunciava o Fundador da Sociologia.

Há perto de um século, em seus cursos de *História Geral da Humanidade,* denunciava Laffitte o perigo da falta de cultura científica dos letrados franceses, que se deixavam influenciar por doutrinas tão fantasistas quão perigosas, como essa pseudo *teoria das raças* — fruto do *gongorismo científico,* tão finamente satirizado por Alexandre Herculano, e, que, com a mais pasmosa inconsciência, escritores de França se punham a veicular.

Eis as suas considerações, na quarta lição do curso sôbre Moisés, realizado em 1874: "Essa teoria das raças é tão perigosa quanto absurda. Não há infâmia, não há opressão, não há processos mais ou menos odiosos que seus partidários não encontrem o meio de justificar. O mundo, a seus olhos, é dividido em duas porções: as nações superiores e as inferiores, as *raças* que devem conquistar, e aquelas cujo destino infeliz é serem conquistadas. Pesa, sôbre estas, uma espécie de fatalidade, contra a qual seria inútil revoltarem-se: o melhor, para elas, é esperarem sua sorte e resignarem-se. Povos da Europa, podeis impunemente desembarcar na India e na China vossos soldados e vossos canhões; só tendes, diante de vós, raças vis entre as quais podeis entregar-vos às mais monstruosas opressões; espanhóis, podeis fazer, em tôda consciência, o tráfico dos negros, por ser uma raça talhada para a escravidão e evidentemente contrariareis as vistas da Providência deixando de atender às suas disposições nativas". [40]

Não nos pode espantar que as detestáveis conseqüências dêsse inepto racismo se tenham voltado contra os próprios povos da Europa, cujos homens de letras não se aparelharam, por falta de adequada cultura científica, para defenderem e elucidarem as massas que lhes cumpria orientar.

A "trahison des clercs"

Havia, na Idade Média, uma doutrina, universalmente aceita, que, no Ocidente europeu, guiava homens e mulheres, tanto instruidos como ignorantes, desde os reis até o mais humilde servo, esclarecendo-os acêrca de seus respectivos deveres públicos e privados.

Essa doutrina era o Catolicismo, cujo sacerdócio pregava e aplicava os ensinamentos dêle decorrentes. Desde, porém, que o Catolicismo, a partir do século 14, foi perdendo o ascendente sôbre a generalidade dos espíritos, rompeu-se a unidade dos cérebros ocidentais, e, a propósito das mais importantes questões, passaram a existir quase tantos pareceres quantas são as cabeças que se manifestam. Deixou, assim, de haver acôrdo acêrca de pontos básicos da moral, como sejam os laços que determinam as relações entre os homens, o objetivo da vida individual e coletiva, sendo posta em discussão até a própria existência social.

Ao lado dessa rutura da unidade espiritual, verificou-se, como era inevitável, o esfacelamento do órgão que elaborava e aplicava os ensinos emanados da doutrina comum, sendo o sacerdócio católico cada vez mais substituido pelos intelectuais: professôres, literatos, jornalistas, publicistas, etc., com os quais passou a dividir a responsabilidade de formar e esclarecer a opinião pública.

Cabe, destarte, ao intelectual moderno deveres tão grandes e tão graves quanto os que pesam sôbre um sacerdócio militante.

Diante, pois, de regimes políticos, como os totalitários, que esmagam o indivíduo, transformando-o em

mero autômato, sem consciência, nem dignidade, e confundem o nobre sentimento de patriotismo com cego e estreito orgulho nacionalista, hipertrofiando a noção de pátria, como se acima dela, não pairasse a humanidade, a atitude dos intelectuais, cônscios de sua missão, não pode deixar de ser a de combatentes diante do inimigo, vulgarizando as verdadeiras noções da sociologia e da história. Do contrário incidirão na *trahison des clercs*, seja aderindo abertamente à opressão, seja *camuflando-se* por detrás de cômodo, vago e incolor ecletismo, que é a neutralização espontânea dos sistemas mais incompatíveis através de sua justaposição contínua, espécie de despistamento filosófico, em que são tudo, e, ao mesmo tempo, não são coisa alguma, formando as miserandas alcatéias de oportunistas que hoje assolam o mundo.

Não fôsse a *trahison des clercs*, até mesmo de países mestiços como o nosso, que deveriam ser as suas primeiras vítimas, e não teria sido possível a expansão do racismo germânico, esteio da mística que serviria de base ao fanatismo nazista. ([41])

Sobrepondo o seu prazer pessoal aos superiores interêsses da coletividade, os letrados de todo o mundo, apesar da gravidade da situação internacional, continuaram a entregar-se, em criminoso e inconcebível bisantinismo, às especulações mais fúteis e destituidas de alcance social, deslembrados de terem o seu destino vinculado ao da Pátria e da Humanidade, competindo-lhes assumir o pontificado intelectual de seu tempo e exercer, nas palavras de Ramalho, "a alta direção dos espíritos nas sociedades modernas, através dos laços de solidariedade que os prendem aos seus compatriotas e aos seus semelhantes... Deixou a literatura de ser um passatempo acadêmico para se converter numa das grandes molas do movimento social. Um poeta, um literato, um escritor é um homem de combate e de guerra. Como tal, o que lhe cumpre fazer depois de cada vitória é pendurar a coroa e tornar a desembainhar a espada. Logo que êle põe a coroa na cabeça e deixa a espada na bainha, sai do campo e entra

na galeria; está encaixilhado na sua obra; é um quadro", ([42])

Conclusão

Os trágicos acontecimentos da segunda grande guerra encarregaram-se de evidenciar, em terrível experiência *in anima nobili,* que as teorias, por mais absurdas, como o racismo, podem conduzir às mais funestas consequências sociais.

Foi aplicando ao campo sociológico a especiosa teoria da seleção natural, proclamando fatal e inevitável a preponderância do mais forte nas lutas políticas, que os orientadores do nazismo justificaram tôdas as violências, tiranias e opressões contra os povos menos desenvolvidos, tornando ilusória e quimérica qualquer esperança de aperfeiçoamento social. ([43])

Cumpre, assim, às fantasiosas teorias, origem, primária das tremendas desgraças de nosso convulso presente, substituir as noções positivas, isto é, a um tempo reais, úteis, claras, certas, precisas, orgânicas e relativas, emanadas de irrefragável cultura científica, abrangendo o conjunto do saber humano, a fim de encerrar-se, quanto antes, a era cruciante das gerações sacrificadas.

Em nenhuma outra época se apresentou, portanto, aos intelectuais tarefa de tamanha envergadura e magnitude. Acha-se, hoje, na ordem do dia, o estabelecimento de um sistema de cultura integral do homem, baseado nas conclusões insofismáveis da ciência, de modo a inaugurar-se afinal um regime de atividade plenamente pacífica de congraçamento entre os povos.

NOTAS DO CAPÍTULO VII

1) — Sôbre a palavra *Kultur* e a história do seu emprêgo na Alemanha, *vide* Tonnelat: *Kultur*, em *Civilisation, le mot et l'idée*, publicação do *"Centre International de Synthèse"*, fascículo II; Lalande: *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, vol. III, pg. 33, Alcan, 1932, e Herbert Baldus e D. Willems: *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, pgs. 71 e seguintes da 1ª ed., e Afrânio Peixoto: *Comparações, in Poeira da Estrada*, pgs. 375 e 376 da 1ª ed. Sôbre o *"combate pela civilização"* — *"Kulturkampf"* — tão apregoado por Bismarck, veja-se, entre outros, o livro de Jules Zeller: *"Pie IX et Victor Emmanuel II"*, pg. 558 da 1ª ed.

2) — Vieira: *"Sermão histórico e panegírico nos anos da Rainha d. Francisca Isabel de Saboia"*, vol. XIV, pgs. 338 e 339, da edição Lelo.

3) — *Vide* Teixeira Mendes: *"O interêsse social e a dirigibilidade dos aerostatos"*, pgs. 11 e seguintes do *Boletim* 28 do Apostolado Positivista do Brasil, e Pierre Laffitte: *"Cours de Sociologie"*, *apud* *"Revue Occidentale"*, Seconde Série, t. XXXVII, pg. 72, Paris Societé Positiviste, 1908.

4) — *Vide* o artigo de Astrogildo Pereira: *"O Triste Papel de Certos Sábios"*, *in Jornal de Debates* de 6 de agôsto de 1948.

5) — *Vide* George Beaume: *"Léonard da Vinci"*, pg. 123, Paris, Louis Michaud.

6) — *Vide* Teixeira Mendes: *"Pela Humanidade"*, I, pg. 88.

7) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. II, pgs. 168, 274 e 367 e vol. IV, pg. 180 da 1ª edição.

8) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. IV, pgs. 318 e 319, e *Correspondance Inédite*, vol. II, pgs. 131 e 133; *Lettres à divers*, pgs. 435 e 437.

9) — Diderot: *"Oeuvres Completes"*, vol. XV, pg. 523 da edição Assézat.

10) — Cabanis: *"Rapports du Physique et du Moral de l'Homme"*, pg. 434 do t. III das *Oeuvres Complètes*, Paris, 1824.

11) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. IV, pgs. 317 a 319; *Correspondance Inédite"*, vol. II, pgs. 131 e 133; *Lettres à divers*, vol. I, pgs. 435 a 437, e *Catecismo positivista*, 10ª Conferência, pg. 340, da trad. de Miguel Lemos, 3ª ed.

12) — *Vide* A. Comte: *"Política Positiva"*, vol. I, pg. 173 da 1ª edição.

13) — Sôbre os heróis, ver Gibbon: *"The Decline and Fall of the Roman Empire"*, c. IV, pg. 37 da edição de Londres, 1836, e Barthélemy: *"Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce"*, vol. I, pg. 54 da edição Hachette, e Buffon: *"Les Animaux Domestiques"*, pg. 369 do t. II das *"Oeuvres Complètes"*, Paris, Garnier Frères, Libraires, 1853.

14) — Reis Carvalho: *"A Cultura Integral"*, *in Jornal do Comércio* de 15 de maio de 1938.

15) — *"De Imitatione Christi"*, liv. I, cap. XIX, vers. 19, pg. 38, da *Bibliotheca Ascética"*, 1911.

16) — *Vide* Cabanis: *"Influence des tempéraments sur la formation des idées"*, pg. 421, do vol. III das *"Oeuvres complètes"*, ed. cit.

17) — *Vide* Laffitte: *"Morale pratique"*, oitava lição, *in Revue Occidentale,* vol. XVIII, pg. 49.

18) — Horácio: *"Epístolas"*, livro I, ep. 2ª, v. 27.

19) — Ariosto: *"Sátira segunda"*, v. 33.

20) — Juvenal: *"Sátira oitava"*, vs. 83-84.

21) — *Vide* Laffitte: *"Morale pratique"*, *in Revue Occidentale, vol.* XVI, pgs. 288 e 289.

22) —. *Vide* Racine: *"Cantiques Spirituels"*, II, pg. 331, das *Oeuvres,* ed. Laplace, Paris, 1870.

23) — *Vide* Mme. Lambert: *"Avis d'une Mère à sa Fille"*, pg. 48, e *"Refléxions sur les femmes"*, pg. 155 das *Oeuvres morales,* ed. da *Librairie des Bibliophiles"*, Paris, 1883.

24) — De Maistre: *"Du Pape"*, livro III, cap. 4º, pg. 298 da ed. Charpentier.

25) — *Vide.*Ruy Barbosa: *"Aos atiradores baianos"*, discurso pronunciado a 18 de setembro de 1917, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, *in Novos discursos e conferências,* pgs. 398 e 399 da ed. de Homero Pires, Livraria Acadêmica, 1933.

26) — Joseph de Maistre: *"Soirées de Saint Pétersbourg"*, t. I, página 149 da ed. Garnier.

27) — La Fontaine: *"L'Ours et l'Amateur des Jardins"*, fábulas, liv. VIII, X, pg. 231 da ed. Gallia.

28) — *Vide* Diderot: *"Interprétation de la Nature"*, III, pg. 11, do vol. II das *Oeuvres complètes,* ed. Assézat.

29) — Ramalho Ortigão: *"As Farpas"*, vol. II, pg. 31 da 1ª ed., Lisboa, 1887.

30) — Charles Maurras: *Romantisme et Revolution"*, pg. 102, Paris, 1926.

31) — Hufeland: *"A arte de prolongar a vida"*, pgs. 161, 162, 619 a 622, 240, 242, *et passim,* da trad. franc. do Dr. Pelagot, Paris, Baillière, 1871.

32) — *Vide* Sémérie: *"Positivistes et Catholiques"*, pgs. 91 e 92 da 2ª ed., Paris, 1873.

33) — São Paulo: *Coríntios,* I, cp. 13.

34) — Laffitte: *"Calcul Arithmétique"*, pgs. 8 a 12, da edição do Rio, 1880.

35) — *Vide* A. Comte: *"Catecismo Positivista"*, pgs. 293 e seguintes da trad. de Miguel Lemos, terceira edição.

36) — Ver A. Comte: *"Apêlo aos Conservadores"*, pg. 159 da trad. de Miguel Lemos, 1ª ed.

37) — Condorcet: *"Oeuvres"*, vol. VII, pg. 463 da ed. Arago, Paris, 1847. Já Adam Smith, no livro V, capítulo 1º, secção 3ª, artigo 2º da *"Riqueza das Nações"*, chamava a atenção para o embrutecimento das massas operárias adstritas a operações industriais restritas. *Vide* pg. 128 do t. terceiro da trad. francesa de Germain Garnier, Paris, Guillaumin et Cie., Librairie, 1859.

38) — *Vide* Augusto Comte: *"Curso de Filosofia "Positiva"*, vol. IV, pg. 429 da quarta edição, Paris, 1877.

39) — L. Dugas: *"Le problème de l'éducation"*, pg. 333, Paris, Alcan, 1909.

40) — *Vide* Laffitte: *"Les grands types de l'humanité, appréciation systématique des principaux agents de l'evolution humaine"*, vol. I, pgs. 107 e 108, Paris, Leroux, 1875.

41) — Sôbre a *traição* da inteligência que, almejando vicioso domínio, se coloca ao serviço da fôrça, veja-se Augusto Comte: *"Pensées et Préceptes, recueillis par* Georges Deherme, Paris, Bernard Grasset éditeur, 1924, pg. 118.

42) — *Vide* Ramalho Ortigão: *"As Farpas"*, t. III, pgs. 39, 235 *et passim* da 1ª edição.

43) — Sôbre as consequências sociais da teoria da seleção natural, ver Audiffrent: *"Une Hypothèse de la science contemporaine"*, *in "La Politique Positive*, revue, pgs. 133 a 156 do ano 1872; Sémérie: *"Positivistes et catholiques"*, pg. 95 da 2ª ed., Paris, 1873; Almeida Cavalcanti: *"Iniciação Filosófica"*, pgs. 153 e 154 da 1ª ed., e Grasset: *"Devoirs et périls biologiques"*, 1ª ed., Paris, Alcan, 1917, pgs. VIII, 6, 10, 13 *et passim.*

Sôbre o fracasso científico do darwinismo e o abandono das teorias evolucionistas pelos biólogos da atualidade, ver Paul Lemoine, André Mayer, Aramberg, Carpentier, Guyènaud, Caullery e outros *in* vols. IV e V da *Encyclopédie Française,* publicada sob a direção geral de Lucien Febvre.

CAPÍTULO VIII

AUGUSTO COMTE E A RELIGIÃO

Desaparecerá um dia, do cenário social, a religião, com as transformações da mentalidade humana consequentes das conquistas da ciência?

A resposta está condicionada ao conceito do que seja religião. Se aceitarmos a definição de quase todos os catecismos e dicionários, segundo a qual a religião é o laço que liga o homem à Divindade, é óbvio que desaparecerá quando deixar de haver homens que admitam um princípio criador denominado *Deus*.

Tal é a consequência das definições de Vauvenargues: "a *Religião* é o conjunto das obrigações do homem para com Deus"; do Abade Bautain: "A *Religião* é o que nos liga e religa a Deus"; de De Custine" "A *Religião* é uma corrente, cujo primeiro elo se prende à terra e o último ao céu"; de Lacordaire e Royer-Collard: "a *Religião* é o comércio positivo e eficaz do homem com Deus"; etc.

Se, porém, considerarmos que o vocábulo *religião* se aplica a sistemas diferentes e incompatíveis, em alguns dos quais inclusive não se pode lobrigar a idéia de Deus, como sejam as diversas religiões fetíchicas e o Budismo (o credo que maior número de adeptos conta em todo o mundo), concluiremos que a *religião* possui um destino geral, independente de seu *dogma* ou sistema de crenças.

A palavra *religião* — salienta Augusto Comte — nenhuma solidariedade inevitável apresenta com as concepções empregadas para atingir o *fim* por ela almejado. Seu objetivo é estabelecer o estado de completa *unidade*, que distingue a existência humana, quando todos os seus atributos — sentimento, inteligência e atividade — convergem para um destino comum.

O têrmo *religião* seria equivalente à palavra *síntese,* se esta, não por sua própria estrutura, mas por uma acepção universal, não se restringisse ao domínio do espírito.

Abrangendo o conjunto dos atributos humanos, a *religião* visa, ao mesmo tempo, à regulamentação de cada natureza individual e ao congraçamento de tôdas as individualidades.

Da multiplicidade das funções cerebrais do homem resulta o problema de estabelecer-se não só a harmonia entre os pendores pessoais de cada indivíduo, mas ainda entre os de todos os contemporâneos, fazendo com que cada qual subordine a sua existência à da coletividade. Não podendo nunca essa harmonia individual e coletiva realizar-se inteiramente num ser tão complexo quanto o homem, a *religião* que, através dos tempos, vem procurando conseguí-la, caracteriza a meta suprema para a qual tendem, mais e mais, os esforços da Humanidade. Daí observar Renan que "a *religião* é o campo do ideal na vida".

O alto aprêço em que sempre foi tido o estado religioso, isto é, o estado de *unidade* ou *harmonia* individual ou coletiva, que opera a convergência dos homens para um pleno congraçamento moral, intelectual e prático, fêz com que se concentrasse sôbre o modo ou processo de obtê-lo a atenção de quantos se consagraram a meditar sôbre o assunto. Tomando-se êsse *modo* ou *processo* pelo próprio *fim,* transferiu-se, na linguagem vulgar, o nome de *religião* às idéias destinadas, em cada sistema, a obter o estado religioso.

Entretanto, por mais inconciliáveis que pareçam, à primeira vista, os diversos sistemas religiosos, quem os estuda com imparcialidade não pode deixar de concluir que só existe, de fato, uma *religião* sempre adaptada à situação social em que surge.

Foi o que pretendeu significar Diderot ao dizer que tôdas as religiões do mundo não passam de seitas de uma religião única: a *religião natural,* da qual podem ser considerados heréticos e cismáticos os cristãos, os muçulma-

nos, os judeus e até os próprios pagãos... (*"De la suffisance de la religion naturelle"*, pg. 271 do 1º volume das *"Oeuvres Complètes"*, ed. Assézat).

Religião natural, para Diderot, é aquela que não existe apenas em certas épocas e países, sendo de todos os tempos e lugares. Durará, por isto até o fim dos tempos, porque o seu código está gravado no coração do homem, enquanto as outras passarão como tôdas as instituições humanas, que a torrente dos séculos traz e leva consigo. (Diderot: *"Introduction aux grands principes"*, vol. II das *"Oeuvres Complètes"*, pg. 81 da ed. cit.).

E, realmente, o antagonismo das diversas religiões se dissipa aos olhos de quem as observa com a isenção dos cientistas relativamente aos acontecimentos astronômicos e físicos: em lugar das discordâncias, ressalta nítido, de tôdas elas, um fundo comum, a que tôdas instintivamente se reportam.

Não procede a objeção dos que vêem, nos repetidos conflitos entre a ciência e a religião, a impossibilidade de conciliá-las, porquanto sòmente os dogmas teológicos e metafísicos são incompatíveis com o surto científico.

Como excelentemente pondera o escritor católico e famoso crítico literário francês — Ferdinand Brunetière, "a metafísica possui um domínio e a religião outro. Verificando Augusto Comte nada se haver ganho, desde seis mil anos, ou mais, em confundí-las, achou, com razão, dever distinguí-las, separando-as profundamente". (Ferdinand Brunetière: *"Sur les chemins de la croyance — l'utilisation du Positivisme"*. Paris, Perrin éd. 1905, pg. XIX).

Visa a religião a unificar nossa espécie em sentimentos, pensamentos e atos, fazendo-a convergir para um destino comum. Seu objetivo será, por conseguinte, tanto mais completamente alcançado quanto mais se basear no conhecimento real do homem e do mundo. Ora, êsse conhecimento sòmente pode ser fornecido pela ciência; a religião a supõe, pois, e, em suas prescrições, elabora os materiais por ela ministrados.

Ao encontrar, portanto, uma incompatibilidade radical entre a religião e a ciência, assinalando à primeira o campo do incognoscível, e à segunda, o do cognoscível, confundiu Herbert Spencer a religião com as crenças teológicas e metafísicas.

As concepções sobrenaturais, longe de constituirem a condição básica e essencial da *religião,* por vêzes são até anti-religiosas, porquanto, frequentemente, ao invés de contribuirem para congregar os homens, entre êles lançam a cizânia e a discórdia, como o provam as cruentas guerras de religião suscitadas pelos credos teológicos, justificando haja Michelet dito que *"rien n'est féroce comme la pitié"*...

Não é da concepção de Deus que decorrem a sublimidade das religiões e a correção do procedimento dos homens, como o prova o caso comum de indivíduos de estado mental profundamente teológico e que são, ao mesmo tempo, grandes celerados, enquanto materialistas há de exemplaríssima virtude.

Por outro lado, o Budismo, que agremia centenas de milhões de crentes, não se baseia na concepção de Deus, sendo, ao contrário, no dizer do Padre Leonel Franca, uma *"religião atéia"* (*Vide* Padre Leonel Franca S. J.: *"Noções de História da Filosofia"*, pg. 17, Rio, 5ª edição).

As considerações puramente relativas à idéia de Deus e à vida futura não tiveram, em todos os tempos, senão uma influência secundária no procedimento habitual dos homens, conforme evidencia o grande número de padres e Papas que têm sido insignes pecadores e até delinquentes: Alexandre VI, o Papa Bórgia, era, além de devasso, um envenenador contumaz, conta Bossuet, Bispo de Meaux, em sua *História de França* (pgs. 298 e 327, do t. XXIV das *"Oeuvres Complètes de Bossuet"*, ed. de 1849), confirmado pelo Abade Fleury em sua *História Eclesiástica* (pg. 459 do vol. VI, ed. de 1844), enquanto Paulo III, em pleno século XVI, já depois da explosão protestante, era ignóbil instrumento das baixezas e violências de seu bastardo Pier Luigi, conforme narra, minuciosamente, Ben-

venuto Cellini (*"Obras Completas"*, traduzidas por L. Léclanché, t. I, pgs. 320 e seguintes, da ed. Garnier).

Em sua *História das Guerras Civis da França* (t. I, pg. 422 da trad. francesa do Abade Mallet, Amsterdão, 1757), Dávila, que era então secretário particular de Catarina de Médicis, regista que uma das increpações dos huguenotes aos católicos era a de lhes não guardarem êstes a palavra dada, sob o pretexto de serem hereges. Todo o procedimento de Carlos IX justifica plenamente a exprobração, tanto mais quanto o Papa Gregório XIII, depois de haver celebrado, com fogos de artifício e medalhas comemorativas, a chacina da Saint-Barthélemy, enviou a Carlos IX um legado para congratular-se com êle, em nome de Sua Santidade, pelo medonho morticínio: "louvando-o como premeditado, havia muito, e executado com admirável prudência para o bem da Religião e do Estado" — regista o insuspeito Bossuet, Bispo de Meaux (L. cit., pg. 727).

Assim, pois, a crença em Deus, até mesmo quando se trata de sacerdotes e Papas, nem sempre concorre para melhorar os homens. É que, como assinalava admiràvelmente o Presidente Getúlio Vargas numa das mais belas orações até hoje proferidas no Parlamento Brasileiro:

"Deus é uma pura abstração mental com diferentes nomes, mas revestida da mesma significação ....

"Tenhamos mais em conta a realidade, a solução dos grandes problemas da vida nacional e não nos aferremos demasiado ao sonoro verbalismo dessas expressões — Deus, liberdade, democracia, povo.

"Nos períodos de exaltação e de luta não é raro vermos a democracia matando em nome da liberdade e a fé religiosa trucidando em nome de Deus".

(Discurso do Sr. Getúlio Vargas, na sessão da Câmara dos Deputados, de 8 de dezembro de 1925, reproduzido nos *"Documentos Parlamentares"*, vol. III, pgs. 573 e 574).

Atendo-nos ao sentido supra indicado de ser o objeto da religião o estabelecimento do estado de completa uni-

dade, que distingue a espécie humana, quando todos os seus atributos — sentimento, inteligência e atividade — convergem para um destino comum, podemos asseverar, com o fundador da Sociologia, que os homens se tornam progressivamente mais religiosos, e tanto mais quanto mais se projetarem no futuro, de vez que o espetáculo histórico nos demonstra apresentar a espécie humana dia a dia maior convergência de sentimentos, idéias e atos. Aumentando esta tríplice convergência, tendente a religar os homens, o fenômeno *Religião,* em lugar de desaparecer do cenário mental e moral do *Homo Sapiens* há de tornar-se cada vez mais nítido e vigoroso. Compreende-se, pois, haja Renan afirmado que "a *religião* jamais perecerá. Ela será o eterno protesto do espírito contra o materialismo sistemático e brutal, que empreende encerrar o homem na região inferior do *terra a terra* da vida".

As descobertas marítimas, a navegação a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o avião, o rádio, a televisão e tantas outras consequências das especulações científicas têm aproximado e vinculado os povos, propendendo a transformar, pouco a pouco, a Humanidade numa espécie de Pátria Universal, onde o homem seja enfim, nas palavras de Latino Coelho, "o cidadão e o cultor da terra inteira".

Embora não deixem de ser extremamente decepcionantes as guerras hodiernas, que quase assumem o caráter de lutas civis, o desenrolar da história permite-nos, contudo, asseverar que dia a dia mais promissoramente se aproxima a época em que, para um só globo, "tornado em patrimônio universal e em lar comum, haverá também uma só Humanidade, uma só grei".

Reinará, então, um estado de religiosidade, isto é, de harmonia, convergência e congraçamento jamais observado de modo tão completo entre os homens. Como súmula da religião dêsse futuro (que talvez não esteja tão remoto quanto as catástrofes do presente fazem supor), construiu Augusto Comte o mais belo e profundo lema de todos os tempos: *"o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim".*

Apesar de suas dissensões em relação ao fundador do Positivismo, não deixou Farias Brito de concordar com êle, quando escreveu:

"Em verdade as religiões estão mortas, mas o que não pode morrer é a religião em si mesma, isto é, o sentimento religioso, porque constitui a essência mesma da natureza humana, de onde se segue, como consequência inevitável, a necessidade da criação de uma nova religião. E esta há de vir. Pode ser que saia por evolução de entre as próprias ruinas do catolicismo",

(Farias Brito: *"A Finalidade do Mundo"*, pgs. 176-179 do 1º volume da edição do Instituto Nacional do Livro, Rio, 1957).

II

Dentre as religiões contemporâneas, destaco, para ligeiro comentário, a *Religião da Humanidade* que tanto floresceu e atuou entre nós, sobretudo em fins do Império e primeiras décadas da República.

Referindo-se à Igreja Positivista do Brasil em 1888, isto é, nos primórdios da sua fundação, dizia Joaquim Nabuco que "a considerava a mais elevada afirmação do sentimento moral coletivo em nosso país e a respeitava como a vocação espiritual mais sincera e mais heróica que registra a nossa história" (Joaquim Nabuco" *"Campo Neutro"*, artigo publicado em *"O País"* de 24 de outubro de 1888).

E, na conferência escrita para ser proferida em 9 de junho de 1897, a convite de Eduardo Prado, na série comemorativa do terceiro centenário de Anchieta, diria ainda Joaquim Nabuco:

"É risível queixarmo-nos dos positivistas ....

"Não, nós, os católicos, nada temos que temer do Positivismo que já foi chamado um Catolicismo sem Deus

....

"Não, senhores, não é o Positivismo que ameaça o princípio religioso no Brasil, é o indiferentismo que está

em nossos corações, é a tibieza que está em nossos espíritos, é êsse abandono das gerações futuras à sua sorte, qualquer que seja, grave sintoma de atrofia nacional". (Joaquim Nabuco: *"A significação nacional do Centenário de Anchieta"*, pgs. 339 e 340 da publicação *"III° Centenário do Venerável Joseph de Anchieta"*, Aillaud, Paris, Lisboa, 1900).

E por que, no dizer de Joaquim Nabuco, o Positivismo não ameaça o princípio religioso no Brasil?

É que, ao contrário do que geralmente se supõe, o Positivismo não é ateu, isto é, não se preocupa em destruir Deus e demonstrar-lhe a inexistência, como pretendem os corifeus do ateísmo. Êste era, com efeito, no tempo de Comte, a filosofia contraditória que negava a existência de Deus, cuidando, porém, exclusivamente de problemas de ordem teológica, pois visava ao conhecimento absoluto das coisas, investigando-lhes a suposta essência ou natureza íntima, as causas primeiras e finais, a formação do universo, a origem dos seres vivos, etc., questões de que o Positivismo não cogita, quer por serem vazias de conteúdo objetivo, quer por falta de meios efetivos de pesquisa, ou, ainda, porque essa pesquisa se apresenta sob a forma de infindável sucessão de perguntas.

Mesmo sob o aspecto intelectual — comentava Augusto Comte — "o ateísmo constitui insuficientíssima emancipação mental, visto tender a prolongar, indefinidamente, o estado metafísico, entretendo-se sempre com problemas teológicos, em vez de afastar, como radicalmente vãs, tôdas as pesquisas inaccessíveis. Embora a ordem natural seja, a todos respeitos, imperfeitíssima, sua produção se conciliaria muito mais com a hipótese de uma vontade inteligente do que com a de um cego mecanismo. Os ateus obstinados são os mais inconsequentes dos teológicos, de vez que se ocupam com as mesmas questões, rejeitando, porém, o único método a elas adaptável" (A. Comte: *"Système de Politique Positive"*, vol. I, pgs. 46, 47 e 48 da 1ª ed.)

Esta a razão pela qual, em carta a Stuart Mill, negava Augusto Comte fôssem ateus êle e seus discípulos:

"A qualificação de ateus não convém aos positivistas, senão remontando, estritamente, à etimologia da palavra, o que é, quase sempre, um modo vicioso de interpretar os têrmos mais usados. Só possuimos, na verdade, de comum com os ateus, o fato de não acreditar em Deus, sem, entretanto, compartir-lhes, de nenhuma forma, os vãos sonhos metafísicos sôbre a origem do mundo e do homem, e, muito menos, as estreitas e perigosas tentativas de sistematizar a moral. Se essa coincidência, puramente negativa, bastasse para fazer-nos, racionalmente, emparelhar com os ateus, seria quase tão judicioso chamarem-nos também cristãos, porque concordamos com êstes últimos não acreditando em Minerva e Apolo". (A. Comte: *"Lettres à Stuart Mill"*, pg. 452, da ed. dirigida por Lévy-Bruhl, Paris, Alcan, 1899).

Preocupam-se, realmente, os ateus, em demonstrar a inexistência de um princípio criador, o que é tão impossível quanto a evidenciação da tese inversa. O que é fazível é patentear serem os atributos vulgarmente conferidos a Deus — onipotência, onisciência e bondade infinita — contraditórios, segundo mostra Augusto Comte no volume primeiro da *"Polítida Positiva"* (pgs. 408 e 409), e, desde o terceiro século antes de nossa era, já assinalava Epicuro no seguinte raciocínio até hoje inabalável:

"O mal existe. Todos os seres vivos sofrem, ora pelo corpo, ora pelo espírito. Padecemos pelas intempéries, pela miséria, pelas doenças, pela ignorância, pelos vícios, pelas injustiças, pelas guerras, etc. Crianças há que só nascem para sofrer e morrer. Homens existem de tal modo desgraçados que melhor lhes fôra nunca haverem nascido. O mal existe, portanto: eis uma verdade incontrovertível. Ora, uma de três: 1ª) Deus sabe que o mal existe, pode suprimí-lo e não quer fazê-lo — tal Deus seria mau, logo inadmissível; 2ª) Deus sabe que o mal existe, quer impedí-lo e não o pode; neste caso não seria todo poderoso, e, consequentemente, é inadmissível; 3ª) Deus não sabe que o mal existe, donde Deus ininteligente, e, portanto, também inadmissível".

(*Apud* Jules Carré: *"Démonstration de l'inéxistence de Dieu"*, pgs. 5 e 6 da ed. de Paris, 1912).

Logo se Deus existe, ou não possui, em grau ínfinito, bondade, poder e inteligência, ou, se os possui, procede como se não interferisse nos acontecimentos terrestres. Daí, não há como fugir.

É, aliás, o que se conclui da objeção dos japoneses a São Francisco Xavier, assim registrada pelo Padre Antônio Vieira:

"Uma das coisas mais notáveis, que os japões arguiram e perguntaram a São Francisco Xavier, foi: se o Deus, que êle pregava, era tão bom como dizia, por que não lhes mandou a notícia de si muitos anos e séculos antes, senão naquele tempo?" (Padre Antônio Vieira: *"Sermões"*, vol. XIII, pg. 48 da ed. Lello e Irmão).

À mesma dolorosa conclusão de não haver uma Providência de poder ilimitado e de sabedoria e bondade infinitas a reger o mundo, levam as profundas considerações do Padre Antônio Vieira no *Sermão proferido nas Exéquias de D. Maria de Ataíde*:

"Casos sucedem no mundo que parece se descuida Deus do govêrno dêle ....Se repararmos com atenção quem vive neste mundo e quem morre, é necessária muita fé para crer que há Providência .... Tirar a vida a uns tão tarde, e a outros tão cedo: deixar os que são embaraço do mundo, e levar os que são ornato dêle, que desigualdade maior? .... Que a vida mais digna de viver seja a mais sujeita à morte? E que haja império superior que domine êste tirano? Que haja Providência no mundo que o governe! *Domine non est tibi curae?"*

(Vieira: *"Sermões"*, vol. XV, pgs. 361, 363 e 365 da ed. citada).

Compreende-se, assim, o que Cícero narra de Simônides. Perguntado por Hierão de Siracusa sôbre *"que coisa é Deus*, levou vários dias meditando, para afinal responder: *"quantò diutius considero, tantò mihi res videtur obscurior"* — quanto mais penso, tanto mais obscura se

me apresenta a coisa". (Cícero: *"De Natura Deorum"*, livro I, c. XXII).

Outra não é a conclusão de Camões:

.... mas o que é Deus, ninguém o entende,

"Que a tanto o engenho humano não se estende"

(Lusíadas, c. X, 80).

Notava, por isto, Pascal ser a crença em Deus muito mais uma questão de sentimento do que de razão. Quem acredita em Deus, o sente, mas não o demonstra: "O coração possui razões que a razão desconhece. É o coração que sente a Deus, e não a razão. Eis a fé perfeita: Deus sensível ao coração".

(Pascal: *"Pensées"*, pg. 128 da ed. F. Didot, Paris 1878).

Não sendo o Positivismo ateu, esta é a razão pela qual também não é anticlerical, contribuindo até, com donativos, para o sustento e a defesa do culto católico.

Quem ignora, neste país, que a liberdade de que goza, entre nós, a Igreja Católica se deve, em parte, aos numerosos positivistas que figuraram na primeira Constituinte republicana?

O art. 5º do Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, deixou em vigor a legislação de *mão morta,* que pesava sôbre os bens do clero católico, ao contrário do que estabelecia o projeto inicial de Lei de Separação da Igreja do Estado da autoria de Teixeira Mendes, e submetido ao Govêrno Provisório, em 9 de dezembro de 1889, pelo positivista, então Ministro da Agricultura, Demétrio Ribeiro.

Foram só as emendas oferecidas pelo Apostolado Positivista do Brasil e defendidas por numerosos Deputados, adeptos das idéias de Comte, que fizeram cair o artigo 72, § 8º, do projeto de Constituição, que Rui Barbosa em grande parte redigiu, apresentado à Constituinte pelo Govêrno Provisório, e segundo o qual seria excluída, do Brasil, a Companhia de Jesus e ficaria proibida a fundação de novos conventos ou ordens monásticas.

Eis o que, a respeito, escreveu o grande católico, Dr. Antônio Felício dos Santos, em *"O Jornal"*, de 8 de outubro de 1925:

"Como se sabe, graças aos votos dos positivistas, puderam os Deputados católicos fazer passar, na Constituinte, a liberdade da Igreja que passou por 6 (seis) votos apenas".

Contribuiram ainda eficientemente os positivistas no sentido de ser rejeitada a emenda de Casimiro Júnior e Lopes Trovão atinente à adoção do divórcio.

Sôbre a matéria é oportuno recordar o depoimento do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta na conferência que, em 3 de maio de 1958, pronunciou, em Belo Horizonte, no forum político do Partido Trabalhista Brasileiro, Secção de Minas Gerais:

"No Brasil, ainda tivemos um exemplo que é digno de recordar, o exemplo dos positivistas que, em 1891, livraram o Brasil do perigo do divórcio: porque, então, na primeira Constituição da República, os católicos estavam completamente desarvorados e nós não tínhamos nenhuma organização para falar no parlamento. O que nos valeu providencialmente, foi que os positivistas cerraram fileiras contra o divórcio, porque, diz Comte, o criador do positivismo, na sua *Filosofia Positiva,* o divórcio só ainda é defendido por alguns porque é atacado pela Igreja . . . .
. . . .

"Os autênticos positivistas sempre se bateram contra o divórcio e esta foi a felicidade do Brasil. Podemos repetir algumas palavras da Bíblia: a nossa salvação vem dos nossos inimigos. Nesse ponto, não foram inimigos, foram amigos, foram defensores da boa causa".

Não aceitando a concepção de Deus, isto é, de um ser onipotente, onisciente e de bondade infinita, que interfere nos acontecimentos terrestres, pode, entretanto, o Positivismo ser considerado uma religião?

Pensava Augusto Comte que sim, partindo da etimologia que muitos autores, em seu tempo, admitiam para a palavra *religião,* como derivada de *re..ligare* consoante

o texto de Aulo-Gélio: *Falsa religione alligare, alium deum pro alio nominando*" (*"Noctes Atticae"*, livro II, c. 28. pg. 146 do vol. I das *Obras Completas* de Aulo-Gélio, ed. Garnier, Conf. Littré: *"Dictionnaire de la langue française"*, *verbum religion*).

De conformidade com tal etimologia, a religião seria, para Augusto Comte, todo conjunto de princípios intelectuais, práticas afetivas e normas de vida capazes de concorrer para o prevalecimento do altruísmo sôbre o egoísmo, quer individual, quer coletivo. *Ligar* os sentimentos, pensamentos e atos de cada indivíduo, subordinando-os sempre ao altruísmo ou amor do próximo, e, ao mesmo tempo, *religar* todos os participantes da mesma comunhão de crenças em tôrno de um ideal supremo de aprimoramento da vida individual e coletiva, humanando cada vez mais o próprio homem, eis o que, para Augusto Comte, caracteriza a *religião*, que seria, assim traduzida pelo mais bem formado de todos os vocábulos, porquanto *liga* o homem em seu fôro íntimo e o *religa, exteriormente*, aos seus semelhantes: *re..ligare.*

Sem preocupar-se com a consideração do processo ou modo, sobrenatural ou não, através do qual pode êsse objetivo ser alcançado, a *religião*, para Augusto Comte, seria, em seus elementos essenciais, o mais completo dos sistemas de educação, pois, acompanhando o homem do berço ao túmulo, teria, como finalidade, adaptá-lo cada vez mais ao convívio social.

Os adeptos sinceros de tôdas as religiões — comenta, a êste propósito, Stuart Mill — "hão de reconhecer que, se uma pessoa possui um ideal capaz de disciplinar os seus sentimentos e pendores, prescrevendo-lhe uma norma superior de conduta, essa pessoa inegàvelmente possui uma religião".

(Stuart Mill: *"Augusto Comte e o Positivismo"*, pg. 136 da trad. francesa de Georges Clémenceau, 8ª ed.).

Outra não é a conclusão de Émile Boutroux em seu primoroso estudo sôbre *"Ciência e Religião na Filosofia Contemporânea"*:

"Só os sentimentos altruísticos podem engendrar e manter o estado social, comprimindo os impulsos divergentes dos instintos individuais.

" A existência das sociedades está, pois, ligada a um estado de coisas que nem o instinto, nem a inteligência podem realizar. Trata-se, assim, de encontrar, para os pendores altruísticos do homem, uma assistência que os reforce e lhes confira a preponderância sôbre o egoísmo. Essa assistência foi, no passado, promovida pelas religiões, que realizaram, a seu modo, a união dos corações, condição da união das inteligências. O fundo humano dessas antigas instituições deve ser recolhido e conservado, se os dogmas, através dos quais elas se formulavam, estiverem condenados a desaparecer. É a própria religião, regenerada, que há de fornecer, aos olhos de Augusto Comte, o primeiro princípio de reorganização social. E o método a seguir a fim de operar essa reorganização consiste em desprender, dos elementos negativos e peremptos contidos nas religiões tradicionais, o elemento positivo, humano, indestrutível, de que elas foram o veículo. Torna-se, destarte, a religião positiva o coroamento do Positivismo". (Émile Boutroux: *"Science et Religion dans la philosophie contemporaine"*, pgs. 52 a 53, Paris, 1911).

Que importa substitua a religião positivista, em seu dogma, a concepção de Deus pela da Humanidade, se concorre, com a mesma eficácia das religiões teológicas, para formar homens dignos, cumpridores dos mais severos deveres para com a família, a Pátria e a Humanidade?

Com a concepção de Deus ou sem ela, não é uma religião a doutrina que foi capaz de arrebatar a grande alma e orientar a edificante existência de um Teixeira Mendes?

É bem possível que a maioria dos brasileiros de hoje nada saiba acêrca do criador da bandeira nacional, tão grande é o cuidado com que se lhe tem escondido o nome em consequência dos preconceitos religiosos e doutrinários ainda hoje dominantes. Há poucos anos decorreu-lhe o primeiro centenário do nascimento sem que nem ao me-

nos um sêlo comemorativo assinalasse o evento à gratidão dos brasileiros. Reproduzo, por isto, aqui, atenta a sua insuspeição, o panegírico que lhe consagrou, na Igreja de Nossa Senhora de Loreto, a 3 de julho de 1927, o então Vigário de Jacarepaguá, Revmo. Sr. Padre Paulo Maria de Lecourieux, que o repetiu na festa patronal do Externato de Santo Antônio Maria Zacaria, dirigido, como se sabe, pelos dedicados Padres Barnabitas:

"A pátria brasileira acaba de sofrer uma perda sensível na pessoa do Sr. Raimundo Teixeira Mendes. Dotado das mais eminentes qualidades de espírito e coração, consagrou o extinto a vida inteira ao culto e ao amor da humanidade, pregando a mais ampla fraternidade aos concidadãos.

"Êle é o autor de interessantíssimos opúsculos sôbre a liberdade espiritual, e tive a honra e o prazer de ser o porta-voz de seus princípios, conformes aos nossos, na Liga Pedagógica, combatendo a doutrina do monopólio do Estado sôbre a liberdade do ensino e a necessidade de antes promover a educação do sentimento do que combater o analfabetismo. "A *inteligência* — dizia êle — *age sôbre o influxo do coração*".

"Foi um devotado campeão do abolicionismo, ardoroso propagandista do regime republicano, para cujo estabelecimento grandemente concorreu, sendo o criador da atual bandeira brasileira.

"Fiel aos seus princípios filosóficos, foi sempre um convencido defensor das prerrogativas do *"venerando e glorioso Catolicismo* (eram suas expressões). Êle levantou a voz a favor dos jesuítas portuguêses expulsos, atacando o egoísmo do nosso govêrno, que lhes recusava o agasalho. Bateu-se, igualmente, para que à Igreja Católica fôssem asseguradas a propriedade e a posse de seus bens, assim como dos das ordens religiosas. No decreto de separação da Igreja do Estado, sugeriu o nobre extinto que se fizesse a reforma "com o maior respeito à majestade do culto católico, bem como à situação pessoal dos Sacerdotes, que então exerciam cargos eclesiásticos",

devendo ser mantida a côngrua que percebiam, o que foi aceito.

"Todos os anos, como o afirmou a mim, pessoalmente, êle mandava a quantia de 200 (duzentos) francos ao Arcebispo de Paris para a mantença do culto católico, segundo o testamento do Mestre.

"Foi o maior inspirador da idéia de se erguer um monumento, na Praia do Rússel, a São Francisco de Assis, dedicando-se a esta obra até os últimos instantes da vida, e escrevendo uma biografia do glorioso Patriarca Seráfico.

"Podemos afirmar ter êle morrido vítima do seu amor ao grande santo do século XIII, pois passava as noites frias de inverno no Templo da Humanidade, dirigindo a modelagem do monumento a ser inaugurado a 3 de outubro do corrente ano (1927). Nesta tarefa, o rigor da estação, as chuvas, às quais êle se expunha para apressar o triunfo do grande Patriarca, lhe causaram uma *angina pectoris*, que o vitimou em 10 minutos.

"Não é sem emoção que um Padre católico lembra êstes detalhes, os quais mostram claramente que se a fé abandonou a inteligência do Sr. Teixeira Mendes, o seu coração era embebido de tal forma no sentimento católico que êste inspirava, a cada momento, sua grande alma. A arte positivista nada mais impressionante, ostenta aos nossos olhos do que o quadro da Virgem Mãe, que, oficialmente, representa Clotilde de Vaux, mas tomou seu símbolo, evidentemente, aos mistérios do Cristianismo.

"Lembrando os inestimáveis serviços prestados à causa católica pelo nobre Sr. Teixeira Mendes, o vigário da paróquia, onde êle residiu, fêz uma visita à família do morto.

"Último na ordem da dignidade, o Vigário de Jacarepaguá, que aprendeu a conhecer e amar êsse grande coração e gozava de franca simpatia do extinto, apresenta, à família enlutada, a expressão de seus profundos pêsames e lhe recomenda a alma às orações de seus paroquianos".

(*Vide*: *"Jornal do Brasil"* de 20 de julho de 1927).

Não fôsse o Positivismo uma religião, digna, pelos seus princípios morais, de todo acatamento, teria sido possível a um sacerdote católico, do valor moral e intelectual do Padre Paulo Maria de Lecourieux, que faleceu como respeitado e querido vigário da Igreja de São Paulo Apóstolo, em Copacabana, teria sido possível — pergunto — a êsse venerável e ilustrado sacerdote fazer, do púlpito de um templo católico, o panegírico de um dos mais completos e autorizados apóstolos da Religião da Humanidade no Brasil?

ÍNDICE

Capítulo Quinto

Capítulo Sexto

Capítulo Sétimo

basear-se em dados da ciência. Como pensador positivista, Ivan Lins assume, em nossas letras, uma atitude semelhante à de Carlos de Laet como pensador católico: o único a defender a sua bandeira quando tôda a corrente de pensamento de sua época se lhe mostrava hostil ou indiferente. E o interessante é observar que Laet foi o paladino do Catolicismo exatamente quando o Positivismo era a fisolofia dominante no Brasil. Depois de haver aparecido perante o grande público, como o único representante ostensivo do Positivismo entre nós, tem Ivan Lins o prazer de assistir aquilo a que Evaristo de Moraes Filho chama **"volta a Comte na sociologia atual".** E, nisto, encontra apoio em Pierre Arnaud, assistente na Sorbonne, que escreve em seu livro **"Politique d'Auguste Comte"**, publicado êste ano em Paris: "Quando o tôrno em que o Marxismo mantém prêso o pensamento ocidental há mais de um quarto de século, fôr suficientemente afrouxado e o ceticismo, que começa a ganhar os homens e as instituições, chegar até aos dogmas, a **Política Positiva,** injustamente eclipsada, ressurgirá intacta e viva. Perceberão então os homens que a Ditadura do Proletariado não decorre mais lògicamente do conjunto do passado humano do que a Sociocracia, e que o materialismo histórico não é um método mais irrefutável do que os princípios positivos da indivisibilidade humana e da convergência das séries. Irão sem dúvida mais longe, até reconhecer que de tôdas as ideologias políticas dos séculos XVIII e XIX, que continuam a alimentar a nossa civilização industrial, a **"Política Positiva"** permanece a menos utópica, a mais realista e é a que se encontra em melhor situação para servir de base à elaboração da grande doutrina conservadora que, até o presente, não foi esboçada senão pelo empirismo e pela necessidade".

Tal é também a conclusão do mais importante sociólogo francês de nossos dias — Raymond Aron ao estudar os contrastes entre Comte e Marx em recente volume — **"Era da tecnologia"**. Tem, pois, Ivan Lins, que foi, como salientei, durante muitos anos, entre os intelectuais brasileiros contemporâneos, o único positivista confesso, a alegria de ver as teses, por êle apresentadas neste volume, confirmadas por grandes mestres.

Nenhum prêmio poderia dar-lhe maior satisfação e êle hoje desfruta merecidamente o prazer que o Eclesiastes considera um dos maiores: **"rejubilar-se com o seu trabalho"**: ***"laetari in opere suo".***

M. Paulo Filho

Julho de 1965